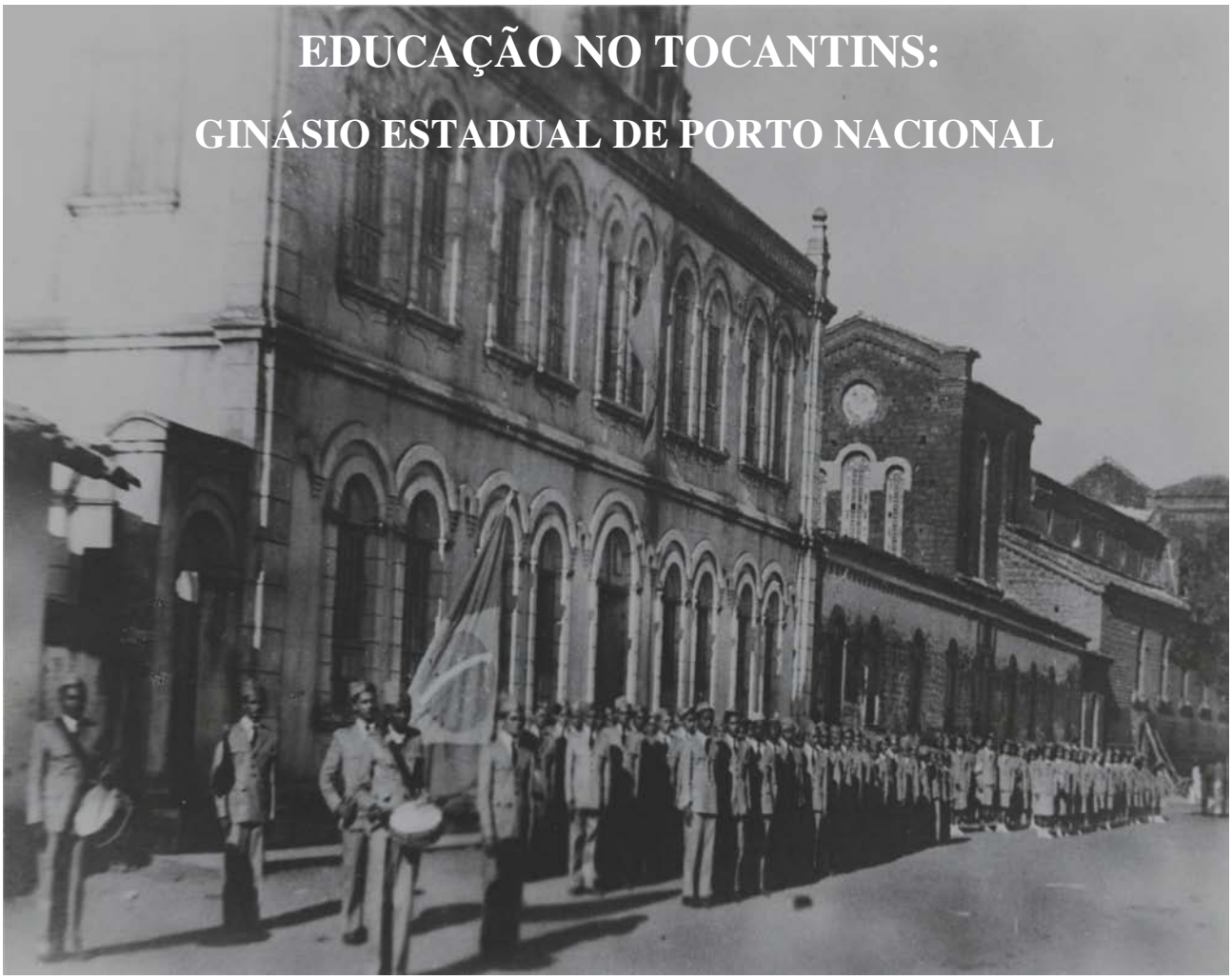
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

BENVINDA BARROS DOURADO

# EDUCAÇÃO NO TOCANTINS:

## GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL



Goiânia - GO
2010

BENVINDA BARROS DOURADO

# EDUCAÇÃO NO TOCANTINS:
# GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás/UFG, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

*Área de Concentração:* Educação

*Linha de Pesquisa:* Estado e Políticas Educacionais.

*Orientadora:* Profª Drª Maurides Batista de Macêdo Filha

Goiânia - GO
2010

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**GPT/BC/UFG**

D739e

Dourado, Benvinda Barros.
Educação no Tocantins [manuscrito]: Ginásio Estadual de Porto Nacional / Benvinda Barros Dourado. - 2010.
312 f. : il.

Orientadora: Profª Drª Maurides Batista de Macêdo Filha.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2010.
Bibliografia.

1. Educação – Tocantins (Estado) 2. Porto Nacional. I. Título.

CDU: 373(811.7)

BENVINDA BARROS DOURADO

# EDUCAÇÃO NO TOCANTINS:

## GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL

Tese defendida no Curso de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás para a obtenção do grau de Doutor. Aprovada em ____ de _____ de 2010, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

_____

Profª. Dra. Maurides Batista Macêdo Filha - UFG
Presidente

_____

Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa – UFG
Membro

_____

Profª. Dra. Míriam Fábia Alves – UFG
Membro

_____

Profª. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante – PUC-GO
Membro

---

Profª. Dra. Jocyléia Santana Santos – UFT
Membro

*A condição da grandeza é a pequenez*
*e ter a paciência de crescer,*
*pois tudo o que vive e hoje é grande,*
*Já foi pequeno,*
*Já foi criança,*
*Já foi semente,*
*Já foi flor.*
*Só a rosa artificial já nasceu grande*
*sem nunca ter sido botão,*
*sem nunca ter sido pequena.*
*Não murcha, não morre,*
*mas também não tem perfume*
*e jamais verá brotar outras rosas...*
*(Irmã Marta Maria Mesquita-Dominicana.*
*Fragmentos do poema "Segredo da Felicidade", 2009).*

*Meus amados pais, Roberto Dourado Neto (in memorian) e*
*Arcelina de Barros Dourado.*
*Meus queridos filhos, Sarah Cecília, Vinnícius e Victor Heleno.*
*A vocês o fruto deste trabalho.*

# AGRADECIMENTOS

À Profª Drª Maurides Batista de Macêdo Filha que, no transcurso do rio aceitou o desafio de orientar este projeto. E para além de orientadora se tornou amiga.

Aos professores Dr. Jadir de Morais Pessoa, Drª Mírian Fábia Alves, Drª Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante e Drª Jocyléia Santana Santos pela criteriosa leitura e relevantes contribuições para o aperfeiçoamento deste trabalho.

À Universidade Federal de Goiás, por mais uma vez me acolher como acadêmica.

Ao Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira em nome de todos os professores do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação – UFG.

À Universidade Federal do Tocantins–UFT, em especial aos professores do curso de Licenciatura em História do Campus Universitário de Porto Nacional, que proporcionaram condições para a realização deste trabalho.

À CAPES pelo apoio financeiro, mesmo por curto período.

Ao CEM Prof. Florêncio Aires, em nome da secretária Dalma Régia Costa Colino, pela disponibilidade dos arquivos e pronto atendimento para maiores informações.

Ao Arquivo Histórico de Goiás, na pessoa de Maria Carmem Lisita, que facilitou sobremaneira a tarefa de pesquisar.

Ao Colégio Sagrado Coração de Jesus em nome da diretora Domingas da Conceição Ferreira de Oliveira, que curvando ao nosso apelo, disponibilizou parte de seu arquivo à pesquisa.

À secretaria da Cúria de Porto Nacional, na pessoa de Ronaldo Batista Soares, notário diocesano, que possibilitou o acesso ao Arquivo da Diocese de Porto Nacional.

À Câmara Municipal de Porto Nacional. À Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional. À Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional.

Ao Núcleo de Estudos e Documentação, Educação Sociedade e Cultura - NEDESC/FE/UFG, pelas contribuições nas orientações coletivas.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a História da Educação em Goiás no séc. XIX/FE/UFG, no qual foi possível compartilhar e ampliar os conhecimentos sobre a história da educação brasileira e, particularmente, em Goiás.

Ao Prof. Edwardes Barbosa da Silva por tornar pública a sua biblioteca particular.

À doutoranda Margarida do Amaral pelos diálogos profícuos e correção linguística.

À Igreja Batista de Vila Nova, em Goiânia, em nome do Pr. Leonardo Avelar e família.

Aos meus amados irmãos e irmãs – orgulho meu.

# RESUMO

O presente estudo, vinculado à linha de pesquisa Estado e Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/UFG, propõe discutir a história da educação no Tocantins, antigo norte goiano, por meio do estudo da escolarização no município de Porto Nacional e, particularmente, a trajetória histórica do Ginásio Estadual. Para tanto, buscou-se a abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas (MAGALHÃES, 1998, 1999, 2005) para contribuir como alicerce para as inflexões no Ginásio Estadual. A pesquisa contou com um *corpus* documental diversificado, mediado pela história oral (THOMPSON, 1992), por meio da memória coletiva e individual (HALBWACHS, 2006, POLLAK, 1989, 1992). Por meio deste estudo, percebe-se que até o início dos anos de 1940, na região norte do estado de Goiás, atual Tocantins, e consequentemente, em Porto Nacional, existia uma herança histórica de insuficiência de estrutura escolar estatal e gratuita para atender à população escolar. Nesse contexto predominou uma rede de escolas isoladas primárias e algumas aulas avulsas de ensino secundário. Assim, observa-se que o Ginásio Estadual, instituição secundária fundada em 1945 na cidade de Porto Nacional–TO, colaborou decisivamente com a institucionalização do ensino secundário público no Tocantins (Norte Goiano).

# ABSTRACT

This study, linked to the research line State and Education Policy the "Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/UFG", aims to discuss the history of education in Tocantins, Goias old north, through the study of schooling in the municipality of Porto Nacional, and particularly the historical trajectory of Public School . To this end, we sought to address the processes of formation and evolution of educational institutions (MAGALHÃES, 1998, 1999, 2005) to contribute as a foundation for the inflections in Public School. The research comprises a diverse corpus of documents, mediated by oral history (THOMPSO, 1992), through individual and collective memory (POLLAK, 1989, 1992, HALBWACHS, 2006). Through this study, we realize that until the early 1940s, in the northern state of Goiás, Tocantins current, and consequently, in Porto Nacional, there was a historical legacy of inadequate school structure state and free to attend school population. In this context a network of predominantly isolated primary schools and some secondary school classes loose. Thus, it is observed that the State Gymnasium, secondary institution founded in 1945 in Porto Nacional-TO collaborated decisively with the institutionalization of public secondary education in Tocantins (northern Goiás).

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

## Quadros

**1.** Políticos portuenses, atuações na instrução primária e projeção no município..... 43
**2.** Escolas de instrução primária localizadas na região norte de Goiás – atual estado do Tocantins (1830-1840) ..... 49
**3.** Escolas de instrução primária existentes na região norte de Goiás (1886) ..... 52
**4.** Relação de alunos matriculados na Escola de instrução primária para o sexo masculino em Porto Imperial (1871) que posteriormente assumiram cargos públicos eletivos e na área da educação neste município ..... 64
**5.** Quadro demonstrativo do número de alunos matriculados nas Escolas de instrução primária de Porto Imperial e os respectivos professores e inspetores de ensino (1858-1888) ..... 69
**6.** Inspetores de ensino em Porto Imperial (1835 – 1888) ..... 71
**7.** Professores que figuraram na Escola de instrução primária para o sexo masculino em Porto Imperial (1839-1888) ..... 73
**8.** Professoras que figuraram na Escola de instrução primária para o sexo feminino em Porto Imperial (1860-1889) ..... 76
**9.** Intendentes municipais de Porto Nacional que tiveram relação direta com a educação (1891-1930) ..... 84
**10.** Representantes de Porto Nacional na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal na primeira República e sua relação direta com a educação neste município ..... 86
**11a.** Escolas primárias públicas existentes nos municípios da região norte de Goiás - atual estado do Tocantins (1929) ..... 97
**11b.** Escolas primárias públicas existentes nos municípios da região norte de Goiás - atual estado do Tocantins (1929) ..... 98
**12.** Número de alunos matriculados nas escolas públicas em Porto Nacional (1890-1929)100
**13.** Professoras da Escola Primária para o sexo feminino em Porto Nacional (1890-1930)104
**14.** Professores da Primeira Escola Primária para o sexo masculino em Porto Nacional (1889-1930) ..... 105
**15.** Professores da Segunda Escola Primária para o sexo masculino em Porto Nacional (1926-1930) ..... 106

**16.** Nome dos inspetores de ensino das instituições escolares em Porto Nacional (1889-1930) ..... 107
**17.** Currículo do ensino primário das escolas públicas em Porto Nacional (1926) ..... 109
**18.** Aulas avulsas de ensino secundário na região norte de Goiás - atual estado do Tocantins (1929) ..... 117
**19.** Panorama da Aula avulsa do ensino secundária em Porto Nacional (1900- 1930)..... 123
**20.** Alunos matriculados na Aula avulsa do ensino secundário de Porto Nacional sob a direção do Fr. Bertando Maria Olleris (1926) ..... 124
**21.** Paróquias localizadas na diocese de Porto Nacional ..... 130
**22.** Número de alunos matriculados no ensino primário do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1890-1929) ..... 136
**23.** O currículo oficial do ensino primário do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1926) 137
**24.** Disciplinas que compunham o currículo do Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1924) ..... 139
**25.** Horário do Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1924) ..... 140
**26.** Professoras do Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1928) ..... 141
**27.** Alunas do Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1921-1925) ..... 142
**28.** Número de alunas matriculadas no Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1921-1929)..... 143
**29.** Número de instituições escolares no Estado de Goiás (1930-1939) ..... 152
**30.** Escolas isoladas criadas na região norte de Goiás – atual estado do Tocantins (1931-1945)..... 155
**31.** Grupos escolares criados na região norte de Goiás – atual estado do Tocantins (déc. 1930). ..... 157
**32.** Grupos escolares criados na região norte de Goiás – atual estado do Tocantins (1945)158
**33.** Número de alunos e professores responsáveis pelas escolas primárias urbanas em Porto Nacional antes da criação do grupo escolar (1935) ..... 161
**34.**Escolas criadas na região norte de Goiás – atual estado do Tocantins pela Campanha Nacional de Alfabetização (1937) ..... 164
**35.** Escolas dos distritos (vilas/fazendas) de Porto Nacional (1930-1935) ..... 167
**36.** Instituições que ofereciam o Curso Normal no estado de Goiás em 1930 ..... 179
**37.** Movimento de concluintes no Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1930-1945) ..... 180

**38.** Município de origem das alunas concluintes do Curso Nornal do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1940) ..... 181
**39.** Ginásios criados no estado de Goiás até 1939..... 187
**40.** Número de instituições escolares primárias e alunos matriculados em municípios da região norte de Goiás – atual estado do Tocantins (1957) ..... 201
**41.** Data de criação do curso ginasial nos municípios da região norte de Goiás – atual estado do Tocantins (1945-1960) ..... 202
**42.** Relação das instituições de ensino secundário públicas dos Estados de Goiás e Tocantins (1958) ..... 204
**43.** Nome dos diretores que administraram o Ginásio Estadual de Porto Nacional (1946 - 1960)..... 216
**44.** Relação dos professores do Ginásio Estadual de Porto Nacional e as respectivas disciplinas e séries às quais iriam ministrar (1949) ..... 219
**45.** Relação dos alunos matriculados na primeira turma do Ginásio Estadual de Porto Nacional (1946)..... 229
**46.** Rede estadual do ensino secundario e normal no Estado de Goiás (1960) ..... 240
**47.** Números de alunos matriculados no Colégio Estadual de Porto Nacional (1966-69) . 244
**48.** Situação do Ensino Médio (ginásio e científico) na região norte de Goiás – atual estado do Tocantins (1969). ..... 247
**49.** Número de professores em exercício em Porto Nacional, licenciados por Faculdades de Filosofia (1966-1969)..... 259
**50.** Números de professores em exercício no Ensino Médio em municípios do Tocantins (antigo norte goiano), com discriminação dos licenciados por Faculdade de Filosofia (1969) ..... 260
**51.** Professores do Colégio Estadual que cursaram a Licenciatura Curta (195-1977) ..... 264
**52.** Habilitação exigida pela Lei nº 8.780 de 23/01/1980 para o exercício do magistério de ensino de 2º grau..... 265
**53.** Nome dos diretores que administraram o Colégio Estadual de Porto Nacional (1971-1988) ..... 267
**54.** Municípios e instituições escolares públicas que compunham o quadro da Delegacia Regional de Ensino de Porto Nacional (1988) ..... 270
**55.** Municípios do estado do Tocantins (antigo norte goiana) que oferecia Curso Normal em 1969 ..... 276

**56.** A formação dos professores primários das instituições estaduais em Porto Nacional (1969) ..... 277
**57.** Municípios e instituições escolares públicas que ofereciam o Curso Normal na Regional de Ensino de Porto Nacional (1988) ..... 279
**58.** Total de alunos matriculados no ensino médio do CEM Prof. Florêncio Aires (1988) 281
**59.** Municípios mais populosos do Estado do Tocantins e o número de matrículas no Ensino Médio (1990) ..... 283

## Tabela

**1.** Número de crianças de 7 a 11 anos não matriculados no ensino fundamental, em alguns municípios do estado do Tocantins – antigo norte goiano ..... 164

## Figuras

**Capa.** Alunos do Ginásio Estadual em comemoração cívica
**1.** Min. Salvador Pena Mascarenhas – 1º diretor do Ginásio Estadual de Porto Nacional... 28
**2.** Mapa da Capitania de Goiás (1809) ..... 31
**3.** Alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus ..... 81
**4.** Alunos do Grupo Escolar de Porto Nacional ..... 149
**5.** Alunos do Ginásio Estadual de Porto Nacional ..... 191
**6.** Alunos do Colégio Estadual de Porto Nacional ..... 238

# LISTA DE SIGLAS

AHG – Arquivo Histórico de Goiás

ATI – Associação Tocantinense de Imprensa

CEM – Centro de Ensino Médio

CENOG – Casa do Estudante do Norte Goiano

CEP – Centro Estudantil Portuense

CFPP – Centro de Formação de Professores Primário

CNEG - Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos

CTM – Centro de Treinamento do Magistério

CONORT – Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano

CONTAP – Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

DRE – Delegacia Regional de Ensino

EMC – Educação Moral e Cívica

EPEM – Equipe de Planejamento do Ensino Médio

FAFING – Faculdade de Filosofia do Norte Goiano

FACEA – Faculdade de Educação e Ciências de Araguaina

INEP –Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OSPB – Organização Social e Política do Brasil

PABAEE – Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUPREC – Superintendência Regional de Educação e Cultura

TO – Tocantins

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFT – Universidade Federal do Tocantins

USAID – United States Aid International Development

# TOPÔNIMOS DE ALGUNS MUNICÍPIOS DO TOCANTINS (ANTIGO NORTE GOIANO)[1]

Almas – São Miguel e Almas

Araguacema – Presídio de Santa Maria, Santa Maria do Araguaia

Araguaina – Lontra

Araguatins – São Vicente, São Vicente do Araguaia

Aurora do Tocantins – Saco, Manhã, Nossa Senhora do Bomfim, Aurora do Norte

Arraias – Chapada dos Negros

Brejinho de Nazaré - Brejinho, Nossa Senhora de Brejinho

Conceição do Tocantins – Conceição do Norte

Couto Magalhães – Porto Franco

Cristalândia - Chapada

Dianópolis – Duro, São José do Duro

Filadélfia - Porto dos Paulas

Goiatins - Porto do Sítio – Santanápolis

Itaguatins - Santo Antônio

Lizarda – Boa Sorte, Perotaba

Miracema do Norte – Xerente, Bela Vista

Monte Alegre de Goiás - Chapéu – Santo Antônio do Morro do Chapéu

Monte do Carmo – Carmo, Nossa Senhora de Monte do Carmo

Natividade – São Luís, São Pedro Afonso, Santa Rosa do Tocantins, Bela Vista do Tocantins

Novo Acordo – Dourados

Paranã - Palmas

Pedro Afonso – São João, Travessador dos Gentios, Perolândia, Distrito da Paz, São Pedro Afonso

Peixe - Santa Terezinha, Santa Cruz dos Itans, Santo Antônio do Peixe

Pium – Piaus

Ponte Alta do Tocantins – Jalapão, Bom Jesus de Ponte Alta

---

[1] Dados baseado no Levantamento parcial da nomenclatura dos municípios goianos (AHG), Nascimento (2007), IBGE (1958).

Porto Nacional – Porto Real, Porto Imperial

Taguatinga – Santa Maria da Taguatinga

Tocantínia - Piabanha

Tocantinópolis – Joviânia, Ivolândia, Boa Vista

São João da Aliança – Olhos d'Agua

## ANTIGOS POVOADOS E DISTRITOS DE PORTO NACIONAL

Brejinho de Nazaré – Brejinho, Nossa Senhora de Brejinho

Canela

Cristalândia - Chapada

Extrema

Fátima

Gurupi

Indaiá - Cocô

Interlândia - Baliza

Ipueiras

Landi

Lajeado

Macaúba – Pedra de Amolar

Malhadinha

Monte do Carmo - Nossa Senhora de Monte do Carmo

Novo Acordo

Palmeiras

Pium - Piaus

Ponte Alta - Bom Jesus de Ponte Alta

Porto Real

São Felix- Prata

Taquaruçuzinho

# SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO** ..... 19

**CAPÍTULO I – PORTO NACIONAL: REFERÊNCIAS HISTÓRICAS E EDUCACIONAIS NO IMPÉRIO** ..... 28

1.1 Antecedentes históricos de Porto Nacional: organização político-administrativa ..... 29

1.2 O poder oligárquico em Porto Imperial e sua relação com a educação ..... 37

1.3 A Igreja Católica em Porto Imperial: a inserção dos dominicanos ..... 40

1.4 Instrução primária na região norte de Goiás: a institucionalização das Escolas Primárias em Porto Imperial ..... 46

1.5 Organização e funcionamento das Escolas de instrução primária em Porto Imperial .... 56

1.6 Os profissionais da educação: os inspetores de ensino e os professores das Escolas de instrução primária em Porto Imperial ..... 68

1.7 A instrução secundária na região norte de Goiás no Período Imperial ..... 77

**CAPÍTULO II – PORTO NACIONAL: ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E EDUCACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA** ..... 81

2.1 Organização politico-administrativa em Porto Nacional: a interface do poder oligárquico com a Educação ..... 82

2.2 Aspectos sócio-culturais que interferiram na educação portuense na Primeira República: os periódicos locais ..... 89

2.3 A educação primária em Porto Nacional: as escolas isoladas (1889-1929) ..... 93

2.4 A municipalização da educação primária em Porto Nacional ..... 111

2.5 O ensino secundário em Porto Nacional: a aula avulsa secundária (1896-1929) ..... 116

2.6 A educação católica: uma trilha sócio-educativa em Porto Nacional ..... 125

2.7 O Colégio Sagrado Coração de Jesus: o ensino privado em Porto Nacional ..... 134

2.8 O Seminário São José e/ou o Externato São Thomaz de Aquino: a mão da Igreja Católica na formação masculina da sociedade portuense ..... 144

**CAPÍTULO III – ORGANIZAÇÃO DO ENSINO EM PORTO NACIONAL (1930-1945)** ..... 149

3.1 A educação na ordem política brasileira: Porto Nacional de 1930 a 1945 ..... 150

3.2 Ensino primário público em Porto Nacional: das escolas isoladas ao Grupo Escolar . 153
3.3 Campanha nacional de alfabetização: escolas rurais, isoladas, mistas e paroquiais em Porto Nacional ..... 163
3.4 Os alunos das escolas primárias em Porto Nacional: a distinção social..... 171
3.5 Estado, Igreja e Educação em Porto Nacional após a Revoluação de 1930..... 173
3.6 A formação de professores primários em Porto Nacional: o Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus..... 178
3.7 Ensino secundário em Porto Nacional: da aula avulsa pública ao ensino secundário privado ..... 186

**CAPÍTULO IV – O GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL (1945-1960)** 191
4.1 O Ginásio Oficial de Porto Nacional: gênese, instituicionalização e instalação física 192
4.2 Da organização do Ginásio Estadual: princípios e finalidades..... 207
4.3 Os profissionais do Ginásio Estadual: formação, ingresso e gestão..... 210
4.4 O currículo escolar: seus desdobramentos no cotidiano do Ginásio Estadual de Porto Nacional..... 218
4.5 Processo de avaliação: o exame de admissao e a avaliação escolar..... 225
4.6 Dos alunos: matrículas, agremiações e disciplina escolar..... 227

**CAPÍTULO V – O COLÉGIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL: ENTRE POLÍTICAS DE ESTADO E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO TOCANTINS**..... 238
5.1 O Ensino Secundário em Porto Nacional: de Ginásio a Colégio Estadual ..... 239
5.2 A profissionalização do Ensino de 2º Grau no Colégio Estadual de Porto Nacional... 248
5.3 A qualificação dos professores para o magistério do Ensino Secundário do Colégio Estadual: dos cursos da CADES à interiorização do Ensino Superior em Porto Nacional 256
5.4 O Colégio Estadual, a Delegacia Regional de Ensino e a formação do professor primário ..... 268
5.5 O Colégio Estadual, cultura e educação em Porto Nacional ..... 279

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**..... 287

**REFERÊNCIAS** ..... 292

# INTRODUÇÃO

O município de Porto Nacional, espaço-tempo de análise deste estudo localiza-se no estado do Tocantins[2], antiga região norte do estado de Goiás. A origem da cidade portuense está datada entre a última década do século XVIII e início do século XIX, de modo que ela foi emancipada em 1861. A sede deste município carrega, em seu próprio nome, uma carga histórica engendrada por diferentes contextos políticos nacionais, pelos quais passou, tendo sido inclusive nomeada por Porto Real, Porto Imperial, e, finalmente, Porto Nacional.

A cidade de Porto Nacional era conhecida, em contradição à alcunha de "região do atraso"[3], onde era localizada, como a "capital cultural do norte goiano", atributo a ela conferido desde o final do século XIX[4]. Foi, também, considerada berço dos primeiros movimentos em prol da separação da região norte de Goiás e, por consequência, da projeção e criação do estado do Tocantins[5].

As instituições educacionais portuenses, em meio a suas condições objetivas, tiveram uma importância peculiar para o Tocantins. Em pleno isolamento geográfico, essas instituições contribuíram de forma significativa para a constituição da história da educação em Porto Nacional e na região denominada, naquela época, como norte goiano. Em parte, isso se explica, de fato, pela soma de fatores que incluem o isolamento em relação à capital do Estado e/ou a localização geográfica à margem do rio Tocantins, como também a presença, na educação daquele município da influência da cultura francesa e religiosa, por meio dos representantes da ordem dominicana que chegaram em Porto Nacional no final do período Imperial, e ali edificaram instituições educativas como o Colégio Sagrado Coração de Jesus, no ano de 1904.

---

[2] O estado do Tocantins (TO), criado com a promulgação da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 e instalado no dia 1º de janeiro de 1989, originou-se do desmembramento do estado de Goiás, correspondente ao antigo norte goiano, conhecido, historicamente, como a "região do atraso". Este ato político-administrativo coroou uma reivindicação histórica de muitas gerações de "goiano-tocantinenses", em decorrência, principalmente, de uma secular história de luta em função do abandono a que a região esteve condenada. Assim, ficou também em segundo plano, na vida política e administrativa de Goiás, a educação dessa região, para qual os investimentos públicos eram ínfimos. Com a divisão do estado de Goiás o estado do Tocantins ficou localizado geograficamente na região norte do País.

[3] Ver discussões sobre as expressões "norte goiano" e a "região do atraso" dentre outros autores em Parente (2007).

[4] Em algumas referências historiográficas, encontram-se "Capital intelectual do norte de Goiás".

[5] Para melhor compreensão dos fatos e situações conjunturais que proporcionaram a criação do estado do Tocantins, ver, dentre outros autores, Cavalcante (1999), Cassimiro (1996), Oliveira (2004a).

Nesse contexto, destaca-se também o papel da família portuense no propósito de proporcionar uma base educacional àquela população, fato que pode ser compreendido por meio das considerações de Saviani (2007, p.7), quando diz que:

> [...] não se pode negar que a própria família, embora se dedicando, precipuamente, ao trabalho pedagógico primário, portanto institucionalizado, albergou durante um período de tempo relativamente longo a instituição do preceptorado realizando, pois trabalho pedagógico secundário.

Essa prática familiar, portanto, esteve presente, em Porto Nacional, principalmente, no período Imperial. Na verdade, percebe-se forte influência da família portuense (oligarquia) no processo, denominado por Saviani, de trabalho pedagógico primário e secundário.

Assim, na medida em que se "avançou" socialmente no século XX, a oligarquia brasileira passou a dar maior valor à educação e exigi-la para seus filhos e filhas, pois essa era reconhecida modelo de ascensão e/ou manutenção de uma posição de prestígio social. Em Porto Nacional, essa realidade não foi diferente, porque, embora fosse uma cidade situada em uma região geograficamente isolada e desprovida de recursos, com predominância da zona rural sobre a urbana, havia uma penetração da cultura burguesa na sociedade, principalmente, via rio Tocantins.

O cenário de época de Porto Nacional, inclusive, transformou-a em centro de formação que recebia jovens de várias cidades circunvizinhas, até mesmo do sul de Goiás e de outros estados, para que recebessem uma formação com base nos moldes catedráticos que estavam em voga no período. Esses jovens eram filhos de famílias que possuíam capital econômico advindo do antigo setor da mineração e, posteriormente, das fazendas de gado. E, com esse capital, as famílias enviavam seus filhos para Porto Nacional, a fim de que recebessem a educação religiosa e cultural nas instituições educativas locais.

Para compor esse cenário vale destacar mais um marco na educação portuense, que foi a criação do Ginásio Estadual de Porto Nacional, em 1945 e edificado no ano seguinte. Esta instituição educativa mais tarde tornou-se Colégio Estadual, e posteriormente, recebeu a denominação de Centro de Ensino Médio (CEM) Prof. Florêncio Aires.

O Ginásio portuense, assim, no período da década de 1940 a 1980, erigiu uma história que se confunde com a história do próprio município e da região. Afinal, esse

estabelecimento educacional acolheu estudantes oriundos de diversas cidades e estados circunvizinhos, transformando Porto Nacional em um "polo cultural", o que dinamizou o processo educativo e ampliou a projeção política daquele município. Daí, a importância de se conhecer os condicionantes históricos que exerceram influência na criação e no desenvolvimento do Ginásio Estadual na cidade de Porto Nacional. Sobretudo, é importante chamar a atenção para o posicionamento dos diferentes sujeitos e instituições, como a "Igreja Católica" que, nesse processo, constituiu-se um dos centros de impacto dos debates sobre a educação e suas arestas, no período em questão.

Portanto, o presente estudo, vinculado à linha de pesquisa "Estado e Políticas Educacionais," do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação/UFG, nasceu da necessidade de se conhecer e analisar a história da educação no Tocantins, antigo norte goiano, por meio do estudo da escolarização no município de Porto Nacional a partir do século XIX e, particularmente, a trajetória histórica do Ginásio Estadual a partir de meados do século XX.

É importante constar, ainda, que este estudo começou a se formar quando conclusa a pesquisa referente à dissertação do mestrado (2002), que apresentou como objeto de pesquisa "a gestão da educação pública no Tocantins", pós-divisão do estado de Goiás. Assim, considerando ter permanecido uma lacuna historiográfica da educação tocantinense, outrora norte goiano, se processou o caminhar reflexivo por esta pauta. Inicialmente, vinculado ao Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (NEUCIDADES), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), foi desenvolvido o projeto "Memórias de professores e professoras de Porto Nacional (1940-1980)", projeto este, que contou com a participação de 20 ex-professores de instituições educativas de Porto Nacional (ex-alunos, ex-professores e ex-diretores do Ginásio Estadual de Porto Nacional), trabalho que resultou na publicação do livro "Memórias de Professores Portuenses (1940-1980)", sob a organização de Ribeiro, Muta e Silva (2007).

Portanto, nesta perspectiva de estudo, problematizou-se: Quais os condicionantes históricos que influenciaram no processo de desenvolvimento da escolarização em Porto Nacional? O que motivou o processo de implantação e desenvolvimento do primeiro ginásio de ensino público, em Porto Nacional? A quem o mesmo se destinou? Qual a sua finalidade e a importância enquanto instituição educativa no Tocantins?

Conforme Saviani (2007, p. 5), as instituições constituem-se como:

> Um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem.

Tomando como foco a reflexão sobre a história de uma instituição educativa, Magalhães (1998, p. 61-62), expõe que "no plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro (s), (pessoais), através de expectativas institucionais".

Com esta compreensão, empreendeu-se uma reflexão para que essa instituição educacional, o Ginásio Estadual de Porto Nacional, fosse pensada nas suas múltiplas determinações, de modo a se refletir sobre os seguintes objetivos: 1) conhecer os condicionantes históricos (políticos, sociais, religiosos e culturais) que influenciaram no processo educacional vivenciado em Porto Nacional, a partir do século XIX, principalmente, de 1830 a 1945, de maneira que se posicione a emergência da implementação de novas modalidades de escolarização da população; 2) analisar os fatores que exerceram influência na criação do Ginásio Estadual no contexto sócio-cultural da cidade de Porto Nacional; 3) analisar o processo de desenvolvimento do Ginásio Estadual em Porto Nacional e a sua adaptação às reformas da educação brasileira, especificamente, do ensino secundário em Goiás entre as décadas de 1940 a 1980; 4) compreender a influência da educação, e especificamente do Ginásio Estadual, na construção do discurso que legitima Porto Nacional como "Capital cultural do norte de Goiás".

Percebe-se que poucos estudos historiográficos[6] abordam os fatores históricos e organizacionais da educação no território que edificou o mais novo estado da federação brasileira - Tocantins. Mas, apesar disso, ainda há de se destacar alguns dos autores que fazem referências à educação dessa região, dentre os quais se destaca a obra de Genesco Ferreira Bretas (1991), que ao se tratar da instrução pública em Goiás, do período Colonial ao ano de 1930, faz referências à instrução no norte goiano e, portanto,

[6] Entende-se historiografia como expressa Noronha (2007, p.167), como "investigação e escrita da história", ou seja, como expõe Sanfelice (2007, p. 81) "conhecimento crítico da representação e dos processos que determinam o conhecimento e o registro que os historiadores fizeram ou fazem da história-processo".

também constrói referências à educação em Porto Nacional. Nesse sentido, Durval Godinho (1988), de modo mais específico, faz uma escrita sobre a história de Porto Nacional, com referências ao ensino primário e secundário regional, do século XIX a meados do século XX. Nesse campo, Maria de Fátima Oliveira (2004a) também entra em cena, porque, ao discutir cultura e cotidiano em Porto Nacional, de 1880 a 1910, ela destaca alguns aspectos da educação no início do século XX, principalmente, com ênfase à educação desenvolvida por religiosas e religiosos dominicanos. Também são postas em destaque as *Reminiscências* escritas por Antônio Luiz Maya (2003a, 2003b, 2007), uma vez que constituem um compêndio de recordações dos fatos, das ocorrências e dos feitos realizados e vivenciados em Porto Nacional e em destaque também, os romances de Edivaldo de Souza Rodrigues (2006, 2007).

No entanto, apesar do enfoque para a sociedade portuense, nenhuma dessas obras elegeu a história da educação no Tocantins (norte goiano), ou mesmo de Porto Nacional, como o objeto de estudo. Assim, esta pesquisa ganha relevo na medida em que direcionou os estudos para a produção de um campo reflexivo sobre a escolarização em Porto Nacional, mediado pelo Ginásio Estadual. Todavia, para além de preencher lacuna historiográfica sobre a educação na antiga região norte de Goiás, o que torna este estudo mais significativo é a reflexão sobre a sua problemática e a abertura de novos horizontes de pesquisas, em destaque para uma área de conhecimento que também abrange as relações que se estabelecem no âmbito social e cultural dessa região.

Nesse sentido, para se expor reflexivamente o processo de desenvolvimento da educação no Tocantins (norte goiano), e em relevo a escolarização em Porto Nacional, optou-se por um corte cronológico que recua a pesquisa às primeiras referências sobre a escolarização neste município, mais especificamente, ao final dos anos de 1830, estendendo-se até o final dos anos de 1980, perpassando, portanto, o período de criação do Ginásio Estadual de Porto Nacional (1945) e a criação do Estado do Tocantins (1988).

Então, nessa busca de conhecimento e de reflexão histórico-educacional sobre o Ginásio Estadual, percebeu-se, que a abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas poderia contribuir como alicerce para tais inflexões. Conforme Magalhães (2005, p. 101) a história de uma instituição educativa se compõe basicamente de um quadro, de uma ação que corresponde a uma apropriação e de um epílogo:

> O quadro compreende o contexto histórico, geográfico e a materialidade que, para além do modo de produção e do funcionamento, inclui toda a realidade processual e material, enquanto a acção corresponde à objetivação relacional, seja nos planos didáctico e pedagógico, seja nos planos social e grupal, traduzindo-se na representação, que, entre outros aspectos, também visa à inscrição/avaliação dos papéis e dos graus de empenhamento dos agentes.

Em relação à apropriação o autor destaca que nessa categoria, inclui "as dimensões institucionais e as aprendizagens, mas também as vivências, as interiorizações, as representações deferidas, enfim os processos de subjetivação que fizeram e marcaram a identidade e a história de vida dos sujeitos" (MAGALHÃES, 2005, p. 101).

Nesse sentido, este estudo coloca-se na perspectiva de que o conhecimento é produzido por sujeitos históricos. Assim, ao longo do percurso da pesquisa e da produção do texto, ficou-se atenta às diversas formas de expressão e nas representações dos sujeitos que participaram da institucionalização e da consolidação do Ginásio Estadual. Conforme Delgado (2006, p. 56) os sujeitos construtores da História são "todos que anonimamente ou publicamente deixam sua marca, visível ou invisível no tempo em que vivem no cotidiano de seus países e também na história da humanidade". Portanto, particularmente, buscou-se fazer emergir na trajetória história do Ginásio de Porto Nacional, com os seus sujeitos, os seus tempos e os seus espaços, o que possibilitou maior interesse pela produção de um conhecimento mais profícuo sobre a educação no Tocantins, ou seja, dos primórdios do que fundamentaria a estruturação da educação nesse Estado.

Conforme Magalhães (1999, p. 69) "a história das instituições educativas constitui um processo epistêmico que medeia entre a(s) memória (s) e o arquivo". Assim, nesse caminhar, este estudo, toma, também, como uma das matrizes metodológicas a história oral, que tem na memória e nos relatos de depoentes sua principal fonte de informação. Considerando, conforme Thompson (1992), que ela possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Trabalhou-se, portanto, com a memória, percebendo-a como uma construção do passado, portanto carregada de emoções e vivências, traduzida nas falas, nas omissões, no silêncio e nos lapsos de cada depoente (POLLAK, 1989). Nessa perspectiva, a memória, tem potencialidades múltiplas, que correspondem à heterogeneidade das experiências humanas. O ato de recordar é quase sempre individual, mas a memória,

segundo Halbwachs (2006), está inserida nos quadros sociais da vida humana, ou seja, é um fenômeno coletivo e social.

Com essa compreensão, este estudo apóia-se, além de outras fontes, nas memórias individuais e coletivas narradas sobre a educação em Porto Nacional, publicadas em Ribeiro, Muta e Silva (2007). Vale destacar que estas memórias remetem, mais especificamente, ao período cronológico após a criação do Ginásio Estadual. Assim, trabalhou-se com memória, fundamentalmente, sem se preocupar em indagar se ela é ou não confiável, uma vez que, não há neutralidade em qualquer abordagem do passado. Contudo, precisa-se analisar a memória buscando entender atentamente a sua composição e, através dela, os significados atribuídos à experiência e sentimentos que cada sujeito viveu dentro do grupo (MACÊDO, 2007).

No entanto, este estudo foi possível pela incursão nos tempos e espaços-lugares que falam e, por vezes, "nem falam" do objeto em estudo. Então, entre os diversos lugares de memória percorridos, estão os arquivos localizados na cidade de Goiânia: o Arquivo Histórico do Estado de Goiás (AHE), o Instituto Histórico de Goiás, o Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos – Brasil Central (IPEH-BC), e os arquivos da cidade de Porto Nacional: Arquivo do CEM Prof. Florêncio Aires (Ginásio Estadual de Porto Nacional), o Arquivo do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Porto Nacional, o Arquivo da Diocese de Porto Nacional, o Arquivo da Câmara Municipal de Porto Nacional, o Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional e Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional. Em cada arquivo encontram-se documentos conforme a especificidade de cada instituição e período em estudo. Tomando como exemplo as denominadas "caixas dos municípios" do Tocantins (antiga região norte de Goiás) encontradas no Arquivo Histórico do Estado de Goiás são compostas, principalmente, no que se trata à educação, por mapas de matrículas e frequência dos alunos, bem como, por termos de exames, termos de posse dos professores, relatórios e ofícios dos inspetores de ensino e da Câmara Municipal de cada cidade. Além disso, é passivo de se encontrar nesses lugares de memória as fontes oficiais (leis, decretos, regulamentos, diários oficiais, dentre outros), que assim como outros documentos deve-se concebê-las como resultados de práticas sociais (SAVIANI, 1996).

Conforme Pollak (1992, p. 8), "se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é". Para este autor não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral e, portanto, nenhuma destas fontes pode ser tomada tal como se apresenta. Em face do exposto, considerou-se como documento todo e qualquer

suporte material a que possa ser atribuída, de modo arbitrário, científico ou não, a existência de um conteúdo informacional. Dessa forma, foram arrolados documentos textuais - manuscritos, datilografados, digitados e impressos (MIGUEL, 1993 *apud* MACÊDO, 2007).

De certa maneira tem-se aprendido que o ofício do historiador não é tarefa fácil. Lidar com fragmentos, com indícios e pistas na construção do conhecimento histórico fez-se trabalho árduo. Por outro lado, sinaliza-se, também, que o historiador pode lançar mão da sua persistência para (re)construir seu objeto de estudo, métodos e instrumentos teórico-metodológicos que lhe permitam fazer uma releitura desse objeto. Ante o exposto e buscando dotar de uma dinâmica que corresponda ao caminho percorrido para apreender o objeto desta pesquisa, o presente estudo, além dessa introdução, conta com mais cinco capítulos e uma conclusão (considerações finais).

No primeiro capítulo procura-se situar o município de Porto Nacional no contexto geográfico da região norte de Goiás (atual estado do Tocantins) e explicitar o processo de escolarização no cenário dessa região e, particularmente em Porto Nacional, no contexto histórico do Período Imperial, exercendo relações a questões de cunho político, religioso e cultural.

A educação em Porto Nacional no período da Primeira República é a tônica do capítulo segundo. Assim, procura-se analisar nele o processo de desenvolvimento da escolarização permeada pela influência dos fatores político, religioso e cultural no contexto em estudo. Especificamente, busca-se compreender o desenvolvimento do ensino secundário, apresentando as nuances do ensino público e privado e a influência da Igreja Católica nesse processo.

O capítulo terceiro apresenta uma abordagem acerca das tendências reformistas da educação do período que compreende entre 1930 e 1945 e como essas reformas nortearam a organização da educação em Porto Nacional de modo que se posicionou a emergência da implementação de novas modalidades de escolarização da população. Especificamente, analisa-se a situação do ensino secundário em Porto Nacional e o papel da Igreja Católica no que diz respeito à simbiose entre o público e o privado no atendimento a este nível de ensino.

O quarto capítulo apresenta o estudo sobre a trajetória histórica do Ginásio Estadual em Porto Nacional (1945-1960), destacando aspectos normativos da sua criação, instalação e desenvolvimento, bem como, referências sobre os professores, os alunos, o currículo e o seu processo de seleção e avaliação.

O capítulo cinco situa a transição do Ginásio para Colégio Estadual e as implicações do contexto político e social na educação desta instituição da década de 1960 à década de 1980. Ainda nesse capítulo, procurou-se apresentar uma abordagem teórico-prática, de modo que a mesma compreendesse a formação dos professores primários e secundários em Porto Nacional, no período em curso, e sua vinculação com o Colégio Estadual instalado neste município.

# CAPÍTULO I

## PORTO NACIONAL: REFERÊNCIAS HISTÓRICAS E EDUCACIONAIS NO IMPÉRIO

**Figura 1.** *Min. Salvador Pena Mascarenhas- 1º diretor do Ginásio Estadual de Porto Nacional.* Fonte: RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007.

## 1.1 Antecedentes históricos de Porto Nacional: organização político-administrativa

O povoamento de Goiás, em função da sua extensão territorial, se deu de forma vagarosa e diversificada. Assim, o processo de formação dos primeiros núcleos urbanos procedera, principalmente, do desenvolvimento da mineração durante o século XVIII. Os limites da capitania de Goiás eram bastante vagos no século XVIII e a lógica de suas fronteiras esteve vinculada à necessidade de resguardar as jazidas descobertas. Os limites foram demarcados pelos grandes rios, sendo que ao sul da capitania figuravam as bacias Paranaíba/Grande e, ao norte, as bacias do Tocantins/Araguaia. Essas divisas "naturais" constituíram, também, pontos de atração entre as populações ribeirinhas (CAMPOS, 2003; ESTEVAM, 1998).

Portanto, os primeiros arraiais do ouro foram fundados no centro-sul dessa capitania, tendo sido "descobertos" nos anos de 1720-1730. A partir da década de 30 do século XVIII, surgiram as minas ladeando o rio Tocantins, prosseguindo a sucessão de descobertas/assentamentos ao norte goiano, até a metade do século (PALACIN, 1979)[7].

A localização dos arraiais em Goiás, na metade do século XVIII, apesar de esparsos, estendia-se por quase todo o território. Por meio do Alvará de 18 de março de 1809, o Príncipe Regente, D. João VI, tendo em vista objetivos mercantilistas, dividiu a Capitania de Goiás em duas comarcas (ouvidorias). Tratava-se da Comarca do Sul, com a designação de Vila-Boa, que compreendia Vila Boa (capital), Crixás, Pilar, Meia Ponte, Santa Luzia, Santa Cruz, Desemboque e, ainda, a Comarca do Norte, denominada de São João das Duas Barras, que abarcava a vila do mesmo nome e os julgados de Porto Real, Natividade, Conceição, Arraias, São Félix, Cavalcante, Flores e Traíras (Cf. Figura 2, p. 31).

De modo mais específico, ao se tratar do arraial de Porto Real, não se sabe dizer, com exatidão, o ano em que ele surgiu. As referências que constam sobre o seu surgimento são datadas do final do século XVIII e início do século XIX[8]. Mas, um dado relevante é que, embora a exploração da mineração fosse uma das principais causas do surgimento dos arraiais em Goiás no período em questão, no caso de Porto Nacional,

[7] Na visão de Pedreira Neta (2005, p. 30), o estudo do povoamento da região norte do Estado de Goiás, que hoje compreende o Estado do Tocantins, deve levar em conta os primeiros habitantes da região, pois, segundo a autora, "é um equívoco pensar que a história do Tocantins começa com as primeiras incursões dos bandeirantes no final do século XVI, ou que os grupos indígenas que lá viveram antes da chegada do europeu colonizador não tenham importância histórica para a região".

[8] Sobre a origem do município de Porto Nacional, ver, dentre outros autores, Godinho (1988), Giraldin (2002) e Pedreira Neta (2005).

este não foi o primordial fator que lhe fomentou a existência, sobretudo, porque nesse arraial não foram exploradas minas de ouro. O que ocorreu, no entanto, é que a mineração, em parte, concorreu para o desenvolvimento de Porto Real, na medida em que essa localidade era via de escoamento, por meio do rio Tocantins, do ouro, das minas do norte do estado de Goiás (Monte do Carmo e Pontal), principalmente, para a Europa (Portugal).

Todavia, sobre a criação do arraial de Porto Imperial, a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, informa que:

> Porto nasceu no final do século XVIII, sob os auspícios dos bandeirantes portugueses, auxiliados pelo braço escravo da raça africana. O ouro que abundava em profusão nas minas de Carmo e Pontal atraía os aventureiros luzitanos e mamelucos ao centro do País para enfrentarem as tribos bravias que habitavam os sertões desconhecidos (IBGE, 1958, p. 377).

Baseado em dados divulgados por Silva e Sousa (1967 *apud* OLIVEIRA, 2004a), a população de Porto Real, em 1812, estava calculada em 1.867 habitantes (homens e mulheres), assim distribuída: brancos (81), pretos (429), pardos (513) e escravos (844)[9]. Nesse sentido, a composição da população portuense, registrada no início do século XIX, evidencia que aquela sociedade atingiu um significativo grau de "mestiçagem", particularmente, ao se considerar o grande contingente numérico de pretos, pardos e escravos que, conforme dados supracitados, se somavam a uma minoria de brancos.

Embora não haja destaque para a mensuração da população indígena[10] nos dados apontados por Silva e Sousa (1967 *apud* OLIVEIRA, 2004a), na compreensão de Godinho (1988, p. 36) em relação à constituição da população portuense destaca que:

> A aglutinação se manifestou através de completa sedimentação, ou melhor, numa continuada miscigenação de que tomou parte solidária o elemento autóctone. [....]. Porto Real [...] é resultante daquela inicial heterogeneidade étnica, cuja caracterização própria – a peculiaridade do meio ambiente e o isolamento secular emprestaram à região uma especial originalidade, um processo de vida diferente do tipo da civilização influenciada no convívio da órbita sulina.

---

[9] Por seu turno, Godinho (1988), faz referência a essa população como representativa da jurisdição.

[10] Conforme Giraldin (2004) a região a leste do Tocantins era habitada (onde ainda habitam hoje) pelos Xerentes. Segundo as pesquisas deste autor, os Xerentes ocupavam terras das duas margens do rio Tocantins, desde próximo ao arraial do Pontal (atualmente no município de Porto Nacional), chegando até à região de Rio do Sono e Pedro Afonso.

**Figura 2**: *Mapa da Capitania de Goiás (1809).* Fonte: NASCIMENTO, 2007, p. 30.

Neste quadro, fica ainda patente a forte dose de contribuição africana e indígena na amostra demográfica desse município[11]. Por outro lado, em se tratando sobre a constituição do arraial de Porto Real, Godinho (1988, p. 17) ainda considera que sua formação obedeceu mais aos fatores políticos e estratégicos do que à "cobiça do ouro estonteador e fatídico", não configurando, assim, este como sendo o objetivo central de sua edificação. Para este autor, portanto, a cidade nasceu de imperativa conveniência social e política da época, pois, vários fatores, em cadeia, podem ter influenciado o desenvolvimento portuense. Por essa compreensão, destaca-se que "o interesse do erário, a necessidade de defesa, a garantia da população, a conveniência de assegurar a posse dessa vasta parte da Capitania, forçaram inadiável e salutares providências da administração".

Pode-se enfatizar, também, que como circunstâncias propiciadoras do rápido desenvolvimento de Porto Real, se apresentam dois fatores: o êxodo dos habitantes do Pontal (por volta de 1805)[12] e de muitos habitantes do Carmo para esse arraial, em função, principalmente, da decadência da mineração e a transferência da Cabeça de Julgado do Carmo para Porto Real (1809), pelo desembargador Teotônio Segurado. Em relação a esse fato, pode-se tomar como ilustração a narrativa da ATI (1979, p. 5), quando expressa que:

> Com o *desideratum* de fazer crescer o futuroso Porto Real, Teotônio Segurado convidou as principais famílias de Carmo a virem residir no novo Arraial, onde estariam protegidas dos assaltos dos gentios pela presença da força policial e pela vantagem da localização de Porto na margem do Tocantins, via natural de transporte para Belém do Pará, único mercado abastecedor do Setentrião (grifo do autor) .

Assim, é notório que, à medida que a exploração das minas auríferas nos povoados vizinhos (Carmo e Pontal) entrava em declínio – particularmente, a partir do final do século XVIII e início do século XIX -, Porto ia se despontando como polo comercial na região.

---

[11] Em seus estudos Apolinário (2000), busca descortinar algumas vivências escravistas no antigo norte goiano no período setecentista. Conforme a autora, nesse período, deparou-se com escravos negros africanos bandos, sudaneses e os nascidos no Brasil. Ainda segundo a autora, os escravos eram tratados como instrumentos de produção, necessários nas minas, nas roças, nas fazendas de gado, nos serviços domésticos e em outras atividades artesanais.

[12] Na concepção de Godinho, o arraial de Pontal desapareceu em função do massacre da população mineradora por freqüentes ataques de grupos indígenas, o que teria levado a população sobrevivente a mudar-se para Porto Real, enquanto na visão de Giraldin o desaparecimento de Pontal relaciona-se muito mais à decadência das minas de ouro nesta região.

Mas, a importância de Porto Imperial também se deve ao fato de ter se firmado como "celeiro regional" em função, essencialmente, da fertilidade das suas terras ribeirinhas, próprias para a lavoura e pastoreio. E, de modo complementar, a legitimação portuense nesse cenário ainda se deu graças à nascente indústria de construção de embarcações para escoamento de ouro e produtos nativos, bem como, para a importação das mercadorias necessárias à região. Assim, Porto Imperial, desde a segunda metade do século XIX, praticamente isolado do centro-sul, estreitou os laços comerciais, principalmente, com a cidade de Belém, situada no estado do Pará[13] - por intermédio do rio Tocantins[14] - e com a Bahia - por via terrestre (RODRIGUES, 2006).

Segundo Rodrigues (2006), Porto Imperial, mantinha forte ligação comercial com Barreiras, em particular, porque os produtos que não podiam ser comprados ou transportados de Belém do Pará eram fornecidos pelos comerciantes desta cidade baiana. Nesse ponto, pode ser completado com as informações de Ramos (1917) quando diz que em território baiano, os fazendeiros e criadores desse município demandaram o porto de São Marcello como ponto terminal da navegação do rio Preto.

Agregado a esse contexto, Rodrigues (2006), destaca, ainda, que o incentivo do governo brasileiro ao projeto de extração da borracha, naquele período, também foi um dos fatores que proporcionou o fortalecimento do comércio dos produtos exportados por Porto para a cidade de Belém, situada no estado do Pará:

> Nesse aquecimento econômico o mercado se abre ainda mais e o consumo de carne, arroz, feijão, milho, algodão, gordura de porco, além de ouro, prata e pedras preciosas, aumentou consideravelmente, e Porto Nacional e região, cada vez mais, enviava a Belém seus botes abarrotados desses produtos, que de volta traziam novidades do Brasil desenvolvido e da Europa (p. 25).

Destarte, embora o norte do estado de Goiás outrora fosse exposto como sendo a região mais pobre da província, a sua localização geográfica foi bastante significativa para o desenvolvimento da economia regional, haja vista o contato comercial que fora tecido com o estado do Pará, porta de entrada e saída para a Europa e Américas (CAVALCANTE, 1999). Por seu turno, Porto Imperial, que pouco a pouco foi

[13] Conforme Rodrigues (2006, p. 23-24), Belém, que em 1751 foi sede da capitania do Grão-Pará, e posteriormente, capital do Estado do Pará, "era um centro de excelência comercial para toda a região central do Brasil. A sua localização, na baia do Guajará, de frente para a Europa, proporcionava ótimas condições para comprar e vender produtos aos povos do velho mundo".

[14] Não se pode perder de vista, numa perspectiva mais ampla, que a navegação fluvial dos rios Tocantins e Araguaia faziam parte da política econômica de tentativa de retirar a Capitania de Goiás da crise que se encontrava nas últimas décadas do século XVIII e início do século XIX (PARENTE, 2007).

estreitando o seu relacionamento comercial com Belém, por meio do rio Tocantins, passou a configurar uma postura de diferenciação demográfica e cultural entre o norte e o centro-sul do estado[15].

Nessa perspectiva, um dos aspectos que merece registro em relação ao desenvolvimento cultural portuense, no final do século XIX e início do século XX, é o fato deste município está localizado, geograficamente, às margens do rio Tocantins[16]. Nesse caso, conforme expôs Oliveira (2004a, p. 259),

> Além da função de troca de mercadorias, a navegação representava para o portuense, também um meio de estar em contato com pessoas de outras regiões, portanto, para trocas culturais, pois os ribeirinhos da região norte saíam de uma região central, de uma cidade pequena, indo a uma capital litorânea, que mantinha relações com o mundo exterior.

Assim, como assinalou Oliveira (2004a), além da mudança de alguns hábitos cotidianos, ocorreram mudanças, também, na forma dessa população "ver o mundo". O Prof. Antônio Luiz Maya[17], também compartilha das mesmas ideias, em particular, ao expressar que Porto Nacional se tornou centro cultural do norte do Estado porque tinha o rio, que fazia a ligação comercial da cidade com Belém do Pará, via navegação fluvial (RIBEIRO, MUTA, SILVA, 2007). Portanto, a posição estratégica de Porto Imperial, situada à margem do rio Tocantins, proporcionou sua retirada da condição de total isolamento, de maneira que viesse a se tornar um dos principais centros culturais da região norte do Estado de Goiás.

As pessoas que se deslocavam para o município, impulsionadas pelo comércio à beira do rio, entravam em contato com uma cultura diversificada, vinda de todas as partes da região norte de Goiás, além da influência social de outras regiões brasileiras e da Europa. Então, ao descrever sobre a importância da navegação e do comércio para a população portuense, Audrin (1963, *apud* OLIVEIRA, 2004a), relata que os ricos fazendeiros, os comerciantes, suas mulheres e filhas, sempre trajavam as últimas novidades da Europa e da América. O autor destaca, ainda, a importância do contato

---

[15]Vale ressaltar que a vinculação da região norte de Goiás com Belém (Pará) efetuada por meio do Rio Tocantins, apresentava inúmeros problemas, tornando cada viagem uma "epopéia", como relata Silva, F, (1999).

[16] Conforme Oliveira (2004a), desde a década de 1860 que havia tentativas de incrementar a navegação em Porto Imperial, mas foi a partir da década de 1880 que recebeu maior impulso.

[17] O Prof. Antônio Luiz Maya, também conhecido como Prof. Maya, foi aluno do Grupo Escolar de Porto Nacional e exerceu a função de professor e diretor do Ginásio Estadual de Porto Nacional na década de 1950 e 1960.

com as informações dos acontecimentos no Brasil e no exterior, de forma que esses fomentaram a mudança paulatina em alguns dos hábitos cotidianos e na visão de mundo das famílias portuenses.

Diante do exposto, registra-se que a região norte do estado de Goiás, distante das influências mercantis emanadas por São Paulo e pelo Triângulo Mineiro, sustentava vida própria valendo-se do fator de integração econômica proporcionado pelo rio Tocantins (ESTEVAM, 1998). É pertinente, portanto, tecer um expoente à organização e estrutura político-administrativa do norte goiano no século XIX, dando especial atenção à situação de Porto Nacional que, naquelas circunstâncias, estava sob a alcunha de julgado de Porto Real e, posteriormente, vila e município de Porto Imperial.

Portanto, há de se considerar, nesse tocante, que em 1810, D. João, percebendo o valor do ouro existente no binômio Goiás-Pará, resolveu transferir para Porto Real a Cabeça de Julgado de São João das Duas Barras[18], de modo a determinar que para ali se transportasse o corregedor Joaquim Teotônio Segurado[19]. Como corregedor da Comarca de São João das Duas Barras, ele fez a transferência da Cabeça de Julgado[20] do arraial do Carmo para Porto Real, neste mesmo ano. Godinho (1988, p. 13) justifica que a promoção de Porto Real à Cabeça de Julgado se deveu ao fato de que, na primeira década daquele século "Porto desfrutava de apreciável importância social". Portanto, segundo o autor, a sua "prerrogativa de núcleo estável e sedimentado mereceu as honras de promoção a Cabeça de Julgado".

Nesse período, a jurisdição de Porto Real passou a compreender a sede, o arraial de Pontal, quase despovoado, o arraial do Carmo e a vila de São João das Duas Barras, ainda por construir. Instalada a Cabeça de Julgado, provida de um ouvidor ou corregedor, nomeou-se também o comandante do arraial com o posto de major (sargento-mor), que assumiu os encargos de administração e segurança pública. Nos assuntos relacionados com a justiça, o comandante subordinava-se ao juiz ordinário. Este, por sua vez, dependia do ouvidor da Comarca, tido como a mais alta instância judiciária. E, para assegurar pacífico rendimento do erário, foram criados órgãos de

[18] Para melhor compreensão destes fatos, ver, dentre outros, Cavalcante (1999).
[19] Conforme artigo na revista "Informação Goyana" (1920), Porto teve seus primeiros delineamentos político-administrativos lançados pelo corregedor Joaquim Teotônio Segurado.
[20] Cabeça de Julgado é uma espécie de Termo Judiciário.

arrecadação e vigilância tais como a nomeação da Casa Régia do Conselho[21] e o serviço dos Correios.

Por meio da Lei Provincial, de 14 de novembro de 1831, o julgado de "Porto Real" passou à categoria de vila, com a denominação de "Porto Imperial", instalada em 24 de abril de 1833[22]. Conforme Godinho (1988, p.29) alguns dos principais fatores da promoção de Porto Real a foro de vila foram "o declínio progressivo da mineração nos aglomerados vizinhos, o desaparecimento de Pontal e o incremento da navegação do Tocantins, proporcionadora de ativo comércio com a Praça de Belém do Pará".

A sede do município recebeu foros de cidade pela Lei Provincial nº. 333, de 13 de julho de 1861, editada pelo presidente da Província de Goyaz, José Martins Pereira de Alencastre. Ainda tomando por base Godinho (1988, p. 31), releva-se que este fato se deu em função das condições econômicas e sociais de Porto Imperial que, por sua vez, impunham a necessidade de "uma gerência atuante e decisiva de um governo local mais aparelhado, capaz de disciplinar a vida pública da laboriosa sociedade". Nasceu, então, o município de Porto Imperial, ou melhor, instalou-se o governo municipal.

No que diz respeito a estrutura populacional deste município, vale considerar que, com base no censo deste mesmo ano, 1861, Porto Imperial apresentava uma população de 3.897 pessoas livres e 416 escravos, totalizando 4.313 habitantes. Existiam naquele município quatro escolas criadas, três escolas para alunos do sexo masculino e uma para abrigar o sexo feminino, no entanto encontravam-se em exercício somente duas escolas para o sexo masculino. As escolas em efetivo exercício apresentavam um total de 86 alunos frequentes.

Registra-se, portanto, no que se refere à organização político-administrativa de Porto que, no período Imperial, o município era administrado pela Câmara Municipal, a qual era atribuída a função de órgão executivo. É notório, também, o fato de que Porto Imperial era considerado Paróquia Colada[23], razão pela qual sua Câmara era eleita por outro órgão eletivo, a Assembleia Paroquial, composta de 25 membros, sendo que dentre os seus integrantes era eleita a Mesa Paroquial da Câmara Municipal.

---

[21] Forma de administração que recebeu as sucessivas denominações: Assembléia Paroquial, Câmara Municipal, Conselho Municipal, Intendência Municipal e atualmente, com profundas alterações, Prefeitura ou Poder Municipal (GODINHO, 1988).

[22] "A categoria de vila significava dizer a 'sede do município', já que naquela época vila equivalia ou implicava instituição dos órgãos de administração municipal, ou ainda, era considerada a 'sede autônoma de administração'" (ATI, 1979, p. 5).

[23] A Paróquia Colada consistia-se na paróquia constituída e financiada pelo padroado.

## 1.2 O poder oligárquico em Porto Imperial e sua relação com a educação

No período Imperial o controle do arraial era exercido, geralmente, pelos proprietários de terras ou por "letrados" identificados com interesses de tais proprietários. Após a Independência do Brasil, em 1831, foi criada, pelo Pe. Diogo Antônio Feijó, enquanto Ministro da Justiça, a Guarda Nacional - um corpo paramilitar. Patentes semelhantes com as dos militares da ativa eram oferecidas às lideranças políticas mais expressivas em várias partes do País, escolhidas dentro dos municípios, como parte de um "artifício" que transformava esses oficiais da Guarda Nacional, na realidade, em meros agentes do poder central, para garantirem e apoiarem o Governo. Gozando de privilégios, estas lideranças exerciam o seu poder, de modo bastante unilateral e sem vertentes democráticas, no contexto das comunidades em que viviam, sempre com o apoio oficial. Assim, surgiu no Brasil o regime do "Coronelismo" (RAMOS, 1989).

Segundo Rodrigues (2006, p. 41-43), muitas dessas patentes eram compradas, de modo que "a magia militar, política, social e econômica que eles exerciam sobre os demais cidadãos comuns era angustiante e ao mesmo tempo protetora e fraternal". O "coronelismo", assim, fora criado com a Guarda Nacional como "a expressão usada para definir a estrutura do poder dos grandes proprietários de terras que tiveram livre acesso a essas patentes, comprando-as e aumentando significativamente seus poderes políticos, econômicos e sociais". Assim, a patente de coronel representava de um lado, a consolidação da liderança local e, de outro, implicava um compromisso com o poder central.

Em Porto, desde meados dos anos de 1800, figuravam no município os oficiais da Guarda Nacional. Havia o Coronel, o Major, o Capitão, o Tenente, o Tenente-Coronel e todos os demais postos em que figuravam honrarias militares e ostentação de luxo pelos prestigiosos chefes políticos do interior. Foi nesse universo de poder que ficaram conhecidos nomes importantes que se fizeram engajados nessa Ordem.

Na percepção de Rodrigues (2007), no topo da pirâmide da sociedade portuense, encontrava-se as tradicionais famílias que, de geração para geração, se cristalizaram no poder pela acumulação de terras e de ouro. Maya (2003a), nesta mesma via, aponta que as "principais famílias" de Porto eram oriundas das cidades vizinhas, tais como Natividade, Monte do Carmo e Arraial do Pontal (principalmente das duas últimas). Ilustrativamente, coloca-se que, de Monte do Carmo, eram procedentes as famílias

Pereira da Silva, Oliveira Negry e Ayres da Silva e, de Arraial do Pontal, sobretudo, vieram as famílias Ignácio de Macedo, Ferreira Pinto e Pinto Cerqueira. É notório, portanto, que essas famílias entrelaçaram-se em casamentos endogâmicos, derivando clãs familiares, assentados na figura do "Coronel (Cel.)", um dos cargos de prestígio maior, arraigado nas configurações dos grupos políticos que dominaram econômica e politicamente Porto Imperial e região.

Com ênfase, é possível destacar um relevante nome local, proveniente do Arraial do Carmo: o político Coronel João Ayres da Silva. Então, exercendo vários cargos públicos no Carmo e em Porto Imperial[24], também fez figurar, com notoriedade histórica regional, seus filhos, como a professora primária Theresa Ayres da Silva e o deputado estadual, Cel. Joaquim Ayres da Silva. Este segundo, casado com dona Rachel Pinto Cerqueira Ayres, proporcionou aos descendentes significativa formação educacional, derivando uma família composta por um médico e deputado federal em várias legislaturas, dois deputados estaduais e um engenheiro civil[25]. Os Ayres da Silva possuíam formação acadêmica superior, obtida, sobretudo, no Rio de Janeiro, e isso, também, lhes derivou poder político-econômico e relevo social atemporal.

Por isso, de maneira ilustrativa, expõem-se dentre as iniciativas do Cel Joaquim Ayres da Silva, o seu assinalado empenho pela vinda da Missão Dominicana para Porto Imperial, em 1886 - como mostra o documento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN (2007), produzido para a proposição do tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional:

> Coronel Joaquim Ayres da Silva - esse influente chefe político - aproveitou a visita do bispo dom Cláudio Ponce de Leão, da diocese de Vila Boa, à qual pertencia Porto Imperial, solicitou-lhe que fizesse contatos com os dominicanos franceses a fim de que eles viessem se estabelecer em Porto Imperial e *cuidar da evangelização e, sobretudo, do ensino naquela cidade* (IPHAN, 2007, p. 13, grifo nosso).

Compreende-se, no entanto, que tal fato não pode ser visto como um acontecimento isolado ou resultante, apenas, do esforço pessoal de uma liderança local. O que se torna nítido é que, embora tendo condições financeiras para que a sua família pudesse estudar nas capitais da Província e do País, percebe-se "certa preocupação"

[24] O Cel. João Ayres da Silva no ano de 1801 já era líder político no arraial do Carmo e em 1810 é apontado como o administrador deste arraial (GODINHO, 1988).
[25] Esta é uma família típica da união do poder originário do arraial do Carmo e do Pontal. Dona Rachel Pinto Cerqueira Ayres era irmã do deputado, Pe. José Manoel Pinto de Cerqueira, natural do extinto arraial do Pontal.

com a educação da população daquela cidade que, certamente, derivava dos contornos políticos, econômicos e sociais em que estava arraigada a Porto daquele período.

Mas, por outro lado, do Arraial do Pontal, também se pode dar evidência a atuação do Tenente-Coronel Matias Ferreira Lemos. Este, que exerceu diversos cargos públicos, como a Inspetoria da Instrução Pública Paroquial da cidade de Porto Imperial por um período aproximado de oito anos (1872-1880), fez-se notório também como pai do Coronel Frederico Ferreira Lemos e do primeiro médico portuense.

O que se apreende, sobretudo, é que a educação era importante instrumento portuense para os setores dominantes. A formação escolar, sobremaneira, era tida como forma de preencher o quadro geral da administração política do arraial. E, neste contexto, a relevância do papel exercido pelo letrado fazia com que as famílias mais ricas de Porto Imperial enviassem seus filhos para estudar na capital da província ou fora desta, de maneira que se preenchessem, posteriormente, as lacunas do espaço do poder que surgiam na região.

Pode-se destacar, complementarmente, que no final do XIX, foram formados dois médicos portuenses oriundos das famílias Ferreira Lemos e Ayres da Silva, ambas de tradição política e de amplas condições econômicas disponíveis para educar seus filhos em outras províncias, ou mesmo, em outros países. Nesse sentido, expõe-se que o primeiro portuense formado em medicina, Luiz Ferreira Lemos (21/6/1839-28/9/1874), cursou medicina na França, onde residiu por nove anos, defendendo tese em 25 de janeiro de 1865. O segundo nome, o médico Francisco Ayres da Silva (11/9/1872-24/5/1957), cursou o preparatório no Seminário de Santa Cruz, na então capital da Província de Goiás, e formou-se em medicina pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, em 1889.

A cerca disso, Nagle (1976), dispõe que na sociedade aristocrática da época os diplomas conferidos pelas escolas superiores – por extensão, o da escola secundária – constituíam um dos instrumentos por meio do qual uma pequena camada da população adquiria privilégios na vida pública e privada. Assim o título de bacharel – como o de coronel - se transformava em títulos com foros de nobreza. Nesse sentido, em Porto, "essa nobreza", perpassou a gerações, o seu poder político e, por vez, econômico.

Conforme Cavalcante (1999), as lideranças políticas do norte goiano, embora com pouca expressividade no campo estadual, provinham de cidades que, graças ao rio Tocantins, puderam desenvolver a atividade comercial com a exportação de gado e de subprodutos aos estados vizinhos, o que lhes proporcionou primazia na região. Dentre

essas cidades encontrava-se o município de Porto. No plano estadual, o primeiro representante de Porto Imperial na Assembleia Legislativa foi o cidadão Sebastião Lopes de Almeida e o segundo foi o Pe. José Manoel Pinto de Cerqueira, que permaneceu por dois períodos consecutivos, de 1845 a 1858.

Em se tratando de Porto, mais precisamente a administração local, era exercida pela Câmara Municipal, nova denominação do antigo Conselho Municipal. Por ocasião da instalação da vila de Porto Imperial (1831), foi eleita sua primeira Câmara Municipal, presidida por Izaias Ferreira da Cruz e secretariada por José Gomes da Silva. Como Paróquia Colada, em 1840, era vereador da Câmara o Pároco Tenente Severiano de Freitas Dantas e, em 1861, o presidente efetivo era o vigário colado Pe. José Manoel Pinto de Cerqueira. Entretanto, pode-se verificar que os principais representantes políticos de Porto Imperial também tiveram prestigiosa atuação nos contornos da educação do município portuense (Cf. Quadro 1, p. 43).

### 1.3 A Igreja Católica em Porto Imperial: a inserção dos dominicanos

De acordo com a historiografia acerca da Igreja Católica, via de regra, esta instituição aparece como sustentáculo dos dispositivos da difusão da fé, que manteve e mantêm relações com os diversos setores da sociedade, inclusive, por relações de poder. A Igreja disputou espaço na sociedade brasileira desde o seu processo de formação/instalação. Porto Imperial, desde os seus primórdios, conserva estreita relação com a Igreja a qual marcou presença na história local, afirmando o campo religioso como elemento simbólico indispensável à existência da sociedade portuense[26].

E é sob essa ótica de campo religioso, que se faz como espaço para institucionalização de regras que, inicialmente, a cidade de Porto se desenvolveu. Naquele contexto, os padres que serviam a Porto Imperial, a princípio, residiam em Bom Jesus do Pontal e Carmo, e vinham a Porto, quase que exclusivamente, durante as grandes festas religiosas. A provisão do primeiro pároco do Carmo, o Reverendo Padre Félix Joseph Pereira, é de 1783, e fora designada pelo Bispo do Pará.

---

[26]A noção de campo religioso, conforme aparece em Pierre Bourdieu (1999), se configura como um corpo de especialistas religiosos. Esses especialistas são socialmente reconhecidos como os detentores exclusivos da competência específica, necessária à produção ou à reprodução de um "corpus deliberadamente organizado de conhecimentos secretos" e que, portanto, são raros. O capital constituído é considerado específico, pois representa tudo o que tem valor para o seu campo: regras, objetos de disputa, crenças, técnicas, conhecimentos, propriedades, história, hierarquia, funcionamento dentre outros.

> Ao lado da pujança material, Carmo foi palco e cenário de intensa vida espiritual, fecunda semente que vicejou na alma religiosa do povo desse extraordinário município portuense que hoje se orgulha de suas tradições. As bases da cultura espiritual de Porto foram assim constituídas no venerável arraial do Carmo (GODINHO, 1988, p. 54).

Com base na lei provincial nº. 14, de 23 de julho de 1835, a freguesia de Porto foi desmembrada da freguesia do Carmo e elevada a freguesia de natureza colativa[27]. A divisão eclesiástica recebeu o nome de Capela Curada de Nossa Senhora das Mercês de Porto Imperial. Nesse período, ficou suprimida a Paróquia de Santana do Pontal e seu território fora incorporado à nova Paróquia de Porto Imperial.

Em 1861, no mesmo ano em que Porto Imperial foi transformada em cidade, o Bispado de Goiás foi dividido em cinco Câmaras Eclesiásticas ou Vigárias Gerais. Porto Imperial compunha a quarta Vigária Geral de Natividade, que compreendia, ainda, as paróquias dos municípios de Natividade, Palma, Conceição e Boa - Vista. Porém, a partir de 1886, com a chegada da Ordem Religiosa de São Domingos em Porto Imperial, a Igreja Católica, daquela cidade, passou a ser representada por esta Ordem[28]. Eram frades formados, na sua maioria, em Saint Maximin, cujo convento pertencia à Província Religiosa de Toulouse (Tolosa) e que teve a sua missão intitulada de "São Tomás de Aquino"[29].

Para Oliveira (2004a, p. 269), os dominicanos são por formação, vocação e ofício, sacerdotes, pois, segundo a autora, "o devotamento à Igreja, às almas, aos sacramentos e ao culto da verdade são a base da espiritualidade dominicana". Por este prisma, "a vida comunitária é para eles um meio ascético de santificação, uma forma de buscar a perfeição para melhor desempenho da ação sacerdotal". Entretanto, dentro

---

[27]Como hoje os municípios são precedidos pela fase chamada de "distrito", no Império eram chamados de "freguesia", um misto de organização religiosa e política, que perdurou até 1890, quando o Estado e a Igreja se separaram.

[28] Domingos de Gusmão nasceu na Espanha, em Calaruega (1170/1171-1221). Fundou a Ordem Dominicana dos pregadores em 1216 em Toulouse na França e se espalhou neste país e em outros, como Espanha e Itália.

[29] O primeiro convento de padres pregadores foi estabelecido em Toulouse (França). A cidade de São Máximo, situada a poucas léguas ao norte de Marselha (Espanha), tornou-se célebre nos anais da Igreja, da França e da Ordem Dominicana. Ali, de 1720 a 1793, permaneceram até que depois de 70 anos de ausência puderam voltar para a França. Em 1858 readquiriram o convento medieval e, depois de urgentes restaurações, instalou nele os estudantes e noviços dominicanos. Todas as ordens religiosas e dentre elas os dominicanos foram expulso do território nacional. Esta Ordem, depois de desapropriados de seus conventos e igrejas, pelo governo maçônico, foram exilados em Salamanca (Espanha) no convento de São Estevão (AUDRIM, 1947).

desse contexto de análise, mas através de outro ponto de vista, Vaz (1997), caracteriza esses "sacerdotes" como monarquistas, ultramontanos e dogmáticos[30].

Observa-se que esta caracterização traçada por Vaz (1997) em relação aos dominicanos se encontra fundamentada no contexto histórico da reforma da Igreja Católica no Brasil em meados do século XIX. Segundo Azzi (1982, p. 15),

> Desde meados do século XIX iniciou-se no Brasil um importante movimento do episcopado brasileiro, empenhado na substituição do antigo modelo eclesial de Cristandade, de origem medieval, implantado no período colonial, pelo modelo de Igreja considerado como sociedade hierárquica, preconizado pelo Concílio Tridentino.

Conforme este autor, uma das características principais dessa reforma foi o nítido caráter romano. E, em relação à romanização, ele destaca alguns aspectos, como a afirmação de uma Igreja institucional e hierárquica, a emergência reformista do episcopado, a dependência cada vez maior, por parte da Igreja Católica brasileira, de padres estrangeiros, vindos da Europa, principalmente das congregações e ordens religiosas. Azzi (1982, p. 28) ainda assinala que "o ponto chave para a reforma do clero é a instituição dos seminários eclesiásticos, sob a orientação de congregações religiosas europeias". Dentre as congregações religiosas que fizeram frente a esse movimento reformador no Brasil, Vaz (1997) destaca a dos lazaristas, dos capuchinhos, dos salesianos, dos redentoristas e dominicanos.

Tais ordens contribuíram, assim, para aumentar a presença e influência da Igreja Católica na sociedade brasileira, principalmente, ao se tratar de ordens caracterizadas como fiéis ao vaticano. Consequentemente estava-se solucionando outros problemas de cunho político-religioso, como por exemplo, relativos ao fato de que algumas ordens religiosas encontravam forte oposição e restrição em muitos dos países europeus.

Portanto, acredita-se que os primeiros discípulos de Dom Domingos de Gusmão que se instalaram na Província de Goiás, vieram com o propósito de atender ao movimento de reforma católica do Brasil. Assim, percebe-se que a vinda dos dominicanos para a esta Província, em 1881, resultou-se de amplos diálogos entre o bispo D. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão[31] e os Superiores da Ordem (GODINHO, 1988, AUDRIM, 1947).

---

[30] Conforme Lopes (2006), a expressão ultramontana é de origem francesa, indicativa do que está além das montanhas (alpes), ou seja, nesse caso, Roma, único lugar de poder competente da Igreja Universal.
[31] D. Cláudio José Ponce de Leão era um padre da Ordem Religiosa dos Lazaristas.

**Quadro 1.** *Políticos portuenses, atuações na instrução primária e projeção no município*

| Nome | Atuação na instrução primária | Atuação na política |
|---|---|---|
| | | |
| Vicente Ayres da Silva | Primeiro inspetor de ensino (1835-1866) | Membro da Assembleia Paroquial (1861)<br>Vereador: (1861-1864) |
| José Gomes da Silva | Professor (provisão de 1839) | Secretário da Câmara Municipal de Porto Imperial (1833); Membro da Assembleia Paroquial do Município (1840-1844) |
| Pe. José Manoel Pinto de Cerqueira | Inspetor de ensino (1866, 1867) | Vereador (1840-1844)); Deputado Estadual (1845-1858) |
| Sebastião José Lopes de Almeida | Inspetor de ensino (1869) | Vereador (1853-1856); Membro da Assembleia Eleitoral (1857-1860; 1865-1868) |
| Ihonê Pinheiro; Bento Jorge da Silva Brito; Hugo Domingos Ayres Filho | Assinaram relatório sobre a educação - Câmara Municipal ( 07/04/1843). | Vereadores |
| Severino Inácio de Macêdo | Inspetor de ensino ( 1871-1872) | Vereador (1840-1844; 1845-1848; 1849-1852; 1861-1864) |
| André Ayres da Silva; Antônio Alves Bentes; Bento J. da Silva Brito; Manoel Furtado de Souza | Assinaram relatório sobre a educação - Câmara Municipal ( 15/02/1848). | Vereadores (1845-1848) |
| Severino Inácio de Macedo; Mathias Ferreira Lemos; Jose Florêncio da S. Ferreira; Manoel Pereira Nunes; Santos P. de Queiroz | Assinaram relatório sobre a educação – Câmara Municipal (13/01/1849). | Vereadores (1849-1852) |
| Mathias Ferreira Lemos | Inspetor de ensino (04/07/1872- 1880) | Membro da Assembleia Paroquial (1840-1844); Coletor das rendas provinciais (1844, 1848); Vereador (1849-1852; 1861-1864); Suplente de Juiz municipal (1878) |
| José Laurindo Pedreira | Inspetor de ensino ( 14/07/1882-1883) | Vereador ( 1853-1856, 1879, 1880, 1877-1881); faleceu em 1883. |
| Simeão Pinto de Cerqueira | Esposo de professora. Inspetor de ensino da Escola do Carmo. | Vereador (1857-1860) |
| Frederico José Pedreira | Inspetor de ensino (1883-1888) | Vereador (1861-1864; 1869-1872; 1877-1881; 1887-1891) |
| Benjamim Constant Pinto de Cerqueira | Inspetor de ensino (1881/82); Inspetor suplente –(23/07/1884) | Vereador ( 1865-1868; 1873-1876) |
| Manoel Ribeiro da Silva Aranha | Professor interino (jan/set 1878) | Vereador (1869-1872; 1877-1881) |
| Joaquim da Rocha Maia | Professor (out./1878 a 1881) | Suplente de deputado Estadual (anos de 1850) |
| Luiz Leite Ribeiro | Professor substituto (mai./nov. 1879) | Vereador (1887-1891) |
| Joaquim Ayres da Silva; Antônio Dias de Amorim; João Pinheiro de Sant'Ana; Manoel Gomes e Silva; José Rodrigues da Silva; José Laurindo Pedreira | Assinaram relatório sobre a educação - Câmara Municipal (1879). | Vereadores (1877-1881) |
| Frederico José Pedreira; João Bezerra Brasil; Joaquim Ayres da Silva; Pacífico Ignácio de Macedo; Marcellino P. de Assumpção; José Laurindo Pedreira; José Rodrigues da Silva | Assinaram relatório sobre educação – Câmara Municipal (1880) | Vereadores (1877-1881) |
| José Rodrigues da Silva; Pacífico José Pedreiro; Nazaré de Sousa e Silva; Benício Ernesto de Oliveira Negri; Jeremias Pereira da Silva; Antônio de Magalhães Silva | Assinaram relatório sobre a educação - Câmara Municipal (12/01/1882) | Vereadores |
| Joaquim Ayres da Silva; Simeão Ayres da Silva; Joaquim da Silva Pereira; Antônio Benedito Borges; Sebastião Ferreira de Sant'Anna; Ambrósio José da Silva Pinheiro | Assinaram relatório sobre a educação - Câmara Municipal (18/04/ 1887) | Vereadores (1887-1891) |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cxs. 01- 04; GODINHO, 1988 (quadro elaborado pela autora).

Os primeiros missionários franceses da Ordem Religiosa de São Domingos que chegaram ao Brasil com o objetivo de edificarem missões na Diocese de Goiás, fundaram a primeira casa em Uberaba (1881)[32]. A fundação da Ordem em Goiás ocorreu, todavia, em 15 de setembro de 1882, sendo que na ocasião o bispo de Goiás declarou que:

> Desejando promover cada vez mais o bem espiritual das almas que nos são confiadas, declaramos e reconhecemos como regularmente fundada na cidade de Goiás, sob o título de São Tomás de Aquino, uma Missão de Frades Pregadores, da Província de Tolosa, assim como estabelecidos em Convento os Frades designados a habitá-los (LLECH, 1976, p. 198).

Bretas (1976, p. 192), destaca que a preocupação com a disciplina e a moral, num país tão vasto, onde as leis da Igreja e as do Estado eram violadas sem discrição, fizeram com que a instrução e a educação fossem tomadas como remédio para os "costumes dissolutos e outros males". Para tanto, apostava na ajuda de padres missionários estrangeiros, bem como, na instituição de seminários, para a "formação de jovens padres nas ciências e nos bons costumes".

As informações que se dispõem, indicam, portanto, que a instalação da Ordem Dominicana em Porto Nacional, sobretudo, resultou de uma projeção de consolidação da romanização da Igreja em Goiás, iniciado pela reforma católica, com a formação do clero em seminários, e a vinda de ordens religiosas estrangeiras fiéis à Santa Sé[33]. Essas ordens vinham atraídas por "um mercado de oportunidades de investimento praticamente inexplorado nos diversos níveis de ensino e de uma série de 'negócios' potencialmente rentáveis para confissões religiosas" (MICELI *apud* VAZ, 1997, p. 46).

Por essa vertente, Piagem e Sousa (2000), sinalizam que para além do propósito de evangelização dos indígenas do norte do Estado de Goiás, os dominicanos tinham outros objetivos[34].

---

[32] Uberaba, capital do Triângulo Mineiro, pertencia naquele período à diocese de Goiás.

[33] Falava-se de romanização porque a ação reformadora dos bispos, padres e congregações religiosas tinha por objetivo moldar o catolicismo brasileiro conforme o modelo romano. Seus traços era a espiritualidade centrada na prática dos sacramentos e o senso da hierarquia eclesiástica; o bom católico, segundo esse modelo, é aquele que frequenta regularmente os sacramentos e obedece incondicionalmente à autoridade eclesiástica (OLIVEIRA (1985) *apud* DALLABRIDA, 2005). A Santa Sé exigia que a Igreja Católica no Brasil adotasse o sistema organizacional e doutrinário utilizado em Roma (VAZ, 1997).

[34] A região norte de Goiás, atual Tocantins, recebeu, nos meados do século XIX, três missionários italianos da Ordem Capuchinha da Província de Roma, os freis, Rafael de Taggia, Antônio de Gangi e Franisco Monsavito. Estes missionários vieram a pedido do Imperador do Brasil, com o objetivo de catequizar os índios Xerentes de Piabanha (hoje Tocantínia), os Kraôs do Rio do Sono (Pedro Afonso) e os Karajás em Santa Maria do Araguaia (Araguacema) (PIAGEM, SOUSA, 2000).

> Os dominicanos não vieram somente como catequistas de índios, como os primeiros capuchinhos italianos [...] mas pregadores do Evangelho para todo o povo de Deus espalhado nas diversas regiões dos sertões goianos. Vieram com o objetivo de fundar comunidades, igrejas, *escolas,* postos de saúde... (PIAGEM, SOUSA, 2000*,* p. 65, grifo nosso).

Portanto, Porto Imperial, inclusa dentro de um contexto de uma extensa diocese e um clero reduzido, fez-se campo adubado para a estratégia de ação do bispo D. Cláudio - fomentar a estruturação de ordens religiosas europeias em território goiano. Nessa perspectiva, percebe-se que a fundação de um convento de missionário da Ordem Dominicana nessa cidade, localizada no norte do Estado, se figurava no interior de um projeto da Igreja Católica. No entanto, percebe-se que, este projeto contou com o apoio da oligarquia local, pois, ela acreditava que os padres conduziriam seus filhos aos caminhos de uma educação conservadora e formariam além de sacerdotes, lideranças políticas locais/regionais. Essa aliança, Igreja-poder municipal (oligarquia), atendeu aos interesses recíprocos. Portanto, conforme Santos (1996) a única prerrogativa apresentada aos habitantes de Porto Nacional, pelo bispo da diocese de Goiás, para que os dominicanos fundassem nessa cidade um convento de missionários, era que fosse doada uma casa para a Igreja. Diante da promessa, foi feita uma subscrição e a casa foi adquirida e entregue ao bispo.

Assim, aprovada a criação da missão em Porto Imperial, em 15 de maio de 1886, os padres de Porto teriam a seu cargo todo o norte da diocese de Goiás, a partir do arraial do Descoberto (Porangatu). A fundação da Ordem nesse município aconteceu no dia 20 de maio de 1886, com a chegada dos Freis Gabriel Devoisins, Miguel Berthet, Domingos Nicollet e Afonso Valsechini. Em 25 de abril de 1890 a Província de Toulouse reconheceu, oficialmente, a casa dominicana de Porto Nacional sob a invocação de Santa Rosa de Lima[35], instalada, por conseguinte, em um prédio doado por familiares portuenses à Mitra e esta cedida à Ordem Dominicana.

Por consequência, no final do século XIX, os dominicanos estavam instalados no território goiano através de quatro conventos: São Domingos, em Uberaba, fundado em 1881; Nossa Senhora do Rosário, na capital, aberto em 1883 e, o terceiro, o Santa Rosa de Lima, criado em Porto Imperial.

---

[35] Conforme Piagem e Souza (2000) essa denominação do seminário equivale a uma homenagem a Santa Rosa de Lima, a primeira santa dominicana da América Latina.

Um dos dados relevantes a se considerar, neste ponto, é que, conforme Dallabrida (2005), no processo de romanização do catolicismo no Brasil, foram poucas as congregações católicas, masculinas e femininas, que não se envolveram com instituições escolares. Porto Nacional, nesse campo de institucionalização político-religiosa do poder, pelas instâncias educacionais e culturais, se configura como amostra desse processo de fusão.

Assim, um dos fatores presente na memória escrita e oral[36] da história de Porto Nacional, que concorre para que esta cidade fosse cognominada de "Capital da cultura do norte goiano", é a presença da Igreja Católica, por meio da Ordem Dominicana nesse município. Na análise de Oliveira (2004a), Porto Nacional recebeu esse título, especialmente, em função da atuação dos dominicanos, responsáveis tanto pela educação, quanto pela disseminação de preceitos morais e religiosos naquele contexto social. Em suma, é salientado que a condição histórica e sócio-cultural portuense está ligada à instalação da Ordem dominicana no município, ou seja, o estabelecimento da ordem religiosa dominicana em Porto Nacional fez com que esta cidade se tornasse centro de irradiação espiritual e cultural para todo o norte de Goiás.

Com esse entendimento, Piagem e Sousa (2000), também consideram que foi com a chegada dos Dominicanos, que se começou um trabalho mais obstinado na formação do povo tocantinense. Para os autores, com uma visão futurística, os Dominicanos impulsionaram a produção cultural dos jovens portuenses. Tramitando nessa linha de pensamento, Maya (2003a, p. 67), em suas "Reminiscências Sociais Portuenses", destaca que, com a vinda dos missionários, "a cidade foi se amoldando aos poucos às idéias e ao *modus vivendi* daqueles abnegados frades", ou seja, aos *habitus* sócio-culturais daquela congregação francesa.

## 1.4 Instrução primária na região norte de Goiás: a institucionalização das Escolas Primárias em Porto Imperial

O Brasil era, nas primeiras décadas do século XIX, um país recém-independente, que necessitava estruturar-se. Dentre os vários fatores que possibilitariam esta estruturação, estava a instrução elementar pública. E, essa instrução foi considerada uma peça fundamental na construção de um Estado Nacional Brasileiro e de um povo

[36] Esta assertiva pode ser conferida em Ribeiro, Muta e Silva (2007).

"civilizado". Não se pode esquecer, no entanto, que a população brasileira desse período é basicamente analfabeta. No caso de Goiás, por dados do ano de 1819, foi detectado um mestre-escola somente nas principais vilas da Província (LLECH, 1976), o que correspondia em 1828 a cinco cadeiras de instrução primária em toda a Província de Goiás (SILVA, 1978).

Tal perspectiva levou os governos, imperial e provincial, a investirem na criação de escolas de primeiras letras e na regulamentação do seu funcionamento. A primeira Lei Orgânica do Ensino Primário no Brasil foi promulgada três anos após a outorga da Constituição Brasileira de 1824, em 15 de outubro de 1827. Esta legislação determinava que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, deveria haver escolas de primeiras letras, "quantas fossem necessárias" para atender os dois sexos (masculino e feminino).

Sob essa orientação, o Conselho Geral da Província de Goiás decretou a criação de diversas Escolas de Primeiras Letras a serem instaladas nas cidades, vilas e arraiais da Província. Em relação ao norte goiano, onde estava situada a cidade portuense, foi decretado pelo Conselho Geral, em janeiro de 1830, que haveria Escolas de Primeiras Letras pelo Método Ordinário, tanto na vila de Palma, quanto nos arraiais de Conceição, Carmo e Porto Imperial[37].Todavia não se tem informações precisas quanto a efetivação das escolas em todas essas localidades.

Com o objetivo precípuo de minimizar os conflitos do período regencial, a aprovação do Ato Adicional - a Lei nº. 16, de 12 de agosto de 1834 -, fez algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1824. Dentre as alterações, foi abolido o Conselho Provincial e, em substituto, criaram-se as Assembleias Legislativas Provinciais, concedendo-lhes amplos poderes sobre questões as mais diversas, inclusive, a educação. No setor educacional, o Ato atribuía às Assembleias Provinciais, dentre outras competências, a de legislar sobre instrução pública primária e secundária, "descentralizando", assim, o ensino ao deixar a cargo da Província o provimento destes níveis de ensino (RIBEIRO, 1998).

Nesse contexto, dentre as atribuições que lhes eram reservadas, o presidente da província de Goiás do período, José Rodrigues Jardim, promulgou a Carta de Lei nº. 13,

[37] Destaca-se aqui a vila e os arraiais que ficaram localizados no Estado do Tocantins, com a divisão territorial do Estado de Goiás em 1988. Outros municípios que caracterizavam como norte do Estado de Goiás, como Cavalcante, ficou localizado neste estado, abaixo do paralelo 13, linha fronteira que divide os dois estados da federação.

de 23 de julho de 1835, para regulamentar o ensino elementar de natureza pública ou privada da Província. Esse fato foi considerado um marco importante da história da educação goiana, porque entende-se que é "a primeira lei orgânica de instrução da Província de Goiás", a qual abrangia uma minuciosa regulamentação do ensino (BRETAS, 1991).

Não se pode desconsiderar, no entanto, que mesmo o Ato Adicional tendo concedido às províncias autonomia para organizar a instrução, elas não exerceram plenamente este direito, pois na prática acabaram seguindo as orientações do centro mais desenvolvido, ou seja, a Corte e Província do Rio de Janeiro. E, a província de Goiás, em conformidade com essa legislação, alçou ao governo a responsabilidade de estabelecer Escolas Públicas de Primeiro Grau, em todos os lugares onde houvesse no mínimo 16 alunos em idade escolar, e escolas de segundo grau na capital da Província e nas vilas em que julgasse conveniente. Assim, por meio da Resolução Provincial de 25 de agosto de 1835, de nº. 4, baseada na lei goiana de nº 13 deste mesmo ano, o governo do estado de Goiás, criou, portanto, escolas de instrução primária de 1º grau em diversas povoações: nas vilas de Jaraguá, Bomfim, Santa Luzia, Catalão, Pilar, Trairas, Cavalcante, Palma, Flores, Carolina e Porto Imperial. Também foram criadas escolas do 2º grau na Capital e nas vilas de Meia Ponte, Santa Cruz, São José do Tocantins, Arraias e Natividade (GOYAZ, 1835).

A partir dessa resolução, foi ainda transferida a Escola do Saco para o Julgado de Conceição, e mantidas as escolas dos arraiais do Curralinho e Anicuns, sendo estabelecidas escolas de primeiro grau nos julgados de Couros, Crixás e Amaro Leite. Foram mantidas as escolas para o sexo feminino da cidade de Goiás e da Vila de Natividade (GOYAZ, 1835). No ano de 1838, constava em relatório da Presidência da Província à Assembleia Legislativa, que estavam criadas 27 escolas (dezoito de 1º grau, seis de 2º graus e três de meninas), havendo aulas de instrução primária, em praticamente, toda a província de Goiás (GODINHO, 1988).

Ao atentar, de modo restrito, ao período de criação das primeiras escolas de instrução primária no norte goiano (onde agora figura o estado de Tocantins), pode-se destacar que foi a partir dos anos de 1830 que foram criadas, efetivamente, as escolas nas vilas/arraiais de Palma, Porto Imperial, Arraias, Conceição do Norte e Natividade.

Assim, conforme documentações consultadas de 1830 a 1840[38] existiam, nessa região, seis Escolas de instrução primária para o sexo masculino e uma para o sexo feminino. A primeira escola para meninas, no antigo norte goiano foi criada em Natividade, no ano de 1831, mas só foi efetivada em 1841, com a nomeação da professora Anna Rosalinda de Castro[39].

**Quadro 2.** *Escolas de instrução primária localizadas na região norte de Goiás – atual estado do Tocantins (1830-1840)*

| Localidade | Cadeira | Data de criação | Professor/Provisão |
|---|---|---|---|
| | | | |
| Arraias | Instrução primária de 2º grau | 7/06/1831 | Antônio Ribeiro da Fonseca<br>Provisão: 20/07/1832 |
| Natividade | Escola masculina de instrução primária de 2º grau | | Fernando José Fontella<br>Provisão: 23/05/1832 |
| | Escola feminina de instrução primária de 1º grau | | Anna Rosalinda de Castro<br>Provisão: 24/05/1841 |
| Conceição do Norte (Conceição do Tocantins) | Escola masculina de instrução primária de 1º grau | 25/ 08/1835 | Benedito Teotônio Segurado<br>Provisão: 28/08/ 1837* |
| Vila de Palma (Paranã) | Escola masculina de instrução primária de 1º grau | | Domingos Antônio Cardoso<br>Provisão: 31/06/1838 |
| Porto Imperial (Porto Nacional) | Escola masculina de instrução primária de 1º grau | | José Gomes da Silva<br>Provisão: 2/01/1839 |
| Carmo (Monte do Carmo) | Escola masculina de instrução primária de 1º grau | 28/04/1837** | |

**Fonte**: NATIVIDADE, cx. 01; ARRAIAS, cx. 01; CONCEIÇÃO DO NORTE, cx. 01 ; PARANÃ, cx. 01; PORTO NACIONAL, cx 01; MONTE DO CARMO, cx. única (quadro elaborado pela autora).
*O primeiro professor de Conceição, transferido do arraial do Saco foi Cândido José Xavier de Góis, provisão de 12 de julho de 1834.
** Resolucão Provincial nº. 1 de 28/04/1837.

Nota-se, que, de maneira formal, era garantida a criação das escolas, porém, de fato, o que ocorria é que a sua efetivação era extremamente morosa. Percebe-se, portanto, que um dos fatores apresentados para justificar esse dado era a falta de professores, principalmente, habilitados para assumir tal função e com as condições necessárias de ir até a capital para prestar o exame de opositores perante o presidente da

[38] As documentações consultadas encontram-se nas caixas de n. 01 do município de Natividade, Arraias, Conceição do Norte, Paranã e Porto Nacional e a caixa única de Monte do Carmo, do acervo do Arquivo Histórico do estado de Goiás.
[39] Esta cadeira foi preenchida em 1837 com o nome de Leocádia Antônia dos Santos, porém, a documentação do período indica que ela não assumiu o cargo.

Província[40]. Tomando como exemplo as escolas (masculina e feminina) de Natividade e a de Arraias (masculina), entendeu-se que, por terem periodização anterior às outras, isso não significou que funcionavam com regularidade. A escola de Natividade, em particular, foi aberta no dia 10 de outubro e a de Arraias, no dia 04 de dezembro de 1832, um período equivalente a mais de um ano após a sua criação. Estas escolas foram criadas dentro da perspectiva do Ensino mútuo, ou seja, do método denominado *lancasteriano*[41]. No entanto, conforme o contexto da época, estas escolas não apresentavam as condições mínimas para a efetivação de um método que exigia espaços adequados e recursos pedagógicos.

Uma década após a criação da Lei nº. 13 de 1835, ainda era ínfimo o atendimento escolar em Goiás, considerando que em 1836 apresentava um total de 847 matrículas e em 1846, conforme dados de Llech (1976), as escolas primárias da província de Goiás eram frequentadas por 1.266 alunos, destes 1.137 meninos e 129 meninas[42]. Não se tem dados precisos do número de alunos matriculados em Porto Imperial neste ano, mas em relação a dois anos após essas referências (1848), encontra-se, em relatório da Câmara Municipal de 15 de fevereiro, dados sobre a instrução pública, revelando que existia, naquela vila do município portuense, duas aulas de 1º Grau, frequentadas por 55 alunos[43].

Nessa mesma linha, a análise de Canezin e Loureiro (1994, p. 17), sobre a situação da educação em Goiás, em meados do século XIX, se destaca que,

> a partir das décadas de 40 e 50, delineava-se claramente, nos discursos dos administradores, a indicação de que a ineficácia da instrução pública devia-se à falta de pessoal habilitado para o Magistério, à precariedade financeira da Província, à dispersão da população, à indisposição dos pais e à inexistência de um sistema de fiscalização das escolas.

Conforme relatório da Inspetoria Geral da instrução pública da província de Goyaz, referente ao dia 30 de abril de 1869, existiam 69 escolas públicas, 45 do sexo masculino e 24 para o feminino. Destas escolas somente três eram providas por

---

[40] Pelo vocábulo opositor designava-se aquele que se candidatava ao magistério público. Logo, oposição à cadeira de instrução primária significava a sujeição a concurso público (SILVA, 1975).

[41] O método *lancasteriano* tem como principal característica o fato de utilizar os próprios alunos como auxiliares do professor, tendo em vista abreviar o tempo necessário ao aprendizado das primeiras letras, diminuir as despesas das escolas e generalizar a instrução necessária às classes inferiores da sociedade (FARIA FILHO, 2003).

[42] Esses dados são apontados por Bretas (1991), fazendo referência ao ano de 1845.

[43] Acredita-se, no entanto, que esses dados se referem à escola de Porto Imperial e à do Carmo, enquanto arraial dessa Vila (PORTO NACIONAL, cx. 01).

professores vitalícios e os demais eram interinos. Além do mais, nesse período encontravam-se nove escolas vagas, cinco para o sexo masculino e quatro para o feminino. Das escolas que se encontravam vagas quatro localizavam-se na região norte da Província, ou seja, em Pedro Afonso, Conceição, Palma, São Miguel e Almas. No referido relatório, ainda destacava que a maioria dos professores não tinha a habilitação que a legislação da época exigia (DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA AVULSA, cx. 188).

Porém, é perceptível que essa situação não se configurou como particularidade somente da capitania de Goiás, ou exclusiva da região norte deste estado que incluiu, especialmente, o arraial de Porto Imperial. Este quadro da educação está presente em todas as províncias do país, de maneira que uns casos são mais agudos, outros menos. Como mostra Ribeiro (1998), a instrução primária e secundária sofreu as consequências da instabilidade política, da insuficiência de recursos, bem como do regionalismo que imperava nas províncias. Marcada por esse contexto, segundo a autora, a organização escolar brasileira, na primeira metade do século XIX, apresentava graves deficiências quantitativas e qualitativas:

> Mesmo as "escolas de primeiras letras" são em número reduzido, como limitado é o seu objetivo, seu conteúdo e sua metodologia. Elas enfrentam problemas dos quais se tem notícias através dos relatórios dos ministros da época: era difícil encontrar pessoal preparado para o magistério, havia completa falta de amparo profissional, fazendo da carreira algo desinteressante e não motivando um aprimoramento constante, a população era mínima (RIBEIRO, 1998, p. 49, grifo da autora).

O quadro da educação primária na região norte do estado de Goiás (atual estado do Tocantins), no final do Império, ou seja, três anos antes da proclamação da República, constava de 20 escolas de instrução primária, sendo que destas, 13 eram destinadas ao sexo masculino e sete para o sexo feminino. Trata-se de um panorama que revela que, numa média de 40 anos (de 1837 a 1886), foram criadas somente 13 escolas, aumentando-se o raio de atendimento para oito (8) localidades. No entanto, vale ressaltar que, em relação à escola para o sexo feminino, é possível observar o aumento do número de escolas uma vez que em 1837, só existia uma escola para meninas, localizada em Natividade. Em Porto Imperial, especificamente, só se criou, neste intervalo temporal, uma escola para o sexo feminino (Cf. Quadro 3, p. 52).

**Quadro 3.** *Escolas de instrução primária existentes na região norte de Goiás (1886)*

| Município/arraial | Tipo de Escola | Professor(a) | Inspetor de ensino |
|---|---|---|---|
| | | | |
| Arraias | Escola de instrução primária para o sexo masculino | José Nunes de Araújo | Felippe Furtado de Freitas |
| | Escola de instrução primária para o sexo feminino | Anna Rosa de Freitas | |
| Boa-Vista (Tocantinópolis) | Escola de instrução primária para o sexo masculino | Francisco Gonçalves Santiago | Honorato José de Almeida |
| | Escola de instrução primária para o sexo feminino | Rachel de Salles Maciel | |
| Carmo (Monte do Carmo)∗ | Escola de instrução primária para o sexo masculino | Messias Pinto de Cerqueira | Joaquim da Silva Pereira |
| Chapada (Cristalândia) | Escola de instrução primária para o sexo masculino | Cândido da Cruz Monteiro | Manoel Henrique de Sant'Anna |
| Conceição (Conceição do Tocantins) | Escola de instrução primária para o sexo masculino | Joaquim Teotônio Segurado | José de Almeida Leal |
| | Escola de instrução primária para o sexo feminino | Juvência Maria Cardoso | |
| Natividade | Escola de instrução primária para o sexo masculino | Joaquim R. Maya | Jacob Antônio dos Santos |
| | Escola de instrução primária para o sexo feminino | Maria Tolentina de Natividade | |
| Palma (Paranã) | Escola de instrução primária para o sexo masculino | José da Rocha Menezes | José Martins Chaves |
| | Escola de instrução primária para o sexo feminino | Theodora L. Serra | |
| Pedro Afonso∗ | Escola de instrução primária para o sexo masculino | Honório Bispo dos Santos | Ladislao Rodrigues Coelho |
| Peixe | Escola de instrução primária para o sexo masculino | João Theotônio Segurado | João Pereira de Andrade |
| Porto Imperial (Porto Nacional) | Escola de instrução primária para o sexo masculino | Donato Pereira de Abreu | Frederico José Pedreira |
| | Escola de instrução primária para o sexo feminino | Benícia Ribeiro da Silva Leite | |
| Santa Maria de Taguatinga (Taguatinga) | Escola de instrução primária para o sexo masculino | Agostinho José de Almeida | Guilherme de Araújo Guimarães |
| | Escola de instrução primária para o sexo feminino | Ricarda de Alcântara e Silva | |
| São Miguel e Almas (Almas) | Escola de instrução primária para o sexo masculino | Geraldo de Siqueira | Tiburcio R. de Oliveira |
| São José do Duro (Dianópolis) | Escola de instrução primária para o sexo masculino | José Feliciano da Silva | Francisco José de Almeida |

**Fonte**: ALMANACH DA PROVINCIA DE GOIÁS PARA O ANO DE 1886, 1978, p. 78-80.
∗As referências em relação ao arraial do Carmo são datadas do ano 1888 e as de Pedro Afonso são de 1890 (quadro elaborado pela autora).

Por outro lado, percebe-se que as escolas para o sexo masculino eram prioritárias, em detrimento às escolas para as meninas. Somente seriam abertas escolas femininas nos lugares onde houvesse escolas de 2º grau para os meninos. Com essa

prerrogativa, a abertura de escolas para meninas estavam na estreita dependência da ampliação das escolas masculinas, o que colocava em evidência a real distinção no tratamento da questão institucional para o sexo feminino.

Para além do exposto, percebe-se, também, que no período em pauta, na região norte da Província, embora já fosse previsto por meio do Regulamento da Província de Goiás de 1884, escolas mistas, ou seja, para ambos os sexos, não existia essa modalidade de organização do ensino na região norte da Província.[44]

Quanto à obrigatoriedade de ensino em Goiás, a Lei nº. 13 de 1835, determinava que os pais de famílias eram obrigados a fornecerem aos seus filhos de cinco a oito anos de idade, e estendendo aos que já tivessem 14 anos, a instrução primária do primeiro grau, através do ensino sistemático em escolas públicas, particulares ou em domicílio (GOYAZ, 1935).

Este princípio legal é retomado, dentro de certos limites, no início da década de 1860. O Ato do Presidente da Província, de 8 de janeiro de 1862, por sua vez, considerou obrigatória e gratuita a instrução primária considerando como um dos requisitos a distância da residência do aluno em relação à escola, ou seja, em "um círculo de quarto de légua da escola" (BRETAS, 1991, p. 245). Na Reforma do Ensino, de 9 de abril de 1884, o princípio da obrigatoriedade do ensino primário foi reafirmada, considerando, também, a idade e gênero. Para os meninos, a obrigatoriedade correspondia à idade de sete a treze anos e para as meninas de seis a onze anos e uma distância de até dois quilômetros da escola para os meninos e até um quilômetro de distância, para as meninas. Conforme esta legislação, o ensino obrigatório seria gradativamente exigido, primeiro na Capital da província, depois nas cidades do interior e, por fim, nas vilas e arraiais, de acordo com as possibilidades do fundo escolar (GOYAZ, 1884). Todavia, com a reforma da instrução goiana de 1886 o princípio da obrigatoriedade do ensino foi omitido.

Conforme Alves (2007), a prescrição do princípio da obrigatoriedade em lei não alterou a realidade da educação em Goiás, no período em pauta, uma vez que, segundo a autora, a dificuldade da província em prover escolas para todos e a dos pais em manter os filhos em escolas particulares, em adição a isso, a precariedade da

[44] Por meio do Regulamento da Província de Goiás de 1884, as escolas mistas seriam regidas por professoras, para alunos de ambos os sexos, até 11 anos de idade. O Regulamento de 1886 não trata sobre o assunto.

fiscalização, impediram que o ensino obrigatório se tornasse uma realidade e, com isso, somente um pequeno grupo da população goiana em idade escolar obrigatória tinha acesso ao ensino primário.

Assim, convém ressaltar que antes da criação da primeira escola pública em Porto Imperial, existiam as escolas domésticas, principalmente, sob a responsabilidade de padres seculares que atuavam, na maioria das vezes, nas fazendas, constituindo-se os mestres-escolas ou preceptores dos filhos da aristocracia rural[45]. Segundo Godinho (1988), antes da instalação da primeira escola pública em Porto Imperial, as crianças desse município eram encaminhadas para o arraial do Carmo, endereçadas à escola do professor José Inocente de Souza Leite. Para este autor, em 1810, o Arraial do Carmo já contava com Escola de Primeiras Letras. Todavia, só se tem registro de efetivação de escola mantida pelo poder público, neste arraial, a partir de 1837. Portanto, acredita-se que a Escola de Primeiras Letras, supracitada, era uma escola particular.

Insere-se, neste contexto as informações relatadas por Euzébio (1918), em matéria sobre a instrução no estado de Goiás, editada na revista "Informação Goyana". O autor mostra como alguns filhos de fazendeiros, e vizinhos destes, tinham acesso à escrita e à leitura:

> Raro é o fazendeiro abastado que não tenha em casa uma escola primária para o ensino dos filhos e dos pequenos da vizinhança e nalguns municípios como os de Bomfin, Formosa e outros, os conselhos municipais criaram insenção de certos impostos para os fazendeiros que custeassem escolas ruraes, freqüentadas por mais de dez alunos, inclusive os escolares seus filhos [*sic*] (EUZÉBIO, 1918, p. 138).

A partir de 1835, com a divisão eclesiástica em Goiás, a freguesia de Porto Imperial foi desmembrada da freguesia do Carmo, criando-se a Capela Curada de Nossa Senhora das Mercês. Esse acontecimento proporcionou a presença mais constante do clero na vila de Porto Imperial, proporcionando maiores oportunidades para os filhos das famílias portuenses para terem o acesso à leitura e à escrita, por meio desses agentes "eclesiástico-educativos".

Os primeiros dados, acessados, sobre a educação escolar pública em Porto Real refere-se a 7 de julho de 1825, data em que foi sancionada a primeira Escola de Primeiras Letras de Porto Real. Contudo, esta instituição não foi efetivada naquele momento. Outras informações são apresentadas a partir da década de 30 do século XIX,

---

[45] Ver sobre as escolas domésticas em Faria Filho (2003).

quando no mês de janeiro de 1830 o Conselho Geral da Província declara que haveria Escolas de primeiras Letras em diversos arraiais goianos, dentre eles Porto Real. No dia 19 deste mesmo mês o Conselho resolveu que seria transferida a cadeira de Primeiras Letras de ensino individual de Natividade para Porto Real logo que fosse provida a de ensino mútuo naquele município (GODINHO, 1988).

Nesta linha de pensamento, embora não se tenha informações precisas, percebe-se que, no início dos anos de 1830, Porto Real teve a presença de um professor público, uma vez que, segundo Bretas (1991), por meio da provisão de 1832, o professor Pe. Antônio Ferreira Lima foi transferido do arraial de Porto Real para a Vila de Santa Cruz. Na mesma obra, encontra-se referência à Lei de 15 de dezembro de 1831, que previa dotação orçamentária para professor de ensino individual[46] de Porto, sobretudo, para o exercício de 1832 a 1833, período em que Porto Real se torna vila e é nomeada de Porto Imperial. Todavia, como já se fez referência, a institucionalização dessa escola só se deu com maior vigor com a Resolução Provincial de nº 4 de 25 de agosto de 1835, baseada na Lei Provincial de nº 13 deste mesmo ano. Contudo, efetivamente, essas medidas não se traduziram em práticas concretas nesta Vila, pois, conforme observação de Godinho (1988), até 1838 esta escola não tinha sido provida com professor.

Ante o exposto, observa-se que a aula pública da vila de Porto Imperial só teve uma regularidade a partir do final dos anos de 1830 e início dos anos de 1840, com a nomeação do professor José Gomes da Silva, pela provisão de 2 de janeiro de 1839. Infere-se que a possibilidade da provisão desse professor está relacionada à autorização, de 31 de agosto de 1838, expedida pelo Presidente da Província, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, ao Delegado da respectiva Vila, Vicente Ayres da Silva, a fim de nomear dois cidadãos que fossem instruídos nas matérias exigidas no Art. 1º, da Lei Provincial de nº. 13, de 23 de julho de 1835. Das orientações do Presidente, destaca-se o seguinte trecho: "feita esta nomeação, presidirá ao exame e praticará todo o mais quanto lhe foi recomendado pela portaria de 19 de dezembro do ano próximo passado"[47]. Percebe-se, portanto, que a falta de regularidade no funcionamento das escolas em Porto Nacional estava vinculada, principalmente, à distância da Capital para o professor se submeter ao exame de opositores.

---

[46] O método de ensino individual utilizado no Brasil desde a Colônia continuou sendo empregado ao longo de todo o século XIX com algumas modificações. Tal método consistia basicamente em fazer ler, escrever e calcular, cada aluno, separadamente, mesmo quando se ensinava a várias crianças e jovens dispostos num mesmo local (FARIA FILHO, 2003).

[47] Livro de registro de ofícios e ordens expedidos pelo Governo Provincial a diversos (1835-1839).

No que diz respeito à escola primária, para o sexo feminino, infere-se que a primeira professora pública de Porto Imperial tenha sido Anna de São João Batista, uma vez que ela foi nomeada para reger a escola pública em 2 de outubro de 1860, pelo inspetor paroquial Vicente Ayres da Silva. Outra nomeação que se encontra documentada, para a escola para meninas diz respeito a referente a Maria da Visitação Pinto de Cerqueira[48], em 08 de junho de 1864, todavia, como consta em ofício do inspetor de ensino, de 18 de novembro do mesmo ano, esta senhora não aceitou a nomeação. Portanto, foi com a Profª. Theresa Ayres da Silva, indicada pelo mesmo inspetor, em ofício supracitado, que esta escola se firmou como tal.

Vale ressaltar que a Profª. Theresa Ayres da Silva, como retrato da sociedade portuense do período, se configurava enquanto filha do Cel. João Ayres da Silva, sendo casada com Simeão Pinto de Cerqueira, o qual exerceu cargos públicos como o de vereador e inspetor de ensino no arraial do Carmo. A professora em apreço, também foi avó do professor portuense, Simeão Ayres da Silva. Certamente, por estes dados, fica notório que se tratava de uma mulher da chamada "boa sociedade" regional. Seu magistério perdurou por um período de 15 anos. Acredita-se que esta professora aprendeu a ler e escrever com professores particulares (escolas domésticas), uma vez que não consta registro de escolas para meninas, nesta cidade, que anteceda a esse período.

## 1.5 Organização e funcionamento das Escolas de Instrução Primária em Porto Imperial

As escolas, em Porto Imperial, inicialmente, eram denominadas de "Escola pública de instrução primária do sexo masculino (ou feminino) da freguesia de Nossa Senhora das Mercês". Estas escolas foram criadas dentro da categoria de escola de 1º grau. Em 1884, essas instituições passaram a ser denominadas como "Escolas de 2º graus". Com efeito, por meio da reforma da instrução pública da província de Goiás, Regulamento de 1886, foi alterada a forma de se classificar as escolas primárias, apresentando dois tipos de escolas: elementares[49] e efetivas. Quanto às escolas efetivas

[48] Maria da Visitação Pinto Cerqueira era irmã do deputado e inspetor de ensino, Pe. José Manuel Pinto de Cerqueira.

[49] As escolas elementares seriam aquelas freqüentadas por mais de 10 e menos de 20 alunos. As escolas primárias que fossem frequentadas, durante um trimestre, por menos de 10 alunos seriam extintas (GOYAZ, 1886).

(frequentadas por mais de 20 alunos), eram classificadas em escolas de 1.ª, 2.ª e 3.ª entrâncias. Assim, pertenciam à 1ª entrância as escolas situadas nas vilas, paróquias e arraiais, em quanto as de 2ª entrância, localizavam-se nas cidades e as de 3ª entrância eram as escolas criadas na capital. Conforme esta orientação, em Porto, a partir deste período, as escolas passaram a ser denominadas como "Escola efetiva pública de 2ª entrância do sexo masculino/feminino da cidade de Porto Imperial".

O programa de ensino estabelecido para as escolas de 1º grau baseado na lei provincial de nº. 13 de 1835, compreendia a leitura, a escrita, as quatro operações aritméticas e a doutrina cristã. Por complemento, na escola de 2º grau deveria se ensinar a ler, a escrever, a aritmética até as proporções, a gramática da língua nacional e as noções gerais dos deveres morais e religiosos. Nas escolas de meninas seria ensinado, além das matérias do 1º grau, a ortografia, a prosódia da língua nacional e as noções gerais dos deveres morais, religiosos e domésticos.

O Regulamento Provincial nº. 3397, de 9 de abril de 1884, previa para as escolas de 2º graus, instrução moral e religiosa, a leitura, escrita, noções de gramática, aritmética (até regra de três simples), noções de geografia e história do Brasil, acrescentando para os meninos o desenho e a ginástica e para as meninas trabalho de agulha e economia doméstica. Por meio dos termos de exame final dos alunos é possível perceber as disciplinas, que via de regra, eram ministradas aos alunos. O termo de exame da Escola de 2º graus masculino de Porto Imperial, por exemplo, que fora realizado em 14 de novembro de 1884, compreendeu a leitura, a escrita, a aritmética e a doutrina cristã. Para o exame das meninas, porém, acrescentou-se uma examinadora, que foi convidada para avaliar o trabalho de agulha e economia doméstica (PORTO NACIONAL, cx 04).

De forma ilustrativa, para se ter uma noção dos tipos de atividades realizadas pelos alunos em 1868 na Escola de instrução primária para o sexo masculino, transcreve-se o exercício realizado pelo aluno José Rodrigues Pedreira, filho de Frederico José Pedreira, na época com 12 anos de idade e seis anos de escolaridade, uma vez que este aluno foi matriculado pela primeira vez, como consta nos mapas de matrículas, dessa escola, no ano de 1862:

> Aula Publica 28 Janeiro de 1868
> Hum menino he digno de compaixão quando não escuta os prudentes conselho de seos Paes, enem quer seguir o exemplo das pessoas virtuozas.
> 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22

ABCDEFGHIKLMNOPQRSTUZ
D. VS Discípulo m$^{to}$ Obd$^{e}$ e Cr$^{o}$.
Joze Rodrigues Pedreira. [*sic*] (DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA AVULSA, cx. 188).

Tomando por base a atividade, supracitada, observa-se que os exercícios realizados pelos alunos, nesse período, consistiam, basicamente, na cópia e repetição de frases com cunho moral, cópia das letras do alfabeto e dos números arábicos. Este exame não diverge das análises realizadas por Abreu (2006) em exercícios de alunos de diversos municípios goianos no período em estudo. Em suma, infere-se, que na prática os conteúdos curriculares ministrados nas escolas goianas e, por conseguinte, nas escolas portuenses, equivaliam-se ao ensino da leitura, da escrita, das quatro operações aritméticas, a doutrina cristã e deveres morais.

O exame de final do ano letivo, por seu turno, era concebido, assim, como parte do processo de avaliação do desenvolvimento do aluno. Por meio do procedimento de examinar, acreditavam estar disseminando, por entre a população escolar, os saberes regulados que deveriam exigir dos alunos, os quais deveriam se tornar conformados por práticas dos conteúdos e conhecimentos ensinados. Esses exames, conforme o Regulamento goiano de 1886 deveria, obrigatoriamente, serem realizados no final de cada ano letivo, comumente, no mês de dezembro. Todos os alunos deveriam submeter-se a esse exame, perante banca composta por três examinadores. No entanto, para as escolas do sexo feminino acrescentava-se uma examinadora dos trabalhos de agulha e economia doméstica. O inspetor de ensino, por sua vez, deveria nomear os examinadores, presidir os exames e enviar uma cópia do termo de exame, que era lavrado em livro próprio, para o Inspetor Geral.

O método de ensino que deveria ser adotado pelos professores, neste período, era proposto pelo Inspetor Geral da instrução pública, dando-se preferência ao método simultâneo[50]. Entretanto, conforme Abreu (2006) não havia na província de Goyaz professores habilitados para aplicar o método simultâneo, e, além disso, as rendas provinciais também eram insuficientes para adquirir todos os utensílios exigidos para a efetivação dessa metodologia. Baseado na análise dessa autora, nos relatórios dos presidentes da província que se seguem a partir de 1859, há, na verdade uma

[50] O método de ensino simultâneo era uma proposta de organização do ensino que previa o controle do tempo, supunha a existência de espaços adequados e materiais escolares específicos, definia os agentes da ação educativa e prescrevia os procedimentos didáticos. Permitia a organização de classes mais homogêneas e a ação do professor sobre vários alunos simultaneamente (FARIA FILHO, 2003).

predominância da utilização do método do ensino individual[51] nas instituições de ensino primário da província, com exceção da escola masculina da capital, que ensinava pelo método simultâneo.

Ao longo do período em estudo, por meio dos mapas de frequência dos alunos, encontrou-se diversas modalidades utilizadas pelos professores para classificá-los quanto aos diferentes estágios de desenvolvimento. Conforme mapas de frequência do ano de 1866 da Escola para o sexo masculino em Porto Imperial, os 34 alunos matriculados eram classificados quanto ao grau de instrução em: escrevendo e contando (10 alunos); escrevendo (10 alunos); carta de sílabas (13 alunos) e carta de nomes (um aluno). Os alunos dessa mesma escola eram classificados quanto ao desenvolvimento escolar em: bem adiantado (um aluno); adiantado (17 alunos) e atrasado (16 alunos). Em relação à inteligência o professor classificou-os em: boa inteligência (21 alunos); média inteligência (cinco alunos); pouca inteligência (seis alunos) e nenhuma inteligência (dois alunos) (DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA AVULSA, cx. 178).

Conforme consta nos mapas de matrículas e frequência dos alunos, na escola de Porto Imperial para o sexo masculino a idade variava de 7 a 18 anos, na escola para o sexo feminino era de 6 a 14. As matrículas eram abertas durante todo o ano letivo, como se pode ver nas observações dos professores registradas nos mapas, onde se encontra alunos matriculados até no mês de dezembro[52]. Na sua maioria, os alunos eram de naturalidade de Porto Imperial, localidade-sede da escola, apresentando algumas referências do Carmo, ou outras províncias como Maranhão e Piauí.

Quanto à organização da rotina das escolas portuenses, de forma ilustrativa destaca-se, que em 1883, em atendimento à Resolução Provincial nº. 685, de 28 de agosto de 1882, iniciaram as aulas no dia 7 de janeiro desse ano, com funcionamento em todos os dias úteis e horário escolar compreendido das 9 às 12 horas e, no período vespertino, das 14 às 17 horas (PORTO NACIONAL, cx 03). Apontando, portanto, que os alunos tinham dois turnos de aula, ou seja, pela manhã e à tarde, num período de três horas cada e um total de seis horas diárias. Conforme o Regulamento da instrução goiana de 1886, os professores deveriam ministrar duas aulas diárias. O horário das

---

[51] Conforme Faria Filho (2003), o método de ensino individual utilizado no Brasil desde a Colônia continuou sendo empregado ao longo de todo o século XIX com algumas modificações. Tal método consistia basicamente em fazer ler, escrever e calcular, cada aluno, separadamente, mesmo quando se ensinava a várias crianças e jovens dispostos num mesmo local.

[52] Conforme o Regulamento da instrução goiana de 1886, a matrícula só seria encerrada durante o ano para os alunos que sofressem de moléstia contagiosa.

aulas passaram a ser das sete horas e trinta minutos às onze horas da manhã, e das quatorze às dezesseis horas e trinta minutos. O ano letivo deveria começar no mês janeiro e terminar em dezembro.

Destaca-se que, no período em análise neste estudo, as escolas de Porto Imperial foram regidas por um único professor. Estas escolas funcionavam em casas residenciais alugadas para os devidos fins, sendo que na mesma, via de regra, morava o(a) professor(a) e sua família. A educação saia da casa paterna para a escola, que era a casa do mestre. Nesse aspecto, o espaço privado (da casa) cedia lugar ao público (da escola). As despesas com os aluguéis corriam por conta de dotações fixadas em tabelas e consignadas no orçamento provincial ou, então, eram cobertas com recurso que o poder central concedia à Província, para atender a gastos com a instrução.

No período em que a Profª. Theresa Ayres da Silva esteve na direção da Escola de instrução primária para o sexo feminino, as aulas eram ministradas em sua residência, recebendo o valor de quatro mil reis por mês (4$000). A casa de D. Cândida Reis de Oliveira, no mesmo período, alugada para a escola do sexo masculino, era custeada por seis mil reis a cada mês (6$000)[53]. Baseando-se em recibo de aluguel assinado pela Profª. Theresa, em 1872, entende-se que ela recebeu a quantia referente ao período de 1º de outubro de 1871 a março do ano seguinte (PORTO NACIONAL, cx 02). E este é um indicativo de que o proprietário do prédio, local no qual funcionava a escola, ficava até seis meses sem receber o aluguel.

Silva (1975) registra que, pelo ato do Governo provincial de Goiás de nº. 2.367, de 1878, em vigor até o final dos anos oitenta, deste mesmo século, prevaleceu a mesma tabela (por uma década ou mais) para a capital, cidades, vilas e arraiais. Correspondeu, neste período, a quota mensal de 12$000, 6$000, 3$000 e 2$000, respectivamente. Porto Imperial, nesse período, fazia parte da categoria de cidade. Os valores dos aluguéis portuenses, citados acima, são anteriores à esta tabela. Nesse caso, acredita-se que atendia a outras referências contábeis, no entanto não foge à conjuntura da época.

Quanto ao equipamento da escola pública, de acordo com a legislação, consta que ele estava a cargo do governo provincial que deveria fornecer mobiliários e utensílios necessários. Basicamente, não era animadora a situação das escolas de Porto Imperial. As instalações improvisadas não ofereciam comodidades próprias de

[53] Tomando como referência o ano de 1867, na capital da província de Goiás, 4$000 correspondiam ao preço de um alqueire de feijão ou mamona e 6$000 correspondiam a um alqueire de farinha de milho (BRETAS, 1991).

estabelecimento de ensino, problema que teve uma sequência de denúncias dos professores, dos inspetores de ensino, da Câmara Municipal e até mesmo de delegado de polícia de Porto Imperial. Assim, desde 1861, já se encontrava relatórios e ofícios ao governo mostrando a situação das escolas e fazendo reivindicações, como é evidenciado pelo ofício do Prof. Olympio Dias Furtado, datado de 22 de janeiro de 1861, com destino ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, Felipe Cardoso de Sousa Furtado:

> Tenho que levar ao conhecimento de V. S. que muito mal servido achão-se os alunos dessa escolla por causa do insuficiente cômodo do edifico, que não sendo construído com estas vistas são acanhados e mesquinhos em suas salas: [...] e mais, são falta de mezas próprias, cadeiras e bancos [...] manda fornecer-me 100 reis para mandar-se fazer esses preparos que são de urgente necessidade [*sic*] (PORTO NACIONAL, cx. 01).

Todavia, embora houvesse várias tentativas de intervenção nas escolas, principalmente naquele período, anos se passavam e as escolas de Porto Imperial continuavam em precárias condições físicas e materiais. Isso fica claro numa amostra do relatório da Inspetoria de ensino para o Inspetor Geral da Instrução Primária da Província, em 26 de maio de 1874, mais de dez anos após o envio da carta do Prof. Olympio Dias Furtado. Este relatório apontava as necessidades mais prementes das escolas públicas portuenses. Em parte, diz que:

> Na aula do sexo masculino desta cidade encontrei matriculado cincoenta alunos, estavam presentes trinta e sete, dando lugar a falta de comparecimento de todos a seguinte: uns por motivo de moléstia, e outros por estarem ausentes nas roças; [....]. O professor reclama da pequena sala da casa onde ele funcionava a aula [...]; reclama mais o professor a mesquinha quantia que recebe a aula desta cidade para o seu expediente, pedindo que seja substituída a de 20 mil reis pelo de cincoenta mil reis; faltam os livros [...], continua a falta de mobiliário nas duas aulas de ensino primário desta cidade [...] [*sic*] (PORTO NACIONAL, cx. 02).

No que diz respeito ao espaço físico da escola para o sexo feminino, também consta no relatório já citado, que ele se apresentava um espaço suficiente e oferecia uma boa salubridade, afinal, tratava-se da casa da Profª Theresa Ayres da Silva. Porém, consta que ainda continuava a falta de mobiliário e dos livros exigidos pelo Regulamento de 1º de janeiro de 1869, pelo Art. 6º em seu parágrafo 4º. Assim, em relatório da Câmara Municipal do Porto Imperial, de 13 de abril de 1880, se delibera levar ao conhecimento do Presidente da Província a situação da escola do sexo masculino, regida pelo Prof. Joaquim da Rocha Maya:

> A casa onde funciona a aula reside o professor, além de mal arejada é tão escassa de cômodos que não acomodaria bem vinte alunos, mormente de um número superior ao triplo que contem atualmente na referida aula. A mobília de sua propriedade limita-se em dois pequenos bancos, uma meza, uma estante e um cabide estragado [*sic*] (PORTO NACIONAL cx. 03).

Diante dessa situação precária do espaço físico e do mobiliário da escola, a Câmara Municipal destaca, também, que a maior parte dos bancos que serviam de assento era de propriedade particular e que, se os donos exigisse-os, necessariamente, os alunos deveriam trazer outros de suas casas. Mas, o que se detecta é que, um ano depois, o delegado de polícia de Porto Imperial, também sensibilizado com as situações das escolas daquele município, comunica ao Inspetor Geral do Ensino na Província, por meio do relatório de 2 abril de 1881, que "é digno de providência a dificuldade com que está lutando as escolas de Porto Imperial com falta de espaço e mobiliário" (PORTO NACIONAL, cx 03).

Assim, percebe-se a precariedade das condições do exercício do magistério em Porto Imperial, e, por outra via, evidencia-se uma reiterada "denúncia", reclamação e reivindicação ao governo da província, pelos agentes da educação daquela cidade e demais populares, por condições adequadas dos lugares em que as crianças e os jovens aprendiam. Essas reivindicações são representativas de sua preocupação em conformar os espaços da ação educativa aos preceitos de organização e racionalidade, no período em estudo.

Nota-se, em outra via, que o governo, também, procurou estabelecer normas institucionalizadas para garantir a permanência dos materiais e utensílios públicos nas escolas. Em alguns casos como, por exemplo, relativos à extinção da escola, aposentadoria, morte ou transferência do professor, o responsável pela escola deveria inventariar o mobiliário escolar e estas informações deveriam ser repassadas à Presidência da Província. Por meio do inventário realizado pelo Prof. João Linch, o qual entregou o cargo em 14 de janeiro de 1878, pode-se conhecer quais o objetos e mobiliários existentes na escola pública do sexo masculino de Porto Imperial. Foi relatado pelo então professor que encontrava na escola, a existência dos seguintes itens:

> 1 mesa grande, 4 bancos, 1 estante para livros, 1 cabide para dependurar chapéus, 1 livro de matrícula, 1 livro de chamada, 1 livro de termos de exames, 3 livros de 1ª leitura, 2 livros de 2ª leitura, 4 gramáticas, 18 methodos fácil, 8 cartilhas, 9 pedras com os competentes lápis [*sic*] (PORTO NACIONAL, cx. 03).

Por seu turno, as informações proferidas pela professora da escola do sexo feminino, e atestada pelo inspetor literário, em novembro de 1884, após 20 anos de criação dessa escola, reitera que nenhuma mobília, nem utensílio utilizado ali, pertencia ao governo. Portanto, existiam, na escola apenas alguns materiais pedagógicos, outrora referidos:

> 3 livros (ponto, matrícula e exame), 1 compêndio de [...], 5 cartilhas da Doutrina Cristã, 2 livros de primeira leitura, 2 de segunda, 3 livros de arithemética, 2 livros dos Luzíadas de Camões, 4 gramáticas, 4 traslados, 4 taboadas. Não existindo nesta escola um só objeto que pertença ao mobiliário da mesma deixando por isso de ser mencionados [*sic*] (PORTO NACIONAL, cx. 03).

Não deixa de ser curioso o fato de que, naquele período, estavam matriculadas 41 alunas, como consta dos mapas de matrículas, mas, se quer, há referência sobre mesa ou banco para as alunas sentarem, que pertencessem à própria escola. É amostra, entretanto, do que foi relatado anteriormente sobre o fato de que os assentos (bancos) eram, ou de propriedade do professor, ou de algumas famílias ou específico dos próprios alunos. Todavia, esse panorama estava de certa medida, em consonância com a realidade das escolas das demais cidades de Goyaz, e particularmente, da região norte desta Província.

Pelo Regulamento goiano de 1886 previa-se que os professores deveriam enviar, por meio do inspetor de ensino ao Presidente da Província, mapas de matrículas, frequência e aproveitamento trimestrais. Os mapas, via de regra, deveriam conter as seguintes informações: número, nome dos alunos, idade, nome dos pais ou tutores, naturalidade, grau de instrução na ocasião da matrícula, frequência, aproveitamento, moralidade e espaço para observações. Um exemplo disso é que, foi veiculado por meio dos mapas, da Escola de instrução primária para o sexo masculino de Porto Imperial, regida pelo professor Miguel João Linch, que encontravam-se matriculados, no ano de 1871, 48 alunos com idade variando de 6 a 15 anos. Em relação a esses alunos, pode-se destacar dentre eles alguns que em anos posteriores tiveram, de alguma forma, o seu nome evidenciado no processo de escolarização no município de Porto Nacional (Cf. Quadro 4, p. 64).

**Quadro 4.** *Relação de alunos matriculados na Escola de Instrução Primária para o sexo masculino em Porto Imperial (1871) que posteriormente assumiram cargos públicos eletivos e na área da educação neste município*

| Aluno | Pais/Responsáveis | Idade | Cargos na educação | Cargo eletivo |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |
| Luís Leite Ribeiro | Florêncio Leite Ribeiro | 12 anos | Professor | Deputado Estadual |
| Pacífico José Pedreira | Frederico José Pedreira | 14 anos | Inspetor de ensino | Intendente Municipal |
| Frederico Ferreira Lemos | Mathias Ferreira Lemos | 11 anos | Inspetor de ensino | Intendente Municipal |
| Simeão Ayres da Silva | José Ayres da Silva | 6 anos | Professor | Vereador |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cx. 02 (quadro elaborado pela autora).

Convém, porém, observar que o compromisso assumido pela escola primária de então era com a instrução e a educação dos meninos de uma camada social "elitizada". Conforme Bretas (1991, p. 421) apenas uma pequena elite formava nas escolas goianas, e tinham como função precípua de:

> Prover as funções mínimas da classe alta dessas localidades como as de intendentes, juízes de paz, promotores, tabeliões, escrivães, comerciantes e fazendeiros dos quais deveriam sair os coronéis, os majores e os capitães da Guarda Nacional, todos possuindo não mais que a instrução primária.

Para este segmento, portanto, havia a preocupação com a transmissão e a indução de conhecimentos capazes de levá-los a identificar o lugar social que lhes caberia no desempenho de cada sexo. Assim sendo, observa-se que, aos homens, por sua formação, caberiam as funções administrativas de "mando e comando", enquanto que às mulheres eram reservadas as tarefas do lar e, quando muito, do magistério primário. Isto se verifica por meio das funções exercidas posteriormente pelos alunos e alunas das escolas primárias de Porto Imperial que, desde a infância viviam um processo de "educação" vinculado a fins sociais pré-estabelecidos.

Quanto aos atestados de frequência dos professores e alunos, assinados pelos inspetores de ensino, assim como os relatórios da Câmara Municipal de Porto Imperial,

não eram distintos dos relatos encontrados em Bretas (1991), quando descreve que a expressão "estão cumprindo os seus deveres" era um chavão infalível, em todo atestado de freqüência de mestres e alunos, passado para o Inspetor geral de ensino ou autoridades equivalente. Nesse particular, sinalizava-se que, embora diante da precariedade física e material das escolas, os mestres e os alunos eram assíduos, respeitavam os horários estabelecidos, os mestres utilizavam os devidos métodos de ensino e os alunos estavam progredindo nos estudos. Enfim, entende-se que os atestados de frequência se constituíam enquanto "realidades" que tentavam pontuar que a rotina escolar era efetivada de acordo com o previsto nos regulamentos escolares. Pode-se destacar, de forma figurativa, o relatório da Câmara Municipal de Porto Imperial, referente ao exercício de 1875, que faz destaque à atuação do professor da Escola de instrução primária para o sexo masculino:

> Continua a funcionar regularmente as duas aulas desta cidade, a do sexo masculino regida pelo Prof. Vitalício Miguel João Linch, que é incansável no cumprimento de suas obrigações, sendo a sua aula bem freqüentada, é louvável e satisfatória ver-se a boa disciplina, progresso e moral dos alunos, tem dado por profícuo muitos meninos, e a mocidade crescente apresenta alguns desenvolvimento que honra o professor [*sic*] ( PORTO NACIONAL, cx. 2).

Em contra turno, em alguns casos, quando o professor deixava de cumprir com as suas funções pedagógicas, ou de certo modo, não era do "agrado" dos responsáveis pela inspeção escolar, era denunciado às instâncias superioras da educação. Fato que pode ser ilustrado com o relatório da Câmara Municipal, no ano de 1866, em relação à aula do sexo masculino, quando, em parte, diz que: "[...] nenhum resultado os alunos tem colhido, a cauza do nenhum zelo do dito professor, e o pai de família caprichozo antes quer pagar particularmente do que matricular seo filho na dita escola [*sic*]" (PORTO NACIONAL, cx 01).

Neste mesmo ano, ou seja, 1866, este mesmo fato é revelado por um pai de dois alunos da escola pública de instrução primária para o sexo masculino, por meio de correspondência ao inspetor de ensino. Conforme o relato do pai dos alunos, o atual professor era ocupado com os cargos de coletor e negócios de gado de corte, deixando, portanto, o magistério em segundo plano. Nesse caso, já havia procurado outros mestres particulares para os seus filhos, no entanto, segundo ele, as despesas eram grandes, pois pagava pela aula de cada filho o valor de dois mil réis (DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA AVULSA, cx. 178).

Esta situação envolvendo o processo educacional em Porto Imperial mostra o grau de divórcio entre a legislação e a sua materialização, no período, no que diz respeito às orientações quanto ao exercício do magistério. Conforme o Regulamento do ensino primário dessa Província, de 1º de dezembro de 1856, dentre outras prerrogativas, é proibido ao professor acumular outro cargo público com o de magistério e ausentar-se da localidade em que estiver empregado, sem licença do Presidente, bem como, exercer a atividade de comércio (BRETAS, 1991), prerrogativa que vai se encontrar, também, no Regulamento da província de Goiás em 1886. É revelador, portanto, que a preocupação do legislador fazia sentido, uma vez que, esses fatores influenciavam, por vezes mais, ou menos, na esfera educativa.

Para além do que já foi referendado, este fato revela, também, outras características de natureza sócio-econômica inerente ao contexto em estudo. Primeiro evidencia que os filhos das famílias que tinham condições financeiras tinham a opção de ter professores particulares à sua disposição, não estando sujeitos a assistirem aulas com professores que não apresentassem as "exigências mínimas" para o exercício do magistério. Segundo, traduz o esforço das famílias portuenses em relação a oferta de educação de "qualidade" a seus filhos.

Contudo, para atender às necessidades escolares dos estudantes carentes de recursos financeiros, o governo deveria fornecer-lhes os livros adotados e outros materiais escolares. Em 1884, a relação nominal dos alunos "pobres" que estavam matriculados na Escola pública da cidade de Porto Imperial era de 41 alunos e de 32 alunas. Observa-se, portanto, um número bastante elevado de alunos e alunas considerados pobres, uma vez que, na Escola para o sexo masculino estavam matriculados, neste mesmo ano, 66 alunos e na escola para meninas um total de 41 alunas. Portanto, mais de 60% dos alunos matriculados eram considerados pobres.

Por outro lado, percebe-se por meio dos mapas de matrículas, deste mesmo ano, que grande parte dos nomes dos alunos matriculados e dos seus responsáveis são veiculados entre as famílias de representação política e administrativa no município de Porto Nacional. Tomando como exemplo, em 1884, dentre as alunas matriculadas na escola para o sexo feminino, sob a direção da professora Benícia Ribeiro da Silva Leite encontravam-se: Angélica Ribeiro Aranha, Cândida Pinheiro S'Anna e Justina Jacintha Braga, alunas que no início do século XX tornaram-se professoras desta mesma escola.

Assim, embora a documentação disponível seja clara nos dados apresentados, pode-se, contudo, conjecturar, diante do quadro de necessidades prementes nas escolas

que este poderia ser um viés pelo qual a escola poderia receber recursos do governo. Por outro lado, encontra-se registrado, em 1884, a presença de duas alunas livres, filhas de mulheres escravas. Esta observação, na relação enviada pela professora, se justifica pelo fato de que os escravos não poderiam matricular-se em escolas públicas naquele período[54].

Em outra via, tem-se destaque, a valorização da Língua Francesa pelas famílias portuenses. Antes da chegada dos dominicanos na região norte do Estado, por meio da Resolução provincial nº. 583, de 4 de agosto de 1877,o governo concedia a gratificação de duzentos réis (200$000) anuais para o Prof. Miguel João Lynch, pelo encargo de ensinar a Língua Francesa para uma média de 12 alunos naquele município. O número de alunos revela que o acesso era limitado, uma vez que, não contemplava o número de alunos matriculados na escola pública primária para sexo masculino pela qual o professor era responsável, considerando que neste período, equivalia a uma média de 50 alunos. Todavia, vale ressaltar que este fato é significativo no chamado processo de desenvolvimento cultural em Porto Nacional, naquele contexto espaço-temporal. Esta pauta entra em destaque por fomentar um delineamento singularizado aos eixos da educação local, que vai ser intensificada com a chegada dos padres dominicanos.

Conforme os estudos de Campos (1999, 24, 37), a influência dos padres dominicanos em Goiás foi expressiva no que diz respeito ao ensino da Língua Francesa, sua língua materna. Segundo esta autora, este idioma chegou a Goiás por meio de "pessoas que se instalaram na província transmitindo a educação básica recebida, considerada adequada e exigida pelos ricos, à camada social mais abastada e desejosa de receber uma educação mais refinada" e acrescenta, ainda, que, "juntamente com a música, o domínio e o cultivo da língua francesa eram sinais de distinção entre as pessoas de elegância e bom gosto". Acredita-se, portanto, que em Porto Imperial, por via de regra, a aula de Língua Francesa, também, era oferecida à camada social mais abastada.

Mais um dado relevante que, dessa vez, vem a tratar da relação dos dominicanos com a educação primária e o desenvolvimento cultural em Porto Imperial, diz respeito ao fato de que esses frades ao chegarem no município fundaram a casa dominicana portuense e uma escola de instrução primária gratuita, pelo Frei Domingos Nicollet,

[54] Conforme a Lei da Província de Goiás, nº13 de 23 de julho de 1835, prevê-se que somente as pessoas livres podiam frequentar as Escolas goianas. No Regulamento goiano de 1884 previa-se que nas escolas públicas não podiam matricular os escravos.

apresentando-se como relevante a possibilidade dos portuenses terem mais um espaço educativo. Na perspectiva do desenvolvimento cultural dessa população, Santos (1996) destaca, ainda, que o missionário Miguel Berthet fundou uma escola de música, o que equivale dizer que ao chegarem em Porto Nacional, os dominicanos investiram de imediato na tríade religião-educacão e cultura das crianças portuenses.

Assim, sem deixar de explicitar as suas nuances, infere-se que a instrução primária em Porto Imperial, nesse período, foi caracterizada por uma organização regida por um único professor, com espaços distintos para os sexos masculino e feminino, o que exigiu nesse município, como na maioria das escolas da província, a duplicidade de escolas, de mão-de-obra, de salário, assim como, de espaço físico, material escolar e de mobiliário, com alunos em diferentes estágios de idade e aprendizagem (Cf. Quadro 5, p. 69). A deficiência observada perpassa pelo aspecto quantitativo, inadequação do espaço físico, falta de utensílios e materiais pedagógicos. Para além desses aspectos, observa-se, também, que alguns fatores interferiram no aspecto qualitativo da instrução primária, no período, uma vez que era permeado por uma metodologia fundada no verbalismo, na repetição e memorização, reduzindo, em muitas das vezes, à leitura, escrita, aritmética e doutrinamento religioso e moral, que se fazia de modo inspecionado.

## 1.6 Os profissionais da educação: os inspetores de ensino e os professores das Escolas de Instrução Primária em Porto Imperial

Pela Lei da Província de Goiás, nº. 13 de 1835, no seu artigo 21, criou-se a função de Delegado de Instrução Primária nos municípios. No decorrer das reformas do ensino em Goiás, a nomenclatura desse cargo foi sendo alterada, de forma que foram sendo criadas as denominações de delegado de instrução primária, inspetor paroquial, delegado literário, inspetor de ensino, dentre outras[55]. Esse cargo, de livre escolha do Presidente da Província, era preenchido por alguém considerado como "pessoa de confiança", designada para representar o poder central na fiscalização das escolas. Como diz Neves (2007), em relação ao papel dos inspetores em Mato Grosso, tais delegados estavam tornando-se onisciente e onipresente a representação do poder do

[55]A criação de cargos de inspetores escolares se dá no Brasil, conforme Neves (2007), no período de mudança da sociedade da soberania para a sociedade disciplinar e, com isso, houve também uma espécie de desbloqueio dos procedimentos de poder.

Estado encarnado no papel dos governantes. E nessa perspectiva, que em Porto Nacional, a sua atuação estreitava-se com a realização das intermediações entre a organização hierárquica do governo e os agentes estatais com a população escolar e demais membros da sociedade. No entanto, Canezin e Loureiro (1994), sinalizam que em Goiás, essa fiscalização era precária, destacando como uma das causas, o fato da função de inspeção não ser remunerada.

**Quadro 5.** *Quadro demonstrativo do número de alunos matriculados nas Escolas de Instrução Primária de Porto Imperial e os respectivos professores e inspetores de ensino (1858-1888)*

| Ano | Escola para o sexo masculino | | Escola para o sexo feminino | | Inspetor de Ensino |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nº de alunos | Professor | Nº de alunas | Professora | |
| | | | | | |
| 1858 | 30 | Camillo Ferreira | - | - | Vicente Ayres da Silva |
| 1866 | 34 | Olympio Dias Furtado | 21 | Thereza Ayres da Silva | Pe. José Manoel Pinto de Cerqueira |
| 1867 | 31 | | 18 | | |
| 1868 | 34 | Miguel João Linch | 16 | | Sebastião José Lopes de Almeida |
| 1869 | 30 | | 16 | | |
| 1871 | 48 | | 12 | | Severino I. Macêdo |
| 1872 | 40 | | 19 | | |
| 1874 | 50 | | 18 | | Mathias Ferreira Lemos |
| 1875 | 45 | | 19 | | |
| 1877 | 50 | | 20 | | |
| 1878 | 53 | Manoel Ribeiro da S. Aranha<br>Joaquim da Rocha Maya | 23 | | |
| 1879 | 30 | Luiz Leite Ribeiro | 16 | | |
| 1880 | 65 | Joaquim da Rocha Maya | 27 | Anna Ambrosina d' Oliveira | |
| 1882 | 25 | Francelino de Sousa Milhomem | - | | José Laurindo Pedreira |
| 1884 | 66 | Donato Pereira d' Abreu | 41 | Benícia Ribeiro da Silva Leite | Frederico José Pedreira |
| 1885 | 67 | Donato Pereira d' Abreu | 40 | | |
| 1887 | 70 | | 30 | | |
| 1888 | 61 | Joaquim Theotônio Segurado | 41 | | |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cxs. 01 - 04, DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA AVULSA, cxs. 178 e 188 (quadro elaborado pela autora).

As Câmaras Municipais, segundo a lei supracitada, também faziam parte dessa engenharia de fiscalização das escolas. A elas conferia-se a missão de, anualmente, prestarem ao governo as necessárias informações sobre o funcionamento das aulas,

adicionando-lhes reflexões que julgassem necessárias ao melhoramento da instrução pública. Ainda lhes cabia a função fiscalizadora, devendo participar ao governo "desleixos, omissões e mais prevaricações dos professores". E, o Regulamento Provincial de 1869, previa que os inspetores paroquiais, nos seus impedimentos, ou vagando o cargo, eram substituídos pelos sub-delegados de polícia. Esta parece ser uma das justificativas da presença de relatórios e atestados de frequência de professores e alunos assinados por esta categoria profissional e pela Câmara Municipal. Encontra-se na legislação posterior, de 1884, além do inspetor, a figura de um Conselho paroquial nos municípios.

Conforme o Regulamento do ensino em Goiás (1884), o espaço de atuação dos inspetores era denominado de "cicunscripções parochiaes" e estes eram os "inspetores parochiaes". O regulamento subsequente, de 1886, constituiu os "districtos litterarios" os quais foram providos de "delegados litterarios" e de um substituto. No Regulamento da instrução primária da Província de Goiás, de 11 de fevereiro de 1887, permaneceu a nomenclatura de delegado literário - encarregado da direção do ensino, e nomeado pelo presidente da província e que, nesta pesquisa, será nomeado de "inspetor de ensino".

A esses funcionários, apresentavam-se, como principais atribuições, a visitação às escolas, informando ao presidente sobre a idoneidade, trabalho pedagógico dos professores, avaliação do desempenho dos alunos, a necessidade de criação ou fechamento das aulas, ou seja, o cumprimento ou não dos dispositivos legais e todos os demais acontecimentos que tivessem lugar nas circunscrições sob sua jurisdição. Portanto, esses inspetores de ensino estavam investidos de certo poder para efetivar uma espécie de vigilância contínua na escola, autorizados a indicar nomes de professores, orientando-os, criticando-os e dispensando-os, conforme suas subjetivações e interpretações. Os inspetores ainda intermediavam as correspondências dos presidentes enviadas aos professores e destes ao presidente, como requerimentos de docentes, registros sobre a matrícula, exames dos alunos e a frequência escolar. Tais informações auxiliavam o governo provincial nas decisões para o provimento das cadeiras públicas de instrução, demissão, suspensão, remoção ou concessão de licença aos professores.

Dentro desse contexto histórico-social, Canezin e Loureiro (1994) destacam duas das atribuições básicas dos inspetores. A primeira refere-se à sua obrigação de "cuidado" para que a mocidade fosse doutrinada nas mais "puras idéias religiosas e

moraes". A segunda atribuição, por sua vez, era a de cuidar da integridade do Império[56], ou, como diz Neves (2007, p. 54), o inspetor "procurava moldar os modos de viver, prevenindo ações de desvio e criando noções de valores que pudessem 'normalizar' o modelo social". No período em estudo, do contexto municipal de Porto Nacional, encontrou-se a presença de oito (8) inspetores de ensino, além desses encontrava-se, ainda, os inspetores substitutos.

**Ouadro 6.** *Inspetores de ensino em Porto Imperial (1835 – 1888)*

| Ano/Período | Nome do inspetor de ensino | Outras funções públicas exercidas/períodos |
|---|---|---|
| | | |
| 1835-1866 | Cel. Vicente Ayres da Silva | Delegado de polícia (1836), Juiz de Paz, Membro da assembléia eleitoral (1861), Vereador (1861-1864) |
| 1866, 1867 | Pe. José Manoel Pinto de Cerqueira | Vereador (1840-1844); Deputado Estadual (1845-1858) |
| 1869 | Sebastião José Lopes de Almeida | Vereador (1853-1856); Membro da assembléia eleitoral (1857-1860; 1865-1868). |
| 1871-1872 | Cel. Severino Ignácio de Macêdo | Vereador em várias legislaturas (1840-44, 1845-48, 1849-1852, 1861-1864) |
| 1872-1880 | Ten-Cel Mathias Ferreira Lemos | Membro da assembléia eleitoral (1840-1844), coletor das rendas provinciais (1844, 1848), Vereador (1849-1852, 1861-1864), Coletor da Vila do Porto Imperial (1848), suplente de Juiz municipal (1878) |
| 1881, 1882 (substituto), 1884 (suplente) | Ten-Cel. Bejamim Constant Pinto de Cerqueira | Vereador (1865-1868; 1873-1876) |
| 1882-1883 | José Laurindo Pedreira (Laurindo José Pedreira) | Vereador (1853-1856; 1877-1881) |
| 1883-1888 | Frederico José Pedreira | Vereador (1861-1864, 1869-1872, 1887-1891) |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cxs. 01 – 04; DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA AVULSA, cxs 178, 188; GODINHO, 1988 (quadro elaborado pela autora).

A apreensão do que está posto, evidencia que o primeiro inspetor de ensino das escolas públicas de Porto Imperial, o Cel. Vicente Ayres da Silva, exerceu essa função durante uma média de 30 anos, deixando o cargo em função do seu falecimento em 1866. Por seu turno, o Ten-Cel. Mathias Ferreira Lemos, também permaneceu neste

[56] Canezin e Loureiro (1994) explicam que a preocupação do governo de Goiás com a integridade do Império representava sua identidade com o governo central e com os setores dominantes da sociedade brasileira que naquele momento se uniram contra os que ameaçavam a ordem estabelecida.

cargo por um tempo significativo, oito (8) anos, afastando-se do cargo em função da falta de saúde que incidiu em seu falecimento em 25 de abril de 1881. Como é notório, os inspetores de ensino das escolas públicas de Porto Imperial, na sua maioria, apresentavam a patente de militar (coronel, tenente, tenente-coronel, alferes) e exerciam outro cargo público. Geralmente, ocupavam função de preeminência político-social, sendo vereadores e/ou membros do Conselho Municipal, por exemplo[57]. Porto, como um município demonstrativo da realidade de época do estado de Goiás, deixa em voga que, como em outras províncias, a fiscalização do ensino, quase que exclusivamente, ficou a cargo da figura masculina, situação não muito diferente dos ocupantes da cadeira de professor (Cf. Quadro 7, p. 73).

Já em relação às nuances que preconizavam o cargo de professor[58], a Lei Provincial nº. 13 de 1835, no seu Art. 11, dispunha que podiam ser professores "os Cidadãos Brasileiros, ou estrangeiros, que professarem a Religiaó Catholica Romana", mostrando "ter mais de vinte hum annos de idade; bom comportamento e os conhecimentos exigidos nesta Lei". Eram nomeados vitalícios os professores aprovados em concurso público, realizado na presença do Presidente, não podendo este delegar essa incumbência a outros. Inclusive, lê-se em Bretas (1991, p. 238), que mesmo com a obrigatoriedade legal dos concursos para o exercício do magistério, continuava aberto o espaço para a interinidade, com o regulamento regendo que "enquanto as cadeiras que vagarem, não forem providas vitaliciamentes, o Presidente da Província nomeará professores interinos, precedendo exame de sufficiência perante o Inspetor Geral, ou Parochial, se o julgar conveniente".

Conforme o Regulamento da instrução primária da Província de Goiás, de 1886, o cargo de professor do ensino público primário era incompatível com qualquer outro emprego remunerado ou profissão lucrativa, fazendo restrição, portanto, ao exercício de mais de uma função por parte dos professores. Então, regido por esse regulamento, o professor que durante cinco anos de efetivo exercício do magistério, tivesse apresentado comportamento irrepreensível, teria direito de requerer à Presidência da Província, por intermédio da inspetoria geral, sua vitaliciedade na carreira do magistério.

---

[57] Além dos cargos descritos, esses nomes figuravam na lista dos comerciantes portuenses. Na sua maioria eram proprietários dos botes que faziam navegação no rio Tocantins (GODINHO, 1988).

[58] Nicanor Palhares Sá (2006), ao discutir sobre o perfil dos docentes de primeiras letras em Mato Grosso, destaca três perfis docente: o sacerdote, o servidor estatal e o proletário. O primeiro corresponde ao período colonial, o segundo, abrange o período do Império e das repúblicas e o terceiro, que segundo o autor, apesar de característico das políticas neoliberais, foi forjado, desde a origem da escola estatal, ainda no Império. Essas informações ajudam a pensar o perfil dos professores de Porto Nacional no Império.

**Quadro 7.** *Professores que figuraram na Escola de Instrução Primária para o sexo masculino em Porto Imperial (1839-1888).*

| Nº. | Professor | Perfil |
|---|---|---|
| 01 | José Gomes da Silva | Nomeado professor da escola de Primeiras Letras, provisão de 1839. Antes da sua provisão o seu nome já era veiculado como secretário da primeira Câmara Municipal, quando da instalação da vila de Porto Imperial em 1833, seguindo por mais alguns anos, como consta em algumas atas desse órgão. Membro da Assembleia Paroquial do município (1840-1844). Não se encontrou referência que comprove o período em que permaneceu no cargo de professor. |
| 02 | Camillo Ferreira | Nomeado para a cadeira de Instrução Primária em 1855. Por meio de relatório da inspetoria paroquial em 1858 este professor ainda estava na ativa com 30 alunos. |
| 03 | José Bonifácio de Carvalho | O seu nome é veiculado em relatórios da inspetoria paroquial no período de 1858/1859. |
| 04 | Olympio Dias Furtado | Nomeado para a cadeira de Instrução Primária em 6 de outubro de 1859. O seu nome é veiculado em relatórios da inspetoria paroquial até o ano de 1867. Exerceu vários cargos públicos como: coletor (1865, 66, 67), escrivão do cartório do 1º ofício (1873 -1878). |
| 05 | Miguel João Linch | Inglês naturalizado brasileiro, professor vitalício, exerceu o magistério, em Porto, de 1868 a 1877. Exerceu o cargo de administrador da recebedoria de Porto Imperial (coletor) de 1872 a 1877. Comunicou o seu afastamento da escola no dia 8 de janeiro de 1878. Acumulando dois cargos públicos durante estes anos – ministrava aulas de francês a alunos de Porto Nacional. Foi assassinado em 13 de março de 1878. |
| 06 | Ten. Manoel Ribeiro da Silva Aranha | Exerceu o cargo de professor interino a partir de 17 de janeiro a setembro de 1878, Membro da Assembleia Paroquial em 1861; vereador de 1869 a 1872 e de 1877-1881; coletor e administrador da vila de Porto Imperial em 1859, 1864. Pai de Angélica Ribeiro Aranha (professora da escola para o sexo feminino). |
| 07 | Joaquim da Rocha Maia | Professor vitalício. Veio transferido de Palma (Paranã) 24/07/1878, apresentou-se em setembro, iniciou a aula em 01/10/1878 ficando no cargo até 1881. Nos idos de 1850 foi suplente do deputado Pe. José Manoel Pinto de Cerqueira. |
| 08 | Capitão Luiz Leite Ribeiro | Assumiu vários cargos públicos, como: escrivão (1878), coletor (1850), vereador 1887-1891, presidente interino (intendente) (1891), deputado estadual (1904). Esposo da Profª Benícia Ribeiro da Silva Leite. Substituiu o Prof. Joaquim da Rocha Maia de 5 de maio a 12 de novembro de 1879. Jornalista. Membro do Partido Republicano de Porto Nacional (República). |
| 09 | Francelino de Sousa Milhomem | Professor vitalício, inicialmente foi professor do arraial do Carmo. Nomeado pelo Ato Provincial de nº. 19 de 1881 encaminhado à escola púbica de Porto Imperial por meio do ofício de nº. 128 de 21 de dezembro de 1881. Iniciou as suas aulas em 1882. Conforme ofício de nº. 22 de 12 de março 1884 – Ato nº. 10 – foi removido para o Rio Bonito. |
| 10 | Donato Pereira d' Abreu | Professor vitalício. Foi removido de Conceição no dia 20 de junho 1884. Assumiu no dia 23 de agosto do mesmo ano. Exerceu o cargo até julho de 1888. |
| 11 | Coletor Barreto Lima | Exerceu a função de professor substituto do mês de agosto a setembro de 1888. |
| 12 | Joaquim Teothônio Segurado | Promotor público, professor interino de outubro de 1888 a 10 de março de 1891 na República. |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cxs. O1-05, GODINHO (1988) (quadro elaborado pela autora).

O Regulamento goiano de 1887, ainda explicita que os professores públicos de instrução primária da província poderiam pertencer às categorias de efetivo, interino e substituto. Assim, entendia-se por efetivo o professor que, por concurso, obtivesse nomeação do Presidente da Província. O professor interino, também, seria nomeado pelo Presidente, porém, essa nomeação era proposta pelo inspetor geral para o exercício de qualquer cadeira vaga até definitivo provimento.

Já o professor substituto seria aquele que fosse designado pelo delegado literário para suprir a falta no impedimento provisório de outro docente, não excedendo o limite de 30 dias. Por meio desse regulamento, ficava abolida a categoria de professor vitalício, conservando-se, porém, o direito àqueles que já o adquiriram em virtude de regulamento e leis anteriores. Por este Regulamento, de modo restrito, os normalistas e os sacerdotes ficaram dispensados dos exames para exercerem o magistério.

No que diz respeito à remuneração dos professores, era efetuada mediante solicitação do professor e atestado do inspetor. Por meio da Resolução Provincial de Goiás, nº4 de 25 de agosto de 1835, o salário do professor estava vinculado a alguns critérios, como: ao nível da escola, se de 1º ou 2º grau, ao número de alunos matriculados e a localização da escola, ou seja, se estava localizada em uma cidade, vila ou arraial. Assim as escolas da região norte da Província, apresentavam a seguinte configuração: para Arraias e Natividade que eram classificadas como escolas de 2º grau, estavam previstos ordenados de 240$00 mil réis anuais para cada um dos seus professores. As escolas de 1º grau das vilas de Palmas e Porto Imperial com ordenado variável de 200$000 mil réis, 180$000 e 160$000 mil réis, conforme o número de alunos, mínimo de 35, 25 e 16, respectivamente. Por outro lado, o professor da escola do arraial de Conceição receberia 160$000 mil réis anuais, acredita-se que este valor estava relacionado aos três critérios, ou seja, era uma escola de 1º grau, localizada em um arraial e com um número de matrícula equivalente até 16 alunos[59].

O pagamento era efetuado trimestralmente ou às vezes semestralmente, como constam os recibos assinados pelos professores. Pode-se exemplificar com a situação da Profª. Theresa Ayres da Silva, que, por conseguinte, recebeu o ordenado após seis meses de trabalho, ou seja, o trabalho realizado de julho a dezembro do ano de 1871 foi pago somente no ano seguinte. Pela transcrição de seu recibo de pagamento, lê-se que

[59] Conforme regulamentos que se seguem, o ordenado dos professores estavam vinculados, principalmente, à localidade (capital, cidades, vilas, arraiais) e categoria de professor (vitalício ou interino).

"foi pago à professora Thereza Ayres da Silva, duzentos mil reis (200$000), correspondente ao semestre do primeiro de julho ao dia último de dezembro do ano passado. 30 de março de 1872" (PORTO NACIONAL, cx 02). Por estes dados infere-se que o salário anual da professora equivalia a quatrocentos mil réis (400$00), ou seja, 33$333 réis por mês, valor aprovado, ainda nas disposições gerais da lei orçamentária de 1863, para os professores interinos das cidades e vilas goianas[60].

Assim, conforme o Regulamento da Província de Goiás de 1869, podendo encontrar-se, também, normatizado no de 1886, quando uma escola fosse frequentada por mais de 50 alunos, poderia ser nomeado um professor adjunto para auxiliar o professor titular na direção da mesma, tendo aquele o direito de ser nomeado para o lugar deste, quando vagasse a cadeira. Em ofício de 16 de novembro de 1884, o Prof. Donato Pereira d'Abreu solicitou a nomeação de um professor adjunto para auxiliá-lo no trabalho e, também, a gratificação anual, como previa a legislação (PORTO NACIONAL, cx 02). No entanto, percebe-se, que até o final do Império, a solicitação supra citada não tinha sido atendida.

Além do que já foi apresentado sobre a função do magistério primário, quando se refere à participação da mulher, o Regulamento da Instrução Pública e Particular de 1868 da província de Goiás, explicita as condições bastante específicas para o exercício dessa função. Nesse sentido, ficava disposto que as mulheres casadas deveriam apresentar consentimento do marido para lecionarem. As viúvas que, por sua vez, se interessassem por lecionar e tivessem o perfil para tal profissão deveriam, principalmente, apresentar a certidão de óbito do marido. As mulheres que fossem separadas judicialmente deveriam dispor da certidão da sentença comprovando não terem sido acusadas pela separação. Já as mulheres solteiras só poderiam ser nomeadas aos 21 anos, caso residissem com os pais ou tutores. Se residissem sozinhas, somente após os 25 anos de idade poderiam fazer carreira no magistério (CANEZIN; LOUREIRO, 1994).

Assim, no que tange o quadro funcional da Escola Primária para o sexo feminino, em Porto Imperial, no período de 1860 a 1889, foi possível encontrar um pequeno quantitativo de nomes de professoras (Cf. Quadro 8, p. 76). A tônica consiste, principalmente, no fato de que a escola para o sexo feminino iniciou, basicamente, após

[60] Conforme Bretas (1991), a lei orçamentária de 1863 dispunha que o ordenado dos professores das cidades e vilas na categoria de vitalícios seria de 600$00 réis e os interinos de 400$00 réis anuais.

trinta anos de criação da escola para o sexo masculino, e soma se a este, a notoriedade de uma menor rotatividade de professoras interinas nesta Escola Primária. Todavia, a rotatividade entre os professores está conjugado, principalmente, ao fato deles exercerem, ou mesmo, acumularem outras funções públicas ao exercício do magistério.

**Quadro 8.** *Professoras que figuraram na Escola de Instrução Primária para o sexo feminino em Porto Imperial (1860 – 1889)*

| Nº. | Professora | Perfil |
|---|---|---|
| | | |
| 01 | Anna de São João Batista | Nomeada em 2/10/1860 pelo inspetor de ensino Vicente Ayres da Silva. Não se tem referências se esta professora assumiu o cargo. |
| 02 | Theresa Ayres da Silva | Indicada pelo inspetor de ensino, Vicente Ayres da Silva, exerceu o cargo por 15 anos (1864-1879). |
| 03 | Anna Ambrosina de Oliveira | Professora interina (1880). |
| 04 | Benícia Ribeiro da Silva Leite | Professora interina de fevereiro de 1884 a 1888. |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cxs 01-05 (quadro elaborado pela autora).

De acordo com a análise desses dados, dispostos nos dois últimos quadros, entende-se que os únicos professores desse período que não tinham vinculação estreita com as famílias portuenses e que, portanto, vieram para a cidade de Porto com o intuito de assumirem exclusivamente o magistério, foram os professores Francelino de Sousa Milhomem e Donato Pereira d'Abreu. Os outros docentes, que figuraram nesse período, de alguma forma, tinham vínculos familiares, políticos ou profissionais que estavam constituídos para além do magistério, porque eram laços com a sociedade portuense. Na maioria dos casos, fica notório, também, que havia acúmulo de cargos públicos, o que fazia dos mesmos professores interinos ou substitutos.

Destes professores e professoras elencados, somente três são apresentados como vitalícios. E esta vitaliciedade se dava mais em função do tempo de serviço acumulado no cargo pelo professor, do que pelo fato de este ter se submetido ao concurso público. Havia uma frequente rotatividade de professores, o que aumentava o número de docentes interinos que passaram por essas escolas. Conforme análises inquiridas em fontes documentais, os professores que mais tempo permaneceram no cargo, na cidade de Porto Imperial, foram Olympio José Furtado e Miguel João Linch, ambos ocupavam, de forma concomitante, com a função do magistério, na cidade de

Porto, o cargo de coletor das receitas públicas. Destaca-se que Linch, ao solicitar exoneração do cargo de coletor, também solicitou exoneração da carreira de professor.

No caso das mulheres, que eram professoras, o perfil não era tão diferenciado dos homens que eram docentes. Afinal, em sua maioria, elas eram de famílias ligadas ao comando político e econômico portuense. Embora, não se tenha com precisão qual a formação escolar desses professores(as), nota-se que a realidade de Porto Imperial, que estava, em grande escala, a "serviço das elites", não era tão diferente do panorama de outras províncias como a de Mato Grosso.

> O mestre-escola, servidor estatal, sob o seu quase absoluto controle e a serviço das elites políticas dirigentes do Império deveria cumprir teoricamente uma função civilizatória, que, porém, se via limitada pela sua qualificação profissional assim como pelos materiais disponíveis (SÁ, 2006, p. 103).

Então, com apoio dos dados documentais sobre os professores das escolas primárias de Porto Imperial, bem como nas premissas levantadas por Sá (2006, p. 103), percebe-se que os mestres portuenses das escolas de primeiras letras, eram quase que totalmente desqualificados profissionalmente para produzir a sua própria aula nos "moldes civilizatórios" preconizados pela direção do Império, naquele período. Este autor, também suscita, de maneira reflexiva, que a força de trabalho na educação "já nasceu desvalorizada, cumprindo apenas mantê-la assim mediante sua preparação como mero transmissor de saber". E este quadro, na visão deste autor, foi sendo paulatinamente, mudado por meio da criação de novos métodos de ensino e da introdução de livros didáticos em sala de aula, elementos que, de certa forma, só foram introduzidos nas escolas de Porto Nacional na segunda metade da Primeira República.

## 1.7 A instrução secundária na região norte de Goiás no Período Imperial

Ao se tratar do panorama cultural de Goiás no século XIX, Palacin e Moraes (1981) afirmam que a educação foi inexistente e a cultura, própria do clero, era inexpressiva. A instrução secundária, por sua vez, passou a se vislumbrar como tal com a criação do Lyceu de Goiás, de acordo com a Lei nº 9 de 20/06/1846. No entanto, este estabelecimento não atendia à demanda de jovens do interior da Província. Ademais, os autores destacam que era prática das famílias de maiores posses enviarem seus filhos para os maiores centros do País, particularmente, para Minas, para concluir os estudos

secundários. Todavia, Palacin e Moraes sinalizam que a grande maioria da população permanecia analfabeta, e, quando muito, aprendiam as primeiras letras.

A Escola Normal em Goiás, no Império, é marcada por constantes oscilações. Esta instituição foi criada em 1858, recriada em 1882, persistindo de 1884 a 1886, sendo reativada, posteriormente, no início do século XX, como se pode constatar nos estudos de Canezin e Loureiro (1994).

Antes da criação dessas duas instituições de ensino secundário, supracitadas, constata-se que na província de Goiás esse nível de ensino era oferecido por meio da modalidade de aulas avulsas (aulas régias). Por dados do ano de 1819, havia, em toda a Província, apenas dois professores de Gramática Latina, sendo que um estava em Meiaponte (atual Pirenópolis) e o outro em Vila Boa (a Cidade de Goiás) (LLECH, 1976)[61] e em 1828, era possível encontrar, apenas duas cadeiras de instrução secundária (Teologia Moral e Gramática Latina), ambas na Capital (SILVA, 1978).

Por meio dessa modalidade de ensino, a partir dos anos de 1830, foram criadas, na Província, nove Aulas de Gramática Latina. E, destas aulas, três foram localizadas na região norte goiana (atual estado do Tocantins), compreendendo as cidades de Natividade, Arraias e Palmas[62]. A aula de Natividade foi criada pelo Conselho Geral da província de Goiás, pela Resolução de 27 de janeiro de 1830.

Assim, à cerca da disposição da instrução secundária na região norte da província de Goiás, é pertinente salientar que este nível de ensino permaneceu por um longo período sob o regime de aulas régias. Algumas aulas funcionaram por pouco tempo, sendo paulatinamente suprimidas e/ou transferidas para outras cidades/vilas. Isso se dava, principalmente, pela falta de pessoas qualificadas para exercerem a função de professor e, nesse caso, a maioria dos que se apresentavam eram padres que, por vezes, eram transferidos de "paróquia", levando com eles as possibilidades de se exercer a docência na instrução secundária em outra região. Outro fator que implicava no fechamento ou transferência das escolas era o pequeno número de alunos frequentes, que deveria ser habitualmente um mínimo de 12 alunos.

Para melhor compreender esse movimento, tomou-se por base a aula de Gramática Latina de Natividade, em destaque com maior durabilidade na região norte

---

[61] Conforme o Conselho Geral da Província, a opção pela Língua Latina se justificava como sendo uma "língua útil a todos os cidadãos e essencial àqueles que se destinavam ou ao estado eclesiástico ou aos cursos jurídicos do Império" (SILVA, 1978, p.77).

[62] Além das aulas criadas na região norte, também, foram criadas as aulas de Pilar, São José do Tocantins, Santa Cruz, Santa Luzia, Catalão e Bonfim.

de Goiás no período Imperial. Esta aula secundária apresentou como primeiro professor o Pe. Emígdio Joaquim Marques, efetivado em 7 de junho de 1831. Funcionou normalmente, até 1835, ocasião que este professor foi eleito para a Assembleia Provincial. Foi então substituído interinamente pelo Pe. Gonçalo Fernandes Souto, em 1836 e 1837. Em 1837 o Pe. Marques renuncia à cadeira de Natividade e é transferido para a cadeira de Latim da Capital. Em 1841 esta escola secundária foi provida por um professor concursado, designado professor vitalício, e, por conseguinte, um padre - Pe. Malaquias José Fernandes. Consta em arquivo que o professor da escola secundária de Natividade foi transferido para São José do Tocantins no dia 8 de junho de 1842[63] e, conforme Bretas (1991), esta mesma escola foi extinta em 2 de agosto de 1853. Assim, com a extinção da aula secundária de Natividade, a região norte goiana só vai ser provida de ensino secundário, também, por meio de aulas avulsas, somente no início do Regime Republicano.

Destaca-se como características das Aulas Avulsas Secundárias, o que não divergia tanto da instrução primária, a presença exclusiva de alunos do sexo masculino, a provisão do professor na qual se levava em consideração a idoneidade, o bom comportamento e a aptidão do mestre, assim como a utilidade pública do seu ensino. Na maioria das vezes, o professor das aulas régias em Goiás, tinha outro cargo, exercendo-se uma função de preeminência político-social ou religioso, principalmente, a de cônego (SILVA, 1978). Em Natividade, como pôde-se verificar, não foi diferente, os três professores, em evidência, que exerceram no município a função do magistério secundário, nesse período, eram padres. Quanto ao salário para a cadeira de Gramática Latina de Natividade, em 1832, consta que o mesmo equivalia a quatrocentos réis (400$000). Em relação aos alunos, inicialmente, o número variava entre 15 e 20. Com o tempo esse número baixou para três e sete alunos (BRETA, 1991).

A instrução secundária imperial, em Goiás, deixou como legado para o regime republicano três estabelecimentos desse nível funcionando, sendo eles o Lyceu de Goyaz, o Seminário de Santa Cruz, em funcionamento desde 1880 e, posteriormente transferido para Uberaba e, também, o Externato Goiano que foi extinto nos primeiros anos da República.

Diante deste panorama da instrução secundária em Goiás, e especificamente, na região norte deste Estado, infere-se que Porto Imperial não possuiu escola de instrução

[63] Maiores informações poderão ser encontradas em Natividade, cx. 01.

secundária, de natureza pública, até o final do Período Imperial. De acordo com Godinho (1988), com a chegada dos dominicanos no município portuense, foi criada uma escola desse nível de ensino pelo frei Gabriel Devoisin, todavia não se tem informações mais precisas sobre esta escola.

# CAPÍTULO II

# PORTO NACIONAL: ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E EDUCACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

**Figura 3.** *Alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Fonte: RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007.*

## 2.1 Organização político-administrativa em Porto Nacional: a interface do poder oligárquico com a educação

A implantação da República no Brasil se deu no bojo de uma série de transformações econômicas, sociais e políticas que vinham ocorrendo, principalmente, nas últimas décadas do século XIX. Mas, para Silva (2005), essas transformações não ocorreram na mesma proporção em todos os estados brasileiros. Assim, no caso de Goiás, a autora supracitada, afirma que não ocorreram transformações significativas nesse período, nem nas bases sobre as quais se assentava a economia goiana, nem na sua estrutura social.

De fato, o surgimento de uma mentalidade republicana, em Goiás, nasce da ruptura no interior dos grupos oligárquicos dominantes, sem desconsiderar as dissidências surgidas no seio desses grupos oligárquicos. Nesse sentido, cabe dividir as lutas políticas inter-oligárquicas em Goiás, na Primeira República, em dois grandes períodos: o primeiro sob o domínio familiocrático dos Bulhões - que vai de 1889 a 1912-, e o segundo, de 1912 a 1930, que se caracteriza pelo domínio, também familiocrático, dos Caiado (SILVA, 2005). Então, o poder político em Goiás, na Primeira República (1889-1930), foi caracterizado, como em todo o país, como a República dos Coronéis, derivada do tipo de poder emanado de oligarquias.

E, foi no contexto oligárquico de advento da República que, por meio do Decreto nº. 2, de 30 de dezembro de 1889, o nome da cidade de Porto Imperial perdeu o complemento "Imperial", passando a denominar-se somente pelo seu primeiro nome "Porto". A atual denominação, "Porto Nacional", veio por meio de representação dos habitantes locais, sendo confirmado pelo Decreto nº. 21, de 27 de março de 1890, que foi assinado pelo presidente do Estado, Rodolfo Gustavo da Paixão. Nesse contexto histórico, o município portuense já era dotado de importância econômica para a região, sobretudo, em razão do desenvolvimento de atividades produtivas, como a lavoura, a pecuária, o comércio e a navegação. Conforme a ATI (1978, p. 6), no alvorecer do século XX Porto Nacional já era considerada "uma das principais cidades da Interlândia".

Mas, o importante centro econômico portuense, na Primeira República, vive sob os ditames do chamado "pacto coronelístico" (PALACIN, 1990). Conforme Palacin (1990, p. 42), "havia uma troca de favores entre o poder central do Estado e os poderes locais dos coronéis: apoio e nomeação de cargos por parte do governo do Estado, em

troca do apoio e votos por parte dos coronéis". Assim, caracterizando a força dos coronéis no País e, em particular, em Porto Nacional, Rodrigues (2006, p.43) expressa que:

> Com a proclamação da República a Guarda Nacional foi extinta, mas a força dos coronéis permaneceu. Eles continuaram a ditar o fluxo da economia do interior do país, comandando os currais eleitorais, realizando as eleições municipais e estaduais, controlando os votos, manipulando a apuração e produzindo os resultados, sempre favoráveis a seus interesses.

Discutindo sobre o coronelismo na primeira metade do século XX no Tocantins, Machado (2004), sem desconsiderar a força do voto, acredita que a coerção foi preponderante na conquista e manutenção do poder político neste período na região norte de Goiás (atual estado do Tocantins). E nesse contexto republicano, em Porto Nacional presenciou a continuidade do mando das duas famílias (os Ferreira Lemos e os Ayres da Silva) que já se destacavam no Período Imperial, ditando regras políticas, econômicas e sociais ao município. Portanto, considerando que os representantes políticos do Estado mantinham os seus aliados no interior, em Porto Nacional teve, por um lado, o Cel. Frederico Ferreira Lemos, que estabeleceu vínculo estreito com os Bulhões e, por outro lado, teve o médico Francisco Ayres da Silva que se tornara aliado dos Caiado (RODRIGUES, 2006). Ocorreu que o primeiro, Cel. Ferreira Lemos, representava o Partido Republicano, em Porto Nacional e o segundo, Ayres da Silva, compunha bases para o Partido Democrata[64].

No que concerne à administração do município de Porto Nacional, no período que antecede a promulgação da Constituição Estadual, de 1º de junho de 1891, esta continuou sob a administração da Câmara Municipal, eleita em 1887[65]. Com a nova Carta Magna, o governo municipal sofreu mudanças na sua estrutura funcional, sendo a Câmara Municipal transformada em Conselho de Intendência Municipal, com atividades basicamente legislativas, de modo que se transferiu a função executiva ao intendente municipal.

Em Porto Nacional, o primeiro intendente, como modelo ilustrativo da manutenção de oligarquias, foi o Capitão Joaquim Ayres da Silva, nomeado por ato de

---

[64] Palacin (1990), destaca como uma das características do regime coronelístico a mediação do partido político na vinculação do pacto entre o coronel e o governo do Estado.

[65] Vereadores de Porto Imperial/Nacional (1887-1891): Joaquim Ayres da Silva, José Ayres da Silva, Luiz Leite Ribeiro, Frederico José Pedreira, Severino de Freitas Dantas, Antônio Benedito Borges, Manoel Gomes da Silva, Benedito Pereira Santana e Francisco Assis Pereira Nunes (GODINHO, 1988).

10 de fevereiro de 1890, a partir do que assumiu o seu cargo no mês seguinte. Porém, antes de assumir o referido cargo, exerceu diversas funções públicas, dentre as quais se destaca as de vereador municipal. Em 1891 exerceu o cargo de deputado provincial, foi um dos constituintes que elaboraram a Constituição Estadual de 1891. O Cap. Joaquim Ayres da Silva se configurava, assim, enquanto filiado ao *Partido Republicano de Goiás* – Centro Republicano.

Por outra via, o *Partido Republicano de Porto Nacional*, filiado ao Partido Republicano Federal, foi fundado em 1889. Este partido era composto por membros-fundadores, tais como o Cel. Frederico Ferreira Lemos, além de Benício Pinheiro de Lemos, Luis Leite Ribeiro, Josué de Oliveira Negry, Donato de Santana, dentre outros partidários. Percebe-se, então, que o executivo do município de Porto Nacional, nesse período, esteve inicialmente sob a responsabilidade dos membros do Partido Republicano e posteriormente, do Partido Democrata.

**Quadro 9.** *Intendentes municipais de Porto Nacional que tiveram relação direta com a educação (1891- 1930)*

| Intendentes municipais | Atuação direta na educação de Porto Nacional |
|---|---|
| | |
| Joaquim Ayres da Silva (Partido Republicano de Goiás – Centro Republicano) | Foi membro, por diversas vezes, de comissões de avaliação de exame final dos alunos das escolas primárias naquele município. |
| Benício Pinheiro de Lemos (Partido Republicano de Porto Nacional) | Exerceu o cargo de inspetor de ensino. No seu pleito nomeou os professores Antônio Miguel Rocha Maia e D. Fausta (1896). Municipalizou a educação primária pública (1912-1915). |
| Manoel Gomes da Silva (Partido não identificado) | Exerceu o cargo de professor da Escola primária para o sexo masculino. |
| Frederico Ferreira Lemos (Partido Republicano de Porto Nacional) | Exerceu o cargo de inspetor de ensino e comissário fiscal da Aula avulsa do ensino secundário. Por diversas vezes foi membro da comissão de avaliação dos exames escolares. |
| Pacífico José Pedreira (Partido Democrata) | Exerceu o cargo de inspetor de ensino. |
| Antônio Ayres da Silva Primo (Partido Democrata) | Exerceu o cargo de inspetor escolar nos anos 1930. |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cx.05, GODINHO (1988) (quadro elaborado pela autora).

Segundo considerações de Campos (2003), dentre os três municípios goianos que mais se destacaram nas primeiras décadas do século XX, Porto Nacional figurou como representante político e econômico da região norte de Goiás (atual estado do

Tocantins). Para este autor, principalmente os municípios de Morrinhos, Cidade de Goiás (antiga Vila Boa) e Porto Nacional tiveram sempre seus dirigentes presentes na comissão executiva, na representação federal, na representação estadual e, por vezes, no executivo estadual. Godinho (1988), por sua vez, colabora com essa informação enfatizando que Porto Nacional, na condição de centro líder regional, desde o começo do século XIX, se impôs de maneira veemente na escolha dos representantes políticos. Essa assertiva encontra-se, também, nos estudos de Cavalcante (1999, p. 90), ao tratar do discurso separatista do norte do Estado e de criação do Estado do Tocantins:

> Nas três primeiras décadas da República, o discurso separatista sobreviveu - apesar de muito centralizado em Porto Nacional. Situação compreensível pois, do ponto de vista econômico, essa cidade ocupava posição de destaque e influência sobre toda a região norte, dado o vínculo comercial com Belém, através do rio Tocantins. Foi também, politicamente, a única a manter constante representação na legislatura federal.

Destarte, de 1891 a 1930, basicamente em todas as legislaturas estaduais, Porto Nacional manteve um representante político. Na Câmara Federal, os portuenses expõem-se a partir de 1914 até a década de 1930. Esses representantes, na sua maioria, exerceram grande influência na educação do município, assumindo cargos públicos que os tornavam representantes do governo de Porto Nacional (Cf. Quadro 10, p. 86).

De acordo com Canezin e Loureiro (1994), no Brasil, no âmago do processo que regia a forma de organização do estado oligárquico, o "intelectual", com certo nível de escolarização, exercia papel significativo. No caso de Goiás, portanto, há uma ressalva referente a "outro perfil" do qual gozavam seus representantes:

> Entretanto, é preciso frisar que em um Estado basicamente agropecuário como Goiás, a principal força política, a base de manutenção do sistema, estava no *proprietário de terra*. Que controlava e manipulava as eleições, indicando a representação política, no âmbito municipal, estadual e federal (CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 40, grifo nosso).

A partir de suas reflexões, Campos (2003) corrobora com essa ideia, de forma complementar, quando constata que, a representação federal de Goiás no período republicano, era composta por bacharéis (em Direito, Medicina e Engenharia). Porém, segundo este autor, ter um curso superior poderia ser uma condição necessária, mas, jamais era uma "condição exclusiva", tendo em vista que, assim como a experiência

política, a vinculação ao grupo dirigente tinha como elemento básico o componente familiar, que era o critério mais significativo nesse período de oligarquias.

**Quadro 10.** *Representantes de Porto Nacional na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal na primeira República e sua relação direta com a educação neste município*

| Nome | Cargo eletivo | Legislaturas | Atuação direta na educação de Porto Nacional |
|---|---|---|---|
| | | | |
| Joaquim Ayres da Silva | Deputado Estadual | 1891 | Foi membro, por diversas vezes, de comissões de avaliação de exame final dos alunos das escolas primárias. |
| Salvador Francisco de Azevedo | Deputado Estadual | 1895-1897<br>1914 | Exerceu o cargo de inspetor de ensino. |
| Luis Leite Ribeiro | Deputado Estadual | 1898-1900;<br>1901-1904 | Exerceu o cargo de professor da escola primária para o sexo masculino. |
| Abdon Ferreira Pinto | Deputado Estadual | 1901-1904 | |
| Pio Aires da Silva | Deputado Estadual | 1905-1908;<br>1909-1912 | |
| João Ayres da Silva Joca | Deputado Estadual | 1917-1920;<br>1921-1924;<br>1925-1928 | Exerceu os cargos de inspetor de ensino, e fiscal do governo na Escola Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Pleiteou a criação da 2ª Escola primária para o sexo masculino em Porto Nacional. |
| Francisco Ayres da Silva | Deputado Federal | 1914-1930 | Exerceu o cargo de professor da Aula avulsa do Ensino secundário, de inspetor de ensino e primário e ensino secundário. |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cxs. 5-10; GODINHO (1988); CAMPOS, DUARTE (1998) (quadro elaborado pela autora).

Em Porto Nacional, portanto, a realidade da "familiocracia", do "coronelismo" e da constituição governamental oligárquica não era diferente do contexto nacional, pois era passivo de se encontrar, fortemente, estas conjunturas associadas, por exemplo, às pessoas representativas da sociedade portuense, tais como Francisco Ayres da Silva, tido modelarmente como intelectual, bacharel em medicina, proprietário de terras e membro de família com poder político na região. Assim, se por um lado, o médico Francisco Ayres atuou como membro do Executivo do Partido Democrata (1912-1930)

que, inclusive, o fez, em 1921, ser eleito 1º vice-presidente do estado de Goiás[66], por outra vertente, este nome também compõe o cenário da área da educação porque, como no contexto de época, exerceu o cargo de professor secundário, delegado literário e comissário fiscal do ensino secundário. Portanto, percebe-se, que o médico Francisco Ayres da Silva constituía forte influência tanto no poder político regional, como no âmbito da educação.

Outro exemplo da conjuntura republicana de Porto Nacional está no modelo integrado pela figura do Cel. Frederico Ferreira Lemos, filho do Tenente-Coronel Mathias Ferreira Lemos, e irmão do primeiro portuense a bacharelar-se em medicina pela Escola Médica da França. O seu nome é veiculado no mapa de matrículas da Escola Primária de Porto Imperial, em 1871, no entanto, não se tem referências se este coronel possuía alguma formação de curso superior. O certo é que, com a morte do seu pai, ele assumiu o legado econômico e político deixado pela família, tornando-se base de sustentação para o seu poder de mando em Porto Nacional e região. Foi intendente municipal de 1903 a 1906, eleito deputado estadual (senado estadual), em 1904, deputado federal, em 1921 e, ainda, 1º vice-presidente do Estado, em 1924, não assumindo, curiosamente, nenhum desses três últimos cargos citados[67]

No contexto político portuense, de fato, nem mesmo o controle da educação não ficava à margem do revezamento dos cargos públicos. Assim, o Cel. Frederico Ferreira Lemos, igualmente ao seu pai, também exerceu a função de inspetor de ensino e, ainda, o cargo de Comissário fiscal (inspetor de ensino) da Aula Avulsa do Ensino Secundário. Não raro, eram os mandatários que, devido à sua destacada posição política e profissional, viam-se obrigados a se ausentar, temporária ou definitivamente, de suas atividades na educação, para assumir compromissos na capital federal e na capital do estado de Goiás.

---

[66] O deputado federal Francisco Ayres da Silva (cognominado pelos portuenses por Dr. Chiquinho) foi companheiro partidário dos senadores Eugênio Jardim, Olegário Herculano da Silveira Pinto, Hermenegildo Lopes de Moraes e Antônio Ramos Caiado (SILVA, F., 1999). Foi eleito o primeiro vice-presidente de Eugênio Jardim que renunciou em 1923. Segundo Campos (2003), não se conhece os motivos que o levou a não assumir o governo com a renúncia do presidente. Mas, para Godinho (1988) o motivo que o levou a recusar-se a assumir a presidência foi a solidariedade partidária ao companheiro político.

[67] Conhecido também como Coronel Dirico, Rodrigues (2006, p. 41), caracteriza o Cel. Frederico Ferreira Lemos como "um homem miúdo, franzino e de aparência cansada, mas na verdade tratava-se de um gigante em força política e poder de mando" o autor justifica que ele não assumia os cargos na capital, para não se afastar de Porto Nacional, colocando os seus suplentes para assumirem e cumprirem as suas ordens. Neste intento, Godinho (1988, p. 130) expressa que este Coronel "exerceu longa e poderosa influência na política setentrional". A participação em diversos cargos públicos concorre para comprovar essa afirmativa.

O misto entre "compromissos políticos e educacionais" foi o caso do deputado estadual e jornalista, João Ayres da Silva Joca, nomeado pelo Decreto nº. 4050, de 17 de novembro de 1915, como inspetor de ensino das aulas primárias e secundárias e, ainda, como fiscal do governo junto ao curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Conforme os seus relatórios como fiscal do governo, lê-se que, em função do mandato de deputado, ele ficava temporariamente (uma vez por ano, e de dois a três meses) licenciado para exercer as atividades de deputado na capital do Estado[68]. Na mesma medida, o inspetor de ensino, Bartholomeu Teixeira Palha, diversas vezes, em função das suas atividades como Juiz de Direito, não pode comparecer aos exames finais dos alunos das escolas nomeando, para tanto, a comissão avaliadora[69]. Este Juiz exerceu o cargo de Comissário fiscal das aulas públicas do ensino secundário, fiscal das escolas públicas do ensino primário e da escola do ensino primário do Colégio Sagrado Coração de Jesus[70].

Entende-se, entretanto, que a influência do poder político nos moldes assumidos pela educação de Porto Nacional se estendia, até mesmo, à contratação e exoneração dos professores. Entre 1891 a 1892, há uma movimentação em torno da escola pública no que se refere à contratação, exoneração e retorno aos cargos pelos professores e professoras das escolas primárias em Porto Nacional. Nesse período passaram pelo cargo de professor da Escola primária para o sexo masculino cinco professores e, na Escola para o sexo feminino, três. O Prof. Cap. Manoel Gomes da Silva e a Profª. Philomena Pereira da Silva Carvalho[71] foram exonerados em 1891 e, pelo Decreto nº. 1, de 22 de fevereiro de 1892, reintegrados ao cargo, sendo que ele permaneceu até 1895 (quando foi novamente exonerado, retornando ao cargo em 1901, e permanecendo até 1904) e a professora manteve-se até o ano de 1896 (PORTO NACIONAL, cx 05).

O que havia, sobremaneira na educação portuense, era um fluxo e refluxo assentado na alternância do poder político no município. Por isso, a Profª. Philomena Pereira da Silva Carvalho, ao assumir o cargo em 1892, expressou em documento

---

[68] O deputado estadual João Ayres da Silva Joca, ou João Ayres Joca, era irmão do deputado federal Francisco Ayres da Silva.

[69] A comissão avaliadora, como no período Imperial, na sua maioria, era composta pelo inspetor de ensino, o professor da escola e mais uma autoridade do município. Se o exame fosse realizado na escola para meninas deveria ter a presença de uma avaliadora de agulha.

[70] Bartholomeu Teixeira Palha exerceu o cargo de Juiz de Direito em Porto Nacional de 1902 a 1930.

[71] A Profª. Philomena Pereira da Silva Carvalho foi substituída em 1891 pela Profª. Benícia Ribeiro da Silva Leite, esposa do capitão Luiz Leite Ribeiro, o qual foi intendente interino neste mesmo ano.

escrito: “Autorizada pelo Decreto nº. 1, de 22 de fevereiro findo, expedido pelo Governo do Estado, reassumi o exercício do meo cargo, do qual fui afastada por violência de um governo illegal” [*sic*] (PORTO NACIONAL, cx 05).

Assim sendo, os cargos públicos mais comuns e que exigiam um relacionamento direto com a população (intendente, membros do Conselho Municipal, delegado de polícia e de ensino) eram quase sempre ocupados pelos mesmos grupos.

Então, além dos cargos eletivos, os coronéis de Porto Nacional estavam presentes, ainda, no judiciário, no comércio, nos meios de comunicação (jornal) e nas relações com a Igreja. Entretanto, esses políticos e seus correligionários (re)criavam os arranjos que os mantinham no poder, garantindo a governabilidade sobre os demais. Percebe-se, por conseguinte, que a estreita relação dos políticos portuenses com a educação, na verdade, é fruto da própria cultura da política de uma sociedade de época, na qual seus representantes exerciam, notoriamente, os cargos de inspetores e examinadores, como membro das comissões de avaliações periódicas dos alunos, a fim fazer proliferar seu “poder político” na formação e manutenção de todas as instâncias nas quais figuram “dominantes e dominados”.

## 2.2 Aspectos sócio-culturais que interferiram na educação portuense na Primeira República: os periódicos locais

Os meios de comunicação, em Porto Nacional, principalmente os periódicos, foram um diferencial da cidade, que se fez veículo de debate político como amostra da centralidade municipal em cenário regional. Com base em Godinho (1988), a rápida e acentuada movimentação comercial portuense - em função de este ser não o único, mas o principal empório comercial do norte de Goiás -, concedeu à cidade primazia em vários setores, destacando-se entre eles o cultural. Então, como uma “comunidade relativamente bem provida de recursos materiais, amante do cultivo espiritual, Porto não tardou a despontar intensa vida cultural e grande pendor às letras e às belas artes” (GODINHO, 1988, p. 171).

Para Oliveira (2004a, p. 277), tornou-se admirável o fato de que, no início da Primeira República, a cidade de Porto Nacional, localizada na “região do atraso”, já se apresentasse como sede de um periódico. Por isso, para esta autora, é de se causar surpresa o fato de ter sido possível, “na precária situação econômica de Porto Nacional, quando nem mesmo era favorável a existência de escolas primárias, pensar-se em

fundar um periódico." Sugerindo, no entanto, que embora a região norte de Goiás estivesse, praticamente, sobre o julgo do atraso, do isolamento e suas consequências, contraditoriamente, a cidade de Porto Nacional, se notabiliza como capital cultural da região.

Nas primeiras décadas da República, em Porto Nacional, os principais representantes das famílias tradicionais adquiriram tipografias, fundaram jornais e estruturaram uma forma mais organizada dos grupos locais se expressarem e veicularem suas ideias e reivindicações, bem como "defender os interesses" do norte do estado de Goiás. Assim, nessa imprensa local, eram veiculados diversos assuntos públicos e privados, dentre eles suas idéias acerca da educação também como instrução pública.

O primeiro periódico portuense intitulado "Folha do Norte", foi criado em 1891, e pertencia ao Cel Frederico Ferreira Lemos. Este quinzenário foi circulado sob a direção de Luiz Leite Ribeiro, que tinha dentre os seus colaboradores nomes como Frei Domingos Nicolet. Foi o primeiro periódico tanto de Porto como da região norte de Goiás. Por isso, de modo geral, o editorial da Folha do Norte era dedicado "a protestar contra a indiferença com que é tratado o norte de Goiás, evidenciando as divergências e ressaltando as suas qualidades"[72] (OLIVEIRA, 2004a, p. 249).

Nesta perspectiva, Cavalcante (2004, p. 84) evidencia que as denúncias feitas por este periódico demonstram a influência das questões político-partidárias nas reivindicações feitas ao governo de Goiás, que eram construídas pelos representantes políticos da região norte. Citando uma nota do jornal a Folha Norte, pode-se ler: "[...] quando o norte implora a criação de salas de aula para colocar seus filhos, esse mesmo governo, que pode gastar inutilmente contos e mais contos de réis, tem, para o norte, esta resposta invariável –'não há dinheiro'".

Assim, em 1º de novembro de 1901, a partir do mesmo proprietário e sob a responsabilidade do mesmo redator, foi criado o jornal "O incentivo". Este periódico teve apenas um ano de duração. Sobre ele, Oliveira (2004a, p. 276-277) destaca que tratava-se de um "periódico que abordava diversos campos da historia local e regional - o cotidiano, a cultura, a economia, a sociedade, a política e a religião -, havendo também artigos de incentivo aos pais a mandarem seus filhos à escola, demonstrando assim uma valorização da instrução".

---

[72] Conforme Godinho (1988) a tipografia desse quinzenário foi adquirida em París, por sua vez, Oliveira (2004a) informa que essa tipografia era procedente da fábrica Joseph Watson, e veio direto de Nova York para Porto Nacional.

Entretanto, de propriedade da Família Ayres Silva, foi criado o jornal quinzenário denominado "Norte de Goyaz", em 22 de setembro de 1905. Dirigido pelo médico Francisco Ayres e por seu irmão, João Ayres Joca, este foi caracterizado, por seus idealizadores, por ser "um jornal político, noticioso e defende principalmente os interesses do norte – goyano", sendo uma "escola de instrução, que mantem a melhor biblioteca do norte, officina de trabalho, pois nella se tem criado muitos moços operários que dali há saído para a luta da vida [*sic*]" (PORTO NAIONAL, cx. 09).

De acordo com Maya (2003b), as instalações do periódico "Norte de Goyaz" foram atacadas pelos "revoltosos" da Coluna Preste, em 1925, usando a tipografia para publicar o jornal da "Revolução", denominado de "O Libertador", com um manifesto para toda a nação brasileira[73]. Neste ínterim, destruíram a biblioteca deste periódico, a qual fora notabilizada como "a melhor da região norte do estado de Goiás", naquele período.

Conforme Leite (1983), o "Norte de Goyaz" foi uma voz que por muitos anos se fez ouvir, não só na cidade de Porto Nacional, como também em todo o norte goiano e, até fora dos limites do Estado. Esta voz, segundo esse autor, clamava pelos direitos dessa região e revelava o alto grau de cultura de Porto Nacional. A influência desse periódico pode ser exemplificada com o ofício do Departamento Estadual de Informação de Goiás - n. 744 de 11 de julho de 1945, expedido para o Serviço de Imprensa do Interior do Departamento Nacional de Informação (D.N.I). De acordo com esse documento não se deveria enviar material redatorial da candidatura de Eurico Gaspar Dutra, a este jornal, com a justificativa de que este periódico era contrário à situação política dominante e, embora de estreito campo de atuação dadas às dificuldades de transporte e material gráfico, exercia certa influência na cidade onde era editado.

Ainda em Porto Nacional, por volta de 1920, foi criado o "Jornal do Povo", de propriedade de Abílio Nunes, seu diretor e redator. Este periódico era patrocinado por influentes chefes políticos, como o Cel. Frederico Ferreira Lemos, o médico Quintiliano da Silva e Rafael Fernandes, e trazia como lema: "Órgão independente e de interesses geraes". Com um forte veio político-partidário, o seu redator relata, ao Secretário do Interior e Justiça do Estado de Goyaz, em 1924, que o Jornal foi impossibilitado de

[73] Ver maiores informações sobre a Coluna Preste em Porto Nacional em Audrin (1947); Godinho (1988); Teles (2008), Maya (2003b).

circular devido "às violências sofridas na pessoa de seu diretor, redator e proprietário, sendo espancado barbaramente no dia 15 de novembro do ano anterior, pelos soldados da polícia daquela cidade"[74].

O jornal "O Democrata", lançado por órgão do Partido Democrata, divulgou em 19 de janeiro de 1923, por suas colunas: "O Jornal do Povo foi fundado com o intuito exclusivo de trabalhar contra o grande prestígio de que gosa naquella região o nosso chefe deputado federal dr. Francisco Ayres da Silva, e não tem sabido e nem querido escolher os meios para chegar ao seu fim" [*sic*] (O DEMOCRATA, n. 290, 1923, p. 3). Com esse mesmo discurso, o diretor do jornal o "Norte de Goyaz", João Ayres Joca, em relatório ao Secretário do Interior e Justiça do Estado de Goyaz, em 1924, enfatiza que o "Jornal do Povo" foi fundado para "perturbar a marcha do progresso, sendo uma publicação irregular e ephemera" [*sic*] (PORTO NAIONAL, cx. 09).

Esse quadro sócio-cultural dos meios de comunicação periódica de Porto Nacional demonstra, portanto, a luta de/pelo poder travada entre os mandatários do município. É relevante destacar, também, que a fundação dos periódicos evidencia que havia uma elite intelectual e política que influenciava a cultura da cidade. Oliveira (2004a, p. 277) sinaliza que "esses periódicos eram, ao mesmo tempo, um meio de informação, um canalizador dos anseios e angústias da sociedade, um meio de entretenimento, uma forma de exercer o controle social, e, também um meio de instrução". Esses veículos de comunicação eram, portanto, um canal de expressão dos interesses dos grupos políticos locais, sem deixar de influenciar decisivamente na educação e cultura da juventude portuense.

Em 1983, por ocasião da revitalização, ou seja, na terceira fase do jornal "O Norte de Goyaz" - periódico fundado em 22 de setembro de 1905, pelo médico Francisco Ayres da Silva -, o Fr. Domingos Maia Leite (Pe. Dídimo Maia), ao traçar considerações sobre a importância do retorno desse veículo de comunicação, ressalta que ele revelava "o alto grau de cultura portuense" afinal, essa cidade, segundo ele, era considerada a "Capital cultural do norte de Goiás" (LEITE, 1983, p.2). O Prof. João Fernandes da Conceição, faz coro com o Fr. Domingos, nesse mesmo periódico, citando que a cidade de Porto Nacional era a "guardiã da cultura" (CONCEIÇÃO, 1968/1983).

---

[74] Em função deste fato que havia ocorrido em Porto Nacional, o Secretário do Interior e Justiça de Goiás solicitou explicações aos diretores dos dois jornais, ou seja, ao diretor do "Jornal do Povo" e o do periódico "Norte de Goyaz" (PORTO NACIONAL, cx. 9).

Martins (2009), por sua vez, ao escrever o artigo intitulado "Berço cultural: Natividade ou Porto Nacional?", sem desmerecer as potencialidades da cidade de Natividade, acredita que o berço cultural do Tocantins é a cidade de Porto Nacional, principalmente, com base em dois aspectos fundamentais: o número de jornais publicados no município e o número de escritores que intensificaram a vida cultural de Porto Nacional. Tais dados contribuem para uma apreciação de que este município era produtor e emissor de cultura, não só acadêmica, mas também, jornalística e política[75].

Ainda nesta perspectiva, vale destacar, que no final dos anos de 1920, além dos periódicos locais os alunos do Seminário São José tinham acesso, embora com edição atrasada, a jornais regionais, nacionais e franceses, como consta nas memórias de João Rodrigues Leal, ex-aluno do Seminário, quando relata que gostava de ler o "Brasil Central", editado em Bonfim, o jornal o "Estado de São Paulo" e já avançado no estudo do francês, lia o "La Croix" e "Le Monde" (AIRES NETO, 2006).

Portanto é notório a centralidade dos meios de comunicação, que refletiam interesse e "realidades locais", na composição de um quadro representativo da sociedade portuense, de modo restrito, em se tratando da sua influência na educação e cultura desse município.

## 2.3 A educação primária em Porto Nacional: as escolas isoladas (1889-1929)

Com a proclamação da República o cenário, brasileiro tornou-se palco de discussões e reformas no setor da educação. Nesse cenário, os defensores do progresso e da modernidade tentaram estabelecer as ideias escolanovistas como alternativas às práticas educativas vigentes. Essas discussões e transformações, contudo, atingiram de forma desigual as diferentes regiões do País[76].

Nos estudos de Canezin e Loureiro (1994) as autoras sinalizam que a influência escolanovista em Goiás, pode ser encontrada, inicialmente, na Lei nº 527, de 1916, onde se prevê que o ensino primário deveria ter uma "feição essencialmente intuitiva"[77].

---

[75] Vale destacar que no dia 26 de junho de 1958, por iniciativa de Oswaldo Ayres da Silva, foi fundada a Associação Tocantinense de Imprensa (ATI), em Porto Nacional. Esse fato mostra a importância desse veículo de comunicação nessa região, e particularmente, neste município (ATI, 1979).

[76] Nagle (1976) faz uma exposição da difusão do ideário escolanovista e sua penetração nas instituições escolares de diversos estados brasileiros na Primeira República.

[77] O método intuitivo consistia na colocação dos fatos e objetos para serem observados pelos alunos, a partir do que o conhecimento iria emergia no entendimento da criança com dados fornecidos pelo próprio

Todavia, essa legislação não foi posta em prática, e o motivo declarado pelo governo, conforme essas autoras, foi a falta de recursos. No entanto, embora essa reforma não tenha sido implantada, para Silva, N. (1999, p. 195) "é ilustrativa da atualidade de concepção e linguagem pedagógica do legislador em relação aos princípios norteadores de uma escola renovada e modernizada." Em reformas posteriores como a de 1918, Lei nº 631[78], também, foi estabelecido que o ensino primário goiano deveria obedecer ao método intuitivo. O método em relevo era entendido como um mecanismo fundamental para que a escola exercesse o papel na estabilização do regime republicano, pois o Estado necessitava de cidadãos que soubessem ler, escrever, compreender e pensar, sendo ainda, capazes de perceber as virtudes da organização social alcançada até o momento.

Porém, é no final dos anos de 1920 que a discussão sobre o escolanovismo em Goiás toma maior relevo, e, segundo Silva, N. (1999), a reforma do sistema de ensino em Goiás (1929-1930), que teve como base os fundamentos psicológicos e biológicos da escola nova, apresentou como principais diretrizes as reformas já efetuadas em Minas Gerais e Rio Grande do Sul no que diz respeito ao jardim da infância e os parâmetros das reformas de São Paulo, em relação ao ensino primário e Curso Normal[79].

Acredita-se que esse discurso chegou às escolas de Porto Nacional por meio do inspetor escolar ambulante do norte, Felicíssimo do Espírito Santo Braga. Consta em ata de exame final da Primeira Escola Primária para o sexo masculino, deste município, no ano de 1928, que este inspetor, proferiu uma ligeira palestra em benefício dos métodos intuitivos, os quais deveriam ser adotados nos estabelecimentos de ensino do estado de Goiás. A propagação desse método, contudo, não significa que foi colocado em prática os seus princípios e orientações em função de uma série de fatores como, por exemplo, a inexistência de espaço físico adequado e a falta constante de materiais didáticos nas escolas.

Tomando o quadro da situação da instrução pública em Goiás, deixado pelo regime monárquico, foi constatado que, de uma população de 150.000 habitantes, 80% desse universo era de analfabetos. Em território goiano, existiam pouco mais de 70

---

objeto (FARIA FILHO, 2003). Na Reforma da instrução primária da província de Goiás de 1884 já se previa a prática do ensino intuitivo nas lições de coisas.

[78] Maiores informação sobre a Reforma do Ensino Primário em Goiás, 1918, ver Alves (2007).

[79] A reforma da educação primária em Goiás, publicada em 1930, foi organizada sob a direção do Dr. Gumercindo Otero e teve a colaboração da missão paulista em Goiás.

escolas primárias funcionando. Destas, cinco eram particulares e uma escola primária de atendimento noturno (BRETAS, 1991). O quadro que se apresentava na região norte do estado de Goiás e, por conseguinte, em Porto Nacional, não era tão diferente.

A chegada da República em Goiás não se encontra, de forma efetiva, mudanças significativas. Na cidade portuense, encontravam-se somente duas escolas primárias, uma para o sexo masculino e a outra para o sexo feminino, criadas nas primeiras décadas do século XIX. Os seus estados de abandono e funcionamento precário apareciam, com frequência, registrados nos relatórios oficiais.

Essa realidade não é característica exclusiva do Estado de Goiás, ou do município de Porto Nacional, como expressa Vieira e Freitas (2003, p. 69) citando Freire (1993): "liquidado o Império, a educação, como um todo, permanecia mais a nível de discurso do que sua efetivação e sistematização". Por isso, do ponto de vista do autor, mesmo com a República estabelecida, "a grande população brasileira, continuava fora das decisões políticas e do acesso aos bens culturais".[80]

Em cumprimento à Constituição Republicana, que deixou aos estados e, consequentemente, aos municípios, no encargo de organizar e oferecer a instrução pública primária, a Assembleia Legislativa de Goiás aprovou a Lei nº. 38, de 31 de julho de 1893, regulamentada pelo Decreto nº. 26, de 23 de dezembro do mesmo ano. Baseado na Constituição Federal de 1891, o regulamento da Lei nº. 38, estabelece que o ensino primário público deveria ser leigo, gratuito e obrigatório. A obrigatoriedade da escolaridade de 7 a 14 anos deveria ser garantida pela cobrança de multa aos chefes de família que não matriculassem a criança nessa idade em escolas públicas ou particulares ou, ainda, que não proporcionasse o ensino em casa (GOYAZ, 1893).

Deve-se tomar como ilustração dessa prerrogativa os atos do município do Duro (Dianópolis) que, pela Lei nº. 2, de 1895, que orçava a receita e fixava a despesa do município. Assim diz o parágrafo 1º do Artigo 1º:

> Imposto de 1.000,00 sobre cada pessoa que tiver consigo ou sobre seu poder, filho ou outra pessoa que criar do sexo masculino que estiver na idade de 8 a 16 annos, sem matricula-lo em aula pública ou dar-lhe instrução em aula particular onde se prove o aproveitamento por cada pessoa em cada mez até que preencha ou satisfaça a exigência deste parágrafo [*sic*] (DIANÓPOLIS, cx. 04).

[80] Foram inúmeros os projetos de reformas educacionais concebidos na Primeira República em âmbito federal: Reforma Benjamin Constant (1890), Reforma Epitácio Pessoa (1901), Reforma Rivadávia Correa (1911), Reforma Carlos Maximiliano (1915) e Reforma João Luis Alves (1925).

Todavia, por meio desta legislação, percebe-se que a preocupação precípua era com a educação para as crianças e adolescentes do sexo masculino, a partir de 8 anos de idade, tanto que no município do Duro, nesse período nem o poder público oferecia instrução para as meninas. Assim, a lei omite uma realidade social em que a maioria das famílias do norte de Goiás vive neste período, pois como cumprir esse preceito legal se falta escolas, professores qualificados e material escolar, em grande parte dos municípios dessa região?

O primeiro grupo escolar em Goiás só foi criado em 1918[81]. Esta instituição de ensino resultou da transformação do curso primário anexo à Escola Normal, tendo sido instalado na capital (antiga Vila Boa), por João Alves de Castro e Almerindo do Brasil, que na qualidade de secretário de Estado, era o responsável pelos negócios da instrução (SILVA, N, 1999).

Em 1929, portanto, estavam criados 16 grupos escolares em Goiás. Mas destes, nenhum localizado no norte do Estado, como se pode constatar: Grupo Escolar da Capital (1918/19); Catalão (1923); Rio Verde (1923); Itaberaí (1924); Santa Luzia (1924); Bonfim (1924); Santa Rita do Paranaíba (s/a); Anápolis (1925); Jaraguá (1927); Vianópolis (1927); Bela Vista (s/a); Caldas Novas (1929); Jataí (1929); Morrinhos (1929); Piracanjuba (1929); Planaltina (1929) (BRETAS, 1991).

Portanto no norte do Estado há uma predominância de escolas primárias isoladas. Conforme documentos referentes ao ano de 1929 podem-se encontrar, nas sedes dos municípios do norte goiano (atual estado do Tocantins), 26 escolas primárias, 15 para o sexo masculino, 13 para o sexo feminino e oito escolas mistas. Estas escolas atendiam a uma média de 1831 alunos. Percebe-se que somente nas cidades de Porto Nacional e Natividade encontravam-se mais de duas escolas, no ano em apreço. Pode-se observar, também, que as cidades que possuía uma única escola, esta instituição, era denominada de Escola mista, ou seja, atendia aos alunos do sexo masculino e feminino e por seu turno, estas escolas mistas estavam sobre a responsabilidade de uma professora (Cf. Quadro 11a, p. 97; Quadro 11b, p. 98)[82].

---

[81] A política educacional instauradora dos grupos escolares no Brasil iniciou-se com o estado de São Paulo ainda nos meados dos anos de 1890 e estendeu-se ao longo das duas primeiras décadas republicanas nos mais diferentes estados. Esta modalidade de instituição escolar foi extinta em 1971, com a promulgação da Lei 5.692 (VIDAL, 2006).

[82] No Estado de Goiás, no ano de 1921, existiam 125 Escolas Primárias, em que destas, 44 eram para alunos do sexo masculino, 46 eram para o sexo feminino e 35 delas eram mistas.

**Quadro 11a.** *Escolas primárias públicas existentes nos municípios da região norte de Goiás - atual estado do Tocantins (1929).*

| Município | Modalidade escolar | Inspetor de ensino | Professor(a) | Nº. de alunos matriculados |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |
| Arraias | Escola primária para o sexo masculino | Emiliano Ferreira Reis | Dalila Dourado Baptista | 36 |
| | Escola primária para o sexo feminino | | Adelina Ribeiro de Magalhães | 56 |
| Conceição do Norte (Conceição do Tocantins) | Escola primária de 2ª classe para o sexo masculino | José de Brito Guimarães | Sebastião Guedes Brito | 68 |
| | Escola primária de 2ª classe para o sexo feminino | | Izabel de Brito Guedes | 41 |
| São José do Duro (Dianópolis) | Escola primária para o sexo masculino | Augusto Rodrigues de Sant'Anna∗ | Coquelin Ayres Leal | 78 |
| | Escola primária para o sexo feminino | | Custodiana Costa Ayres | 66 |
| Natividade | Escola primária de 2ª classe para o sexo masculino | Quintino de Castro∗ | Zacharias Nunes da Silveira | 52 |
| | Escola primária de 2ª classe para o sexo feminino | | Georgina da Silva Vianna | 80 |
| | 2ª Escola primária para o sexo masculino | | Justino Camello Rocha | 59 |
| São Miguel e Almas (Almas) ∗∗ | Escola primária mista | Dorotheo Cardozo do Bonfim∗ | Marcolina Martins da Silva | 31 |
| Sant'Anna da Chapada (Cristalândia) ∗∗ | Escola primária mista | Vicente Pinto Primo∗ | Anatólia Carvalho Caldeira | 42 |
| Entre-Rios∗∗ | Escola primária mista | Quintino de Castro∗ | Armina Carvalho Campos | 32 |
| Palma (Paranã) | Escola primária de 1ª classe para o sexo masculino | A. Lemos | José Felício Leão | 42 |
| | Escola primária de 1ª classe para o sexo feminino | | Justina Jacintha Braga Leite | 47 |
| Porto Nacional | Escola primária de 1ª classe para o sexo masculino | Bartholomeu Palhas∗ | Simeão Ayres da Silva | 65 |
| | Escola primária de 1ª classe para o sexo feminino | | Maria Bayol | 68 |
| | 2ª Escola primária para o sexo masculino | | Arcelino Fernandes da Conceição | 37 |

**Fonte**: ARRAIAS, cx. 08; CONCEIÇÃO DO NORTE , cx. 06; DIANOPOLIS, cx. 07; NATIVIDADE, cx. 07; PARANÃ, cx. 07; PORTO NACIONAL, cx. 09; (quadro elaborado pela autora).

∗ Estes inspetores, no período, exerciam funções ligadas ao judiciário, eram: 1º suplente de Juiz Municipal em exercício, Juiz de Direito, Juiz Distrital, 1º suplente de Juiz Distrital em exercício.

∗∗ Estes distritos pertenciam ao município de Natividade.

**Quadro 11b.** *Escolas primárias públicas existentes nos municípios da região norte de Goiás - atual estado do Tocantins (1929).*

| Município | Modalidade escolar | Inspetor de ensino | Professor(a) | Nº. de alunos matriculados |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |
| Pedro Afonso | Escola primária de 2ª classe para o sexo masculino | Amaro Carneiro de Sá | Annibal Nogueira Rego | 40 |
| | Escola primária de 2ª classe para o sexo feminino | | Maria Gomes de Gouvêa | 34 |
| Santa Maria de Taguatinga (Taguatinga) | Escola primária de 1ª classe para o sexo masculino | Carlos da Costa Fernandes | Aureliano Olympio Bonfim | |
| | Escola primária de 1ª classe para o sexo feminino | | Annita Godinho | 74 |
| Boa Vista (Tocantinópolis) | Escola primária de 1ª classe para o sexo masculino | José Luiz de Britto | Antônio Benigno de Medeiros Nobrega | 83 |
| | Escola primária de 1ª classe para o sexo feminino | | Ermelinda de Brito Neves | 76 |
| Bom Jesus do Ponte Alta (Ponte Alta do Tocantins)∗ | Escola primária mista de 2ª classe | José Medeiros Souza | Joana Mascarenhas Medeiros | 67 |
| Monte do Carmo∗ | Escola primária mista de 3ª classe | Carolino Pereira da Silva | Alberonilha Aires Pereira | 46 |
| Peixe | Escola primária de 1ª classe para o sexo masculino | Francisco Ribeiro | Lusia Fernandes da Conceição | 47 |
| | Escola primária de 2ª classe para o sexo feminino | | Annita Rodrigues Ponce | 53 |
| Couto Magalhães | Escola primária de 2ª classe para o sexo masculino | André Alves Corrêa∗∗ | Manoel Baptista de Sant'Anna | 40 |
| | Escola primária para o sexo feminino | | Raymunda da Cunha Ribeiro | 44 |
| Santa Maria do Araguaia (Araguacema) | Escola primária de 2ª classe para o sexo masculino | Marinho Pereira Souza | Antônio Lopes da Silva | 48 |
| | Escola primária de 2ª classe para o sexo feminino | | Alice Josepha dos Reis | 40 |
| Filadélfia | Escola primária mista de 3ª classe | Abrahão Valladares∗∗ | Josina Ayres Maranhão Marinho | 86∗∗∗ |
| Piabanha (Tocantínia) | Escola primária mista | Carneiro de Sá | Helena Ayres Ribeiro | 77 |
| Senhor do Bomfim da Aurora (Aurora do Tocantins) | Escola primária de 3ª classe para o sexo masculino | Primo de Souza Villa Real | Olympio da Cunha Godinho | |
| | Escola primária de 3ª classe para o sexo feminino | | Jacundiana de Carvalho Godinho | 29 |
| São Vicente do Araguaia (Araguatins) | Escola primária mista | Plínio Pinheiro∗∗ | Enilda Costa Duarte | 47 |

**Fonte**: PEDRO AFONSO, cx. 03; TAGUATINGA, cx. 09; TOCANTINÓPOLIS, cx. 06; MONTE DO CARMO cx. única; PONTE ALTA cx. única; COUTO MAGALHÃES cx. 03; ARAGUACEMA cx. 02; ARAGUATINS cx. única; FILADÉLFIA cx. única; AURORA DO NORTE, cx.única (quadro elaborado pela autora).

∗Estes distritos pertenciam ao município de Porto Nacional.

∗∗Estes inspetores, no período, exerciam funções ligadas ao judiciário, eram: 1º suplente de Juiz Municipal em exercício, Juiz de Direito, Juiz Distrital, 1º suplente de Juiz Distrital em exercício.

∗∗∗Nº. de alunos referente ao ano de 1930.

Em relação ao ensino primário em Porto Nacional, no período em pauta, as escolas eram classificadas, inicialmente, como escolas de 2ª entrância e, posteriormente, seguindo o regulamento de 1898, escolas de 1ª classe[83]. As aulas permaneceram, como no período Imperial, sob a direção de um único professor, com as primeiras nomeações de professores adjuntos, somente, a partir dos anos de 1920. Neste caso, observa-se a morosa efetivação dos preceitos dispostos no Regulamento da instrução pública da província de Goiás, de 1886, no qual lê-se no Art.3º que "sempre que uma escola effetiva de qualquer entrância ou sexo for freqüentada durante um trimestre por mais de 50 alumnos, será nomeado um adjunto ou adjunta para auxiliar o professor ou professora [*sic*]"[84].

Todavia, em documentos compulsados, nesse período, mostra que é desde o início do século XX que há solicitações a respeito da necessidade de professores adjuntos para estas escolas, em função do número de alunos nelas matriculados. Entretanto, só em 1921 que se concedeu a nomeação de um professor nessa categoria, para a Escola Pública Primária de 1ª classe do sexo masculino. Para este cargo, foi nomeado Antônio Bezerra Geraes[85]. Nesse mesmo ano, conforme mapa de matrícula, a escola atendeu 77 alunos (Cf. Quadro 12, p. 100).

A estrutura física e mobiliária das escolas, que se encontrava no final do Império, era cada vez mais precária, se chegando, no final dos anos de 1920, com as mesmas reivindicações apresentadas no século passado, pelos mesmos atores (professores, inspetores e outros). Em relatório do professor da escola primária para o sexo masculino, no ano de 1900, ele já lamentava a situação precária das escolas e, demonstrava a sua preocupação com a juventude portuense, expressando que:

> Tenho deixado de aceitar mais alunos visto que os assentos existentes na aula, já não são suficientes para comportar os alunos que a freqüenta. E bem de lastimar-se, pois, a mocidade do Porto Nacional, nem só é bastante activa para qualquer arte, como tem sede de instrução [*sic*] (PORTO NACIONAL, cx.07).

---

[83] Com o regulamento da instrução primária de Goiás, de 1893, as escolas continuaram com as mesmas categorias, de classificação do final do Império. Eram classificadas em primeira, segunda e terceira entrância. Na legislação seguinte, de 1898, as escolas passaram a ser classificadas por classe (1ª, 2ª e 3ª classe), baseada no número de alunos.

[84] Essas informações poderão ser encontradas em Legislação cx. única.

[85] Antônio Bezerra Geraes foi aluno da escola primária e da aula secundaria de Porto Nacional. O professor Adelino Gonçalves caracterizou-o como: "Moço de comprovada idoneidade moral e que freqüentou com reconhecido aproveitamento a aula secundária desta cidade" (PORTO NACIONAL, cx. 08).

**Quadro 12.** *Número de alunos matriculados nas escolas públicas em Porto Nacional (1890-1929)*

| Instituição<br>Ano | 1ª Escola Primária para o sexo masculino | 2ª Escola Primária para o sexo masculino | Escola Primária para o sexo feminino |
|---|---|---|---|
| | | | |
| 1890 | 35 | - | 31 |
| 1891 | 45 | - | 22 |
| 1892 | - | - | 39 |
| 1901 | - | - | 56 |
| 1902 | 86 | - | - |
| 1903 | 52 | - | 37 |
| 1908 | 64 | - | 51 |
| 1912 | 51 | - | 50 |
| 1915 | 45 | - | 50 |
| 1917 | 89 | - | 60 |
| 1918 | 88 | - | 59 |
| 1919 | 74 | - | 59 |
| 1921 | 77 | - | 63 |
| 1922 | 81 | - | 62 |
| 1925 | 48 | 53 | 63 |
| 1926 | 49 | 55 | 74 |
| 1928 | 63 | 37 | 67 |
| 1929 | 65 | 35 | 69 |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cxs. 04-10 (quadro elaborado pela autora).

Esta situação é endossada, nos anos que se seguem, com frequentes solicitações ao inspetor de ensino e estendidas ao Secretário de Instrução Pública. Como se pode ler em relatório do inspetor de ensino de Porto Nacional, Bartholomeu Palhas, apresentado em 31 de dezembro de 1929.

> As escolas não tem mobília para assento dos alunos, de forma que os professores vê-se forçados a tomar bancos e cadeiras emprestadas, para esse fim.Torna-se necessário que deliberes de forma a ser a casa do ensino confortável, tendo o indispensável ao alargamento da instrução (PORTO NACIONAL, cx. 09).

Este panorama das escolas, já havia sido exposto pelo mesmo inspetor, em relatório do ano anterior. Neste estava expresso uma experiência pela qual ele passou: "Muitas vezes em minhas visitas nesses departamentos encontro os alunos escrevendo de cócoras pelos bancos, por absoluta falta de mesas e carteiras ou mesmo bancadas apropriadas para este fim". E ele continuou o relatório descrendo a falta de livros e materiais de expediente.

Esse arsenal ajuda a revelar a situação precária em que se encontravam as escolas públicas primárias portuenses no que diz respeito a espaço físico e mobiliário. Esse quadro se intensifica ao levar em conta o número elevado de alunos matriculados em cada escola de Porto Nacional, naquele período. Tomando-se como referência o ano de 1902, encontravam-se matriculados 86 alunos na escola para o sexo masculino, sob a responsabilidade de um único professor, o que pode, na conjugação desses e outros fatores, influenciar de certa forma no aspecto qualitativo do ensino. Todavia, esses relatos sinalizam, por outro lado, que havia reivindicações de diversas ordens em defesa da escola pública em Porto Nacional, principalmente no que se refere ao espaço físico, mobiliários e materiais pedagógicos adequados para atender às crianças.

As escolas desse Município, via de regra, ainda funcionavam em prédios particulares, dependendo do governo estadual o pagamento de tais aluguéis. No tocante, especificamente, à Escola para o sexo feminino, percebe-se que o espaço físico oferecia maior comodidade, uma vez que essa Escola era regida, inicialmente, na casa das professoras e, essas eram, na sua maioria, pessoas de posses materiais, ou seja, possuidoras de casarões espaçosos e arejados. Posteriormente, com a chegada das freiras dominicanas, a Escola pública primária para o sexo feminino, que ficou sob a responsabilidade de uma freira, passou a utilizar o mesmo edifício das aulas do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Para tanto, o estado pagava o aluguel da sala e o salário da professora. A construção de prédio apropriado para o estabelecimento de ensino data da década de 1930, com a construção do prédio para instalação do primeiro grupo escolar de Porto Nacional.

As más condições de funcionamento dos prédios escolares, característica presente em Porto Nacional, eram propiciadoras, em grande medida da disseminação das epidemias do período. Em Porto Nacional, no ano de 1890 foi registrada a epidemia de *influenza* (gripe) e sarampo, motivo pelo qual houve um alto índice de faltas dos alunos durante todo o ano letivo. Conforme mapa de frequência da Escola primária para o sexo masculino, dos 27 alunos matriculados no primeiro trimestre desse mesmo ano,

só dois não adoeceram. A idade destes alunos variava entre 8 a 17 anos. Também a professora da Escola para o sexo feminino, no termo de exame de 10 de dezembro desse mesmo ano, justificou a falta de desenvolvimento das alunas, durante o corrente ano letivo, em função da epidemia de sarampo e *influenza*.

No relatório do governo goiano, em 1903, consta que o sarampo disseminou-se em diversas localidades da Província naquele ano. Em Porto Nacional, em anos posteriores, são encontradas várias observações nos mapas de frequência dos alunos, justificando que o motivo das faltas destes à escola foi a coqueluche e o sarampo. E, ainda, a partir de observação feita pelo Comissário Fiscal do Ensino Secundário, Bartholomeu Palha, no trimestre de março a maio de 1908, consta-se que todos os alunos foram atacados pelo sarampo. Essa mesma observação é feita pelo comissário substituto, em termos de exame dos alunos, nesse mesmo ano (PORTO NACIONAL, cx. 07).

Percebe-se, porém, que em 1918, houve nova epidemia da *influenza*. Segundo Silva, N (1999) a *influenza* ou "gripe espanhola" assolou o mundo em 1918. Uma das medidas de profilaxia apresentadas no jornal "Correio Oficial de Goyaz", em 1919, era que se fizesse preservado o limitado agrupamento humano como o existente nos colégios regionais (SALLES, 1999). Em Porto Nacional, conforme observação presente nos mapas de frequência dos alunos, em todas as escolas do município foi decretado feriado de 7 de maio a 6 de junho de 1921, ou seja, houve 30 dias de recesso escolar devido às ocorrências relacionadas com a "gripe espanhola" (PORTO NAIONAL, cx. 09).

Conforme Nunes (2003) esse panorama justificava, também, a necessidade de medidas saneadoras e a construção de prédios escolares higiênicos, o que em Porto Nacional, era preeminente no período.

> Casas alugadas eram transformadas em escolas e tornavam-se focos de alastramento de epidemias. Faltava ar. Faltava luz. Faltava água. As doenças se propagavam: bexiga (varíola), a gripe, a tuberculose, a meningite cérebro-espinhal. Todas conviviam com as verminoses que sugavam a desnutrida população infantil (NUNES, 2003, p. 377).

Por meio da mensagem do presidente do estado de Goiás, João Alves de Castro, para o Congresso Legislativo, em 1921, fica evidenciado que o problema da educação era generalizado em todo o território goiano.

> Por mais cuidado que ao Governo mereça o aparelhamento escolar, por mais bem orientados que sejam os esforços tendentes ao melhoramento da educação popular, as difficuldades, os tropeços, surgem aqui e alli, ora resultantes da vastidão territorial, por onde está disseminada população relativamente e diminuta, ora da falta de professorado idoneo, ora ainda da carência e quase impossibilidade de fiscalisação technica, que só é efficiente, quando o fiscal, versando no assunpto em que incidem as atribuições, pode subministrar ao professor a orientação de que este carece [*sic*] (CASTRO, 2009, p. 8).

O governo, por seu turno, apontava os principais problemas da educação em Goiás como sendo voltados para os recursos humanos - a falta de professores qualificados e a ineficiência dos fiscais do ensino. Por outro lado, negligenciava-se a falta de recursos materiais e espaço físico adequado para o ensino. As escolas públicas de Porto Nacional, no período em pauta, não é diferente. Somente a escola para o sexo feminino, constava como sendo provida de professor qualificado para tal - a freira Maria Bayol.

Com a chegada das freiras dominicanas nota-se a saída das mulheres portuenses da vida pública (da profissão de professora), só havendo o retorno das mesmas com a formação das normalistas, após 1923. A partir da formatura da primeira turma do Curso Normal, do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em 1923, as normalistas passaram, paulatinamente, a ser nomeadas como professoras adjuntas. Carmem Ayres da Silva, por sua vez, foi nomeada professora adjunta da Escola primária do sexo feminino, por meio do decreto de 1º de agosto de 1924 (Cf. Quadro 13, p. 104).

Pelo Regulamento do Ensino Primário, o Decreto nº. 5.930, de 24 de outubro de 1918 – letra C § 1º do Art. 21 -, define que os professores primários, quanto à natureza do provimento, eram considerados efetivos, interinos e substitutos. Portanto, eram efetivos os titulados pela Escola Normal do Estado e os portadores de diplomas de qualquer Escola Normal, enquanto se faziam interinos os que tinham mais de 10 anos de efetivo exercício na escola. Nesse último requisito configurava o caso do professor Adelino Gonçalves, o qual requereu, em 1925, o título de professor efetivo da Primeira Escola de 1ª classe do sexo masculino, de Porto Nacional. O referido professor foi designado pelo Inspetor de ensino da cidade, em 6 de janeiro de 1915. A sua solicitação foi deferida por meio da Portaria da Secretaria de Instrução, sob o nº. 32.

Seguindo a linha cronológica do capítulo anterior deste estudo, também foi possível identificar a maioria dos docentes que atuaram nas Escolas Primárias em Porto Nacional, no período de 1889 a 1930 (Cf. Quadro 14, p. 105; Quadro 15, p. 106).

**Quadro 13.** *Professoras da Escola Primária para o sexo feminino em Porto Nacional (1890-1930)*

| Nº. | Professoras | Perfil |
|---|---|---|
| | | |
| 01 | Philomena Pereira da Silva Carvalho | Exerceu o cargo no período de 1890/1891. Reassumiu o cargo por meio do Decreto de nº 1 de 22/02/1892. Iniciou em 28/03/1892. |
| 02 | Benícia Ribeiro da Silva Leite | Esposa de Luiz Leite Ribeiro, iniciou o exercício do magistério em 17/07/1891, foi nomeada em 18/09/1891, e faleceu antes de completar um mês de nomeação, em 01/10. Ficou substituindo-a a partir do dia 2 de do mesmo mês (2/10) D. Isabel Bela de Carvalho. |
| 03 | Fausta Gomes Mascarenhas | Nomeada pela Intendência Municipal em 24/08/ 1896. |
| 04 | Angélica Ribeiro Aranha | Nasceu em Porto Nacional no ano de 1876. Filha de Manoel Ribeiro Aranha (ex-professor interino da escola para o sexo masculino). Foi nomeada professora interina, em função da morte de D. Benícia, no dia 21/10/1891. Nesse período exerceu o magistério do dia 1º dezembro de 1891 até o retorno da professora Philomena Pereira da Silva Carvalho em 28/03/1892. Em 1899, aceitou o cargo novamente, e foi nomeada como professora da escola pública por meio da Portaria de 17/04/ 1899. Pediu exoneração em 30/06/1900, por motivo de doença. A escola funcionava na sua residência. |
| 05 | Cândida Pinheiro (de S. Anna) Furtado | Filha de João Pinheiro de S. Anna, Foi aluna da mesma escola, professora Benícia Ribeiro da Silva Leite em 1884 com 10 anos de idade. Entrou em exercício em maio de 1900. Saiu a nomeação em 4/11 de julho de 1900. |
| 06 | Justina Jacintha Braga | Foi aluna da mesma escola, aluna da professora Benícia Ribeiro da Silva Leite em 1885 com 7 anos de idade. Filha do Ten. Pedro da Silva Braga (professor), consta em mapa de 3/12/1903. |
| 07 | Irmã Maria Inez | Nomeado por meio da portaria de 14/09/1904. Entrou em exercício no dia 16. Decreto nº 1384 de 12/12/ 1904. |
| 08 | Irmã Maria Bayol (Maria Radegonde) | Francesa, chegou em Porto Nacional em 18/06/ 1907. Nomeada pelo Dec. da Intendência nº 55 em 8/01/1912, permanecendo no cargo de professora até 1935. |
| 09 | Carmem Ayres da Silva | Nomeada professora adjunta da Escola Primária pública para o sexo feminino. Decreto de 1º/08/ 1924. |
| 10 | Maria Escolástica Pedreira | Nomeada professora adjunta pela Inspetoria Escolar do Município em 23/05/1928, pelo decreto nº 9594 de 9/06/1928 (assumiu em 21 de maio). |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cxs 04-10, GODINHO (1988) (quadro elaborado pela autora).

**Quadro 14.** *Professores da Primeira Escola Primária para o sexo masculino em Porto Nacional (1889-1930)*

| Nº. | Professor | Perfil |
|---|---|---|
| | | |
| 01 | Joaquim Teotônio Segurado | Promotor público (1878), professor interino de outubro de 1888 a 10/03/1891. |
| 02 | Cap. Manoel Gomes da Silva | Coletor (1882, 1883, 1884, 1878), exerceu o cargo de vereador (1877-1881; 1887-1891). No magistério assumiu o cargo por várias vezes, primeiro em meados do mês de março de 1891 sendo exonerado por ato de 17/06/1891. Retornou ao cargo em 28/03/1892 e foi exonerado em 22/05/1895. |
| 03 | Pedro de Oliveira Lemos | Iniciou no exercício do magistério em 17/07/1891 - nomeado em 18/09/1991.Vereador (1882-1886) |
| 04 | Cap. Pedro da Silva Braga | Delegado de Polícia (1874, 1876, 1877), vereador (1876), Coletor das rendas provinciais. Promotor público ( 11/03/1897). O seu nome figurou como professor substituto em 1891 e em nov. 1895. |
| 05 | Antônio João Furtado | Escrivão do cartório do 1º ofício em 1890. Nomeado em 18/01/1892 para o cargo de professor, foi exonerado em 28/03/1892. Retornou ao cargo em17/03/1895. Foi contratado por meio da portaria do Conselho Municipal de 17/04/1899. |
| 06 | Antônio Miguel da Rocha Maia | Nomeação da Intendência em 24/08/1896 a 1899. Retornou ao cargo em 1900. Entrou em exercício 10/05/1900 (15/10/1900). |
| 07 | José Antônio da Conceição Santos | O seu nome figurou em documentos de 1905 - 1906 e 1908. Em 1921 foi contratado professor para a 2ª Escola para alunos do sexo masculino em Porto Nacional. |
| 08 | Joaquim Fernandes da Conceição | Foi aluno da escola primária para o sexo masculino (1884, tinha 15 anos), escrivão encarregado da coletoria estadual (coletor) em 1900, escrivão do cartório do 1º ofício (1905, 1922-1923 e 1925), promotor público (1909-1911). Professor interino dez/1908 e nomeado novamente por Decreto de nº. 49 de 06/08/1912. |
| 09 | Joaquim Ferreira Leite | Iniciou em 1º/09/1909. Nomeado pelo Dec. da Intendência nº. 56 8/01/1912 e exonerado pelo Dec. nº 72 30/05/1912. |
| 10 | Adelino Gonçalves Negrys | Em 1908 era aluno do 3º ano da instrução secundária de Porto Nacional. Exerceu o cargo de Promotor público, foi nomeado professor por meio do Dec. 73 30/05/1912 – Exonerado no mesmo ano, por Dec. 49 6/08/1912. Retornou ao cargo em 1915, permanecendo até junho/1928. Em 1925, ocupava também, o cargo de delegado de polícia. Casou-se com Benícia Maia Leite |
| 11 | Antônio Bezerra Geraes | Foi aluno da Escola Secundária em Porto Nacional. Professor adjunto da Primeira Escola primária para o sexo masculino (1921). Exerceu o cargo de 2º suplente de delegado de polícia (1914). Faleceu em 1921. |
| 12 | Joaquim Maia Leite | Professor adjunto da Primeira Escola primária para o sexo masculino (1922). Substituiu o professor Antônio Bezerra Geraes. Casou-se com a normalista Anna de Macêdo. |
| 13 | Major Simeão Ayres da Silva | Iniciou os seus estudos com 6 anos de idade em 1871, nesta mesma escola, sob a direção do Prof. Miguel João Linche. Vereador (1887-1891), como professor prestou compromisso na escola pública em 25/06/1928. |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cxs. 04-10, GODINHO, 1988 (quadro elaborado pela autora).

**Quadro 15.** *Professores da Segunda Escola Primária para o sexo masculino em Porto Nacional (1921-1930)*

| Nº. | Professor | Perfil |
|---|---|---|
| | | |
| 01 | José Antônio da Conceição Santos | Em 1921 foi contratado professor para a 2ª Escola para alunos do sexo masculino em Porto Nacional. |
| 02 | Felicíssimo do Espírito Santo Braga | Professor da Segunda escola para o sexo masculino (1926). |
| 03 | Arcelino Fernandes da Conceição | Foi aluno da escola secundária em Porto Nacional em 1917. Professor da Segunda escola pública primária para o sexo masculino (1928). |
| 04 | Homero Machado Maranhão | Além de professor era também comerciante. Casado com uma normalista. |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cxs 09-10, GODINHO (1988) (quadro elaborado pela autora).

Em mensagem do presidente do Estado, Joaquim Rufino Ramos Jubé, ao Congresso Legislativo em 1917, já demonstrava ser mais conveniente, ao invés da presença dos inspetores de ensino nos municípios, a criação de inspetores escolares ambulantes, acreditando que a fiscalização ficaria mais eficaz, percorrendo os municípios e examinando a necessidade de cada escola (JUBÉ, 2003). Então, por meio da Lei nº. 694, de 25 de julho de 1921, o Estado criou sete inspetorias regionais de instrução pública, com sede nos municípios considerados mais importantes e centrais, sendo cada uma composta por 4 a 8 municípios[86].

No norte do Estado foram criadas duas inspetorias, uma com sede em Natividade e a outra em Porto Nacional. A sede portuense era a 7ª inspetoria composta por cinco municípios: Boa Vista do Tocantins, Pedro Afonso, São Vicente, Couto de Magalhães e a sede, Porto Nacional. Os inspetores, assim, deveriam ser escolhidos dentre os professores diplomados, sendo de livre nomeação do presidente do Estado (Cf. Quadro 16, p. 107).

Em 1928, era inspetor ambulante no norte de Goiás, Felicíssimo do Espírito Santo Braga, ex-professor da 2ª Escola Primária para o sexo masculino de Porto Nacional. Nomeado pelo Decreto nº. 7.805, de 5 de março de 1923, ele só assumiu esse cargo no dia 14 de maio de 1928.

[86] As sedes das regiões de ensino previstas se situavam, pela ordem, nos municípios da capital, Anápolis, Morrinhos, Rio Verde, Formosa, Natividade e Porto Nacional.

**Quadro 16**. *Nome dos inspetores de ensino das instituições escolares em Porto Nacional (1889-1930)*

| Nome | Ano/Período | Outros cargos públicos |
|---|---|---|
| | | |
| Domingos Batista d' Araújo | 1890, 1892, 1896 (substituto) | Promotor público |
| Frederico Ferreira Lemos | 1891, 1892, 1897, 1900, 1905 | Juiz de direito interino da Comarca do Alto Tocantins, Juiz municipal, Intendente municipal. |
| Salvador Francisco de Azevedo | 1900 – 1903 | Deputado estadual |
| Pacífico José Pedreira | 1904, 1905, 1906, 1917 (substituto) | Intendente municipal |
| José Ayres da Silva | 1908 (Substituto) | |
| Benício Pinheiro de Lemos | 1909-1912 | Intendente municipal |
| Francisco Ayres da Silva | 1912 -1913 | Conselheiro municipal, Deputado federal |
| João Ayres da Silva Joca | Escolas primárias (1915 – 1919);<br>Curso Normal (1920-1930) | Deputado estadual<br>Primeiro suplente de juiz municipal |
| Bartholomeu Teixeira Palha | Comissário fiscal do Ens. Secundário (1908-1930)<br>Inspetor de ensino das aulas públicas (1919-1930);<br>Inspetor ensino do Colégio Sagrado coração de Jesus (1928) | Juiz de Direito da Comarca de Porto Nacional |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cxs. 05-09 (quadro elaborado pela autora).

Retomando às condições físicas e pedagógicas das escolas públicas de Porto Nacional, vale ressaltar que no ano, 1918, essas instituições receberam recursos didáticos, enviados pelo Governo. Na verdade, para se ter uma ideia dos recursos disponibilizados, pode-se descrever a lista de materiais enviados para ser dividido para as duas escolas:

> 2 - resmas de papel; 24 - alfhabetos português; 24 - arithemeticas da Infância; 24 - 1º livro de leitura; 24 - 2º livro de leitura; 24 - 3º livro de leitura; 8 - história do Brasil; 36 – canetas; 24 - lapsis para papel; 2 - caixas de pennas; 1- botija de tinta; 36 - lapsis de louzas; 1- caixa de gis; 20 - livros de leitura masnuscriptas [*sic*] (PORTO NACIONAL, cx.08).

Infere-se, portanto, que após muitas solicitações, os recursos materiais chegavam às escolas portuenses, contudo, eram insuficientes para suprirem às duas escolas, em função do número de alunos por elas atendidos, considerando-se que, no ano de 1918, foram matriculados na Escola Primária para o sexo masculino, 88 alunos,

e na Escola para o sexo feminino, 59 alunas, com um total de 147 alunos matriculados nas escolas públicas primárias de Porto Nacional. Além dos livros, presentes nesta lista, nota-se que os materiais de uso mais recorrentes nas escolas, nesse período, eram o papel, canetas, lápis para papel e para louzas e pena com o tinteiro.

Para se ter uma compreensão dos autores dos livros didáticos solicitados/enviados com maior frequência, às escolas primárias do norte goiano, principalmente, a partir de 1917, pode-se destacar: Livros de Leitura (1º, 2º, 3º, 4º e 5º) - Felisberto de Carvalho; Arithimeticas - Antônio Trajano; Gramática - João Ribeiro; Geografia – Lacerda e Abílio Cesar Borges - que se apresenta como autor de livro de leitura e de Geometria, de modo que, conjugados a estes, encontram-se a carta do ABC e a tabuada[87].

Os nomes desses autores figuram entre os mais vendidos da Livraria Francisco Alves, localizada no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (nas primeiras décadas da República). Nesse contexto, só poderiam ser adotados, nas escolas públicas, os livros aprovados previamente pelo conselho de instrução pública ou órgãos similares. Por isso, infere-se que os livros supracitados eram os mesmos usados nas escolas primárias de Porto Nacional. Por isso, desde então, a adoção do livro didático já se representava como uma forma de controle, seja pela necessidade de uniformização do ensino ou pela questão financeira no ato da aquisição pelo governo. Observa-se, portanto, que, estes livros tinham um papel relevante na consolidação da ideologia republicana por meio da educação (RAZZINI, 2005).

Por outro lado, entende-se que os livros didáticos foram criados para atender aos novos programas e aos ideais das reformas educacionais. Assim, novas metodologias passaram a ser difundidas. Em relação à prática educacional, a reforma da instrução primária em Goiás, em 1918, como já foi exposta, privilegiava o ensino por meio do método intuitivo e em complemento, no currículo deveria constar a educação moral e cívica, a educação intelectual e a educação física. Reforçando, assim, as características do sentimento cívico - patriótico, o culto à educação física escolar e o discurso sanitarista (SILVA, N, 1999). Vale ressaltar, ainda, que a reforma de 1918 trouxe a divisão do curso primário em quatro séries correspondentes a quatro anos.

[87] Os documentos com a relação desses livros didáticos foram compulsados nas caixas dos municípios de Arraias, Paranã e Dianópolis no Arquivo Histórico de Goiás.

Em relação ao currículo, os termos de exames dos alunos das escolas primárias de Porto Nacional, em 1926, mostra de forma mais efetiva as disciplinas (e nomenclaturas usadas na época) que eram ministradas pelo professor e cobradas nas avaliações que se realizava com os alunos. Percebe-se a divisão por classes seriadas e a hierarquização do saber escolar que correspondesse a tais séries. A extensão destes currículos estava intimamente relacionada aos métodos pedagógicos, e ainda à organização e utilização dos tempos escolares, e mais especificamente, à organização das turmas e séries.

**Quadro 17.** *Currículo do ensino primário das escolas públicas em Porto Nacional (1926)*

| Organização do ensino portuense | 1ª Escola Primária masculina | 2ª Escola Primária masculina | Escola Primária feminina |
|---|---|---|---|
| | | | |
| 1ª classe/turma | Gramática, Leitura, Calligrafia, Arithemetica Geographia, História do Brazil, Palleografia | Gramática, Leitura, escripta, arithemetica, geographia, história do Brazil | Gramática, Leitura, calligraphia, arithemetica, geographia, História Pátria |
| 2ª classe/turma | | Leitura, escripta, manuscripto, contabilidade | Leitura, calligraphia, arithemetica, |
| 3ª classe/turma | | Leitura, escripta, Numeração | Leitura e calligraphia |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cx. 09 (quadro elaborado pela autora).
*Obs*.: Na ata da Primeira Escola Primária para o sexo masculino não se encontrava os conteúdos dispostos para a 2ª e 3ª classes.

Foucault (2009), em suas análises sobre o poder e disciplina, traz à baila, a discussão sobre a seriação e hierarquização dos conteúdos nas escolas. Dentro das suas análises ele pontua que:

> A colocação em "série" das atividades sucessivas permite todo um investimento da duração do poder: possibilidade de um controle detalhado e de uma intervenção pontual (de diferenciação, de correção, de castigo, de eliminação) a cada momento do tempo; possibilidade de caracterizar, portanto de utilizar os indivíduos de acordo com o nível que têm nas séries que percorrem; possibilidade de acumular o tempo e a atividade, de encontrá-los totalizados e utilizáveis num resultado último, que é a capacidade final de um indivíduo (FOUCAULT, 2009, p. 154).

Ainda, segundo este autor, o tempo disciplinar que se impõe à prática pedagógica, especializa o tempo da formação do indivíduo. Assim, este tempo disciplinar, com suas séries múltiplas e progressivas, organiza diversos estágios separados por provas graduadas, determina programas, que devem ser desenvolvidos durante uma determinada fase, e que comportam exercícios de dificuldades hierarquizadas, de forma que o indivíduo se encontre vinculado a uma série temporal que qualifique seu nível específico. Com isso, percebe-se uma iniciativa de organização, sequênciação e profissionalização do ensino.

As escolas primárias de Porto Nacional atendiam, também, alunos de outras naturalidades. Era frequente encontrar alunos, matriculados, vindos do Carmo, Jalapão, Brejinho, Natividade, Peixe e Piabanha. Considerando a expansão do ensino, pode-se dizer que em Porto Nacional houve um relativo crescimento, em relação a outros municípios da região norte goiana. Assim, este município chegou-se ao ano de 1929 com duas escolas para o sexo feminino e três para o sexo masculino. Dessas, duas eram privadas, uma para cada sexo, sob a direção do Colégio Sagrado Coração de Jesus, mas subvencionadas pelo Estado.

Conforme registra Nepomuceno (1994), existia um grupo escolar em Porto Nacional desde 1921. Essa informação teria base se o governo de Goiás tivesse executado a Lei nº. 694, de 27 de julho de 1921, a qual autorizava a criação de cinco grupos escolares no Estado, sendo um na capital, dois no sul e dois no norte goiano. Todavia as instituições do norte não foram efetivadas no período. É curioso que neste mesmo ano, ao invés de se criar um grupo escolar, em Porto Nacional, foi criada a 2ª Escola Primária para o sexo masculino, sob a direção do Prof. José Antônio da Conceição Santos. Esta escola foi criada por iniciativa do deputado João Ayres Joca, cujo irmão, Francisco Ayres da Silva, além de deputado federal, tinha sido eleito, em 1921, vice-presidente de Goiás. Neste ano, foram matriculados nas escolas de Porto Nacional, um total de 140 alunos, dos quais 77 estavam na escola para o sexo masculino e 63 na Escola para o sexo feminino (Cf. Quadro 12, p. 100). Neste mesmo ano, como já foi exposto, foi constatado a existência de um professor adjunto para a Escola do sexo masculino.

Porém, percebe-se que Porto Nacional já tinha capacidade para que fosse instalado ali um grupo escolar, neste período, uma vez que em 1929 o total de alunos matriculados nas três escolas públicas equivalia a uma média de 170, e, em complementação, mais de 10 alunas já tinham concluído o curso Normal no Colégio

Sagrado Coração de Jesus, habilitadas, portanto para assumir o magistério primário nos grupos escolares.

## 2.4 A municipalização da educação primária em Porto Nacional

A propaganda republicana trouxe engajada no seu modelo de organização do Estado, a exaltação da autonomia dos municípios, princípio este recorrente em muitos estados brasileiros. Em Goiás, este discurso fez-se presente na mensagem do seu primeiro presidente, o qual proferiu que "no regime republicano [...] impera o bom princípio da autonomia dos estados e municípios" (MENSAGEM, 1891b *apud* ALVES, 2007, p.86). Nesse sentido, Alves (2007, 86), destaca que "o poder local, configurado na esfera dos municípios, constituiu a base de organização do estado republicano, especialmente nos estados mais distantes do poder central". Assim, dentre outras situações presentes, em várias regiões brasileiras, as municipalidades tornaram-se lugar de controle das oligarquias estaduais e, na sua maioria, esses municípios eram representados pelos coronéis.

Em nome dessa autonomia dos municípios, foi aprovada pelo governo do estado de Goiás, em 1893, a lei que atribuía aos municípios a responsabilidade pelas escolas primárias. Embora estivesse em meio a muitas discussões em relação a essa descentralização do ensino, foi aprovada a Lei nº. 186, em 15 de agosto de 1898. Esta legislação facultava aos municípios a responsabilidade de oferecer o nível de ensino primário.

Assim, o município que se julgasse capaz poderia, num prazo de cinco meses a partir da publicação dessa Lei, optar por manter o curso primário, com direito, neste caso, à cobrança de impostos quanto valor locativo de prédios urbanos, bem como solicitar direitos sobre tavernas e armazéns, taxas sobre rezes mortas para o consumo e sobre o gado suíno no território goiano. Caso contrário, o município deveria renunciar em favor do Estado a faculdade de cobrar, como renda própria, estes impostos, cabendo ao Estado assumir as escolas (CASTRO, 2003).

Pela Lei nº. 186, a direção e a fiscalização do ensino deveriam ficar a cargo ou ser intermediada pelo diretor de Instrução, Indústrias, Terras e Obras Públicas e de um Conselho Superior, na capital, ou de inspetor de ensino, nos distritos escolares. O governo estadual se ligava, então, ao ensino primário apenas através da subvenção que ofereceria aos municípios. Por meio dos inspetores, que eram fiscais junto aos poderes

municipais, atestava-se a frequência das aulas e se relatava sobre a administração do ensino ao poder central.

Contudo, foram diversas as dificuldades apresentadas pelos municípios para a implantação dessa Lei, que descentralizava o ensino primário. Em maio de 1899, portanto, quase um ano depois, sua execução continuava a passos lentos, porque apenas sete municípios goianos haviam optado pela manutenção de suas Escolas Primárias. Por meio da mensagem do Governo do Estado de Goiás, à Assembleia Legislativa, em 5 de dezembro de 1891, mostra-se a preocupação em relação à municipalização do ensino:

> Entendem alguns que o ensino primário deve voltar a ser custeado pelo Estado, por que, não dispondo os municípios de rendas suficientes para a manutenção de seus serviços, pagará mal os professores, e o magistério não poderá ser exercido pelos mais capazes com grave prejuízo para a instrução primária (PAIXÃO, 2003, p. 97).

Essa preocupação pode ser demonstrada pela análise de Alves (2007), quando diz que a maioria dos municípios, em muitas regiões do país, não conseguiam realizar, minimamente, obras de infra-estrutura e assegurar a manutenção dos serviços públicos. Contraditoriamente, por meio da mensagem enviada ao Congresso do Estado, no dia 13 de maio de 1901, o presidente do Estado, Dr. Urbano Coelho de Gouvêa, insiste na municipalização do ensino. Ele cita a situação precária da instrução primária, e justifica, assim, a importância dos municípios assumirem esse nível de ensino. Diz ele:

> Seria de vantagem que os municípios tomassem a seu cargo as escolas, porque com pequeno esforço e sem sacrifício, poderiam melhor remunerar e obter portanto, pessoas com predicados de preceptores, zelando assim da instrução da mocidade e preparando bons futuros cidadãos para seus municípios (GOUVÊA, 2003, p. 24).

Até aquele período, 11 municípios tinham aderido à municipalização e, por outro lado, na sua maioria, já tinham devolvido ao Estado a direção de suas escolas. Essa situação é criticada pelo Dr. Rodrigues Alves, uma vez que ele considera que faltava interesse das Câmaras Municipais em assumirem a educação de seus municípios:

> Enquanto as Câmaras Municipais não dedicarem uma boa parte dos seus esforços a este mistir, não é de esperar que as escolas tenham a freqüência desejada e que os professores se mostrem dedicados ao serviço. É este, entretanto, um dos mais úteis emprehendimento para attestar o zelo e interesse das municipalidades pelo bem de seus munícipes [*sic*] (ALVES, 2003, p. 24).

Na verdade, se a situação financeira do Estado impossibilitava o investimento na melhoria do ensino, como apostar que os municípios teriam condições de fazê-lo? Em relatório do secretário de Instrução, Indústria, Terras e Obras Públicas, J. Alves de Castro, em 1905, criticando a municipalização do ensino, expõe que:

> É a instituição da anarchia no ensino, porque esse systema envolve o abandono por parte dos poderes estaduaes da instrucção pública nos municípios que estão gosando dessa regalia e que, salvo raríssima excecção, luctam com serias difficuldades para custearem os outros serviços a seu cargo; sendo certo que não possuem, em geral, o grau de cultura necessaria para dirigirem o ensino popular. Esta é a verdade, ainda que peze aos mais optimistas [*sic*] (CASTRO, 2003, p. 173).

A descentralização do ensino não se prendia somente à questão financeira, estendia-se à sua organização e funcionamento. Os professores seriam nomeados pelos intendentes municipais e os Conselhos Municipais regulamentariam o ensino e fixariam os vencimentos dos professores. Apesar das críticas contrárias, a municipalização do ensino continuou e, em 1905, os municípios mantinham 14 escolas e, o Estado, 73.

Segundo Canezin e Loureiro (1994), no governo de Urbano Gouveia (de 1909 a 1912), a área educacional caracterizou-se por alguns fatos marcantes, dentre eles a *municipalização do ensino primário*. No ano de 1911, foi aprovada a Lei n. 397, que determinava a responsabilidade do município pela instrução primária. Na mensagem enviada ao congresso, em 1911, o Governo considerava que era necessário que todos os municípios chamassem para si a responsabilidade da instrução primária, destacando como um dos motivos do fracasso da municipalização, que seria a falta de devida fiscalização, por meio dos inspetores de ensino, considerando-os condescendentes com a situação do ensino e "fáceis" em dar atestados de frequência para professores e alunos.

Entende-se que para o governo de Goiás, a responsabilidade pelo fracasso da municipalização recaia sobre os agentes municipais (intendência, conselho municipal, inspetores e, conseqüentemente, os professores). E, foi nesse contexto de nova legislação que ocorreu, em janeiro de 1912, a descentralização do ensino primário em Porto Nacional, na administração do ex-inspetor de ensino (1909-1912), o intendente municipal Benício Pinheiro de Lemos (1912-1915).

Nos anos anteriores, a opção dos intendentes de Porto Nacional foi a de entregar os impostos ao governo, como se percebe na resposta dada, na época, aos professores Angélica Ribeiro Aranha e Antônio João Furtado, quando solicitaram o

pagamento de seus ordenados e alugueis das suas casas onde funcionavam as aulas primárias. Segundo o intendente Ambrósio José Pinheiro, em virtude da Lei nº. 186, de 13 de agosto do ano de 1898, a intendência ficou desobrigada de fazer o pagamento para os professores, uma vez que entregou os impostos ao governo.

Por meio da publicação da "Colleção das Leis do Município de Porto Nacional (Estado de Goyaz)", pela Lei nº. 63, de 18 de novembro de 1912, ficou orçada a receita e fixada a despesa do município para o exercício financeiro de 1913. Conforme esta legislação, foi destinado à instrução pública primária o valor de três mil e quinze réis (3:015$000), para ser gasto com:

> 21. Vencimento dos professores da cidade 1:600$000; 22. Alluguel das casas para as aulas 180$000; 23. Mobílias, utensílios e expediente para as aulas do município 250$000; 24. Vencimentos dos professores do Carmo e Jalapão 800$000; 25. Aluguel da casas para a aula 40$000; 26. Despezas com o recebimento da subvenção do Estado procuratório e porte no correio 145$000; Aquisição da Bandeira Nacional 30$000 [*sic*] (PORTO NACIONAL, cx. 07)[88].

Conforme a legislação estadual, as receitas provenientes dos impostos vinculados à manutenção da instrução primária não poderia ser destinadas a outras despesas do município. Portanto, percebe-se, por meio desta legislação, um passo importante para a educação pública do município portuense, uma vez que estava assegurado em uma normativa o salário e o aluguel das casas nas quais seriam ministradas as aulas, tanto na sede como nos distritos, incluindo, ainda, as despesas com mobiliários e material escolar.

Por outro lado, percebe-se, no ano de 1912, o acirramento do uso do poder político com a presença de uma movimentação de nomeações e exonerações pela intendência municipal de professores, sobretudo, para a Escola pública primária para o sexo masculino. Naquele período, Joaquim Ferreira Leite foi nomeado pelo Decreto da Intendência nº. 56 8/01/1912, e exonerado quatro meses depois pelo Decreto nº. 72, de 30 de maio de 1912. Para substituí-lo, foi nomeado, na mesma data, pelo Decreto nº. 73, Adelino Gonçalves Negry. Porém, pelo Decreto nº. 49, de 6 de agosto de 1912, o intendente municipal exonerou Adelino, e nomeou Joaquim Fernandes da Conceição.

---

[88] Na divisão administrativa do Brasil, referente ao ano de 1911 o município de Porto Nacional figurava com três distritos: Porto Nacional, Carmo (Monte do Carmo) e Jalapão (Ponte Alta do Tocantins).

Em relação à Escola pública para o sexo feminino, neste período, houve substituição de professoras, mas a instituição permaneceu sob a direção das dominicanas. A professora Maria Bayol (Irmã Maria Radegondes) foi nomeada por decreto da Intendência nº. 55, do dia 08 de janeiro de 1912, para substituir a Irmã Maria Inês (diretora do Colégio Sagrado Coração de Jesus).

Em relação aos dois outros distritos pertencentes a Porto Nacional, Carmo e Jalapão, encontrou-se alguns dados educacionais no que diz respeito ao ano de 1912. Os mesmos referenciam que, no distrito do Jalapão (arraial de Bom Jesus de Ponte Alta), existia uma escola primária mista, com 31 alunos matriculados, regida pela professora Helena Ayres Ribeiro, ocupando o cargo de inspetor de ensino, Félix Rodrigues Nogueira (PONTE ALTA, cx. única). No distrito do Carmo (Monte do Carmo), também existia uma escola mista, com 24 alunos matriculados, sob a regência da professora Maria de Oliveira Negry, tendo como inspetor Mettridates José Pinto de Cerqueira (MONTE DO CARMO, cx. única).

Todavia, em 1915, o governo estadual assumiu, novamente, o ensino público de Porto Nacional. Como afirma Alves (2007, p. 87) "a polêmica acerca das condições municipais para manter a instrução primária foi uma constante até 1918", isso porque a possibilidade de modificação dessa realidade ficou a cargo da Lei nº. 631, de 02 de agosto de 1918. Conforme essa legislação, dentre outras medidas, a direção e inspeção do ensino primário ficou a cargo do Presidente do Estado que as exerceria por meio do Secretário do Interior, do Conselho de Ensino, dos Inspetores de ensino e dos professores. Previa-se, também, que as escolas primárias, mantidas pelos municípios e particulares, ficariam sujeitas à inspeção do governo estadual devendo, portanto, seguir os programas das escolas estaduais.

Na avaliação de Bretas (1991, p. 504), sobre a municipalização do ensino primário, percebe-se que houve uma desarticulação desse nível de ensino desde 1898, quando foi submetido a administração e manutenção do mesmo, aos municípios, tornando-se a grande mazela do regime republicano em Goiás. No caso de Porto Nacional, o ensino primário público esteve sob a administração do município num período apenas de três anos. Tomando por base o revezamento constante dos professores, em tão pouco tempo, nota-se o descompasso da educação naquele período.

## 2.5 O ensino secundário em Porto Nacional: a aula avulsa secundária (1896-1929)

Para se conhecer e compreender aspectos do ensino secundário goiano, no período que se estende de 1896 a 1929, tornam-se necessárias algumas informações sobre o quadro geral do ensino secundário brasileiro na época. Então, nas primeiras décadas do período republicano, o funcionamento e a organização estrutural dos estabelecimentos de ensino secundário e superior estavam atrelados à uma legislação federal, que impunha um modelo a ser seguido através do sistema de "equiparação".

As escolas públicas e particulares, especialmente as de nível secundário, deveriam ter sua estrutura organizacional equiparada a uma instituição modelar – o Ginásio Pedro II, da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo. A equiparação era um indicador da "qualidade" do ensino ministrado em uma instituição escolar. A questão das equiparações, assim, por representar um mecanismo de controle do governo sobre o ensino secundário, esteve presente em todas as tentativas de reorganização educacional que ocorreram nas primeiras décadas da República. O "Lyceu de Goyaz", mantido às custas do Estado, era modelado pelo "Gynnasio Pedro II".

Portanto, nas primeiras décadas da República, o Ensino Secundário Público, em Goiás, era ministrado no Lyceu e na Escola Normal, na capital goiana, sendo que havia *aulas avulsas* criadas, em alguns municípios do estado, a partir de 1896.

Por sua natureza, o sistema de aulas avulsas foi restabelecido em Goiás por meio da Lei nº. 107, de 15 de junho de 1896[89]. Criou-se, assim, cadeiras de português, francês e aritmética, em Catalão, Rio Verde, Entre-Rio (Ipameri), Palma e Porto Nacional. Assim, no norte do Goiás (onde se localiza atualmente o estado do Tocantins), foram criadas duas aulas avulsas, uma em Porto Nacional, e a outra em Palma.

É possível destacar que, no final dos anos de 1920, na região norte goiana (atual Tocantins), encontravam-se, somente quatro (4) aulas avulsas de instrução secundária, atendendo pouco mais de 50 alunos matriculados nestas instituições. Percebe-se, portanto, que Porto Nacional continuava como um dos municípios desta região a oferecer este nível de ensino (Cf. Quadro 18, p. 117).

---

[89] As aulas avulsas também eram denominadas de cadeiras avulsas, aulas públicas secundárias, dentre outras, todavia os regulamentos que normatizavam este nível de ensino no Estado de Goiás, datados de 1904 e 1918, cognominava de "aulas avulsas de instrução secundária".

**Quadro 18**. *Aulas avulsas de ensino secundário na região norte de Goiás - atual estado do Tocantins (1929/1930)*

| Município | Professor | Nº. de alunos |
|---|---|---|
| | | |
| Porto Nacional | Fr. Bertrando Maria Olléris | 20 |
| Boa Vista (Tocantinópolis) | Manoel de Souza Lima | 25 |
| Natividade | Marinoni Guttemberg | 10 |
| Santa Maria de Taguatinga (Taguatinga) | Thimóteo Ribeiro de Queiroz | - |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cx. 09; TOCANTINÓPOLIS, cx. 06; NATIVIDADE, cx. 07; TAGUATINGA, cx.09 (quadro elaborado pela autora).
Obs: Não foi revelado nos documentos o número de alunos matriculados na Aula avulsa secundária do município de Taguatinga.

Ao tratar do ensino secundário em Porto Nacional, no final do século XIX e início do século XX, Godinho (1988, p. 75) expressa que, "do mesmo modo que em outros setores de desenvolvimento social e cultural, Porto se preza de ser, depois da Capital do Estado, a primeira cidade goiana a ministrar ensino de nível secundário". Essa informação do autor apresenta fundamentos, se se tomar por base, como já foi supracitado, que, neste período, só havia em funcionamento em Goiás, o Lyceu e a Escola Normal. E, portanto, a primeira Escola Avulsa Secundária que foi instalada em Goiás, nesse período, estava localizada em Porto Nacional, na região norte goiano.

Entretanto, a segunda escola avulsa a ser criada, também localizada na região norte do Estado, foi a de Palma, em 1899, conforme se pode constatar na mensagem do governo, de Urbano Coelho de Gouveia, em 13 de maio de 1899: "O ensino secundário tem sido ministrado no Lyceu desta Capital e nas aulas de portuguez e francez das cidades de Porto Nacional e da Palma" (GOUVEIA, 2003, p. 260). A Escola pública de português e francês de Arraias, por sua vez, foi instalada no dia 07 de janeiro de 1904[90]. E, em 1905, o Estado já mantinha aulas avulsas nas cidades de Bomfim, Rio Verde, Catalão, Palma, Porto Nacional e na Vila de Arraias.

Por meio da legislação goiana que normatiza as aulas avulsas de instrução secundária, - Regulamento nº. 1233, de 15 de março de 1904, e pelo Decreto de nº.

[90] Geralmente para as aulas avulsas de instrução secundária o governo servia-se de padres ou juizes de direito para ministrá-las. Em Arraias não foi diferente, foi instalada também sob a responsabilidade de um juiz de direito, José Brasílio da Silva Dourado (ARRAIAS, cx. 07).

1285, de 20 de junho do mesmo ano - estas aulas deveriam ser organizadas nas localidades onde não existissem colégios. Nestas aulas secundárias, assim, deveria haver frequência mínima de dez alunos. Conforme o Art. 10, do Decreto em questão, as aulas avulsas que, por espaço de seis meses tivessem frequência inferior a 10 alunos, seriam automaticamente suspensas por ato do Secretário da Instrução, Indústria, Terras e Obras Públicas.

Em Porto Nacional, conforme mensagem do governo provincial, Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, em 24 de maio de 1897, e em cumprimento à autorização contida na Lei nº. 128, de 24 de julho do ano de 1896, abriu-se concurso para a cadeira de Português e Francês, criadas em Porto Nacional. Segundo o Presidente, essa autorização se justificava em razão da grande distância da cidade de Porto Nacional em relação à capital do Estado, não dando idêntica autorização às outras localidades para não sobrecarregar o orçamento (JARDIM, 2003).

Visto que ninguém se tinha inscrito para o concurso, foi nomeado para regê-la, interinamente, André Lourenço Rodrigues, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife[91]. Este professor permaneceu no cargo até 1899, ano do seu falecimento. Nos primeiros anos após a sua morte, houve uma rotatividade de professores interinos ocupando esse cargo. Inicialmente, por designação do Inspetor de ensino, em 21 de janeiro de 1899, assumiu o cargo Maria Gertrudes Bentzem Rodrigues, viúva do professor André Lourenço Rodrigues. Ela permaneceu nesta função até 5 de agosto do mesmo ano. Assumiu, portanto, o magistério secundário em Porto Nacional o promotor público, Antônio Miguel da Rocha Maya, designado, também, pelo Inspetor para exercer, temporariamente, a função de professor da escola de português e francês, a partir do dia 10 de maio de 1900. Para completar este ciclo, no mês seguinte, foi nomeado, por meio do Decreto estadual de nº 694, de 20 de julho deste ano, o médico Francisco Ayres da Silva. Este permaneceu nomeado, para exercer este cargo, até o dia 12 de setembro de 1904.

No entanto, conforme a mensagem do Governo - Dr. Urbano Coelho de Gouveia -, enviada ao Congresso do Estado, em 13 de maio de 1901, sob a regência deste último professor, Francisco Ayres da Silva, as aulas de Porto Nacional e da Palma foram suspensas por insuficiência de frequência dos alunos. Destacou-se, ainda, que só

[91] André Lourenço Rodrigues exerceu o cargo de juiz de direito em Porto Nacional de 1889 a 1893 e de 1896 a 1898.

houve uma matricula na Aula secundária de Porto Nacional e três, na Aula de Palmas (GOUVEA, 2003).

Em geral, as escolas eram extintas por falta de alunos. A regularidade das aulas e a frequência exata dos alunos nelas eram, na maioria das vezes, questionadas, o que gerava "uma incógnita" para o presidente da província, pela falta de uma efetiva fiscalização. Todavia, observa-se que em Porto Nacional, em janeiro de 1901, ocorreu um 'conflito de poder' entre o professor do ensino secundário, Francisco Ayres da Silva, e, o inspetor de ensino, Salvador Francisco de Azevedo, gerado em torno da recusa por meio do professor do requerimento de dois candidatos ao ensino secundário, no início daquele mesmo ano. E esse professor, alegando que caberia a ele atestar o grau de habilitação dos mesmos, questionou o fato de que, no caso de um deles, o atestado veio preenchido pelo professor primário e pelo inspetor de ensino[92].

Por isso, em vista desse fato, infere-se que não foi somente por insuficiência de alunos que a escola fora fechada, uma vez que esse fato aconteceu no início do mês de janeiro, tendo a possibilidade, portanto, de outros alunos virem a matricular-se no decorrer deste mesmo mês ou ano. Acrescentando a isso, também, que o próprio inspetor recusou a marcar o horário em que deveria funcionar as aulas, pois, segundo ele, com esta ação, seria evitado novo incidente e nova "desobediência" do professor. O desfecho desse fato também é curioso, tendo em vista que o inspetor colocou o cargo à disposição do Governo do Estado, caso este fosse resolvido conforme a decisão do professor.

O certo é que, a Aula avulsa de instrução secundária de Porto Nacional foi suprimida por portaria governamental de 12 de maio de 1901 e, tanto o inspetor de ensino, quanto o professor permaneceram nomeados nos seus respectivos cargos. O inspetor, inclusive, até o ano de 1903, e o professor, até 12 de setembro de 1904, período em que o médico Francisco Ayres da Silva, solicitou a sua exoneração. A autorização para funcionamento da aula avulsa secundária de Porto Nacional, portanto, ocorreu na mesma data de exoneração do professor. Diante deste contexto, entende-se que esse professor só exerceu a função do magistério, num período compreendido de seis meses (2º semestre de 1900) e o Estado ficou sem oferecer o ensino secundário para aquela população por três anos, possuindo um professor nomeado para o cargo e, com

[92] Um dos alunos, em pauta neste fato, era Antônio Bezerra Gerais, 16 anos, filho de João Bezerra Geraes e Anna Nunes Bezerra. Foi aluno da Escola Primária do sexo masculino em Porto Nacional e, posteriormente, tornou-se professor adjunto desta mesma escola.

certeza, alunos para estudar. Destarte, o Fr. Rosário Melizan, bacharel em Ciências pela Faculdade de Marselha-França, então Superior do Convento Santa Rosa de Lima, em Porto Nacional, foi nomeado para substituir o médico Francisco Ayres da Silva, por meio de uma portaria estadual de 14 de setembro de 1904.

Esses fatos locais podem ser conjugados, também, às correlações de poder no próprio estado, como já foi descrito anteriormente. De 1901 a 1903, o presidente Xavier de Almeida (1901-1905), ainda ligado aos Bulhões, era adversário dos Democratas, partido ao qual era filiado o médico Francisco Ayres da Silva. Em 1904, ao romper com os Bulhões, o presidente da província, se "aproxima" da Igreja Católica, o que pode ter proporcionado a nomeação do Fr. Rosário Melizan para o cargo de professor da Aula secundária em Porto Nacional. Esse período coincide, também, com a publicação do Decreto Estadual n.1.285 de 20 de junho de 1904, que regulamentava as aulas avulsas de instrução secundária, custeadas pelo Estado.

Considerando o número de alunos, a escola apresentava-se com uma frequência média de doze alunos por turma, como mostrou mensagem do governo, do ano de 1900. E, ao tomar como referência o ensino primário masculino, de onde provinham estes alunos, em 1902 foram matriculados 86 alunos na Escola Primária do sexo masculino de Porto Nacional. Portanto, mostra-se que esta instituição atendia a um número reduzido de alunos em relação ao número de matriculados no ensino primário.

No entanto, conforme o regulamento da instrução primária estadual, de 1893, os alunos que concluíssem os estudos nas escolas primárias teriam direito à livre entrada em estabelecimentos de instrução secundária e normal. Ainda, sob a direção do Fr. Rosário Melizan, com a seriação do ensino nas aulas avulsas, em 1908, a Aula de Porto Nacional apresentava uma matrícula de 13 alunos, assim distribuídos: 1º ano (4 alunos), 2º ano (3 alunos) e 3º ano (6 alunos) (Cf. Quadro 19, p. 123).

Em 1909, mais uma vez, a Escola Secundária de Porto Nacional foi extinta, ou seja, foi transferida para Taguatinga, pelo governo estadual. A documentação, até agora disponível, não permite revelar o efetivo motivo de tal ato. Duas ponderações são necessárias: primeiro que neste mesmo ano, os Bulhões retomam o poder político no Estado, e a Aula avulsa de instrução secundária de Porto Nacional está sob a direção da Igreja Católica e, uma segunda ponderação é a de que não foi por falta de alunos, uma vez que, segundo Godinho (1988), com a extinção da escola pública secundária de Porto Nacional, Fr. Gregório Aleixo fundou uma escola de Português e Francês para a juventude portuense.

Essa informação de Godinho (1988) pode ser complementada com o relato de Ramos (1917b, p. 47), quando cita algumas das mais importantes instituições de ensino particular existentes no Estado de Goiás, incluindo a de Porto Nacional, confirmando assim que em 1912, período em que a Aula secundária pública deste município estava extinta, existia ali uma instituição particular sob a direção da Igreja Católica:

> Há, nesta cidade do quase extremo norte goyano, um collegio para o sexo masculino dirigido pelos frades da ordem dos dominicanos. Quando em 1912, na minha excursão pelo norte de Goyaz, passei por essa localidade, tive occasião de constatar os reaes progressos do collegio, onde a freguesia e o aproveitamento dos alunos eram já bastante satisfatórios [*sic*].

Essa iniciativa dos dominicanos, dentre outras amostras como os alunos derivados do 1º e 2º anos do secundário de 1908, além dos alunos provenientes do ensino primário deste município, são indicativos de que naquela cidade tinha alunos aptos para cursarem esse nível de ensino.

Percebe-se, portanto, que, só por volta de 1914, o governador restabeleceu a escola secundária pública em Porto Nacional, sob a direção de Fr. Rosário Melizan. Este professor permaneceu no cargo até 1919, quando foi a óbito, em 28 de dezembro deste ano. Para substituí-lo foi nomeado, outro dominicano, o Fr. Maria Domingos Nicollet, que assumiu a Aula avulsa de instrução secundária em Porto Nacional até 1922, quando, também, faleceu em 7 de fevereiro de 1923. O próximo professor a assumir o magistério do ensino secundário naquele município foi, novamente, um frei dominicano, Bertrando Maria Olleris, o qual permaneceu até final dos anos de 1930 quando foi fechada a Escola pública secundária de Porto Nacional.

Assim, percebe-se que os primeiros professores do ensino secundário em Porto Nacional, nas décadas iniciais da República tinham uma formação liberal (direito, medicina) e, conforme se constatou no perfil dos três últimos regentes, eles tinham como base uma formação eclesiástica, o que corresponde a mais de 20 anos de ensino ministrado por representantes da Igreja Católica no Município.

Percebe-se, assim, que nas três primeiras décadas da República, o ensino secundário público, em Porto Nacional, esteve basicamente sob a responsabilidade da Igreja Católica, por meio da ação dos missionários dominicanos franceses, como se pode observar na relação dos professores desse nível de ensino que atuavam no referente período (Cf. Quadro 19, p. 123). E, como se infere, mesmo no período em que as aulas foram suspensas pelo governo, a Igreja assumiu esta responsabilidade.

Estas aulas eram fiscalizadas pelos Comissários fiscais, de livre nomeação do Secretário. Em Porto Nacional pode ser identificado alguns nomes que exerceram essa função, como: Salvador Francisco de Azevedo, Francisco Ayres da Silva, Frederico Ferreira Lemos e Bartolomeu Teixeira Palhares. Todos com expressividade política na região, exercendo cargos como o de deputado estadual e federal e juiz de direito.

Na aula avulsa secundária de Porto Nacional, inicialmente, foram oferecidas as disciplinas de Português e Francês, a cadeira de Matemática, naquela cidade, não chegou a ser preenchida nesse período. Por meio do Decreto de nº. 5.980, de 12 de dezembro de 1918, houve uma expansão no currículo das aulas avulsas de instrução secundária, passando a ser composto pela Arithmetica, Geografia, História do Brasil e Português. Além das disciplinas exigidas, nessa instituição portuense, a maioria dos alunos estudava francês e para, os alunos do 3º ano, acrescentava-se as noções de Álgebra e de Geometria (PORTO NACIONAL, cx. 09).

A orientação prevista era que o programa do ensino seria o mesmo adotado em idênticas disciplinas no Lyceu de Goyaz e, as aulas, seriam em dias intercalados. Por meio do regulamento estadual de 1918, portanto, as aulas deveriam ser seriadas e não haveria exames finais. Os alunos seriam promovidos à série imediata à vista das médias de aproveitamento anual e, também, de acordo com as mesmas medidas, seriam considerados aprovados ao término do curso. Assim, os atestados de aprovação dos exames finais das aulas avulsas, passados pelo presidente da comissão examinadora e autenticados pelos respectivos comissários fiscais, seriam equiparados, para todos os efeitos, aos que fossem passados pelo Diretor do Lyceu e da Escola Normal. Nesse sentido, os portadores destes atestados teriam preferência para a nomeação interina do magistério primário regional.

Para o ensino das aulas avulsas, deveriam ser usados os compêndios adotados no Lyceu e na Escola Normal. A relação do expediente fornecido pela Secretaria do Interior e Justiça, para a Aula secundária da cidade de Porto Nacional, em 19 de maio de 1920, foram dispostos da seguinte forma: "3 Gramáticas Halbot, 1 Atlas - Domício da Gaama, 5 Geographias - Lacerda, 5 Arithemeticas Progressiva, 4 Narrations Francezas, 4 História do Brasil - Creso Braga, 4 Grammaticas Portuguezas" [*sic*].[93] Acredita-se que, em certa medida, essa bibliografia era para atender o novo regulamento das aulas avulsas, editado no ano de 1918.

---

[93]Essas informações poderão ser conferidas na Documentação manuscrita avulsa, cx. 681.

No período de 1915 a 1930, contudo, pode-se notar certa continuidade no número de frequência dos alunos que, mesmo variando, representa uma média de 10 alunos, nos primeiros anos, chegando a 20 em 1930. Observa-se que há um relativo crescimento no número de alunos, todavia compunha só de alunos do sexo masculino

**Quadro 19.** *Panorama da Aula avulsa de ensino secundário em Porto Nacional (1900- 1930)*

| Ano | Nº de alunos | Professor | Disciplinas |
|---|---|---|---|
| | | | |
| 1900 | 12 | Antônio Miguel da Rocha Maya<br>Dr. Francisco Aires da Silva | Portuguez e Francez |
| 1901-1904 | Extinta | | |
| 1908 | 13 | Fr. Rosário Melizan | Portuguez e Francez |
| 1909 | Extinta | | |
| 1915 | 10 | Fr. Rosário Melizan | Portuguez e Francez |
| 1917 | 10 | | |
| 1918 | 8 | | |
| 1919 | 10 | | |
| 1921 | 17 | Fr. Maria Domingos Nicollet | Portuguez, História do Brasil, Geografia do Brasil e Arithmética. |
| 1922 | 13 | | |
| 1925 | 13 | Fr. Bertrando Maria Olleris | Portuguez Arithmetica, História e Geografia |
| 1926 | 10 | | |
| 1928 | 15 | | |
| 1930 | 20 | | |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cxs. 07-10 (quadro elaborado pela autora).

Em se tratando dos alunos matriculados no Ensino Secundário da escola pública de Porto Nacional, em 1926, pode se distinguir o perfil desse alunado atendido por esta instituição. De acordo com este perfil, por exemplo, pode-se destacar que três (3) alunos são filhos de promotores e dois (2) são filhos de médico e deputado federal com uma ex-professora. Além disso, a maioria desses alunos compunha famílias que detinham o poder político e econômico no município e, por conseguinte, são estudantes provenientes da escola primária do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Infere-se, portanto, que o ensino secundário público era destinado aos filhos da "elite política" do município de Porto Nacional. Assim, nesta instituição, a Aula avulsa de ensino secundário em Porto Nacional, sob a direção dos freis dominicanos, formou boa parte dos jovens intelectuais que, depois de adultos, assumiram cargos públicos ou se tornaram governantes de Porto Nacional. Essa assertiva pode-se destacar que os três primeiros prefeitos portuenses (José Ayres Neto, Domingos do Espírito Santo Negry e

Oswaldo Ayres da Silva) a assumirem esse cargo no município, a partir dos anos de 1930, também foram alunos desta instituição de ensino secundário, em anos anteriores ao de 1926.

**Quadro 20.** *Alunos matriculados na Aula avulsa do ensino secundário de Porto Nacional sob a direção do Fr. Bertrando Maria Olleris (1926)*

| Nº. | Alunos/Idade | Perfil |
|---|---|---|
| | | |
| 01 | Aquilles (Achilles) Maya Leite (19 anos) | Filho de Custódia Leite Ribeiro Maya, neto de Luiz Ribeiro Leite, dentre os seus irmãos encontram-se Dídimo Maia Leite e Joaquim Maia Leite. Foi aluno da escola primária pública de Porto Nacional. Tornou-se fazendeiro, vereador, executivo municipal. |
| 02 | Laudemiro Gomes | Filho de Maria Magalhães Gomes. Foi aluno da escola primária pública de Porto Nacional. Tornou-se fazendeiro, comerciante, vereador. |
| 03 | José Joaquim Pereira | Foi aluno da escola primária pública de Porto Nacional. |
| 04 | José Laurindo Pedreira (16 anos) | Filho de Manoel José Pedreira, neto de Pacífico José Pedreira, irmão de Frederico José Pedreira, Nelzir José Pedreira, Maria Escolástica. Foi aluno da escola primária do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Tornou-se fazendeiro, militar. |
| 05 | Frederico José Pedreira (15 anos) | Filho de Manoel José Pedreira, neto de Pacífico José Pedreira, irmão de José Laurindo Pedreira, Nelzir José Pedreira, Maria Escolástica. Foi aluno da escola primária do Colégio Sagrado Coração de Jesus. |
| 06 | Nelzir José Pedreira (14 anos) | Filho de Manoel José Pedreira, neto de Pacífico José Pedreira, irmão de José Laurindo Pedreira, Frederico José Pedreira, Maria Escolástica. Foi aluno da escola primária do Colégio Sagrado Coração de Jesus.Tornou-se fazendeiro, contador. |
| 07 | João Fernandes Conceição (14 anos) | Filho de Joaquim Fernandes da Conceição (ex-professor). Foi aluno da escola primária pública de Porto Nacional. Exerceu o cargo de professor do Ginásio Estadual de Porto Nacional (1946). |
| 08 | Newton Ayres da Silva (14 anos) | Filho do médico e deputado federal Francisco Ayres da Silva e da professora Angélica Ribeiro Aranha. Foi aluno da escola primária do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Se tornou fazendeiro, farmacêutico, vereador. |
| 09 | Euwaldo Ayres da Silva (16 anos) | Filho do médico e deputado federal Francisco Ayres da Silva e da professora Angélica Ribeiro Aranha. Foi aluno da escola primária do Colégio Sagrado Coração de Jesus. |
| 10 | Argemiro Pereira Assunção (16 anos) | Filho de Anna Pereira de Assunção, foi aluno da escola primária do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Se tornou fazendeiro, vereador, músico e titular do cartório civil em 1936. |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cx 09, GODINHO (1988) (quadro elaborado pela autora).

## 2.6 A educação católica: uma trilha sócio-educativa em Porto Nacional

Os dominicanos já haviam presenciado na França, alguns eventos que vieram a ocorrer no Brasil a partir da Proclamação da República, como a queda da monarquia, a separação entre Igreja e Estado (o fim do padroado), a questão da secularização e a laicidade do ensino. Na França, com a mudança de Regime, o governo expropriou os bens da Igreja, decretou uma Constituição civil, secularizou a vida religiosa, perseguiu e deportou os padres que resistiram à Revolução. Assim, naquele contexto histórico a ordem dominicana foi também atingida por diversas medidas excludentes (VAZ, 1997; AUDRIN, 1947).

No Brasil, logo após a Proclamação da República, em 1890, por meio do Decreto Federal 119 de 7 de janeiro deste mesmo ano, o Estado separou-se da Igreja, institucionalizou o casamento civil, secularizou os cemitérios e decretou o ensino leigo nas escolas públicas[94]. Vaz (1997), por sua vez, destaca que, com a Constituição Brasileira de 1891, criou no Brasil um Estado liberal republicano.

> Criou no Brasil um Estado liberal republicano. Surgiu, como conseqüência, um Estado e uma sociedade liberal e secular, que têm para com a religião as seguintes diferenças: origem puramente humana, convencional, da sociedade e da autoridade – ou seja a sociedade e o Estado não têm origem em Deus; a religião não é mais o fator determinante na formação do país, pois a unidade política se fundamenta na identidade de interesses políticos; a liberdade de consciência substitui o conceito de religião do Estado, que impunha a prática de uma religião; as leis civis não são mais determinadas pelo direito canônico, introduzindo-se o casamento civil, o divórcio, e a liberdade de imprensa; atividades antes exercidas pela igreja, como o registro de casamento, a administração dos cemitérios, de asilos e de hospitais passam, mediante a previdência e a seguridade social, para as mãos do Estado; fim de imunidades especiais, como o foro eclesiástico, todos passam a ser iguais perante a lei (VAZ, 1997, p. 125).

Estes acontecimentos, embora não tenha se apresentado de forma tão enfática na educação, se fizeram sentir por meio de alguns atos governamentais, principalmente, no que diz respeito à proibição do Ensino Religioso nas instituições de ensino público. Seguindo as normas nacionais, o governo goiano proibiu o ensino do catecismo nas escolas públicas, a partir do mês de fevereiro de 1890[95]. Esse ato refletiu-se em Porto Nacional, em especial, se considerarmos que a ordem dominicana tinha instalado, a

---

[94] De fato esses eventos não passaram despercebidos em Goiás. Para sua defesa o clero fundou na capital um jornal (Gazeta Goyana), uma revista (A Cruz), e até um partido político (Partido Católico).
[95] O ensino do catecismo nas escolas de Goiás, por meio dos dominicanos, iniciou-se em 1885.

pouco tempo, o seu convento naquela cidade (1887). Por meio do Ofício Circular n.44, de 19 de fevereiro de 1890, o governado de Goiás solicitou a todas as escolas públicas e, consequentemente, ao Inspetor de ensino do município de Porto Nacional, que cessasse as práticas abusivas dos frades nas escolas com o fim de ministrar aos alunos o ensino religioso. Conforme a mensagem do governador, deveria ser pregada a mais completa liberdade de culto, e o Ensino Religioso deveria estar a cargo dos professores de cada escola pública. Com essa orientação, percebe-se que o Ensino Religioso, deveria sair das mãos da Igreja, mas não exatamente, do currículo escolar goiano.

De fato, no contexto geral do início da República, consta que a sociedade brasileira, goiana e, com destaque, a portuense, estavam constituídas socialmente pela sedimentação nos princípios religiosos católicos. Em Goiás, uma das mais representativas ordens religiosas ali presentes foi a dos dominicanos. Como fora enfatizado no capítulo anterior, os dominicanos estavam instalados por várias partes do território goiano através de quatro conventos, dentre eles o Convento Santa Rosa de Lima, localizado em Porto Nacional (1887). Por isso, em Porto, tornou-se um dado sócio-cultural e religioso o fato de que a Igreja Católica se fazia representar por meio da ordem Dominicana.

Todavia, tendo em vista todo esse contexto de complexidade que sedimentavam as bases sociais e educativas de Porto Nacional, em resposta ao ofício do governador, supracitado, no qual se dispunha a descentralização do ensino em face da Igreja, o Inspetor de ensino, por Ofício de 2 de abril de 1890, afirmou que os frades do convento da cidade nenhuma intervenção tinham realizado no ensino religioso das escolas locais.

Mas, o que ocorreu é que houve outro desfecho para tal situação, uma vez que se constata, no mapa de frequência do 4º trimestre da Escola Primária do sexo masculino, que nesse mesmo ano, para justificar as faltas dos alunos, redigiu-se a observação de que “alguns alunos se retiraram para a escola dos padres”. Neste período, aliás, não consta, oficialmente, nem uma escola dos dominicanos, porém essa informação trás uma alerta para o que viria acontecer em 1893, conforme Ofício de 06 de abril deste ano, no qual o Inspetor de ensino deixou transparecer que o conflito entre o professor do ensino primário e os frades dominicanos poderia estar dirimindo os esforços em se reunir o mesmo número de alunos matriculados em períodos

anteriores[96]. Esses episódios mostram, assim, que os frades continuaram com o seu trabalho de catequizar as crianças, não necessariamente nas escolas oficiais, mas em outros espaços de ensino criados por eles.

Neste contexto de discussão da laicidade do ensino público, outro dado marcante é que chegaram a Porto Nacional as freiras dominicanas (1904) e, por consequência, elas assumiram a escolarização das meninas (pública e particular) e dos meninos (particular). De certa forma, entende-se que as freiras dominicanas assumiram o ensino religioso que deveria ser ministrado pelo professor, não em forma de catequese na escola, mas conforme orientação governamental. Do mesmo modo que a escola primária, o ensino secundário, a partir do mesmo ano, passou também para as mãos dos freis dominicanos, contrariando, dessa forma, as expectativas da política de laicidade do ensino público em Porto Nacional.

Este período, de certa forma, coincide com o governo do presidente de Goiás, Xavier de Almeida (1901-1905), e com o seu rompimento com os Bulhões (1904) e, por outro lado, também com a aliança feita com os Fleury, do Partido Católico Goiano, e com os Caiado e os Abrantes, todos adversários políticos dos Bulhões (VAZ, 1997). Conjugado a esse novo panorama político, Alves (2007) ressalta, ainda, que a legislação do ensino primário de 1893 e 1898 não davam a devida sustentação precisa para o princípio da laicização. Conforme esta autora citada, a única referência à educação que se encontrava no regulamento de 1893, disposta no seu Artigo 1º, era que o Ensino Primário seria "gratuito e leigo".

A partir dessa ocasião, o governo estadual passou a subsidiar os Colégios Católicos de Santana (Cidade de Goiás) e de Santa Catarina (Bela Vista). E, é exatamente nesse período, sob a direção do bispo de Goiás, D. Eduardo (1891-1907), na época com sede em Uberaba - MG[97], que foi criado o Colégio Sagrado Coração de Jesus, uma referência da educação professada em Porto Nacional.

A criação do Colégio Sagrado Coração de Jesus[98], pode ser contextualizada dentro da política de estadualização do poder eclesiástico que, segundo Vaz (1997),

---

[96] Maiores informações ver documentação avulsa em Porto Nacional, cx.5.

[97] Vaz (1997, p. 66) destaca que D. Eduardo foi nomeado bispo de Goiás em 8 de fevereiro de 1891 e chegou em Goiás em 29 de outubro do mesmo ano. Transferiu o bispado de Goiás para Uberaba (MG) em 24 de junho de 1896. Afirma que houve graves atritos em relação ao relacionamento Igreja-Estado. Para ele os choques havidos em Goiás ocorreram devido a "diferenças estruturais entre uma igreja ultramontana e monarquista, de um lado, e um estado laico e republicano, de outro".

[98] O culto ao Sagrado Coração de Jesus foi estendido aos fiéis pelo papa Pio IX, em 1856, com o objetivo de orientar as devoções populares à autoridade papal.

previa na sua quarta característica a execução de um projeto-padrão de investimentos. Os bispos deveriam proceder à construção de um palácio episcopal ou reformar a catedral, por meio de um seminário diocesano, fomentando também a criação de jornais e *estabelecimentos de ensino*[99]. Somado a isso, com a supressão do ensino religioso nas escolas públicas, a Igreja Católica articulou-se para formar e consolidar uma rede de escolas católicas, como parte integrante de seu processo de reestruturação institucional (DALLABRIDA, 2005). Assim, em Porto Nacional, até o final da Primeira República, essa meta estava objetivamente cumprida, uma vez que já havia sido construída a Catedral Nossa Senhora das Mercês, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, o Palácio Episcopal/Seminário Diocesano São José, e estava ocorrendo a participação efetiva de dominicanos na edição de jornais.

A catedral católica de Porto Nacional foi edificada no mesmo local da antiga Capela Nossa Senhora das Mercês. Conforme documento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2007), elaborado como proposta para o tombamento da cidade de Porto Nacional como patrimônio histórico nacional, não se tem notícia se o projeto veio da França ou se foi elaborado no próprio município. Acreditam-se que ele foi discutido entre os frades, com a supervisão do Frei Bartolomeu. Isto decorre, sobretudo, do fato de que os dominicanos vieram, em sua maioria, do sul da França, região rica em monumentos românicos como as igrejas de Saint-Paul-Trois-Châteux e Notre-Dame-des-Doms. Assim, prevaleceu no projeto da catedral o estilo românico, apagando-se a presença do barroco que era uma característica da colônia.

Assim, os frades, que vinham de uma Europa do final do século XIX, onde eram válidas as idéias de Violet Le Duc, na França, e de John Ruskin na Inglaterra, factualmente, podem ter propugnado uma releitura em Porto Nacional dos estilos clássicos medievais, românicos e gótico, tido como estilos nacionais naqueles países. E isso se fundamenta, ainda, em um contexto de Brasil no qual se era tempo de valorização da cultura francesa e de esquecimento, e até descaso, em relação ao período colonial (IPHAN, 2007). Portanto, efetivamente, a construção da Catedral de Porto

[99] O termo "estadualização", criado por Sergio Miceli, refere-se a "política implementada pelos bispos, durante a República Velha, nas dioceses. Apresenta como uma das suas características situar-se entre os interesses da Santa Sé, de um lado, e os das oligarquias dominantes em cada estado, de outro" (VAZ, 1997, p. 49).

Nacional, teve início em 1894[100], pelos freis Gil Vila Nova[101] e Bartolomeu Merinho[102]. Esta catedral foi terminada e inaugurada pelo Frade André Bladgé[103], no ano de 1903. Neste período o convento era dirigido pelo Fr. Rosário Melisan[104].

Conciliado ao exposto, é importante pontuar que Porto Nacional vivia um momento em que eram seguidas as orientações da Santa Sé, nas quais cada estado deveria ter, no mínimo, uma diocese com o objetivo de centralizar e animar as ações pastorais em consonância com as determinações da Cúria Romana e do episcopado brasileiro (DALLABRIDA, 2005). Seguindo esta orientação, D. Prudêncio Gomes da Silva, bispo de Goiás, obteve junto ao papa Bento XV (1914-1922) um decreto que instituiu a criação da Diocese de Porto Nacional, em 20 de dezembro de 1915. Para a efetivação deste projeto, o bispo teve o apoio de uma comissão presidida pelo Frei Reginaldo Tournier, superior do convento dominicano (1912-1917)[105], e pelo vice-presidente desta comissão, o deputado federal médico Francisco Ayres da Silva. O bispo de Goiás, D. Prudêncio Gomes da Silva, contou, portanto, com a soma de uma força religiosa com a força política do município, para a efetivação desse projeto.

O que está latente é que, em Porto Nacional, o poder político e o poder religioso, na maioria dos seus projetos, assinavam juntos[106]. E foi por este caminho que, por meio de Carta Pastoral, em 1916, D. Prudêncio Gomes da Silva anunciou o desdobramento da Diocese de Goiás e informou que a nova diocese contava com uma área de 300.000 quilômetros, 150.000 habitantes, três paróquias e apenas seis sacerdotes para atendê-las, afinal, tratava-se de área muito rica para continuar a expansão da Igreja.

---

[100] Conforme Oliveira (2004a) a bênção da pedra fundamental para a construção da Catedral foi realizada no dia 7 de maio de 1891.

[101] Padre Egidius ou Fr. Gil Villa Nova, veio da França, marselhês, chegou em Goiás no dia 10 de dezembro de 1887, fundou e redatoriou a revista "A Cruz", em 1890, chegou em Porto Nacional no ano de 1891. Permaneceu na direção do Convento Santa Rosa de Lima de 1891-1894. Faleceu no dia 04 de março de 1905.

[102] Fr. Bartolomeu Merinho era português.

[103] Fr. André Bladgé foi superior do Convento Santa Rosa de Lima de 1894 a 1901.

[104] Fr. Rosário Melisan, francês de Ari. Foi ordenado em 1889. Dirigiu o Convento Santa Rosa de Lima no período de 1901 a 1909.

[105] Fr. Reginaldo M. Tournier foi ordenado em Montarlan (França) em 28 de agosto de 1901. Foi o arquiteto do sobrado do Seminário São José.

[106] Fizeram parte da comissão para o levantamento do patrimônio do novo bispado a força política de Porto Nacional: Fr. Reginaldo Tournier (Superior do Convento de Porto Nacional), Bartolomeu Teixeira Palha (Juiz de Direito da Comarca), João Ayres Joca (Diretor do "Norte de Goyaz"), Benício Pinheiro de Lemes (Intendente Municipal), os coronéis: Frederico Ferreira Lemos, Josué de Oliveira Negry, Pacífico José Pedreira, Joaquim Pereira da Silva, os majores: Missael Pereira da Silva, José Teodoro Negry, Fortunato Alves Bentes, Manoel José Pedreira, José Paulino da Silva, Camilo Rodrigues, Abdon Ferreira Pinto, ainda, Rafael Fernandes Belles, Pedro Aires da Silva, Antônio Aires Primo. Fizeram parte da comissão o deputado de Taguatinga, João Batista de Almeida d e da cidade de Peixe, Pedro Pinheiro de Queirós (GODINHO, 1988).

> [...] insulados entre dois braços do rio Araguaya cerca de 2.000 índios pagãos, para cuja catechese são impotentes os poucos e apostólicos Religiosos e Religiosas que alli temos, sendo que os primeiros se occupão também em Parochias e estas desdobrão igualmente a sua actividade em educar a infância das povoações civilizadas; Egrejas, Capellas, Cemitérios, Patrimônios e outros haveres materiais eclesiásticos, na impossibilidade de serem devidamente cuidados [*sic*] (SILVA, 1916 *apud* VAZ, 1997, p. 179).

Assim, na falta de clérigos e religiosos nacionais, e dando continuidade a romanização da Igreja, a Diocese de Porto Nacional, seus indígenas, fiéis e bens materiais, foram entregues aos dominicanos. O dominicano francês Dom Domingos Carrerot (1920-1933)[107] tornou-se, em 1920, o primeiro prelado de Porto Nacional[108]. Dessa maneira, conforme documento do arquivo da diocese de Porto Nacional, o novo território eclesiástico criado na região norte de Goiás, já estava disposto de forma a compreender 14 paróquias da região.

**Quadro 21.** *Paróquias localizadas na diocese de Porto Nacional*

| Nº. | Paróquia | Municípios |
|---|---|---|
| | | |
| 01 | Nossa Senhora das Mercês | Porto Nacional |
| 02 | Nossa Senhora da Conceição | Boa Vista do Tocantins (Tocantinópolis) |
| 03 | Nossa Senhora do Monte do Carmo | Carmo (Monte do Carmo) |
| 04 | São Pedro | Pedro Afonso |
| 05 | Espírito Santo | Peixe |
| 06 | Sant'Ana | Chapada (Cristalândia) |
| 07 | Nossa Senhora da Natividade | Natividade |
| 08 | São Miguel das Almas | São Miguel das Almas (Almas) |
| 09 | São José | Duro (Dianópolis) |
| 10 | Santa Maria de Taguatinga | Taguatinga |
| 11 | Nossa Senhora da Conceição | Conceição do Norte (Conceição do Tocantins) |
| 12 | São João Batista | Palma (Paranã) |
| 13 | Nossa Senhora dos Remédios | Arraias |
| 14 | Santo Antônio | Chapéu (Monte Alegre) |

**Fonte**: DIOCESE DE PORTO NACIONAL, cx 05 (quadro elaborado pela autora).

[107]Dom Domingos Carrerot nasceu na cidade francesa de Pamiers em 1º de junho de 1863. Iniciou seus estudos teológicos no convento da ordem em Toulosa, de onde foram expulsos em 1880. Junto com os dominicanos dirigiu-se para Salamanca, na Espanha, onde foi ordenado em 1886. Após retornar a França, veio para o Brasil em 1887, para desenvolver atividades missionárias junto aos índios de Goiás, participando da construção da catedral de Porto Nacional. Em 1912 foi nomeado bispo da prelezia de Conceição do Araguaia por Pio X (1903-1914). Ver maiores informações sobre Dom Domingos Carrerot em Godinho (1988) e Audrim (1947).

[108] Embora a diocese de Porto Nacional tenha sido criada em 1915, ela só foi efetivada em 1920 com a chegada do seu primeiro bispo D. Domingos Carrerot.

Então, após a criação da diocese, a próxima etapa de efetivação do projeto da Igreja foi a criação do Seminário Diocesano. A proposta de criação de um seminário, por diocese, estava alicerçada no objetivo de proporcionar aos futuros padres melhor educação intelectual e sacerdotal. Esses seminários visavam, justamente, enquadrar os religiosos em uma moral mais rígida, transformar os sacerdotes em um clero melhor qualificado (VAZ, 1997).

No contexto da estadualização do poder eclesiástico, a residência do bispo deveria ter o mesmo destaque que os prédios que sediavam a intendência - a associação comercial, o instituto histórico e geográfico e outras instituições de relevo no âmbito da divisão do trabalho oligárquico-, de preferência, buscando-se como modelos dessas residências, algum famoso palácio romano (MICELI, *apud*. VAZ, 1997). O Palácio Episcopal de Porto, por isso, seguia essa orientação, uma vez que as três principais obras monumentais no município, que são referência histórica de época na atualidade, eram o prédio do Palácio Episcopal/edifício do Seminário[109], a Catedral e o prédio do Colégio Sagrado Coração de Jesus (Caitanato), todos luxuosos edifícios, para os padrões locais, ladeados aos casarões dos coronéis. Só em 1922/1923, sob a intendência do major Rafael Fernandes Bellis, foi construído o edifício da Prefeitura Municipal, no qual funcionava também a Câmara e o Foro[110].

Em 1922, D. Domingos Carrerot, bispo de Porto Nacional (1920-1933), concluiu a fundação do Seminário São José, proveniente do Convento Santa Rosa de Lima. Neste mesmo ano, no auditório do Seminário, foi instalada a Escola São Thomaz de Aquino[111]. Assim, fechando o ciclo, os dominicanos passaram a se colocar como colaboradores na edição de jornais em Porto Nacional. O primeiro periódico, "Folha do Norte", criado em 1891, sob a direção de Luiz Leite Ribeiro, teve como colaborador o Fr. Domingos Nicolet, e acrescentando a esta ação encontra-se o jornal chamado "Folha dos Moços" (1930), editado pelos alunos da Escola São Thomaz de Aquino, dirigido, na época, pelo Fr. Bertrand Maria Olléris.

---

[109] O Palácio Episcopal e o edifício do Seminário foram construídos com donativos angariados pela Comissão Central responsável pelo levantamento do patrimônio do novo bispado. Ver membros desta Comissão na nota de rodapé nº. 126 (deste trabalho).

[110] Atualmente, neste prédio da prefeitura foi instalado o museu municipal.

[111] São variadas as nomenclaturas encontradas com referência a essa instituição escolar. Tomando por base a nomenclatura encontrada no Diário Oficial de 29 de janeiro de 1946, usaremos na primeira fase da instituição o termo escola e na segunda, ou seja, a partir de 1945, "Externato São Thomaz de Aquino".

No tocante a este aspecto, é premente destacar, ainda, a criação da "União dos Moços Católicos de Porto Nacional", agremiação criada no dia 12 de outubro de 1921 com a finalidade de "reunir a mocidade catholica e para oriental-a nos são princípios christão e sociaes e encaminhal-os na estrada do verdadeiro civismo" [*sic]* (UNIÃO DOS MOÇOS CATÓLICOS DE PORTO NACONAL, 1923). Essa agremiação tinha como caráter a "União íntima e forte da Fé e do Patriotismo", ou seja, "viver unido sobre a cruz de Christo e sob a mesma bandeira" [*sic*] (UNIÃO DOS MOÇOS CATÓLICOS DE PORTO NACONAL, 1924). Por meio do Livro de Registro sobre essa associação, também denominada de "Grupo Cathólico Portuense", percebe-se a grande influência da Igreja na formação espiritual, intelectual e moral da juventude portuense, juventude esta que tem seu nome marcado no comando político-administrativo do município, em anos posteriores[112].

Em vista destes fatos, é possível evidenciar que em um período que se apregoava a separação entre o binômio Estado-Igreja, em Porto Nacional a religião católica continuou exercendo uma forte influência sobre a educação escolar pregada no município. Constitui isso, de certa forma, uma prova eloquente de poder e prestígio desta instituição, pois ao considerar as cinco escolas primárias em funcionamento na cidade, observou-se que três delas estavam sob a direção de uma religiosa dominicana . Além destas, também estavam a Aula avulsa do Ensino Secundário estadual, o Curso Normal e o Curso Secundário oferecido no Seminário São José/Escola São Thomaz de Aquino, também, estavam sob a direção da Ordem Dominicana. Vale destacar que a maioria destas instituições, se não todas, eram subvencionadas pelos cofres públicos[113].

Já no que se trata da influência da ordem dominicana no desenvolvimento da educação associada à cultura, em Porto Nacional, Moreira Filho, prefaciando Rodrigues (2007, p. 13), registra que "os padres dominicanos semearam uma educação humanizadora e com sustentação, sobretudo na religião, na filosofia, no teatro, na música, nos esportes, nas artes plásticas em geral e nas línguas do velho mundo".

---

[112] A essa agremiação foram filiados a maioria dos alunos da Escola Avulsa Secundária de Porto Nacional e os seminaristas do Seminário São José, dentre esses, no período histórico em tela, destacam-se: Dídimo Maia Leite, Achilles José de Oliveira, José de Sousa, José Thomaz Cantuária, Domingos Negry, Odilon Ayres da Silva, Oswaldo Ayres da Silva, José de Oliveira Negry, Niobey Ayres da Silva, Newton Ayres da Silva, Oscar Ayres, Raymundo Ayres da Silva.

[113] É relevante destacar que a Reforma da educação, Leôncio de Carvalho, Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, já previa a subvenção ao ensino particular (SAVIANI, 2008). Conforme Cury (2001, p. 224), "subvencionar é prover recursos, custear despesas a partir do orçamento público".

Maya (2003a), todavia, menciona também sobre a criação de várias instituições culturais e educacionais, por meio da conjugação do trabalho dos dominicanos. E tal fator, segundo o autor em relevo, dá a dimensão ao desenvolvimento social de uma comunidade. Das instituições educacionais e culturais, citadas por este autor, para além das instituições escolares, encontravam-se a Lira Santa Tereza, a Banda de Música Santa Cecília, o Coral da Catedral, o Teatro São José e a colaboração dos padres na produção de jornais. Portanto, infere-se que essas instituições vieram a impulsionar, em razão da necessidade, o surgimento de especialistas em Porto Nacional, tais como teólogos, geólogos e geógrafos, antropólogos e indigenistas, músicos, compositores, maestros, oradores sacros, escritores, cronistas, poetas, jornalistas, arquitetos, juristas, médicos, dentre outros. O que entra em foco, por esta observação, é que estes especialistas, sócio-culturalmente, colaboraram para o desenvolvimento da sociedade portuense.

Percebe-se, também, a influência da Igreja na composição estrutural do capital cultural, objetivado em Porto Nacional. Pode-se destacar, como frutos desse empreendimento, o prédio do Seminário São José, os dois prédios do Colégio Sagrado Coração de Jesus, o coreto (já destruído, mas presente na memória da população) e a Catedral Nossa Senhora das Mercês. No caso desta última, a Catedral, diz-se que a maioria das imagens que a compõem, assim como o sino, foram trazidos da França.

Além desses elementos já destacados sobre a trilha sócio-educativa da Ordem Dominicana em Porto Nacional é perceptível que embora a classe popular deste Município não tivesse fácil acesso à instituição escolar das frentes dominicanas, a influência cultural das freiras e frades sobre essa população se dava, também, por meio de outras formas de relacionamentos, como a catequese e a formação das professoras das escolas públicas, o que coadune com a visão de Audrin (1947, p.216), quando diz que "toda a juventude era 'beneficiada' pela visão das dominicanas e dos padres dominicanos". A educação católica, portanto, foi bem aceita pela família portuense, e a Igreja aproveitou dessa adesão para atingir o propósito de transformar espiritual e culturalmente a população dessa região, situada no antigo norte de Goiás.

Embora, se apresente como cordial as relações traçadas entre as instituições família, igreja e estado, em torno da educação da juventude portuense, não se pode perder de vista as relações de poder travadas entre estas instâncias educativas, o que Foucault (1979) denomina como "a microfísica do poder". Ilustração precisa sobre esta conjectura pode ser apresentada com a tensão gerada entre o fiscal do Governo junto à

Escola Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus e a diretora desta instituição em torno de qual "autoridade" presidiria a seção de colação de grau das normalistas em 1926. Por meio de correspondência ao fiscal da Escola Normal, a senhora diretora, em meio às suas justificativas em função do seu direito de ser a presidente da seção, destaca que, como diretora ela é responsável pelo bom renome do estabelecimento, da formação moral, literária e científica das alunas. Portanto, segundo ela, "que difficuldade ha em que uma Dona de casa receba os convidados, que presida na sala de visita ou na mesa. [...]. Ora, não estou aqui na minha casa? Quando é que se via uma Dona de casa offerecer a outra o primeiro lugar que lhe cabe a Ella?" [*sic*]. Ainda segundo a diretora do Colégio, o governo não dava direito ao fiscal de "presidir na casa alheia". E acrescenta que, o papel do fiscal era vigiar a regularidade do ensino, assistir aos exames para poder garantir que o grau de ensino se fez de acordo com o programa do Governo (PORTO NACIONAL, cx. 09). Nesse contexto, ainda é pertinente destacar que, o fiscal, além de representante do Governo junto ao Colégio, era deputado estadual e, sobretudo, era pai de uma das formandas do curso Normal do Colégio, especificamente naquele ano.

## 2.7 O Colégio Sagrado Coração de Jesus: o ensino privado em Porto Nacional

A carência de uma estrutura de ensino público e uma vasta demanda por escolas, inclusive, por parte das classes dominantes, possibilitaram a vinda de diversas ordens estrangeiras que criaram várias escolas primárias e secundárias, masculinas e femininas, no estado de Goiás. As dominicanas chegaram à Cidade de Goiás, antiga Vila Boa que figurava enquanto capital do Estado, no dia 5 de setembro de 1889. Poucos dias depois da chegada, elas fundaram o Colégio Sant'Anna.

Em Porto Nacional, as Dominicanas do Santíssimo Rosário de Monteil, chegaram no município no dia 30 de agosto de 1904. Neste mesmo ano, foi criado o Colégio Sagrado Coração de Jesus. Sua instalação física se deu em uma casa do então intendente municipal, Cel Frederico Ferreira Lemos. Com a colaboração do poder público, das famílias portuenses, pertencentes à rede de relações sociais das dominicanas fomentaram iniciativas para que, em 1906, elas se instalassem na sede própria do Colégio[114]. Foram fundadoras desse Colégio a Madre Maria Inez, a Irmã

[114] Em 1954 foi construído o atual prédio do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Maria Raphael, a Irmã Maria André e a Irmã Maria Fernanda. Assim, o corpo docente que inicialmente era composto por quatro freiras, foi sendo acrescentado, a cada ano que passava, por outras professoras, todas religiosas da mesma ordem.

Conforme os estudos de Vaz (1997), a criação dos colégios dominicanos faz parte da estratégia da reforma da igreja católica no que tange à reforma moral e religiosa da sociedade goiana. Por meio das escolas católicas, os jovens seriam educados de modo a "regenerar a sociedade através da família cristã, pela educação da mulher" (SANTOS *apud* VAZ, 1997, p. 77). Neste contexto histórico, a Igreja no Brasil, contava com vários problemas e, entre eles, o principal era encontrar o corpo docente para os seminários e colégios. Uma das soluções foi, pois, a opção pela vinda de padres e freiras estrangeiras que já "estavam moldados pelas idéias ultramontanas".

Com esses objetivos, o bispo D. Eduardo deu novo impulso aos colégios diocesanos que foram fundados por D. Cláudio e que eram dirigidos pelas irmãs dominicanas[115]. Inicialmente, acrescentou a estes mais dois colégios sob o seu patrocínio, um em Bela Vista, Colégio Santa Catarina, fundado em 1902 e, o outro, em Porto Nacional, denominado de Colégio Sagrado Coração de Jesus, em 1904. Através destes colégios, o bispo procedia ainda a estadualização da Igreja, cumprindo uma exigência do programa mínimo de realizações.

Com este intento, o Colégio Sagrado Coração de Jesus foi inaugurado no dia 15 de setembro de 1904, com 19 alunas matriculadas, pagando uma mensalidade de dois mil réis[116]. Assim, a princípio, o Colégio Sagrado Coração de Jesus só oferecia o ensino primário para o sexo feminino, mas, de fato, ele fora criado para funcionar como internato feminino e externato para alunos de ambos os sexos (Cf. Quadro 22, p. 136).

Em Porto Nacional, para além do currículo oficial (Cf. Quadro 23, p. 137), o trabalho pedagógico desenvolvido pelas religiosas francesas visava uma educação centrada nos princípios morais, na disciplina, na formação religiosa, social e intelectual das moças portuenses e da região. Um dos aspectos relevantes da pedagogia dominicana foi a ênfase na cultura, principalmente, nas artes manuais, no desenho, na culinária, na música, no estudo de línguas, em relevo o domínio do francês e no desenvolvimento da linguagem verbal (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007). Nessa perspectiva, as práticas desenvolvidas, por exemplo, no Colégio Sagrado Coração de Jesus adquiriam um perfil

[115] Existiam os seguintes colégios religiosos: Nossa Senhora das Dores, em Uberaba, fundado em 1885, e o de Sant'Ana de Goiás, surgido em 1890.
[116] Maiores informações ver Colégio Sagrado Coração de Jesus (2004).

europeizado, emblema de uma cultura mais "refinada", o que contou com a adesão das famílias portuenses.

**Quadro22**. *Número de alunos matriculados no ensino primário do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1904-1929)*

| Ano | Masculino | Feminino |
|---|---|---|
| | | |
| 1904 | - | 19 |
| 1908 | 23 | - |
| 1917 | 27 | - |
| 1918 | 32 | - |
| 1919 | 27 | 24 |
| 1921 | 21 | 31 |
| 1922 | 24 | 31 |
| 1926 | 25 | 17 |
| 1929 | 26 | 10 |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cxs. 06-10, COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS (2004) (quadro elaborado pela autora).

O sistema de ensino pautado pelos princípios da disciplina, da obediência, do respeito e dos bons exemplos, tendo por base a inculcação moral e religiosa, visava a formação de alunos dóceis, obedientes, mas, ao mesmo tempo, preparados para ocuparem, futuramente, posições e responsabilidades de mando. As permanentes atividades propostas aos alunos, o controle do espaço e do tempo eram importantes dispositivos utilizados pelos freis e freiras para realizarem os seus objetivos educacionais.

A esse ensino de "qualidade", regido em Porto Nacional, eram retribuídos subsídios por bolsas e convênios, direcionados via poder público. Por meio da Lei nº 186, de agosto de 1908, foi facultado ao Estado subvencionar escolas primárias particulares. Sem dúvida, a maioria dessas escolas particulares estavam sob a direção da Igreja, proporcionando assim, espaço de fortalecimento desta instituição diante da precariedade do atendimento estatal, também, nesse nível de ensino. Posteriormente, com os Bulhões fora do poder, foi graças a essa lei que a Igreja passou a obter tais subsídios do Estado para o Seminário e para os estabelecimentos de ensino católicos.

Então, os colégios dirigidos pelas dominicanas, como o Sant'Ana, na Cidade de Goiás e o Sagrado Coração de Jesus, em Porto Nacional, passaram a receber, cada um, um mil e trezentos réis (1.300$000) anuais, naquele período.

**Quadro 23**. *O currículo oficial do ensino primário do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1926)*

| Organização do ensino | Masculino (Profª Ir. Maria Aspásia) | Feminino (Profª Ir. Maria André) |
|---|---|---|
| | | |
| 1ª classe/turma | Gramática, Leitura, Calligraphia, Arithemetica, Geographia, História Pátria, Ciências | Gramática, Leitura, Calligraphia, Arithemetica, Geographia, História Pátria, Ciências |
| 2ª classe/turma | Gramática, Leitura, Calligraphia, Arithemetica, Geographia, História Pátria, Ciências | Gramática, Leitura, Calligraphia, Arithemetica, Geographia |
| 3ª classe/turma | Gramática, Leitura, Calligraphia, Arithemetica, Geographia, História pátria | |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cx. 09 (quadro elaborado pela autora).

Para bem ilustrar tal fato, a diretora do Colégio Sagrado Coração de Jesus, por meio do Ofício enviado ao inspetor de ensino, em 2 de junho de 1928, solicitou atestado do fiscal do Colégio para receber as contribuições devidas pelo Estado, em função de atender alunas pobres e indígenas:

> [...] para o fim de receber dos cofres estadoaes, o auxílio a quem tem direito pelo facto de dar, o respectivo Collegio: instrucção, alimento e vestuário a diversas alunnas pobres, inclusive índias da tribu dos cherentes, respeitosamente vos requer attestado ao pé deste se effectivamente é verdade que o Collégio prodigalisou os benefícios a cima referidos no decurso do trimestre de abril, maio e junho [*sic*] (PORTO NACIONAL, cx. 09).

Em 1919, das vinte e sete (27) alunas matriculadas na Escola Primária do Colégio Sagrado Coração de Jesus, nove (9) apresentavam como filiação as "Irmãs Dominicanas" e, destas, três (3) eram identificadas como índias xerentes (PORTO NACIONAL, cx. 09). Infere-se, portanto, que as seis (6) restantes eram identificadas como alunas "pobres". Tal fato evidencia, também, que o atendimento, ou seja, o

chamado "assistencialismo", efetivado pelo Colégio às comunidades de baixa renda era subvencionado pelo Estado e não, especificamente, pela Congregação Religiosa.

O Curso Normal de Porto Nacional, anexo ao Colégio Sagrado Coração de Jesus, foi criado, portanto, pela Lei nº. 307, de 18 de julho de 1907. Porém, este só foi instalado em 18 de janeiro de 1920, oficializado pelo Decreto nº 6.608 de 28 de maio de 1920. Vale destacar que pela Lei Estadual nº 549, de 6 de julho de 1917, o governo goiano elevou a subvenção concedida a esta instituição de ensino de 1:200$000 para 2:400$000 anuais, ficando este obrigado a estabelecer imediatamente o Curso Normal completo para o recebimento da nova subvenção[117].

Por meio da Lei nº. 1.301, de 18 de julho de 1907, o Colégio Sagrado Coração de Jesus poderia desfrutar da equiparação à Escola Normal Oficial, desde que adotasse o regulamento do Decreto nº. 1.590, e se submetesse à inspeção de um fiscal nomeado pelo governo estadual (CANEZIN; LOUREIRO, 1994)[118]:

> Com efeito, a equiparação, por um lado, era sinal de um interesse do Estado pela expansão do ensino particular. Por outro, havia também, por parte das escolas confessionais, interesse em garantir espaço para veiculação das idéias religiosas e formação de mentalidades afinadas com as concepções da Igreja Católica e das famílias tradicionais de Goiás (CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 54).

Nessa linha, também, é pertinente salientar, que desde o ano de 1915, já havia sido nomeado o fiscal do governo junto ao Colégio. Foi nomeado, portanto, como primeiro fiscal do Curso Normal desta instituição, o Deputado Estadual João Ayres Joca, pelo Decreto nº. 4050, de 17 de novembro de 1915.

Conforme Canezin e Loureiro, (1994), a forma como o Curso Normal se organizou revelava a natureza das famílias tradicionais e a concepção do papel da mulher na sociedade. O texto de Piagem e Sousa (2000) é bastante elucidativo nesse sentido, pois define o perfil da sociedade a que a educação formal do Colégio Sagrado Coração de Jesus atenderia.

> Famílias de todo o Estado de Goiás e de outros estados vizinhos queriam oferecer aos seus filhos uma boa educação e sabiam que as Irmãs

[117] Conforme Alves (2007), o Colégio Sagrado Coração de Jesus encontrava-se na relação das instituições subvencionadas pelo Estado desde o ano de 1908.
[118] Também foram equiparados à Escola Normal Oficial em 1907, os colégios Sant'Anna (Goiás) e Santa Catharina (Bela Vista).

> Dominicanas tinham uma formação francesa e que dedicavam à catequese e se preocupavam em ministrar, além das matérias obrigatórias do currículo, as exigidas por uma formação mais humana, mais completa das crianças e dos jovens (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 74).

Quanto à formação da mulher, Vaz (1997) destaca que, desde 1875, o bispo D. Macêdo Costa recomendava um modelo de comportamento ideal para as jovens: "Raras vezes sair, e só por necessidade; aborrecer as vaidades nos vestidos e enfeites; detestar dissipações e profanos divertimentos; edificar com bom exemplo e doutrina(r) seus irmãozinhos menores". No caso da mulher casada, além de toda submissão ao marido, dentre outras recomendações, havia a de "educar catolicamente os filhos" (VAZ, 1997, p. 77-78). Por essa realidade peculiar de época, no que tange a composição do programa curricular do ensino oficial, expõe-se que este era determinado pela Secretaria do interior, que previa as matérias e aulas semanais para os quatro anos do Curso Normal.

**Quadro 24.** *Disciplinas que compunham o currículo do Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1924)*

| Ano | 1º ano | 2º ano | 3º ano | 4º ano |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |
| Disciplinas | Portuguez,<br>Francez,<br>Arithmetica<br>Geographia<br>Desenho | Portuguez,<br>Francez,<br>Arithmetica<br>Geographia<br>Desenho<br>Corographia | Portuguez,<br>Francez,<br>Geometria<br>História Universal<br>Physica<br>Chimica<br>Desenho | Portuguez<br>Methodologia<br>História Natural<br>História do Brasil<br>Pedagogia<br>Prática Escolar |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cx. 09 (quadro elaborado pela autora).

O movimento social de controle do tempo, próprio às relações capitalistas que então se estabeleciam no período, acarretaram como diz Foucault (2009), no "quadriculamento" do tempo e na perspectiva de garantir que esse tempo seja integralmente útil. Esse processo vem influenciar na delimitação e controle do tempo e horários escolares nas instituições portuenses, e, por conseguinte, no horário escolar do curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Portanto, no ano letivo de 1924, por exemplo, ficou estabelecido que o horário deste Curso correspondesse a três períodos diários – 7 às 9h; das 10 às 12h e das 13 às 15h30min (Cf. Quadro 25, p. 140).

**Quadro 25.** *Horário do Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1924)*

| 2ª Feira | 3ª Feira | 4ª Feira | 5ª Feira | 6ª Feira | Sábado |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | |
| Portuguez | História do Brasil | Portuguez | História do Brasil | Portuguez | História do Brasil |
| Francez | Physica | Francez | Physica | Francez | Physica |
| Pedagogia | Chimica | Pedagogia | Chimica | Pedagogia | Chimica |
| História Natural | Methodologia | História Natural | Methodologia | História Natural | Methodologia |
| Arithemética | História Universal | Arithemética | História Universal | Arithemética | História Universal |
| Corographia | Geographia | Corographia | Geographia | Corographia | Geographia |
| Cosmographia | Geometria | Cosmographia | Geometria | Cosmographia | Geometria |
| Desenho | | Desenho | | Desenho | Exercícios de Gymnastica |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cx. 09 (quadro elaborado pela autora).

Assim, além das disciplinas em destaque, o Colégio Sagrado Coração de Jesus oferecia, em complemento, aulas de canto, piano, representações dramáticas e cuidados domésticos, como forma de preparar as alunas para as variadas circunstâncias de suas vidas futuras. Tomando como exemplo a preocupação com o ensino de música, em 1915 a Irmã Maria Inês, trouxe da França um piano, um harmônio e um bandolim[119]. Para ministrar o uso de tais instrumentos trouxe consigo, também, uma professora francesa. O quadro de professores, por isso, era um fator de demasiada importância para este colégio. Então, em 1928, o quadro docente do Curso Normal, do Colégio Sagrado Coração de Jesus, já estava composto por cinco professores, sendo que quatro deles eram freiras e um frei (Cf. Quadro 26, p. 141).

[119] Estes instrumentos vieram da França para Porto Nacional em um período em que neste local não possuía nem carros e nem estradas na região, o piano foi transportado até Barreias – BA via bacia do São Francisco e depois, por meio de ombros humanos, até Porto Nacional (Colégio Sagrado Coração de Jesus).

**Quadro 26.** *Professores do Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1928)*

| Professora | Disciplinas |
|---|---|
| | |
| Irmã Maria da Imaculada Conceição | Português e Mathemática |
| Irmã Maria Aspásia | Desenho, Calligrafia e Trabalhos Manuais |
| Irmã Maria André | História do Brazil, Universal e Natural, Música |
| Irmã Maria Celina | Phísica e Chimica, Pedagogia, Metodologia |
| Fr. Reginaldo M. Tournier | Moral |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cx. 09 (quadro elaborado pela autora).

Complementarmente ao quadro apresentado, destaca-se que a professora de Pedagogia e Metodologia era diplomada pela academia de Toulouse, na França. Tinha, ainda, experiência de cinco anos como professora em território francês e, 27 anos de atuação no Brasil. A professora de música era diplomada pela escola de "Madame Olier", França. As irmãs Maria Aspásia e Maria André, também lecionavam nas escolas primárias do Colégio. Essas referências, por sua vez, podem ser um forte indicativo da dimensão cultural a ser mediada, pelas freiras, às alunas que ingressaram no Colégio Sagrado Coração de Jesus.

No que diz respeito às alunas matriculadas nos cinco anos compreendidos entre 1921 e 1925, a ampla maioria era provenientes de famílias de poder econômico e político no município de Porto Nacional (Cf. Quadro 27, p. 142). Quase todas as alunas, sobretudo, frequentaram a escola primária particular desta instituição.

Assim, pelo panorama apresentado por meio de documentos, por um lado, fica perceptível a visualidade da realidade do ensino de normalistas em Porto Nacional. Por exemplo, as três primeiras alunas que se formaram no Sagrado Coração de Jesus, em 1923, consta-se que elas concluíram o curso Normal com uma média de 15 anos de idade. Estas alunas pertenciam ao mesmo tronco familiar, sendo duas delas irmãs e, a terceira, prima das primeiras. Assim, como recorte da realidade portuense, tem-se que as normalistas Alice e Dulce, eram filhas do médico e deputado federal Francisco Ayres da Silva e da ex-professora Angélica Ribeiro Aranha, enquanto Carmem Ayres da Silva (a prima) que, posteriormente, tornou-se dominicana com o nome de Irmã Maria das Mercês, era filha de Raimundo Ayres da Silva e Rachel de Cerqueira.

**Quadro 27.** *Alunas do Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1921-1925)*

| | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |
| 1921 | Diva Ayres da Silva<br>Liz Ayres da Silva<br>Anna Pereira Macedo | Alice Ayres<br>Dulce Ayres<br>Carmem Ayres<br>Anna Pereira<br>Anna Francisca | - | - |
| 1922 | Maria Escolástica Pedreira* | Diva Ayres da Silva<br>Liz Ayres da Silva<br>Anna Pereira Macedo | Alice Ayres<br>Dulce Ayres<br>Carmem Ayres<br>Anna Pereira<br>Anna Francisca | - |
| 1923 | - | Maria Escolástica Pedreira | Anna Pereira Macedo | Alice Ayres<br>Dulce Ayres<br>Carmem Ayres |
| 1924 | Fanny de Oliveira Negry<br><br>Georgina da Silva Vianna | Luzia Fernandes da Conceição | Liz Ayres da Silva<br>Maria Escolástica Pedreira | Anna Pereira Macedo |
| 1925 | Generosa Pinto<br><br>Anna Francisca Medeiros | Fanny de Oliveira Negry<br><br>Georgina da Silva Vianna | Diva Ayres Joca<br><br>Luzia Fernandes da Conceição | Liz Ayres da Silva<br>Maria Escolástica Pedreira |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cx. 09 (quadro elaborado pela autora).
*Em alguns documentos o nome Escolástica encontra-se escrito da seguinte forma: Scholastica

Essa amostra, juntamente com o circuito familiar de estudantes do Sagrado Coração de Jesus, são demonstrativos de que, em Porto Nacional, a educação formal era vivenciada por um grupo "pré-selecionado" conforme a evidencia social de que gozam. Nos anos seguintes, essa afirmação se faz ainda mais ilustrada pela presença, no quadro de alunas do Curso Normal, de mais duas primas das três alunas já referenciadas, sendo elas Liz Ayres da Silva e Diva Ayres Joca, filhas do deputado - e fiscal do Governo no Curso Normal deste Colégio - João Ayres Joca.

Outros exemplos da política oligárquica de formação dominicana portuense são referenciados a seguir: Maria Escolástica Pedreira, que era filha do promotor público, Major Manoel José Pedreira; Luzia Fernandes da Conceição, filha de sub-promotor público e ex-professor da escola primária para o sexo masculino, Joaquim Fernandes da Conceição; a normalista Anna Pereira Macedo, que era filha de Luís Inácio de Macedo e Linduina Pereira da Silva e que, posteriormente, se casou com Joaquim Maia Leite

(professor adjunto da 1ª Escola primária para o sexo masculino); e, por fim, Generosa Pinto de Cerqueira, que era filha de Pedro Pinto de Cerqueira. Por este cenário, percebe-se que somente as duas últimas alunas supracitadas foram, por alguns anos, estudantes da escola primária pública para o sexo feminino (1912-1919). Ante o exposto, registra-se que, na sua maioria, eram alunas provenientes da escola primária do próprio Colégio.

Embora fique nítido, pela análise dos dados aqui dispostos, um crescimento no número de alunas do curso normal no período equivalente a 1921 até 1929, trata-se, ainda, de um número reduzido de estudantes se comparado ao número de alunas que freqüentavam o 4º ano primário, neste mesmo período, tanto na escola pública, quanto na particular. Assim, na escola pública para o sexo feminino, 15 alunas cursavam o 4º ano, em 1928, estando as mesmas teoricamente habilitadas para cursar a primeira série do Curso Normal, em 1929. Todavia, o que na verdade foi um fato marcante para a sociedade de Porto Nacional é que, principalmente, a formação de professoras para o magistério primário foi uma contribuição significativa na perspectiva do que viria a ser o papel social da mulher nessa sociedade.

**Quadro 28.** *Número de alunas matriculadas no Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1921- 1929)*

| Série | 1921 | 1922 | 1923 | 1924 | 1925 | 1926 | 1927 | 1928 | 1929 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | |
| 1ª | 3 | 1 | | 2 | 2 | 2 | 3* | 7 | 5 |
| 2ª | 5 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 6 |
| 3ª | - | 3 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| 4ª | - | - | 3 | 1 | 2 | 2 | 2** | 2 | 2 |
| Total | 9 | 5 | 5 | 7 | 8 | 8 | 7 | 13 | 15 |

**Fonte**: PORTO NACIONAL cx. 09, COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS (1922-1950), COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS (1923-1949) (quadro elaborado pela autora).
*Informação do relatório do exame de admissão.
** Neste ano só uma aluna participou da formatura, a outra optou pela formatura no ano seguinte.

Todavia, embora o Curso Normal, naquela sociedade, fosse oferecido, particularmente, para o sexo feminino, há uma solicitação para que seja estendido para o sexo masculino. Dessa forma, em relatório referente ao ano de 1926, o fiscal do governo junto ao curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus, faz gestão junto ao

Secretário Estadual para que os jovens do sexo masculino tivessem acesso ao curso considerando que:

> A longa distância para essa capital e outras múltiplas difficuldades para a permanência alhi de moços do sertão, sendo-lhes concedida a vantagem de aproveitarem o curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus, seria mais um grande benefício que o Governo do Estado iria prestar-lhes e também ao objetivo da propagação da instrução nesta zona, porque tanto está se interessando a administração de Goyaz [*sic*] (PORTO NACIONAL, cx. 09).

Infere-se, portanto, que, por essa atitude, já havia um objetivo de se estender, aos jovens do sexo masculino, de Porto Nacional, a formação já dispensada às mulheres. Afinal, o que estava em voga, pelo menos no discurso proferido, era que se tentava abrir uma nova possibilidade, ou mais um espaço de formação, aos portuenses, como um todo, dentro do "profícuo" contexto formativo do Colégio Sagrado Coração de Jesus, que então se fazia referência de época.

## 2.8 O Seminário São José e/ou o Externato São Thomaz de Aquino: a mão da Igreja Católica na formação masculina da sociedade portuense

Em 1922, D. Domingos Carrerot, bispo de Porto Nacional (1920-1933), concluiu a fundação do Seminário São José. Neste mesmo ano, no auditório do Seminário, foi instalada o Externato São Thomaz de Aquino[120], a partir da conjugação da escola-seminário, que era fruto especial do surgimento tardio de um colégio público em Porto Nacional.

O Seminário São José/Externato São Thomaz de Aquino, em sua história, era visualizado como uma instituição com longa existência, que ofereceu os cursos primário, complementar e secundário para alunos internos e externos ao seminário. Conforme relatório do fiscal do governo junto a esta instituição, Joaquim da Silva Braga, no ano de 1929, o curso secundário desta instituição seguia o programa do Liceu de Goiás e, mais ou menos, o do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro.

Então, nessa instituição de Ensino as principais disciplinas oferecidas eram Português, Latim, Francês, Grego, Geografia, Aritmética, Geometria, Álgebra,

[120] São variadas as nomenclaturas encontradas com referência a essa instituição escolar. Tomando por base a nomenclatura encontrada no Diário Oficial de 29 de janeiro de 1946, usa-se "Externato São Thomaz de Aquino".

Cosmografia e Desenho. Por meio do relatório do fiscal do governo nesta instituição, Joaquim da Silva Braga, é possível ter uma amostra da dinâmica curricular ali efetivada no quarto (4º) ano.

> Portuguez: revisão da grammatica, noções de história da formação da Língua e noções de Litteratura portuguesa (suprimiu a leitura), composição (geralmente uma por semana), exercício de dissertação (facultativo para os externos). Latim: tradução das bucólicas de Virgílio e alguns trechos de Cícero. Francez: estudos até a syntaxe adoptando-se a grammatica de Halbout, exercícios e traduções de Lamartine. Inglês: estudo da grammatica até a syntaxe. Geometria: geometria no espaço, corpos redondos. Physica: (Brauly). A Chimica foi vista em parte, somente devendo continuar neste ano. O Grego suprimiu por causa do acúmulo de matérias e o não gosto dos alunos [*sic*] (PORTO NACIONAL, cx. 09).

No ano de 1929 faziam parte do corpo docente do Secundário oferecido no Seminário: o Reitor, Frei Antônio Sela, também, professor de Filosofia e de Música. Completou seus estudos em França, onde seguiu o curso da Faculdade de Filosofia e Uscologia de Toulouse. Era correspondente do Instituto Histórico de São Paulo. O Vice-Reitor do Seminário, Frei Reginaldo Tournier, fez os mesmos estudos em Toulouse, era autor do último mapa de Goiás e era membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. O Frei Bertrando, que também era professor da aula pública Secundária de Porto Nacional, ministrava no Secundário do Seminário as disciplinas de Álgebras, Física e Química, era bacharel em Ciências e Letras pela Universidade de Bordeus. O padre Didymo Maya Leite, lente de Latim e Português, completou seus estudos em Diamantina (PORTO NACIONAL, cx. 09).

Essa instituição portuense era considerada como o centro de formação intelectual dos seminaristas e de demais rapazes de Porto Nacional e dos municípios e estados circunvizinhos. Pois, segundo o fiscal, em 1929, não existia estabelecimento de ensino secundário, mais ou menos, numa extensão de mil quilômetros em redor de Porto Nacional (PORTO NACIONAL, cx. 09).

Embora os colégios católicos tivessem maior interesse pelo sexo feminino, a Igreja compreendia que a maioria dos jovens de ambos os sexos não se dedicaria à vida religiosa, mas a vida civil. A Igreja precisava encontrar, por isso, uma estratégia para abarcar a todos os cidadãos no processo de recristianização. O sistema de ensino foi uma das estratégias encontradas para dar a essa juventude uma educação conforme os princípios da reforma ultramontana e conservadora. Com essa concepção, a educação masculina era muito importante, afinal, o homem era o principal agente social na época.

Desse modo, cria-se, em Porto Nacional, uma elite seguindo os critérios e propostas da Igreja - uma elite católica, ordeira, hierarquizada, moralizada, formando "homens de escol" para a direção da sociedade. Em 1926, estavam matriculados no Seminário São José/Escola São Thomaz de Aquino, 12 alunos (Boaventura da Cunha, Augusto de Brito, Niobey Ayres da Silva, Joaquim Thomaz, Nelson Fernandes, Ary Pereira, Raymundo Ayres, Osvaldo Negry, Sabino Medeiros, Pio Ayres da Silva, Ascendino Pinto e Faustino Moreira).

Pela natureza formadora, empregada no Externato/Seminário, torna-se importante destacar, entretanto, o destino de alguns desses alunos. Expõe-se, assim, que neste mesmo ano (1926), como consta no relatório do fiscal do governo nessa instituição de ensino, os seguintes dados: aluno Boaventura da Cunha, a partir do mês de julho, foi para a cidade de Uberaba continuar os estudos no Seminário desta cidade; Augusto de Brito foi para o Seminário da cidade de Diamantina; Joaquim Thomaz e Niobey Ayres da Silva foram prestar o serviço militar na capital (setembro/outubro/1926) (PORTO NACIONAL, cx. 09). Assim, a Escola São Thomaz de Aquino, neste período, era compreendida como centro de formação intelectual após o primário, principalmente, para os seminaristas e rapazes da região - jovens internos no seminário.

O regime de internato, portanto, na escola católica e no seminário, era uma prática comum, naquele período, em Porto Nacional. Nesse tocante, as famílias que moravam em municípios circunvizinhos, e na zona rural e que, também tinham condições de manter seus filhos em um internato ou, por vezes, aqueles que não apresentavam condições de proporcionar esse tipo de formação aos seus, de certa forma, podiam contar com uma educação diferenciada dos outros municípios desta região. E essa ação que minimizava a necessidade de enviar estudantes para estudarem nos colégios da capital, fazia ainda com que algumas famílias menos abastadas, pelo menor custo de deslocamento de seus filhos, pudesse se empenhar em realizar "sacrifícios pela boa educação de seus descendentes". Como extrato dessa realidade encontra-se no Seminário São José, em 1929/30 estudantes das mais variadas cidades, tanto de Goiás como de outros estados como o Maranhão. Dentre esses, pode-se destacar: Pio Aires da Silva e João Fernandes da Conceição naturais da cidade de Porto Nacional-GO; Faustino Moreira e Pedrocílio Guedes de Taguatinga – GO; Francisco Botelho de Almas – GO; João Rodrigues Leal de Dianópolis - GO; Ascendino Pinto e Luzo Matos de Balsas - MA (AIRES NETO, 2006).

Essa realidade pode ser ilustrada, ainda, com o relato do fiscal do Seminário São José, Joaquim da Silva Braga, no ano de 1929, ao pontuar alguns fatores positivos da educação ofertada por esta instituição.

> Outra prova é a insistência dos pais, mormente, dos de longe em querer collocar seus filhos no Seminário do Porto. Foi preciso recusar diversos alumnos por causa de exigüidade do lugar. O Sr. Bispo comprou uma casa que vão adaptar à este fim e que poderá receber uns trinta alumnos mais ou menos [*sic*] (PORTO NACIONAL, cx. 09).

Essa circunstância, sobremaneira, vem ao encontro com um foco da atenção do episcopado que estava voltado não só para a formação dos líderes eclesiásticos, mas também, para a questão da educação leiga, a formação de jovens líderes civis. Lopes (2006, p. 170), citando Azzi (1995), destaca que os principais aspectos que caracterizavam a educação católica nesse período, eram "a tônica espiritualizante, o rigorismo moral, o caráter autoritário da educação, a seriedade disciplinar e a qualidade do ensino, bem como, uma abertura para educação artística e esportiva". A autora acrescenta, de modo complementar, que "a grande meta da educação católica era a formação da classe dirigente do país", e esta perspectiva educacional é notória na agenda da educação da juventude portuense, espaço este onde a religiosidade-política e a política-religiosa, também, se faziam "necessárias socialmente".

A memória de João Leal, ex-aluno do Seminário São José, ilustra tal realidade ao descrever que: "A vida do internato era rigorosa e de estudo intensivo". Segundo ele só tinham folgas às tardes das quintas-feiras e aos domingos, quando era permitido o passeio em grupos pelos arredores da cidade e sempre acompanhados de um frade ou do regente. Para a família tudo isso tinham uma recompensa. Para a sua mãe, D. Diana, que percebia no filho "os pendores para o mundo do conhecimento", acreditava que era via Igreja Católica que conseguiria seus intentos. Com essa perspectiva, enviou o seu filho, da cidade de Dianópolis (Duro) para estudar em Porto Nacional (AIRES NETO, 2006, p.55, 60). Percebe-se, portanto, por meio da memória desse ex-aluno do Seminário, que o objetivo educacional da sua família não estava vinculada, especificamente, à formação eclesiástica. Assim, o seminário que se destinava, principalmente, à formação dos clérigos, também atendia "leigos" desejosos do conhecimento das humanidades (PASSOS, 2002).

De certa forma as metas citadas condizem com a visão de Cury (1986), quando este expressa que o papel da educação brasileira, até 1930, estava voltada para a

satisfação dos interesses oligárquicos, ou seja, “ornamento cultural, preenchimento dos quadros da burocracia de Estado e das profissões liberais”. Neste sentido, Cury (1986), explicita que amplas camadas da população, imersas nessa realidade sócio-política, ficavam marginalizadas do processo educativo escolar formal, porque a educação atendia exclusivamente à “elite” das sociedades.

Merece, também, ser posta em relevo a simbiose entre o público e o privado, na experiência educacional configurada pelo Seminário São José e/ou o Externato São Thomaz de Aquino, uma vez que estas instituições educacionais eram subvencionadas com recursos públicos. Nesta perspectiva, a Igreja e o Estado oligárquico buscavam atingir o mesmo fim com a educação escolarizada que, essencialmente, tem sido usada em prol das referências que partem, particularmente, do interesse privado.

Portanto, em Porto Nacional, no período em estudo, encontra-se a instrução secundária ministrado na Aula avulsa. Somando-se a esta, o curso Normal, por sua vez, ministrado na Escola Normal de Porto Nacional, sob a responsabilidade do Colégio Sagrado Coração de Jesus e, o secundário do Seminário São José/Escola São Thomaz de Aquino. Registra-se, portanto, que existia uma instituição pública - estatal que oferecia a instrução secundária e dois cursos situados em instituições particulares, subvencionadas pelo Estado e supervisionadas por fiscais do governo.

# CAPÍTULO III

## ORGANIZAÇÃO DO ENSINO EM PORTO NACIONAL (1930-1945)

**Figura 4.** *Alunos do Grupo Escolar de Porto Nacional.* Fonte: RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007.

## 3.1 A educação na ordem política brasileira: Porto Nacional de 1930 a 1945

A partir de 1930 a estrutura política e econômica do Brasil passou por mudanças com características centralizadoras que culminaram no Golpe de Estado de Getúlio Vargas[121]. Este movimento de centralização e o discurso nacionalista expresso no campo político brasileiro, no período de 1930 a 1945, também se fez presente no cenário educacional[122]. Visando colocar o sistema educacional a serviço da implantação da política autoritária, alguns temas predominaram naquele contexto, dentre os quais se colocam a educação como um problema nacional, a ligação entre educação e saúde, a ênfase na educação física e moral, a educação profissional e a educação rural. Tal processo, contraditoriamente, conviveu com um dos mais fecundos momentos da elaboração do pensamento pedagógico brasileiro, quando educadores se mobilizaram para debater as questões da área e produziram, a partir daí, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)[123]. O pensamento escolanovista, por seu turno, pouco a pouco, começou a firmar-se como o ideário pedagógico do período, gerando circunstâncias propícias ao movimento renovador que resultaria nesse Manifesto.

Tendo por foco a política de desenvolvimento agroexportador, Vargas nomeou para os estados, interventores afinados com a sua política. Com efeito, em Goiás foi empossado como interventor federal o político mineiro, Dr. Carlos Pinheiro Chagas, sendo que dois dias depois, formou-se uma Junta Governativa.[124] Esta Junta teve curta duração, pois, logo em seguida, foi nomeado para interventor federal em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira[125].

---

[121] Diniz (1983) divide a Era de Vargas em: Governo provisório de 1930-1934, Governo Constitucional de 1934 a 1937 e o Autoritarismo corporativista de 1937 a 1945. Para a autora existe uma continuidade básica, na medida em que estes três momentos representam o desdobramento de um processo político que se iniciou com a ascensão ao poder da coligação representada pela Aliança Liberal.

[122] É importante destacar que, neste período, o País foi regido por duas Constituições Federais, uma de 1934 e a outra de 1937, e duas reformas do ensino. A Carta Magna de 1934 e as reformas Francisco Campos (1931-1932) foram concebidas ainda sob a vigência do governo provisório. Por seu turno, a Constituição de 1937 e as reformas Gustavo Capanema (1942-1946) tiveram suas origens no Estado Novo.

[123] O Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932) pautou-se, em linhas gerais, pela defesa da escola pública obrigatória, laica e gratuita e pelos princípios pedagógicos renovados inspirados nas teorias de Dewey, Kilpatrick e outros. Sobre o assunto, dentre outros autores, ver Romanelli (2002).

[124] Esta Junta Governativa era integrada pelos políticos goianos Mário D'Alencastro Caiado, Pedro Ludovico Teixeira e Desembargador Emílio Francisco Póvoa.

[125] As autoras Maria Cristina Teixeira Machado (1990) e Ana Lúcia da Silva (2005), dentre outros, apresentam contribuições de relevo sobre o alcance e o significado das transformações políticas que ocorreram em Goiás em conseqüência da Revolução de 1930.

A mudança na estrutura política goiana, neste novo contexto, refletiu em Porto Nacional, outrora culminando com a saída do então intendente, Aureliano Francisco de Azevedo (1927-1930). Foi nomeado pela Junta Governativa do estado de Goiás, daquele período, José Ayres Neto, que permaneceu na direção do município de 1930 a 1935. No período que se segue, ou seja, nas eleições de 10 de dezembro de 1935, foi eleito, para o cargo de prefeito do município, Domingos do Espírito Santo Negry[126], representante da União Republicana Portuense[127], o qual assumiu o cargo em 1936, por interposição de recurso judicial, ou seja, por decisão do Tribunal Regional do Estado, permanecendo nele até 1940. Isso se deve, em grande medida, ao resultado do controle que Pedro Ludovico Teixeira conseguiu fomentar em todas as etapas do processo eleitoral, como se pode depreender desta nota do Correio Oficial de 1935:

> As últimas eleições verificadas em nosso Estado para a composição das Câmaras Municipais e para prefeitos vieram demonstrar que o Partido Social Republicano, de que é chefe supremo o Sr. Dr. Pedro Ludovico Teixeira, venceu em toda a linha, em todos os municípios do Estado (CORREIO OFICIAL n.3.151, 1935).

Com o advento do Estado Novo, a Câmara Municipal de Porto Nacional foi dissolvida e substituída por um Conselho Consultivo Municipal e, em 1940, o governo federal nomeou para a direção do município Clovis da Silveira Lobo Migues, funcionário da prefeitura do Rio de Janeiro que atuou no cargo até fins de 1941. No período que corresponde de 1942 a 1944, assumiu a administração do município Oswaldo Ayres da Silva[128] e, posteriormente, assumiu a prefeitura de Porto Nacional, nomeado pelo interventor federal em Goiás, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Antônio José de Oliveira[129], permanecendo no cargo do dia 10 de novembro de 1944 a 15 de setembro de 1945[130].

---

[126] Domingos Negry, odontólogo, foi um dos estudantes portuense. No ano de 1919 era aluno da escola primária do Colégio Sagrado Coração de Jesus com 13 anos de idade.
[127] A "União Republicana Portuense -URP" era o partido que apoiava Pedro Ludovico em Porto Nacional.
[128] Oswaldo Ayres da Silva, farmacêutico, filho do médico Francisco Ayres da Silva, foi aluno da escola primária do Colégio Sagrado Coração de Jesus e aluno da Escola Secundária (Aula avulsa) de Porto Nacional nos anos de 1920.
[129] Antônio José de Oliveira foi aluno da escola primária do Colégio Sagrado Coração de Jesus e da Aula avulsa de instrução secundária em Porto Nacional.
[130] É curioso o fato de que esses dois últimos nomes a assumirem a prefeitura de Porto Nacional estavam ligados às famílias que inicialmente era oposição ao interventor Pedro Ludovico Teixeira. Oswaldo Ayres da Silva era filho do ex-deputado, o médico Francisco Ayres da Silva, e Antônio José de Oliveira era genro deste.

Foi nesse cenário, que se inicia a partir de 1930, que em Porto Nacional, seguindo o curso da política estadual, a "elite intelectual" que estava no poder nos últimos 15 anos da República, os "Ayres Silva", aliados dos Caiados, deixou, paulatinamente, os cargos públicos e, no seu lugar começou a figurar uma "nova elite". Com isso, o "jogo de poder" que se situava na área da educação também ficou notório. Nessa perspectiva, o ex-deputado estadual, João Ayres da Silva Joca[131], que exerceu o cargo de inspetor do Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus, por 15 anos, saiu de cena e o cargo passou a ser ocupado pelo Pe. Dídimo Maia Leite.

Na visão de Nepomuceno (1994, p. 55), em Goiás, neste período, "praticamente tudo estava por ser feito no plano educacional." O índice de analfabetismo estadual já era estimado em 86,3%. Nesse caminhar, encontra-se no ano de 1940, apenas 27,58% do total da população de 15 anos e mais inscritos na categoria: "sabiam ler e escrever" (SOUZA, 1959). Embora com algumas lacunas, é possível apresentar o número de instituições escolares existentes no Estado de Goiás nos anos de 1930, de acordo com os níveis/modalidades.

**Quadro 29**. *Número de instituicões escolares existentes no Estado de Goiás (1930 -1939)*

| Nível/Modalidade | 1930 | 1931 | 1935 | 1936 | 1939 |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | |
| Escolas isoladas | 161 | 180 | 182 | 152 | 145 |
| Grupos escolares | 19 | 19 | 31 | 38 | 46 |
| Ginásio | 01 | - | - | - | 9 |
| Escolas Normais | 07 | - | 11 | - | 19 |

**Fonte**: TEIXEIRA, 1939, CORREIO OFICIAL n. 2.484, 1933, p. 6-7 (quadro elaborado pela autora).

Baseado em Canezin e Loureiro (1994), como já exposto no capítulo anterior, o pensamento escolanovista teve início em Goiás na segunda década do século XX. Nessa perspectiva, as leis que sucederam a este período, no final da primeira República e início dos anos de 1930, traziam indicativos dos aspectos escolanovistas.

[131] João Ayres Joca, portuense nascido em 27/05/1881 faleceu em 23/12/1931, um ano após ter deixado o cargo de inspetor do curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Conforme o Regulamento do ensino primário, Decreto n. 3.261, de 25 de abril de 1933, este nível de ensino tinha como finalidade "não somente a instrução, mas antes, e, sobretudo, a educação, compreendendo-se como tal toda obra destinada a auxiliar o desenvolvimento físico, mental e moral das crianças" (Art. 4). Cabia à escola, assim, "preparar a criança para viver na sociedade a que pertence e a compreender a sua participação na mesma", transformando a escola de "CLASSE SEM SOCIABILIDADE em uma sociedade em miniatura" (GOYAZ, 1933).

Todavia, em 1933, o Governo constatou que a escola nova, em Goiás, era um projeto a ser concretizado no futuro, por meio da formação de professores, dentro do princípio e do método dessa tendência pedagógica. No entanto, vale destacar a análise de Canezin e Loureiro (1994, p. 90), quando expressam que "apesar da expansão da Escola Normal e da difusão dos conhecimentos pedagógicos escolanovistas, não ocorreram alterações substanciais no que se refere ao perfil da professora primária e à importância social atribuída às Escolas Normais".

Neste meandro, também estava presente em Goiás, a ideologia da segurança nacional, do patriotismo e do autoritarismo. De forma exemplar pode-se encontrar no Decreto nº 659 de 1931, que regulamenta o Ensino Normal e Complementar, a figura do Orfeão Escolar, que apresentava como algumas das suas finalidades "cooperar para a divulgação da música nacional e cultivar o sentimento patriótico". Nessa perspectiva, no Art. 8 do Decreto Lei nº 67, de 30 de julho de 1945, pode-se ler: "É obrigatório o desenho da Bandeira e o canto dos Hinos Nacional, à Bandeira e da Independência em todos os estabelecimentos de ensino primário públicos ou particulares, com o objetivo de despertar, desde cedo, na criança, os sentimentos de amor à pátria" (GOYAZ, 1945).

## 3.2 Ensino primário público em Porto Nacional: das escolas isoladas ao Grupo Escolar

A Primeira República caracterizou-se pela ausência de uma política nacional para o ensino primário, porque prevaleceu, naquele período, a tradição republicana de não interferência da união, relegando aos estados e municípios a responsabilidade de organizar esse nível de ensino. Assim, a herança deixada pela Primeira República com relação a instrução pública, na região norte do estado de Goiás, era de extremo abandono por parte dos governantes.

Contudo, tal abandono estava ancorado, também, no processo de descentralização do ensino, que passara para os municípios a responsabilidade pela instrução. E, esses municípios, por sua vez, na maioria dos casos, não tinham recursos suficientes para arcar com as necessidades apresentadas pelas escolas já existentes e nem com possibilidade para se criar novas escolas. Por isso, deixava-se amplo espaço para a intervenção que fosse voltada a criar iniciativas de fomento ao ensino, em especial, pela reestruturação física e pedagógica da educação que vigorava.

Nessa lacuna formada no percurso da história de Goiás, ao Ensino Primário, posto em vigor pelo Decreto nº. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930[132], cabia suprir a necessidade de gratuidade no funcionamento dos grupos escolares e escolas isoladas. Previa-se, nessa mesma linha, que houvesse a obrigatoriedade de frequência de todas as crianças de 8 a 12 anos de idade [133]. É intrigante o fato de que as crianças acima de 12 anos eram, geralmente, excluídas da escola. Tomando como exemplo a situação da Escola pública primária para o sexo masculino do município de São José do Duro (Dianópolis), dos alunos matriculados em 1930, seis foram eliminados da escola por apresentarem idade superior a 12 anos de idade (DIANÓPOLIS, cx. 07). Acredita-se que essa orientação era repassada a todas as instituições escolares públicas do Estado, uma vez que, com a reforma denominada de "Dr. Gumercindo Otero" o controle do movimento quantitativo dos alunos era realizado mensalmente por meio do envio do "Boletim Mensal". Assim, dentre as informações que deveriam ser repassadas estava o item: "alunos eliminados durante o mês", inclusive, neste Boletim, encontra-se espaço específico para listar o nome dos alunos que se encontravam nessa condição.

A obrigatoriedade do ensino, dentre outros princípios, como a gratuidade, a laicidade e a coeducação, é um princípio basilar do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Conforme este Manifesto a obrigatoriedade, que embora, naquele período, não tinha passado do papel, nem mesmo no ensino primário, deveria ser estendida, progressivamente, até aos 18 anos de idade. Posteriormente, a Constituição Brasileira de 1934, definiu que o ensino primário deveria ser obrigatório e gratuito. No entanto, a tensão entre as promessas e as realizações desses princípios no

[132] Este decreto sofreu algumas alterações pela Lei nº. 908, de junho do mesmo ano, pelo Decreto nº. 659, de 28 de janeiro de 1931.
[133] Correio Oficial nº. 2.484, de 29 de maio de 1933. O Regulamento n. 3.261, de 25 de abril de 1933, disciplina que o ensino primário deverá ser ministrado às crianças de 7 a 14 anos.

campo da escolarização em Goiás e, consequentemente, no norte deste Estado, desde o período imperial, deixou a sua efetividade para a posteridade.

Seguindo, ainda o Decreto nº. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930, o Ensino Primário, então, era um nível de ensino que deveria ser oferecido em escolas isoladas, urbanas ou rurais, e em grupos escolares. Para tanto, as escolas isoladas eram classificadas em 1ª, 2ª e 3ª classe, conforme o número de alunos matriculados, em geral 60, 40 e 20, respectivamente. No traçado desse nível de ensino acrescenta-se a organização cotidiana no que diz respeito a tempo de estudo, destacando que o ano letivo deveria iniciar no dia 1º de fevereiro e encerrar no dia 30 de novembro. As aulas, por sua vez, deveriam ser efetivadas no horário das 11 às 15horas e 30 minutos com interrupção de meia hora para o recreio ao ar livre. Para os alunos do 1º ano não se poderia exceder de 3 horas, destinando o tempo restante à prática dos exercícios recreativos.

Conforme informações de Nepomuceno (1994), em toda a região norte do estado de Goiás, somente foram criadas, de 1931 a 1945, oito escolas isoladas, das 34 que haviam sido criadas em todo o território goiano.

**Quadro 30.** *Escolas isoladas criadas na região norte de Goiás – atual estado do Tocantins (1931-1945)*

| Decreto (Lei)/Ano | Tipo de escola | Município |
|---|---|---|
| | | |
| 1.413-30/09/1931 | Escola isolada | Pedro Afonso |
| 1.867-05/02/1932 | Escola isolada | Taguatinga |
| 3.694-16/08/1933 | Escola isolada | Taguatinga |
| 1.644-31/01/1939 | Escola isolada | Porto Nacional |
| 1.644-31/01/1939 | Escola isolada | São Félix |
| 1.644-31/01/1939 | Escola isolada | Tupirama (Guaraí) |
| 1.644-31/01/1939 | Escola isolada | S. Maria do Araguaia (Araguacema) |
| 14-29/04/1944 | Escola isolada | Olho D'Agua (Aliança do Tocantins) |

**Fonte**: NEPOMUCENO, 1994, p. 80-84.

Em Porto Nacional, até 1935, encontrava-se em funcionamento, na sede do município, três escolas isoladas, públicas e primárias, ambas de 1ª classe, sendo que uma era dedicada à formação do sexo feminino e, as outras duas, ao sexo masculino. Nestas escolas primárias, os alunos frequentavam as classes de ensino formal, em média, de três a quatro anos.

No início dos anos de 1930, a Escola isolada urbana de 1ª classe para o sexo masculino continuava sob a responsabilidade dos professores Simeão Ayres da Silva (titular) e Joaquim Maia Leite (adjunto). A partir o 2º semestre de 1935, a professora titular da 1ª escola para o sexo masculino passa a ser a professora normalista Fanny de Oliveira Macedo[134]. Homero Machado Maranhão, professor da 2º Escola Isolada pública primária de 1ª classe do sexo masculino, também foi substituído por uma normalista a partir do ano de 1933, quando foi nomeada para este cargo, no dia 5 de abril, a professora normalista Maria Escolástica Pedreira Brito, ex-professora adjunta da escola para o sexo feminino desta cidade. Isso mostra que paulatinamente as normalistas foram assumindo a função de professoras das escolas públicas para o sexo masculino, cargos, que desde a criação destas escolas, encontravam-se sob a direção de um professor.

Como se pode perceber, o grupo escolar levou demasiado tempo para se efetivar no antigo norte goiano (atual Tocantins), ou seja, 16 anos após a criação do primeiro grupo criado no estado de Goiás. O primeiro grupo escolar a ser criado nesta região foi o de Natividade, em 1934, sendo instalado no ano seguinte. O segundo foi o de Porto Nacional, criado em 1935 e instalado em 1937[135]. No ano de 1935, foram criados, em mês posterior, mais três grupos escolares nesta região. Assim, em 1936, o estado de Goiás tinha criado 38 grupos escolares. Todavia, deste número, constata-se que somente cinco pertenciam ao norte do Estado. No ano de 1939, Goiás já contava com 44 grupos escolares, enquanto na região norte goiana permaneciam os mesmos cinco grupos já existentes (Cf. Quadro 31, p. 157).

---

[134] A professora Fanny de Oliveira Macedo após concluir o Curso Normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus, exerceu o cargo de professora da Escola para o sexo masculino da vila do Peixe, desta cidade requereu transferida para idêntico cargo em Porto Nacional. O Regulamento do Ensino Primário, baixado pelo decreto 2.760, de 26 de dezembro de 1932 assegurava às normalistas o direito de preferência nas nomeações para o magistério.

[135] Conforme o decreto de criação do Grupo Escolar de Porto Nacional esta instituição deveria ser instalado no ano de 1936, porém, acredita-se que as atividades foram iniciadas no ano de 1937, baseado nos dados do Livro de Matrícula da Segunda Escola para o sexo Masculino de Porto Nacional, que teve o seu encerramento no dia 30 de novembro de 1936.

**Quadro 31.** *Grupos escolares criados na região norte de Goiás – atual estado do Tocantins (década 1930).*

| Decreto/Ano de criação | Grupo Escolar | Município | Diretor (a) |
|---|---|---|---|
| | | | |
| Decreto nº. 4.042 - 18/11/1934 | Grupo Escolar de Natividade | Natividade | Zacarias Nunes da Silveira* |
| Decreto nº. 175 - 11/06/1935 | Grupo Escolar de Porto Nacional | Porto Nacional | Lúcia Gomes de Oliveira |
| Lei nº. 14 - 09/11/1935 | Grupo Escolar de Arraias | Arraias | Felipe Magalhães Cavalcante |
| | Grupo Escolar de Boa Vista | Boa Vista (Tocantinópolis) | Herondina da Silva Arruda |
| | Grupo Escolar de Santa Maria de Taguatinga | Santa Maria de Taguatinga (Taguatinga) | Mirian Nerí |

**Fonte**: DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA LIVRO n. 1944, CORREIO OFICIAL n. 3.130, 1935 (quadro elaborado pela autora).
*O primeiro diretor do Grupo Escolar de Natividade foi o Dr. Manoel Avelino de Santana.

Assim, com a criação dos três últimos grupos escolares, supracitados, no norte do Estado, e mais três em outras regiões de Goiás, viu-se divulgada a seguinte nota: "O Governo Pedro Ludovico, no intuito louvável e incessante de promover, o mais possível, a difusão do ensino primário, tem fundado, com recursos ao seu alcance, em todos os recantos do seu Estado, estabelecimentos escolares" (CORREIO OFICIAL n. 3.148, 1935). No entanto, parece que não era tão simples a criação de um grupo escolar, porque se carecia de "muito fôlego político", ou seja, de uma representação política regional ou municipal que reivindicasse, em nível estadual, a criação de uma instituição escolar nessa modalidade.

Tomando como exemplo, o primeiro grupo escolar criado no norte de Goiás, no município de Natividade, teve como um dos principais articuladores o médico Quintiliano Luiz da Silva, um dos representantes do interventor Pedro Ludovico, na região norte do Estado, naquele período. Conforme Ata de sessão solene da criação do Grupo Escolar de Natividade, no dia 30 do mês de novembro de 1934, registra-se:

> Um voto de louvor ao Dr. Moacir Ribeiro de Freitas e Dr. Quintiliano Luiz da Silva, em segundo lugar ao Interventor Pedro Ludovico Teixeira pelos esforços dos primeiros e aquescencia do segundo quanto a creação deste

> grupo escolar que incalculáveis benefícios irá prestar a coletividade na difusão do ensino às creanças nativitanas [*sic*] (GRUPO ESCOLAR DE NATIVIDADE, 1934)[136].

Uma outra ilustração reveladora de tal prática é o relato da trajetória do projeto de criação dos grupos escolares de Arraias, Boa Vista e Santa Maria de Taguatinga na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, encontrado no livro "João d'Abreu: sua vida, sua obra", da autora Martinelli (1983). Conforme o exposto, o projeto apresentado pelo deputado estadual João d'Abreu, foi vetado por diversas vezes pela Comissão de Finanças, sendo finalmente aprovado pela Assembleia Legislativa no mês de outubro, e sancionado pelo Governo Estadual no mês de novembro. Uma das justificativas encontradas nos autos em prol da criação desses grupos escolares, em Goiás, dizia respeito ao número ínfimo desse modelo de instituição criado na região norte goiana. Para tanto, fora usado o argumento de que, "dos trinta grupos escolares existentes no Estado, ao norte cabe apenas dois, sendo que essa região é formada por 21 municípios, ou seja, quase a metade dos que constituem o nosso Estado" (O TOCANTINS *apud* MARTINELLI, 1983, p. 125).

É relevante destacar, também, que após a criação destes grupos escolares, somente foram criados outros, na região norte do Estado, dez anos depois, em 1945, quando, por meio do mesmo decreto que dispunha sobre a ampliação e aperfeiçoamento do Sistema Escolar Primário do Estado (Decreto-Lei nº. 67, de 30 de julho de 1945), foram criados cinco grupos escolares.

**Quadro 32.** *Grupos escolares criados na região norte de Goiás – atual estado do Tocantins (1945)*

| Decreto/Ano | Grupo Escolar | Municípios |
|---|---|---|
| Lei nº. 67 - 30/07/1945 | | |
| | Grupo Esc. de Araguacema | Araguacema |
| | Grupo Esc. de Dianópolis | Dianópolis |
| | Grupo Esc. de Itaguatins | Itaguatins |
| | Grupo Esc. de Paranã | Paranã |
| | Grupo Esc. de Peixe | Peixe |

**Fonte**: DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA LIVRO n. 1881; GOYAZ, 1945 (quadro elaborado pela autora).

[136] Atualmente esta instituição é denominada de Colégio Estadual Dr. Quintiliano da Silva.

Portanto, é a partir de 1945 que ocorre certa expansão, ainda de forma tímida, de estruturação dos grupos escolares na região norte do estado de Goiás. Enquanto o Estado compunha um total de 74 grupos escolares nesse ano, na região norte de Goiás localizava dez (10) deste total, ou seja, 7,4%.

É notável, também, que a criação de grupos escolares também implicava em ações como a extinção das escolas primárias isoladas, que estavam localizadas na sede dos municípios contemplados com esse modelo de instituição. Conforme a análise da estatística do ensino primário em Goiás, de 1933 a 1957, o período em que apresenta o maior número de novas escolas corresponde ao de 1945 a 1948 (SOUZA, 1959). Vale registrar, no entanto, que neste período o ensino primário público estava sob a administração do Governo do Estado, mediante convênio com os municípios. E, essa iniciativa de expandir o atendimento educacional, em Goiás, era integrada por certos procedimentos específicos, também de natureza política, que geralmente eram julgados com alguma morosidade.

Assim, embora tardia a criação dos grupos escolares na região norte do Estado, e, em um cenário político diferenciado, pode-se, depreender que o ato de criação desses grupos ainda estava calcado nos princípios ideológicos da criação dos grupos escolares no País, que se vislumbra, principalmente, na Primeira República. Conforme Araújo (2006), os grupos escolares resultaram de uma concepção que buscou imprimir o ideal de racionalização à educação escolar na forma de organização administrativa, programática, metodológica e espacial. E nesse aspecto o autor destaca, ainda:

> a) os sujeitos (professor e aluno), imediatamente envolvidos no processo pedagógico-escolar, estabelecem-se em posições diferenciadas: triunfa o ensino simultâneo a ser exercido pelo professor, porém com alunos homogêneos, em oposição a heterogeneidade dos aprendizes que estruturava o ensino mútuo; b) é o tempo da ênfase na intuição como faculdade capaz de revelar o caminho metodológico para o ensino e para a aprendizagem, anteriormente à emergência dos métodos ativos; c) é o tempo, no Brasil, da emergência de uma organização espacial diferenciada, expressa em edifícios arquitetonicamente expressivos, qualificados como palácios em minas Gerais e Goiás; d) é o tempo da centralidade da inspeção escolar e de seu papel fiscalizador do andamento pedagógico-escolar (ARAÚJO, 2006, p. 233-234).

Segundo Alves (2007 p. 138), em Goiás, as diretrizes aprovadas por meio da reforma do ensino primário, editada no ano de 1930 foi seguida pelo governo de Pedro Ludovico Teixeira. Citando Neponuceno (1994), esta autora destaca que este Governo "não teve problema em assumir como seu o projeto de ensino primário das oligarquias depostas".

Entretanto, o processo de criação de um grupo escolar envolvia mais do que a conjuntura física de instalações de uma sede. Isso se deve, ainda, à norma apresentada pelo Decreto nº. 10.640/1930, no qual se enfatizava que, para a existência de um grupo, deveria se ter, na localidade, no mínimo, 160 crianças de sete a quatorze anos, matriculadas. Por essa medida, os grupos escolares eram classificados em três categorias, conforme o número de classes de que dispunham.

Assim, era considerado grupo escolar de 1ª categoria a instituição que tivesse nove classes, de 2ª categoria, de seis a nove e, de 3ª categoria aquele com menos de seis classes. Para ser professora do grupo escolar, contudo, era necessário ser normalista e comprovar experiência no exercício do magistério (um ano pelo menos em escolas rurais e distritais, ou seis meses, no mínimo, nas escolas isoladas urbanas).

Como se percebe, inicialmente às prefeituras cabia a responsabilidade de oferecer o prédio, o qual deveria ser construído sob a planta aprovada pela Secretaria da Instrução, apresentando condições de capacidade e higiene para atender alunos de diversas séries. Assim, a criação dos grupos escolares representava, por vezes, uma medida econômica para o Estado, pois reunia quatro ou mais escolas em um mesmo espaço físico. Por seu turno, o Estado deveria nomear e manter os professores e funcionários, fornecendo o material pedagógico. Constituindo, também, uma organização administrativa e didático-pedagógica, assim, cada grupo escolar contava com uma equipe administrativa (um diretor, um porteiro e o servente), tornando o controle mais uniforme, não só da equipe de trabalho, como ainda dos alunos)[137].

Percebe-se que o município de Porto Nacional apresentava os principais requisitos exigidos para a criação do grupo escolar. Em 1935, as escolas públicas isoladas desta cidade apresentavam um total de 228 alunos matriculados, contando com professoras normalistas formadas no mesmo município (Cf. Quadro 33, p. 161).

Assim, a criação do Grupo Escolar de Porto Nacional, hoje denominado de Escola Estadual D. Pedro II, se deu pelo Decreto Estadual nº. 175, de 11 de junho de 1935, composto de quatro cadeiras e, por isso, caracterizado como de 3ª classe (DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA, livro n. 1979). No ano seguinte, por meio do Decreto nº. 829, de 15 de fevereiro, o Interventor no estado de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, transferiu as professoras das 1ª e 2ª escolas do sexo masculino do município,

[137] Diretrizes sobre a implantação dos grupos escolares em Goiás pode-se encontrar na Lei 694, de 27 de julho de 1921 (BRETAS, 1981).

as normalistas Fany de Oliveira Macêdo e Maria Escolástica Pedreira de Brito, para cargos idênticos no Grupo Escolar local. Nesta mesma data, por Decreto nº. 832, nomeou-se as normalistas, Irmã Lúcia Gomes de Oliveira e Ana de Macêdo Maia para os cargos de diretora e professora, respectivamente (CORREIO OFICIAL, n. 3.201, 1936) e, pelo Decreto nº. 1.090, de 20 de maio de 1936, foi nomeado Aquiles Maia Leite para o cargo de porteiro-servente do grupo escolar. Assim, compôs o quadro de funcionários do grupo Escolar de Porto Nacional, e, conforme disposto em lei, as escolas isoladas da sede do município foram extintas.

**Quadro 33.** *Número de alunos e professores responsáveis pelas escolas primárias urbanas em Porto Nacional antes da criação do grupo escolar (1935)*

| Escolas Primárias | Nº de aluno(a)s | Professoras |
|---|---|---|
| 1ª Escola Isolada para o sexo masculino | 63 | Fanny de Oliveira Macêdo |
| 2ª Escola Isolada para o sexo masculino | 69 | Maria Escolástica Pedreira Brito |
| Escola Isolada para o sexo feminino | 96 | Maria Bayol |
| Total de alunos | 228 | 3 |

**Fonte**: PORTO NACIONAL, cxs. 10-11 (quadro elaborado pela autora).

Em relação ao funcionamento desse grupo escolar, tomando que ele era composto de menos de seis classes, uma delas era regida pelo diretor, que além de referência administrativa, seria referência pedagógica no grupo. Nesse particular encontra-se a presença de uma dominicana na direção dessa instituição. Como o cargo de diretor de uma instituição escolar era sinal de poder, fica demonstrado que a educação primária em Porto Nacional da época continuava sob a autarquia da Igreja Católica, na pessoa de uma dominicana.

Assim, o magistério primário do Grupo Escolar de Porto Nacional, exercício considerado honrado, passou a ser indicado às mulheres. Sendo pertencentes à elite portuense e as primeiras a receberem instrução (Curso Normal), consequentemente, as primeiras mulheres a assumirem o cargo de professoras no Grupo Escolar. Passou-se,

assim, à fase da feminização do magistério primário público e da inspeção do Curso Normal em Porto Nacional[138].

Conforme Sá e Siqueira (2006), a preferência pelas mulheres, no magistério, terminou por consignar ao sexo feminino um espaço de trabalho que, certamente, representou um marco importante no processo de "emancipação" e transformação do papel social desse segmento. Algo que já estava em processo nas várias regiões do País, lentamente chegou à região norte de Goiás e, isso se deve, também, ao advento da criação do grupo escolar.

Quanto à inspeção do ensino, o decreto nº. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930, regulamentou o Ensino Primário em Goiás, dividindo o estado em sete inspetorias, com sede nos municípios mais importantes e centrais, sendo cada uma composta de quatro a oito municípios. As sedes das regiões previstas se situavam, pela ordem, nos municípios da Capital, em Anápolis, Morrinhos, Rio Verde, Formosa, Natividade e Porto Nacional. Porto Nacional, por sua vez, era sede da 7ª inspetoria composta por cinco municípios, sendo eles: Boa Vista do Tocantins, Pedro Afonso, São Vicente, Couto de Magalhães e, a sede, Porto Nacional.

Conforme a legislação em vigor, a inspeção do ensino primário deveria ser realizada pelos inspetores regionais, nomeados por livre escolha do governo, dentre os professores diplomados. Mas, só poderia ser nomeada pessoa "estranha" ao ensino quando notadamente, pudesse ser considerada técnica nessa especialidade. Existiam, também, os nomeados pelo chefe do executivo, que eram escolhidos para as Comarcas, assim como os Juízes de Direito, de modo que para os termos, eram os Juízes municipais e, para os distritos, os Juízes distritais. De 1930 a 1935, assumiu o cargo de inspetor municipal, em Porto Nacional, Antônio Ayres da Silva Primo e, figurou como Inspetor Regional da Instrução, em 1931, Ibanez Ayres da Silva[139]. Inspetor Regional da 7ª Zona em 10 de fev. de 1932. 6 de julho de 1932 era inspetor Escolar Raphael Thelles (Justiça), José Teodoro Negri era Secretário da Inspetoria. Joaquim da Silva Braga (I. E. Intº em 1931), em 7 de agosto de 1936 Gustavo S. Porto Gonçalves era inspetor Agente da Circunscripção do Norte.

---

[138]A partir de 1933 assumiram o cargo de fiscal do governo junto ao Colégio Sagrado Coração de Jesus, as normalistas: Carmelinda Glória de Sousa (1933-1934), Generosa Pinto Cerqueira (1934-1936) e Alice Ayres da Silva Sousa (1936- anos 40).

[139] Antônio Ayres da Silva Primo e Ibanez Ayres da Silva foram estudantes do Colégio Sagrado Coração de Jesus e da Aula avulsa de instrução secundária em Porto Nacional nos anos de 1920.

Certamente, como expõe Araújo (2007) os grupos escolares demarcaram novas relações entre os sujeitos envolvidos em tais escolas. Particularmente, em Porto Nacional, relações entre diretor, inspetor, professor e aluno e com uma arquitetura que se veio expressando diferenciadamente fugindo do padrão comumente presente nas escolas isoladas. Assim, vale ressaltar que o primeiro prédio para funcionamento do Grupo Escolar de Porto Nacional foi construído pelo primeiro prefeito constitucional de Porto Nacional – Domingos do Espírito Santo Negry (1936-1940).

### 3.3 Campanha nacional de alfabetização: escolas rurais, isoladas, mistas e paroquiais em Porto Nacional

Foi também neste contexto histórico-social brasileiro, situado entre 1930 e 1945, que ganharam impulso no país as campanhas de redução do índice do analfabetismo, vistas como preocupação remanescente da primeira República e como condição fundamental para a promoção do desenvolvimento e a reconstrução nacional. A Cruzada Nacional de Educação, campanha de combate ao analfabetismo, foi fundada em fevereiro de 1932, sendo reconhecida como entidade de utilidade pública (Decreto nº. 21.713, de 15 de agosto de 1932). Tinha por objetivo "lutar para apagar a mancha vergonhosa do analfabetismo que degrada e avilta o Brasil" (PAIVA, 2003, p. 112).

Essa ação governamental, contra o analfabetismo, no estado de Goiás, tornou-se presente a partir de 1937, quando se fundou em Goiânia a Diretoria Regional. A Cruzada Nacional de Educação deflagrou uma campanha, em todo o País, para que cada município construísse três escolas primárias. Alguns municípios goianos aderiram à Campanha, que teve o dia 13 de maio como a data culminante de inauguração das escolas. Conforme dados obtidos, foram inauguradas 86 instituições escolares em todo o Estado (CORREIO OFICIAL, n. 3.455, 1937). Participaram da campanha da Cruzada Nacional de Educação, no norte goiano, cinco municípios. Nesta região foram criadas, pelos prefeitos, 10 escolas mistas e dois grupos escolares em conseqüência das ações que configuraram a Campanha Nacional de Alfabetização (Cf. Quadro 34, p. 164).

Percebe-se, no entanto, que para além das campanhas de alfabetização a situação do analfabetismo no estado de Goiás ainda apresentava um índice muito elevado. No ano de 1940, este Estado figurava com uma população total de 826.414 habitantes, dos quais 688.611 estavam com cinco (5) anos ou mais de idade. Destes, 156.662 eram alfabetizados e 530.769 analfabetos. Na região norte goiana, a situação do

analfabetismo é bastante acentuada, como também é saliente o número de crianças de 7 a 11 anos que permaneciam fora da escola.

**Quadro 34.** *Escolas criadas na região norte de Goiás – atual estado do Tocantins pela Campanha Nacional de Alfabetização (1937)*

| Municípios | Quantidade/Tipos de escolas |
|---|---|
| | |
| Porto Nacional | 2 Escolas mistas |
| Arraias | 1 Escola mista rural<br>1 Grupo escolar municipal |
| Pedro Afonso<br><br>Distrito de Itacajá | 2 Escolas mistas<br>1 Grupo escolar municipal<br>1 Escola mista |
| Porto Franco (Couto Magalhães) | 3 Escolas mistas |
| Tocantínia | 1 Escola mista |
| Total de escolas criadas | 13 Instituições escolares |

**Fonte**: CORREIOS OFICIAIS n. 3.436, 1937; n. 3.443, 1937; NEPOMUCENO, 1994 (quadro elaborado pela autora).

**Tabela 1.** *Número de crianças de 7 a 11 anos, não matriculados no ensino fundamental, em alguns municípios do Tocantins - antigo norte goiano**

| Município | Nº. de crianças | % |
|---|---|---|
| | | |
| Pedro Afonso | 3.666 | 88,51 |
| Tocantinópolis | 3.191 | 81,85 |
| Natividade | 1.116 | 79,04 |
| Arraias | 1.389 | 78,03 |
| Palma (Paranã) | 464 | 74,96 |
| Taguatinga | 1.051 | 73,65 |
| Porto Nacional | 2.014 | 73,58 |

**Fonte**: REVISTA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1946, p. 20-21.
* A referência ao ano desses índices não ficou muito clara se em 1941 ou 1944, no entanto, este fator não invalida a questão preocupante que esses dados revelam nesse período.

Em Goiás e, sobretudo, em Porto Nacional, as escolas isoladas eram a solução mais rápida e barata que o governo apresentava para as populações afastadas terem

acesso ao ensino. Em alguns casos, as escolas poderiam ser denominadas "reunidas", em função da possibilidade das escolas isoladas serem agrupadas em um único local, sob a direção de um dos professores. Conforme Alves (2007), dentre outros fatores, o caso de Goiás incluía a falta de espaços escolares, o que dificultava a reunião de escolas isoladas em um único prédio. Por isso, elas continuavam literalmente isoladas.

No que concerne às escolas mistas, ou seja, a coeducação, modalidade de ensino ministrada concomitantemente a ambos os sexos, foi regulamentada, na província de Goiás, desde as últimas décadas do século XIX[140]. A introdução do ensino misto, nas escolas públicas brasileiras, foi um processo lento e oscilante entre a tradicionalidade da dita "moral cristã", que via nesse ensino a "promiscuidade" e, por outra vertente, as circunstâncias de economia escolar, que buscavam nesse tipo de ensino a solução para os problemas emergenciais de "democratização" da escolarização do ensino público, para facilitar o acesso às bases populares.

No entanto, conforme Sá e Siqueira (2006, p. 107), a modalidade de ensino misto tem sua importância na história da educação, especialmente, "pelo fato de integrar a luta pela universalização e democratização do ensino, como por se revelar forte colaboradora no processo de feminização do magistério". Isso se faz notório porque, além da criação de uma escola para cada sexo estar vinculada ao número de alunos a serem matriculados, a conjugação dos sexos possibilitava, então, a criação de escolas nos distritos, vilas ou fazendas, que contavam com poucas crianças e facilitando o acesso às meninas.

Em complemento, com as escolas mistas, o magistério primário passou a ser um campo específico dedicado à mulher. Nessa perspectiva de Sá e Siqueira (2006), portanto, a coeducação colaborou duplamente com a expansão do âmbito de atuação feminino, pois, por um lado, ampliou a possibilidade de escolarização das meninas, e, por outro lado, abriu um campo de trabalho fora do lar para mulheres adultas.

A educação rural, por seu turno, embora a sua causa fosse defendida no Brasil desde a primeira República[141], ganhou maior impulso somente com a Revolução de 1930. Conforme Paiva (2003), a questão da educação rural deu origem a duas frentes de lutas: a primeira, para conter a migração na sua fonte e, a segunda, possibilitar a

---

[140] Pode-se encontrar, por exemplo, no Regulamento nº. 3397 de 09 de abril de 1884.
[141] Conforme Nagle (1976) a ruralização do ensino na primeira República, na verdade, constituiu-se mais como uma ideologia em desenvolvimento.

expansão da educação técnico-profissional nas cidades, a fim de qualificar o trabalhador e evitar o chamado "descontentamento social".

Dessa forma, sintonizada com as diretrizes emanadas do poder central, a educação rural, em Goiás, passou a ser defendida como forma de "conter o êxodo rural e transformar o homem em unidade produtiva para romper com o atraso tecnológico da produção agrícola". Assim, entendeu-se que Goiás, por ser um "Estado agrícola, deveria inserir-se na lógica da expansão capitalista, sendo, por excelência, o lócus da implantação do ensino rural" (CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 83).

Nestes termos, Canezin e Loureiro (1994) destacam, ainda, que o ensino goiano na área rural passou a ser defendido e difundido principalmente no cenário da expansão do capitalismo, com a implantação do programa a "Marcha para o Oeste"[142]. Conforme estas autoras, a Constituição do Estado de Goiás, aprovada em 1935, previa a criação e subvenção de escolas rurais, tanto para crianças, quanto para adultos analfabetos das zonas rurais. A estas informações pode-se acrescentar as ideias de Nepomuceno (1994), quando expressa que "em sintonia com os objetivos traçados pelo Governo Federal, o governo de Goiás passou a ter como uma de suas prioridades, principalmente após 1937, a educação do homem do campo". Dentre outras ações, voltadas para a área da educação rural no Brasil e em Goiás, destaca-se a criação dos clubes agrícolas escolares[143].

Entretanto, as fontes pesquisadas, referentes aos anos de 1930 a 1935 indicam, somente, sete (7) escolas nos distritos e na zona rural do município de Porto Nacional. E essas escolas eram de natureza mista tendo, na sua maioria, o exercício de sua responsabilidade sob o magistério feminino (Cf. Quadro 35, p. 167).

Mas, por meio do Decreto-Lei nº. 44, de 25 de junho de 1945, o governo do Estado centralizou a administração do ensino primário:

> Art. 1º. Passa a constituir encargo exclusivo do Estado a manutenção e orientação do ensino primário em todo o território goiano; Art. 2º. Os municípios recolherão, mensalmente, aos cofres da Séc. de Estado da Fazenda, no corrente exercício e nos de 1946, de 1947, de 1948 e de 1949, onze por cento (11%), doze (12%), treze (13%), quatorze por cento (14%) e

[142] "A "Marcha para o Oeste" expressava o desejo de intervenção do governo federal na expansão da frente pioneira. Dentro do plano de avançar pelo Oeste até a Amazônia, o governo de Getúlio Vargas fundou a colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) em 1941, na região de Mato Grosso de Goiás" (CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 81).

[143] Sobre a criação dos clubes agrícolas escolares em Goiás, ver dentro outros autores, Nepomuceno (1994) e Canezin e Loureiro (1994).

> quinze por cento (15%), respectivamente, da renda proveniente de impostos e a que obrigaram a aplicar, no desenvolvimento primário, por força do convênio Estadual de Ensino, ratificado pelo decreto – Lei nº. 8.255, de 31 de dez. 1943 (GOYAZ, 1943).

Por essa política, no "apagar" do Estado Novo, o interventor assinou decreto passando, para encargo exclusivo do Estado, a manutenção e orientação do ensino primário em todo o território goiano. Ficou integrado, portanto, ao quadro único do funcionalismo público do Estado, os docentes e administrativos do ensino primário dos municípios, com todos os direitos e garantias assegurados aos servidores estaduais.

**Quadro 35.** *Escolas dos distritos (vilas/fazendas) de Porto Nacional (1930 -1935)*

| Ano | Modalidade | Distrito/Vilas/Fazenda | Professor(a) |
|---|---|---|---|
| | | | |
| S/d | Escola mista de 3ª classe | Fazenda Dourados | Jacundiana de Carvalho Godinho |
| 1930 | Escola mista de 3ª classe | Monte do Carmo | Alberonilha Aires Pereira /Messias Aires Pereira |
| 1930 | Escola mista de 3º classe | Conceição do Brejinho | Francisca Coelho Santos Braga |
| 1930 | Escola mista de 3ª classe | Nossa Senhora do Nazareth do Brejinho | Alzira Pereira Braga |
| S/d | Escola mista 1º ano | Bom Jesus de Ponte Alta | Silvério Moreira |
| 1935 | Escola mista de 2ª classe | Bom Jesus de Ponte Alta | Joanna Mascarenhas Medeiros |
| 1935 | Escola (...) | Chapada do Brejo | Firmino Conceição Barbosa |

**Fonte**: PORTO NACIONAL cx. 10 (quadro elaborado pela autora).

No entanto, em 1960, trinta anos depois dessas informações sobre a educação rural em Porto Nacional, a inspetora Anna Britto Miranda descreveu, por meio da "Revista de educação" da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, a realidade do ensino rural na região norte goiana. Conforme esta inspetora, além de outras

necessidades básicas as escolas visitadas por ela, não possuíam quadro-negro, mesas e nem mesmo carteiras. Esta inspetora, destacou, então, que as crianças "passam as quatro horas de trabalho assentados em caixotes improvisados em bancos escolares, fazendo mesa das próprias pernas" (MIRANDA, 1960, p. 40). Revelando, assim, a precária situação da educação rural no norte do Estado.

No tocante à educação em Porto, além das escolas isoladas estaduais, encontravam-se, também, as escolas paroquiais, criadas pela Igreja Católica. As pastorais coletivas do episcopado brasileiro recomendavam a fundação de escolas primárias, em cada paróquia, que se tornaram conhecidas como escolas paroquiais. Essas instituições eram consideradas estratégias importantes na Cruzada contra as escolas públicas laicas instituídas pela República (DALLABRIDA, 2005). Na região norte de Goiás, por exemplo, mesmo com a liberação do ensino religioso nas escolas públicas, essa modalidade de escola vai aparecer somente a partir dos anos de 1940, conjugada à ausência do poder público na escolarização dos habitantes do norte goiano.

Em Porto Nacional, a Escola paroquial D. Alano, atual Colégio Estadual Irmã Aspásia, foi criada no ano de 1942, por iniciativa do então bispo diocesano Dom Alano Maria du Noday. Da sua criação até 1946, esta funcionava como escola paroquial. A partir de 1947, ela passou a funcionar como escola isolada sob a responsabilidade do Estado. Da sua criação até a construção de um prédio próprio, passou por vários endereços. Assim, o primeiro local de funcionamento foi na residência da senhora Umbelina Costa. No ano seguinte, essa escola passou a funcionar na casa de dona Jesuína Braga. Mas, em 1944, foi construída, para esse funcionamento, uma sala na Praça 7 de Setembro, hoje denominada de Praça do Centenário. Posteriormente, funcionou na igreja Capelinha de Maria, na Praça das Mães, que fica ao lado do atual prédio que foi construído como sede própria do Grupo Escolar Irmã Aspásia[144].

Contudo, a Igreja Batista também foi referência na educação de Porto Nacional. Por ocasião da visita do interventor Pedro Ludovico a Porto Nacional, em 1945, consta que D. Alano acompanhou-o até a Escolinha Batista (O ARAGUATINS, n. 01, 1946). Conferindo, assim, que no início dos anos de 1940 esta instituição já existia. Inicialmente a escola não tinha prédio próprio, funcionava na casa do pastor. O Prof. Edwardes Barbosa da Silva, por meio de sua memória, relata que estudava no

[144]Na trajetória desta escola passou-se por Escola Reunida Dom Alano em 1952 e em 1962, transformou-se em Grupo Escolar Irmã Aspásia. Na administração municipal do Osterno Pereira da Silva (1961-1965) foi construído o prédio dessa escola (COLÉGIO ESTADUAL IRMÃ ASPÁSIA, 2006).

Grupo Escolar de Porto Nacional e depois foi matriculado na Escola Batista: "No semestre seguinte, passei a freqüentar a Escola Batista. Inicialmente, funcionava na residência do Pastor Valdemir e sua esposa Jacy. Depois, construíram a Igreja Batista e a Escola Batista" (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 55).[145]

Embora a educação para o povo fosse a tônica dos discursos nacionalistas proferidos, entende-se que, mesmo ao considerar a abertura dos grupos escolares e o atendimento de uma parcela da população da região norte de Goiás, não se conseguiu atender a real demanda por educação formal nas escolas regionais. Esse quadro educacional foi apresentado por Teixeira (1946), por meio da matéria "Problemas do Ensino no Norte do Estado" –- veiculada na Revista Educação e Saúde[146] - na qual se sumaria a real situação da educação nessa região:

> Todo o Norte de Goiaz, conta apenas um estabelecimento de formação de professores para o ensino primário. O de Porto Nacional, sob a eficiente direção das irmãs Dominicanas. Devido às grandes distâncias que separam os diversos municípios do setentrião goiano e por outros motivos mais, inúmeros jovens são impossibilitados de receber instrução nesse grau. E é de se lamentar que assim seja, pois o nortense, em geral, sendo um apaixonado pelo estudo, sabe aplicar, e muito bem, o que aprende. [...]. O professor luta com a falta de orientação pedagógica, com a ausência completa de material para o ensino, incluindo-se aqui os impressos indispensáveis ao trabalho escolar. Os inspetores escolares são os próprios prefeitos, que quase sempre, pouco entendem de normas pedagógicas. O Norte de Goiaz, até 1933 teve as Escolas Rurais, sob a responsabilidade do Estado. Já em 1934 esses estabelecimentos passavam para a órbita municipal, acarretando essa modificação, como era de se prever, o desaparecimento progressivo das Escolas Rurais, dada as mínimas possibilidades da região. Bem houve o Governo Estadual em passar todos os estabelecimentos municipais para o Estado, com o encampamento do ensino em 1945. Na realidade, porém, essas escolas continuam no longínquo norte Goiano, sobre os ombros do governo municipal. Quanto a remuneração dos professores, então precisamos muito falar. Além de estar muito distante de corresponder ao espinhoso trabalho do professor nortense, seu ordenado leva até um (1) ano para lhe chegar às mãos. O pobre professor do norte vive às voltas com os procuradores e quando chega a receber os seus vencimentos, já bem minguados, deve o "olho da cara" [*sic*] (TEIXEIRA, 1946, p. 20-24).

---

[145] Não se tem muitas referências sobre esta instituição no período em estudo, sabe-se, no entanto, que no início dos anos de 1970, denominada de Escola Batista Davi Gomes, oferecia o ensino primário (1ª a 4ª série). Permanecendo sob a direção da Junta de Missões Nacionais até o ano 1973. Em 1984 foi criada a Escola Luz e Vida sob a direção da Igreja Batista em Porto Nacional. No ano de 1994 ela foi denominada de Colégio Batista de Porto Nacional.

[146] A Revista de Educação da Secretaria de Educação do Estado de Goiás foi criada em 1933 e editada o primeiro número em 1937, denominada de Revista de Educação e História do Estado de Goiás, Revista de Educação e Saúde e posteriormente de Revista de Educação.

Ainda nesta mesma direção, diante da realidade crucial da educação no norte do Estado, no recorte que se encontra entre 1930 e 1945, é importante fazer constar que, o habitante de Porto Nacional, Jacy Sampaio Pires (1946), em artigo intitulado: "Quando teremos progresso no norte?", expressa também o sentimento regido pela situação em que se encontrava o ensino regional. Este portuense, por seu turno, busca apresentar algumas sugestões para que o norte saia da situação de "peso morto" na balança econômica do Estado, pois, segundo o autor, esta situação se deu em função, principalmente, da falta de adaptação do homem ao meio em função da inexistência efetiva de "instrução em massa".

Mais uma vez, portanto, a criação de escolas rurais, de cursos de formação de professores e, ainda, a viabilização de acesso, às crianças pobres, tanto à alimentação necessária, quanto livros e materiais escolares, sobretudo, constituía parte da pauta sócio-histórica da região norte, e, de forma singular de Porto Nacional.

Sabe-se, no entanto, que embora fosse precária a situação, de parte do ensino nessa região, não se pode conferir à educação escolar total responsabilidade pelo desenvolvimento econômico da região norte de Goiás. O que havia, portanto, era uma conjugação de fatores que tornavam o norte, como diz Pires (1946) um "peso morto" para o Estado. A falta de infraestrutura, transporte, investimento na produção agrícola, na saúde, justiça, enfim, a falta de assistência governamental nos aspectos socioeconômicos da região norte do Estado eram, antes de mais nada, aspectos que se somavam aos contornos assumidos pela educação dos primórdios do séculos XX.

É a partir dessa perspectiva, que a região onde localizava o município de Porto Nacional, a região norte goiana (atual estado do Tocantins), foi, no decorrer dos séculos XIX e XX, adjetivada por expressões que podem ser encontradas em algumas referências historiográficas. E tais referências, em geral, a pontuam como "atrasada", "enjeitada", "filha enjeitada", "pobre norte", "reduto eleitoral", "manancial de votos", "peso morto", dentre outras. Contudo, contraditoriamente, e ao lado desses adjetivos, é comum serem encontradas também construções que caracterizam a região como "rica", "riquíssima" ou "região com grande potencial".

Em Porto Nacional, por sua vez, começa-se a ver despontar algumas obras no sentido de minimizar o isolamento dessa cidade em relação ao centro-sul do Estado. Com a expansão das vias de comunicação e transportes pela instalação da primeira estação de radiotelegrafia, em 1930, e a construção do campo de aviação, iniciando-se, nesse mesmo ano, as bases do então Correio Aéreo Nacional, situado no norte de Goiás.

Destaca-se, também, que houve o movimento da descoberta de minas de ouro, em 1934, no distrito de Ponte Alta, em 1940, nas proximidades da Vila de Monte do Carmo e, por fim, as minas de quartzo (cristal de rocha) de Pium, situadas na região denominada hoje Cristalândia, ambos os distritos de Porto Nacional. Tais descobertas proporcionaram a intensificação do fluxo migratório e o aumento da população em Porto Nacional.

Estas descobertas e transformações influenciaram, de certa maneira, o processo de urbanização e, por consequência, a expansão da demanda de acesso à escola, nesse município. Infere-se que a situação do analfabetismo em Porto Nacional é condizente com os índices do Estado, uma vez que no início dos anos de 1940, 73,58% das crianças de 7 a 11 anos, em Porto Nacional, estavam fora da escola[147], e, segundo análise estatística, de 1941, confrontando a situação de Goiás com os demais estados brasileiros, no tocante ao número de alunos matriculados no primário, encontrava-se no 19º lugar, superando, naquele ano, apenas Mato Grosso (SOUZA, 1959).

Em suma, percebe-se, portanto, que o propagado "atraso" da região norte goiana se efetivou em decorrência, principalmente, do abandono, sendo a mesma posta em segundo plano, tanto na vida política, como no âmbito administrativo do estado. Essa prática, entretanto, se estendeu à educação daquela região, cujos investimentos concentravam-se tradicionalmente no sul de Goiás. Mas, por outro lado, é relevante considerar que Porto Nacional, embora localizada na chamada "região do atraso", contraditoriamente, recebeu o título de "Capital cultural do norte de Goiás". Sinalizando, no entanto, que essa educação e cultura se desenvolveram, mesmo de forma limitada, principalmente, pela ação de instituições privadas, particularmente, a Igreja, que por sua vez, assumiu espaços negligenciados pelo poder público.

### 3.4 Os alunos das escolas primárias em Porto Nacional: a distinção social

Importa salientar que, em Porto Nacional, nesse período, as instituições escolares representavam a ordem social, uma vez que a inserção dos alunos nessas instituições passava por certa seleção, que partia das condições objetivas e da herança cultural legada por aquelas famílias. Por meio do relato de algumas professoras, assim,

[147] Maiores informações encontram-se na Revista Educação e Saúde, 1946.

pode-se apreender um pouco dessa realidade no que tange às séries iniciais da escolarização da população.

Nesse caso, ao referir-se ao Colégio Sagrado Coração de Jesus, a Profª Cybele Neiva[148] relata que o corpo discente era composto por alunas internas e alunas externas. Dentre as alunas internas, tinham aquelas que os pais pagavam e outras que pagavam o colégio com a sua força de trabalho. Estas alunas, que realizavam o trabalho doméstico no Colégio, eram chamadas de "Martinhas", e possuíam dormitórios separados das outras alunas. Por seu turno, a Profª. Maria Zélia de Farias Menezes[149] explica que as alunas recebiam o nome de "Martinhas", principalmente, porque havia uma homenagem a Santa Marta, religiosa que teve a vida dedicada a servir a comunidade (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007). O exposto ilustra, conforme Bourdieu (1997), a compreensão de que tal fenômeno é mascarado por uma "ideologia de igualdade de oportunidades" .

Já os alunos que frequentavam o grupo escolar, estes eram provenientes de várias camadas sociais, com predominância dos filhos de pais que não tinham condições de matriculá-los no Colégio Sagrado Coração de Jesus. Para Cybele Neiva, o Grupo Escolar D. Pedro II era a melhor escola depois do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Segundo esta professora, a maioria dos alunos que estudavam no grupo escolar eram filhos de pais que não tinham condições de pagar o Colégio das freiras. Essa professora explica, sobretudo, que o Grupo Escolar foi realmente criado com o objetivo de atender as crianças menos favorecidas (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007).

Nesse contexto, os alunos da Escola Irmã Aspásia (escola paroquial) podem ser caracterizados pela fala da Profª Evilácia Dias de Moura[150] quando diz: "[...] na escolinha só tinha alunos pobres, daqui mesmo, nem uniforme não tinham, iam com qualquer roupa". Assim, pode-se destacar a conclusão dessa professora: "O Colégio das Irmãs sempre foi destaque, e os pobres iam para os grupos escolares". Através da memória desta professora e ex-aluna do Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1940-1944), vislumbra-se como era o uniforme do Colégio, na época, que segundo ela "foi o mais simples", pois era composto de "vestido xadrezinho de algodão,

---

[148] Cybele Neiva foi aluna interna do Colégio Sagrado Coração de Jesus e professora do Grupo Escolar de Porto Nacional.

[149] Maria Zélia de Farias Menezes foi aluna do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Atuou como professora de Matemática no Ginásio Estadual na década de 1950 e 1960.

[150] Evilácia Dias Moura teve a sua trajetória de trabalho no ensino primário. Foi nomeada professora efetiva em 1945, na Escola Reunida D. Alano (atual Escola Irmã Aspásia). Exerceu, também, o cargo de delegada de ensino.

cinturado, com duas pregas, uma de cada lado, mangas compridas e gravata, sapato e meias bem no joelho" (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 68- 69).

Confere-se, aqui, que até mesmo o uso de determinado uniforme, quando for o caso, foi uma fonte de "diferenciação de poder" entre os grupos inter-relacionados em Porto Nacional. Assim, revela-se que o prestígio conferido pela sociedade, ao símbolo "uniforme escolar", enquanto acessório social tem sido representante da formulação de um grupo institucional de supremo valor social no contexto portuense.

Em tese, a fala da Profª Jan Macêdo Teixeira[151] resume essa problemática quando expressa que "muitas pessoas tinham vontade de estudar no Colégio das Irmãs, mas não tinham condições financeiras". Portanto, segundo essa professora, os alunos que não tinham "condições financeiras" iam para a escola estadual. Em relação ao uniforme, na época em que a Profª Jan Macedo fora aluna do Colégio, era descrito como composto por saia plissada de cor grená, com suspensório, gravata e boina. Na representação dela, "esse uniforme era muito bonito", afinal, "muita gente se impressionava pelo uniforme e tinham vontade de estudar no Colégio das Irmãs" (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 90-91). Esta visão pode ser corroborada com o relato da Profª Creuza Ayres[152], que na fase do ensino primário e ginasial não logrou da possibilidade de estudar no Colégio, quando diz que: "seguramente desde criança nós apreciávamos, mas não tínhamos condições de estudar lá" (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p.35). Através da memória, dessa professora, o que, de certo modo, deve expressar as lembranças de muitos portuenses em relação ao Colégio Sagrado Coração de Jesus, concorre para sinalizar que havia uma premente distinção social escolar, na sociedade portuense, fenômeno que antecede ao ensino secundário e que poderá ter implicado no acesso a este nível de ensino.

### 3.5 Estado, Igreja e Educação em Porto Nacional após a Revolução de 1930

Conforme Cury (1986), a Revolução de 1930 transformou a Igreja em uma força social indispensável ao processo político. Revertendo a tendência à laicização do

[151] Jan Macêdo Teixeira, filha da Profª. Fany Macêdo, foi aluna e professora do Colégio Sagrado Coração de Jesus.
[152]Creuza Ayres da Silva cursou o ensino primário na Escola Irmã Aspásia, o curso ginasial no Ginásio Estadual de Porto Nacional e o curso Normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus. Atuou durante 26 anos na Escola D. Pedro II (antigo Grupo Escolar de Porto Nacional).

ensino, preconizada na primeira república (a partir de 1891), o governo Vargas estabeleceu, por meio de decreto, o ensino religioso nas escolas públicas, tendo-se como marco inicial de ação o ano de 1931. Vaz (1997), por sua vez, considera que a nova união entre a Igreja e o Estado só foi consolidada pela Constituição de 1934, dando início a Neocristandade[153]. Então, essa Constituição ratificou o decreto de 1931, sobre o ensino religioso nas escolas públicas e, além disso, o seu Art. 153 assegurava a subvenção do Estado às escolas católicas. A Constituição de 1937 não alterou esse percurso de relação Igreja–Estado.

> Uma nova fase de relacionamento com o Estado foi iniciada com a Revolução de 1930. Embora Pedro Ludovico não estivesse inicialmente disposto a prestar apoio à Igreja Católica, dois fatores levaram-no a isto: a aliança de Vargas com a Igreja, ou melhor, um novo tipo de união com o Estado, concretizada na Constituição de 1934; e a necessidade de apoio político no embate com os Caiado e a busca de respaldo para seu projeto de mudança da capital[154] (VAZ, 1997, p. 297).

Dessa forma, a Igreja, aos poucos, foi recuperando seus antigos privilégios e, assim, ia conseguindo barrar os projetos de neutralidade e laicidade do ensino defendido pelos pioneiros da escola nova. Seguindo a constituição de 1934, o governador de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, regulamentou o ensino religioso nas escolas primárias, por meio da lei estadual de 17 de setembro de 1936. Assim, Vaz (1997) explica que a atuação da Igreja, no período, era de participante dessa ordem e da caracterização da sua atuação na Cidade de Goiás.

> A Igreja sempre fora uma instituição participante desse jogo de poder, estando ora ao lado dos detentores, ora contra. [...]. Religião majoritária e única, o catolicismo fora condição básica de participação política e sucesso eleitoral, que ajudava a engendrar e movimentar as relações de poder. O fato de alguém não ser católico ou ser agnóstico significava praticamente a exclusão da vida social e política da capital. O catolicismo era então a visão de mundo comum a quase todos, do pobre ao rico, a grande teia invisível que cercava a cidade, controlando toda população pela intolerância ao pensamento diferente ou contraditório (VAZ, 1997, p. 237).

---

[153] A neocristandade é um conceito para "explicar essa nova tentativa de aliança entre a Igreja e o Estado brasileiro. O termo significa modelo de influência resultante da relação de autonomia muito mais íntima com o Estado" (BRUENAU, *apud* VAZ, 1997, p. 144).

[154] Pedro Ludovico Teixeira era maçom, mas para firmar seu poder viu-se obrigado a fazer aliança com o bispo restaurador (VAZ, 1997).

A celebração da nova aliança entre Igreja e Estado, mediante um pacto constitucional, deu-se com um modelo de Estado essencialmente autoritário e conservador, criado por Vargas no pós 1930. Porém, como diz Rodrigues (2005, p. 114), destacando o pensamento de Velloso (1978), "a relação da igreja com o governo Vargas não foi de submissão passiva, mas sim, de uma troca de favores". Nesse contexto político, em 1933, o Estado de Goiás destinou aproximadamente 40 contos para as instituições de ensino da Igreja. Ao Seminário São José/Escola São Thomaz de Aquino, localizado em Porto Nacional, foi destinado 3:600$000 (CANEZIN; LOUREIRO, 1994).

Foi nesse cenário que, em Porto Nacional, a Igreja Católica, começou a colher os frutos do seu trabalho no que diz respeito, principalmente, à formação de uma "elite dirigente", apresentando, para tanto, a figura do Pe. Dídimo Maya Leite (Pe. Dídimo Maya), representante legítimo de Porto Nacional, formado para representá-la no ofício de sacerdote e no campo político[155].

Observa-se, nesse caso, que o Pe. Dídimo Maya Leite é representante efetivo dos princípios de formação de lideranças, empreendido pela Igreja, durante a Primeira República, em Porto Nacional. O que ocorreu, então, foi que ao ser ordenado em 1929, na cidade de Porto Nacional, este já estava apto a exercer a função para a qual foi formado, representando tanto a Igreja, como a oligarquia portuense. Nestes termos, ainda se constata que, em ofício ao Excelentíssimo Interventor Federal, Pedro Ludovico Teixeira, em 24 de novembro de 1930, o Pe. Dídimo Maya comunicou que havia prestado compromisso, entrando em exercício nos cargos de fiscal do Colégio Sagrado Coração de Jesus e de suplente do Juiz Municipal. Portanto, como demonstração do prestigio de Pe. Dídimo Maya fica claro que ele assumiu dois cargos distintos, dentro do quadro de funcionalismo público do Estado, além da função de Reitor do Seminário São José. Mostrando seu apoio ao governo, este padre dispôs, ao Governo de Goiás, a sua

[155] Dídimo Maya Leite (11-09-1905 a 26-03-1998) - filho de Custódia Leite Ribeiro Maya, neto de Luís Leite Ribeiro - foi aluno da Escola pública primária de Porto Nacional, do Seminário São José e, posteriormente, do Seminário Santa Cruz, em Goiás, e do Seminário de Diamantina, onde foi ordenado diácono (1928). Recebeu o sacramento da ordem no grau de presbítero das mãos de D. Domingos Carrerot, em Porto Nacional (1929). Em 1936 ingressou na Ordem Dominicana, logo depois foi enviado à França para completar os estudos teológicos, na Província Dominicana de Toulose. Estudou na Faculdade de Teologia de Saint Maxim. Em 16 de julho de 1940, fez a profissão em Toulouse, retornou ao Brasil em 1941. Foi o primeiro portuense a tornar-se dominicano, denominado de Fr. Domingos Maya Leite. Em Porto Nacional, foi reitor do Seminário São José. Na sua atuação na área da educação, ocupou o cargo de Fiscal do Governo no Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus, a partir de 24 de novembro de 1930, logo após a "Revolução Liberal" no Brasil, permanecendo neste cargo até 21 de novembro de 1933.

"inteira solidariedade". Em fase destes acontecimentos, depreende-se que este padre era o articulador dos cargos públicos daquele município nessa nova fase política pela qual estava se passando o País, o Estado e particularmente, o município de Porto Nacional (PORTO NACIONAL, cx. 10).

Um ano depois (1931), fica perceptível que a força política do Pe. Dídimo Maya continuava no município. Esse fato se revela com a sua presença marcante, num episódio local, de comemoração ao feriado nacional de 24 de outubro, data do "triunfo da revolução brasileira" [156], como foi denominada esta data. Nestes eventos "político-patrióticos", a educação escolar não ficava à parte, uma vez que os seus representantes legítimos (alunos, professores e inspetores escolares) estavam à frente destes preitos. A sessão cívica que aconteceu no salão nobre do Paço Municipal de Porto Nacional, foi presidida pelo Pe. Dídimo Maya. Na ocasião estavam presentes "autoridades civis, eclesiásticas e acrescido número de pessoas da elite". Há destaque para a presença das seguintes associações: "União dos moços católicos", representada pelo vice-presidente Eli Ribeiro Braga; o "Cordão da Paz" - Centro Cívico Literário 15 de novembro – representado pelo presidente Manoel José Pedreira, a vice-diretora, Alcides Rodrigues e o sócio Ibanez Ayres da Silva, este também, como Inspetor Regional da Instrução Primária na 6ª circunscrição; os professores das escolas primárias, Joaquim Maya Leite e Homero Maranhão; o Fr. Bertrand Maria Olléris, professor da Escola Secundária, a diretora do Colégio Sagrado Coração de Jesus, a irmã Maria Celina e a professora irmã Maria André, dentre outras autoridades regionais (PORTO NACIONAL, cx. 10).

A par desta articulação política, pode-se afirmar que a participação de um padre, em diversos cargos públicos em Porto Nacional, concorreu para comprovar que, mesmo após o fim da Primeira República e já diante a "Era Vargas", ainda existia um vínculo forte entre a Igreja e o Estado, e o campo da educação era um dos espaços que mais se manifestava essa relação nessa cidade. Além do mais, o Pe. Dídimo Maya Leite representava, naquele município, a União Republicana Portuense, a qual, desde sua fundação vinha prestando inteiro apoio ao governo de Pedro Ludovico Teixeira [157]. A força política deste padre pode ser destacada, também, nas eleições municipais de 1935,

---

.[156] Programação da comemoração da data do "triunfo da revolução brasileira": 1ª parte: às 4 1/2horas alvorada-passeata cívica nas principais ruas da cidade; 2ª parte: às 6 horas – hasteamento da bandeira em frente ao Paço Municipal, ao som dos hinos Nacional, da Bandeira e Salve Juarez Távora; 3ª parte: às 14 horas – sessão cívica no salão nobre do Paço Municipal; 4ª parte: às 18 horas –arreamento da bandeira (PORTO NACIONAL, cx. 10).

[157] Maiores informações ver Correio Oficial n. 3.191, 1936.

quando em 1936, por decisão do Tribunal Regional do Estado, o seu partido foi o vitorioso. Naquele momento, o Pe. Dídimo, que estava na capital, acompanhando o processo, recebeu inúmeros telegramas de congratulações[158].

Com a morte do bispo da Diocese de Porto Nacional, D. Domingos Carrerot (14/12/1933), assumiu o cargo Dom Alano Maria du Noday (1936)[159]. Portanto, quando o novo bispo chegou a Porto Nacional, a relação Igreja-Estado estava bem consolidada por meio do cenário político composto por Pe. Dídimo Maya Leite e Pedro Ludovico Teixeira. Percebe-se, no entanto, que embora tenha sido intensa a sua atuação na política e na educação de Porto Nacional, essa atuação foi por um período breve (1930-1936). Acredita-se, porém, que a criação do grupo escolar de Porto Nacional (1935) teve como base de sustentação essa relação – Estado, Igreja e educação, representada, principalmente, pelo Pe. Dídimo Maya Leite.

Assim, o segundo bispo, da diocese de Porto Nacional, foi o dominicano Jean Hubert Antoine Rolland du Noday.[160] Embora este bispo tenha chegado em Porto Nacional antes da saída dos dominicanos desta cidade e do Estado de Goiás, com destino ao sul do País, infere-se, no entanto, que ele compõe a nova fase dessa Ordem Religiosa em Goiás.

Inclusive, ao se conjecturar sobre a retirada dos dominicanos de Goiás, Bretas (1976), destaca alguns fatores que poderão ter motivado a Província de Toulose a tomar tal decisão.

> Logo depois do desaparecimento de Frei Germano no ano de 1937, época da mudança definitiva da Capital para Goiânia, a província de Tolosa, talvez por se terem cansado os dominicanos das lutas que tiveram de enfrentar, talvez por motivos do esvaziamento da cidade de Goiás, onde estava o seu principal convento, talvez mesmo por falta de apoio e simpatia dos governantes, ou ainda pelos magros resultados obtidos na catequese dos índios do Norte do Estado. O que constituía a razão primeira de suas missões, resolveu fechar seus conventos em Goiás, que por mais de meio

---

[158] O Pe. Dídimo Maya Leite foi candidato a vereador nas eleições que ocorreram em 10 de dezembro de 1935, pelo partido da União Republicana Portuense (URP).

[159] D. Domingos e D. Alano eram franceses e dominicanos da mesma província - Toulose.

[160] Jean Hubert Antoine Rolland du Noday.[160] (02/11/1899 – 14/12/1985) - em religião, Dom Alano Maria du Noday -, um francês nobre de origem, conde da linhagem familiar, que após seus estudos eclesiásticos, realizados na França, formou-se frade dominicano. Este chegou ao Brasil em 1933, inicialmente, para o Convento do Leme, no Rio de Janeiro. Consagrou-se bispo da diocese de Porto Nacional no dia 1º de maio de 1936 e, tomou posse, em 10 de julho do mesmo ano. Maiores informações sobre a vida de D. Alano Maria Du Noday, dentre outros, ver Maya (2003a) e Piagem e Sousa (2000).

> século foram centros magníficos de disciplina e de fé religiosa (BRETAS, 1976, p.190).

Sobre esse fato, Piagem e Sousa (2000, p. 83), expõem que ele se deu por "conveniência e decisão da Ordem, visando especialmente a sua recomposição, a organização da vice-província brasileira e o recrutamento de vocações". Expõe-se que a retirada dos dominicanos se iniciou por Formosa e Porto Nacional e, depois, chegou a vez do convento da antiga capital. Segundo Bretas (1976), para substituí-los, D. Emanuel, bispo de Goiás, convidou alguns dominicanos italianos que acabavam de chegar a São Paulo. Com isso, teve início uma "nova" fase da obra dominicana em terras goianas. A retirada dos dominicanos de Porto Nacional iniciou-se em janeiro de 1938.

Diante da nova configuração das relações portuenses fomentadas entre a Igreja e o Estado, tem-se como ponto de partida que, como se evidencia, contraditoriamente à ideia de renovação que poderia se impor a esse "novo cenário", o que se teve, de fato, foi o poder decisório daquela diocese permanecendo sob a autoridade eclesiástica de um dominicano europeu. E nesse cenário a educação em Porto Nacional, principalmente, o ensino secundário, permaneceu sob a responsabilidade da Igreja Católica.

### 3.6 A formação de professores primários em Porto Nacional: o Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus

O regulamento do ensino Normal e Complementar, pela Lei nº. 908, de 29 de julho de 1930, estabeleceu o Curso Normal de seis (6) anos em duas secções: um curso básico de três (3) anos, ofertado na Escola Complementar, e um Curso Normal propriamente dito, também de três (3) anos. No regime revolucionário, esse nível de ensino foi regulamentado pelo Decreto 659, de 28 de janeiro de 1931, compreendendo quatro (4) anos para o Curso Normal e dois (2) para o Complementar. A Profª Evilácia Dias, ex-aluna do curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus, 1940 a 1944, apresenta essa mesma estrutura do ensino quando expressa que, "a gente fazia o Primário de quatro anos, o Complementar de dois anos e o Normal de quatro anos" (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 68).

Assim, em 1930 existiam sete escolas Normais no Estado, dentre elas estava o Colégio Sagrado Coração de Jesus com sede em Porto Nacional (Cf. Quadro 36, p.179).

**Quadro 36.** *Instituições que ofereciam o Curso Normal no estado de Goiás em 1930*

| Município | Instituição |
|---|---|
| | |
| Goiaz | Escola Normal Oficial |
| | Colégio Santana de Goiaz |
| Anápolis | Ginásio Municipal de Anápolis |
| Campinas | Colégio Santa Clara |
| Formosa | Colégio São José de Formosa |
| Morrinhos | Escola Normal de Morrinhos |
| Porto Nacional | Colégio Sagrado Coração de Jesus |

**Fonte**: NEPOMUCENO, 1994.

Das dezenove (19) Escolas Normais, existentes no Estado até o ano de 1945, somente a Escola Normal Oficial, era pública. As demais eram todas de administração particular, subvencionadas, porém, na maioria, pelo Estado. Destas escolas assinaladas, somente uma (1) estava localizada na região norte goiana e, também, era identificada como escola privada. Nesse período, o governo de Goiás, diante das necessidades de ampliação das escolas normais, permaneceu com a prática de subvenções. Por meio do Decreto-Lei nº 5.256, de 13 de janeiro de 1942, fixou-se em 5.000$000 anuais a subvenção concedida pelo Estado a cada um dos cursos normais particulares criados no Estado e reconhecidos com tal direito. Dentre eles encontrava-se o Colégio Sagrado Coração de Jesus em Porto Nacional (CANEZIN; LOUREIRO, 1994).

Como já citado neste trabalho, Teixeira (1946) traz considerações sobre a situação da formação dos professores do ensino primário no norte de Goiás. Como demonstrado na matéria, todo o norte de Goiás contava apenas com um estabelecimento de formação de professores para o ensino primário, em Porto Nacional, sob a responsabilidade das dominicanas. Portanto, pode-se afirmar que, até 1945, ano em estudo, não se tinha em toda a região um só estabelecimento de ensino público de formação de professores, o que justificava a criação do Curso Normal Regional em Pedro Afonso, que também levou algum tempo para ser criado, uma vez que fora edificado só em 1949[161].

[161] Assim como o ensino primário, o ensino normal era assunto da alçada dos Estados, ficando as reformas restritas até então aos limites geográficos do Estado que as promovessem. A Lei Orgânica do Ensino Normal, embora assinada em janeiro de 1946, foi elaborada no Estado Novo. O Curso Normal

Considerando a importância do Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus, para o norte do Estado, não deixa de ser intrigante o baixo número de concluintes desse curso para atender ao ensino primário de uma região tão vasta. Em 15 anos, ou seja, de 1930 a 1945, concluíram o curso normal, nesta instituição, somente 64 alunos e alunas.

**Quadro 37.** *Movimento de concluintes no Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1930-1945)*

| Ano | N. de concluintes |
|---|---|
| | |
| 1930 | 02 |
| 1931 | 01 |
| 1932 | 04 |
| 1933 | 01 |
| 1934 | 02 |
| 1935 | - |
| 1936 | 02 |
| 1937 | 03 |
| 1938 | 05 |
| 1939 | 05 |
| 1940 | 13 |
| 1941 | 11 |
| 1942 | 04 |
| 1943 | 05 |
| 1944 | 03 |
| 1945 | 03 |
| Total | 64 |

**Fonte**: COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1923-1949 (quadro elaborado pela autora).

A apreensão do que está posto, pode tomar como um dos pontos para análise a memória da Profª Evilacia Dias, quando relata que a maioria das alunas vinham de outros municípios e ficavam internas no Colégio e, segundo ela, muitas abandonavam o curso antes de terminarem. No caso da sua turma era composta inicialmente de 10 alunas e somente três concluíram o curso, em 1944, ela, a sua irmã Eulília e uma aluna da cidade de Novo Acordo.

Considerando, porém, o município de origem dos alunos que cursavam o ensino Normal, naquela instituição, pode-se tomar por base o ano de 1940, em que

---

compreendia dois ciclos. O primeiro com duração de quatro anos, destinava-se a formar o regente de ensino primário e deveria ser ministrado no curso normal regional. O segundo ciclo, com três anos de duração devia preparar professores primários e ser ministrado, após o curso ginasial, em Escolas Normais e Institutos de educação (ROMANELLI, 2002).

formaram treze (13) alunos, onze (11) mulheres e dois (2) homens, em que somente três destes eram naturais de Porto Nacional.

**Quadro 38**. *Município de origem das alunas concluintes do Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1940)*

| Município | N. de alunos |
|---|---|
| | |
| Porto Nacional | 03 |
| Bom Jesus de Ponte Alta | 01 |
| São Domingos | 02 |
| Natividade | 02 |
| Descoberto (Porangatu) | 01 |
| Campos Belos | 01 |
| Arraias | 02 |
| São João do Araguaia | 01 |
| Total de alunos | 13 |

Fonte: COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1922-1950 (quadro elaborado pela autora).

Em relação à Escola Complementar em Goiás, a sua criação se deu em 1929, a fim de ser implementada no ano seguinte. A Escola Complementar, dentre outras atribuições, tinha por finalidade preparar candidatos para seguirem os estudos nas escolas normais. Conforme o Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goyaz, pelo Decreto nº. 10.640, de 1930, os diplomados pela Escola Complementar, que tivessem 17 anos de idade e que fizessem dois meses de prática no Grupo Escolar, poderiam vir a reger escolas públicas rurais de dois anos de curso, sendo que na falta de professores normalistas, teriam preferência para substituições interinas em estabelecimentos de ensino primário.

Portanto, percebe-se que, em 1931, já existia uma escola organizada sob as diretrizes dessa política, com sua modalidade de ensino funcionando anexa ao Curso Normal, no Colégio Sagrado Coração de Jesus. Na época, essa instituição contava com oito (8) oito professores para estes dois cursos. Por um lado, conforme regulamento de 1931, nenhum curso normal poderia ser reconhecido se não mantivesse anexo ao seu funcionamento, uma escola complementar. Mas, por outra vertente, só poderia ser admitido nessa escola, alunos provenientes de grupos escolares. Neste requisito, entretanto, nenhum aluno de Porto Nacional (ou do norte de Goiás) poderia ser matriculado nessa escola, pois nesse período, naquela região, não constava a existência de nenhum Grupo Escolar.

Todavia, infere-se que, para tanto, era usado as regras previstas no Regulamento de criação das Escolas Complementares de 1929, que, exigia-se como um dos critérios para a matrícula a certificação de aprovação, em estabelecimentos oficiais de curso primário ou de aprovação nos exames de suficiência (CANEZIN; LOUREIRO, 1994). Tomando como referência o número de alunas concluintes do Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus no ano de 1936, foram matriculadas no Curso Complementar, em 1931, uma média de duas alunas (Cf. Quadro 37, p.180).

Em Porto Nacional, as primeiras normalistas que assumiram o magistério nas escolas públicas locais, foram provenientes do curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Inicialmente, desempenharam o cargo enquanto professoras adjuntas e, depois, se faziam titulares, principalmente, após a criação do Grupo Escolar nesse município. A Profª Fanny de Oliveira Negry, por exemplo, exerceu o cargo de professora e diretora por longos anos neste estabelecimento de ensino. Outras, portanto, assumiram o cargo de fiscal do Governo, em escolas públicas ou particulares, como já fora citado o nome das professoras Generosa Pinto de Cerqueira e Alice Ayres da Silva Souza, que exerceram o cargo de fiscais do Colégio Sagrado Coração de Jesus, nos anos de 1930 [162].

A representação da importância do curso Normal para o desenvolvimento da qualidade do ensino, em Porto Nacional, extrapolou os limites deste município, estendendo-se a outras cidades da região. Este fato pode ser verificado no livro "Educação e Cultura em Arraias" que, em seu terceiro capítulo está circunscrito o subtítulo "O berço dominicano de Porto Nacional à Arraias":

> Porto Nacional foi o berço da formação intelectual de Arraias por meio das irmãs dominicanas. Esse colégio religioso da Congregação das Dominicanas recebia alunas das várias cidades da região com o objetivo de evangelizar e oferecer uma educação de qualidade. As normalistas preparadas por aquela instituição, tiveram uma educação um pouco diferenciada das instituições de ensino público. Isto porque as irmãs dominicanas tinham fortes vínculos e influências da congregação maior francesa, inspirada em Mère Anastasie (COSTA, 2004, p. 27).

Para complementar estas informações, encontra-se matriculada no exame de 2ª série, em 1928, Olívia Gomes Cavalcante, filha de Antônio Gomes Cavalcante, natural de Arraias. Esta aluna concluiu o curso normal em 1930[163]. Assim, Bezerra (2005),

[162] Muitas das escolas em Porto Nacional são denominadas com o nome dessas professoras.
[163] Colégio Sagrado Coração de Jesus, 1922-1950.

escrevendo sobre os primórdios da educação em Paranã, também destaca a importância do Colégio Sagrado Coração de Jesus para as alunas desta cidade. Para essa autora, os pais, "preocupados com o futuro dos filhos", almejavam-lhes a continuação dos estudos, e os enviavam para prosseguir seus estudos em Porto Nacional.

O trajeto dos alunos era feito de canoa ou a cavalo, via Natividade, gastando de cinco a seis dias. Mais tarde essas viagens também eram feitas pela TCA, empresa de aviação comercial. Em vista desse quadro social, Bezerra (2005, p. 201) coloca em destaque o seguinte fato: "José Nunes Viana (Zuquinha) e Messias Bezerra Viana foram os primeiros a enviarem sua filha, Josiane Viana, para estudar em Porto Nacional". Assim, acredita-se que duas parentes desta família, provindas da cidade de Natividade, também se encontravam matriculadas, em 1926 e 1930 respectivamente, sendo estas as alunas Georgina Silva Vianna, filha de Antônio Vianna e, Guiomar Nunes Vianna, filha de Antônio Nunes Vianna. A primeira delas, ou seja, Georgina, figura como professora da escola primária do sexo feminino, em Natividade, no ano de 1929. Estas duas normalistas também foram as primeiras professoras do Grupo Escolar de Natividade (1935).

A partir de 1938, as normalistas de Arraias, que estudaram na Escola Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus, situado em Porto Nacional, começaram trabalhar na Escola Silva Dourado. Em relevo, do extremo norte do Goiás, vindo de Tocantinópolis (Boa Vista), encontrava-se Aldenora Alves Correia, que posteriormente, assumiu o cargo de professora normalista e diretora do Grupo Escolar de Boa Vista (1942). Nos anos de 1960, esta professora, também, assumiu o cargo de delegada de ensino, da 18ª Delegacia, sediada em Porto Nacional.

Embora de 1905 a 1912 não se estivesse, ainda, sido implantado o Curso Normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus, Otávio Barros da Silva conta em seu livro "Breve história do Tocantins e de sua gente - uma luta secular" (1996) que a escritora Adozinda, viajando em batelão ao lado do tio padre e deputado Carvílio Luzo, saiu do porto de Carolina, no dia 06 de julho de 1905, com destino a Porto Nacional para se internar como aluna do Colégio Sagrado Coração, permanecendo ali até 1912[164]. Ainda segundo este autor, "o desenvolvimento intelectual de Porto Nacional veio com a missão religiosa dos dominicanos franceses, que souberam adubar aquela cidade, transformando-a em foco irradiador da cultura humanística" (SILVA, 1996, p. 128).

[164] Acredita-se que Otávio Barros da Silva está se referindo a Andozinda Luzo Pires.

Nessa perspectiva, vale conhecer essa realidade por meio da memória da Profª Zélia Farias, maranhense que veio com a sua família para Porto Nacional a fim de estudar no Colégio Sagrado Coração de Jesus:

> Meu pai morreu em 1937, eu tinha 7 anos de idade e ele já falava em mudar para o Goiás, para por os filhos para estudarem. [...] As famílias mudaram para cá justamente por causa do Colégio que era muito falado. O pai da minha mãe viajava muito para o Goiás e foi ele quem deu essa notícia. [...]. Aqui tem muita gente do Piauí e do Maranhão e a vinda deles tem tudo a ver com a preocupação de trazer os filhos para estudarem (RIBEIRO, MUTA, SILVA, 2007, p. 120).

Outra experiência relacionada à formação no Colégio Sagrado Coração de Jesus, já fora publicada e está relacionada à educação em Peixe, envolvendo Ana Braga e a professora normalista, Fanny de Oliveira:

> Aos oito anos, Ana já havia aprendido a ler tudo o que havia na escola e teve a sorte de chegar, à sua cidade, uma professora extraordinária, formada no Colégio de Porto Nacional, das Irmãs Dominicanas. Esta professora chama-se Fany de Oliveira Macedo. De extraordinária dedicação, foi designada, pelo governador da época, para lecionar na escola dos meninos. Porém, o pai de Ana pagou, com muito sacrifício, algumas aulas particulares para ela. Foi a única aluna da professora Fany, por muito tempo, sentada numa varanda, sozinha. Após dar aulas para os meninos, Fany se dedicava a Ana (MENEZES, 1991, p. 27).

Ao continuar relatando a trajetória educacional de Ana Braga, Menezes (1991) destaca que, ao concluírem o 4º livro na cidade de Peixe, os alunos não tinham outra perspectiva de estudo ali. Os que eram ricos, geralmente, iam estudar em outras cidades como Porto Nacional e Uberaba. Naquela época, em todo o norte de Goiás, só existia o Colégio Sagrado Coração de Jesus, das irmãs dominicanas francesas. Então, segundo a autora, "para lá iam as moças ricas. Mas, Ana, como era pobre, permaneceu em Peixe"[165] (MENEZES, 1991, p. 27). Também foi professora na Vila do Peixe, a normalista, ex-aluna do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Luzia Fernandes Conceição (1930).

Sem dúvida, a presença de uma escola normal no norte do Estado, embora de acesso a uma população reduzida, produziu uma renovação no funcionamento dos métodos didáticos da escola primária naquele vasto sertão. Assim, como o Colégio

[165] Posteriormente, a família de Ana Braga mudou-se para a cidade de Porangatu e depois para Goiânia onde ela cursou a Faculdade de Direito. Exerceu o cargo de advogada, professora, jornalista, vereadora na câmara de Goiânia (1947-1951), dentre outros cargos assumidos.

Santa Clara, descrito por Menezes (1981), o Colégio Sagrado Coração de Jesus também foi se destacando, pelo interior do norte goiano, especialmente, porque suas ex-alunas e seus ex-alunos iam assumindo posições de liderança nas instituições públicas e privadas de educação, chegando, inclusive, a assumir papéis de destaque em outros setores de atividades em suas cidades de origem.

Além da formação de normalistas, Porto Nacional ainda contribuiu com a formação de professores interinos para o magistério primário. Os portadores de atestados de exames finais, da Aula avulsa secundária, tinham preferência para a nomeação interina para esse nível de ensino. Nelzir José Pedreira, ex-aluno da escola secundária de Porto Nacional, foi professor da escola para o sexo masculino de Pedro Afonso. Outros ex-alunos da Aula avulsa, também, se tornaram inspetores ou fiscais do ensino, como exemplo, Oswaldo Ayres da Silva, que foi nomeado pelo Decreto nº. 828, de fevereiro de 1936, como fiscal do Governo no Seminário São José (CORREIO OFICIAL, n. 3.201, 1936).

No debate sobre o desenvolvimento cultural de Porto Nacional, no período em pauta, um dos elementos que se destaca diz respeito à contribuição da educação ministrada por freiras e padres dominicanos. Neste enfoque, pode-se exemplificar por meio do relato da Profª. Orcina Mascarenhas, a qual, dentre outras(os) maranhenses, passou pela saga da busca de uma educação de qualidade no Estado de Goiás, em uma época em que o município de Porto Nacional era referência em educação. Por essa razão, segundo essa professora, alunos, embora enfrentando dificuldades, vinham das mais longínquas cidades e de vários estados brasileiros, em busca dessa formação cultural e educacional, em Porto Nacional.

> Porto Nacional foi influenciada pela cultura francesa, inicialmente pelos frades e, depois, pelas irmãs dominicanas também francesas. Criou o Colégio, propagou-se a notícia. Todo mundo queria conhecer as irmãs. Então houve a corrida para Porto, de gente de todas as cidades. Isto então teve uma grande influência para o nosso meio. O título de Capital Cultural do Norte Goiano é justamente porque captou e acolheu gente de todos os lugares (RIBEIRO, MUTA, SILVA, 2007, p.134-135).

Corroborando com a compreensão da idéia da vinda dos jovens - de outros municípios do Estado, ou mesmo de outros estados -, em função da escolarização em Porto Nacional, toma-se também o relato de João Rodrigues Leal, publicado por Aires Neto (2006) e já citado neste trabalho. Este ex-aluno do seminário, vindo da cidade de Dianópolis, estudou em Porto, no final dos anos de 1920 e início dos anos de 1930.

Segundo ele, "o sacrifício para estudar em Porto Nacional era necessário". Destacou que, naquela época, em todo o norte do Estado, a cidade portuense era a única onde havia ensino, de certa forma organizado. Por isso, ali estudavam moças e rapazes de outros municípios, tais como Peixe, Natividade, Arraias, Posse, São Domingos, Taguatinga e Dianópolis, e ainda de outros estados, como o Maranhão e o Piauí. Nessa perspectiva, João Rodrigues Leal evidencia que "era natural que os pais, enfrentando dificuldades, encaminhassem seus filhos para o único meio ao alcance para educá-los". Por muitos anos, segundo ele, Porto manteve esta primazia, e ainda hoje a chamam "Capital Cultural do norte goiano" (AIRES NETO, 2006, p. 61).

Por outro lado, considerando objetivamente a questão do acesso à cultura escolarizada, fica patente, que essa cultura, de certo modo, não era acessível, nem mesmo à demanda da população escolarizável de Porto Nacional, quanto mais à população da região norte do Estado. Exemplo dessa situação pode ser revelado pela experiência da Profª. Zilda Pereira, embora em anos posteriores ao delimitado neste capítulo. Segundo essa professora, como a sua família não tinha condições financeiras para matriculá-la no curso secundário do Colégio Sagrado Coração de Jesus, ela foi trabalhar em Goiânia, conseguindo, nesta cidade, uma bolsa para cursar o Normal.

## 3.7 Ensino secundário em Porto Nacional: da aula avulsa pública ao ensino secundário privado

Em relatório apresentado ao Presidente da República pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, em 1939, o estado de Goiás possuía nove (9) instituições que ofereciam o Ensino Secundário, sendo que quatro (4) eram mantidas com recursos públicos e cinco (5), com recursos particulares. Somente o Liceu de Goiás e o Sucursal do Liceu eram mantidos pelo governo estadual, sendo este último também subvencionado pela Prefeitura Municipal de Goiás (Cf. Quadro 39, p.187).

É evidente, portanto, que não houve uma instituição de Ensino Secundário público na região norte do estado de Goiás (atual Tocantins), naquele período histórico. De modo geral, o ensino secundário coube à iniciativa privada, e essas, por vezes, tinham o apoio dos setores governistas. Segundo relatório do Governo, todos os Ginásios goianos eram fiscalizados pelo Governo Federal e, na sua maioria, eram subvencionados pelo Estado.

**Quadro 39.** *Ginásios criados no estado de Goiás até 1939*

| Município | Liceu/Colégio/Ginásio |
|---|---|
| | |
| Goiânia | Liceu de Goiás |
| | Curso de Madureza Americano do Brasil |
| Anápolis | Ginásio Municipal de Anápolis |
| Bomfin (Silvânia) | Colégio Nossa Senhora Auxiliadora |
| | Ginásio Anchieta |
| Goiás | Sucursal do Liceu de Goiás |
| Catalão | Ginásio Municipal de Catalão |
| Ipamerí | Ginásio Municipal de Ipamerí |
| Morrinhos | Ginásio Senador Hermenegíldo |

**Fonte**: TEIXEIRA, 1939.

Ao se tratar das Aulas avulsas secundárias, Bretas (1991) pondera que, até 1930, ainda existia essa modalidade de ensino em Bonfim, Rio Verde, Arraias, Palma, Porto Nacional e Catalão. Acrescenta-se, aqui, a existência, no ano de 1929, das aulas de Santa Maria de Taguatinga, Boa Vista e a de Natividade. Nesse sentido, acredita-se que existiam seis escolas avulsas em todo o norte de Goiás (Tocantins). Conforme o orçamento da receita e despesa do Estado de Goiás, para o exercício de 1936, estava previsto recurso para quatro (4) professores de Aulas avulsas secundárias (CORREIO OFICIAL, n. 3.152, 1935). Por meio desta informação, infere-se que até 1936, cinco dessas escolas já teriam passado pelo processo de extinção. A Aula avulsa de Porto Nacional, porém, estaria no rol das quatro, pois só foi extinta em 1937.

Em Porto Nacional, após o nível de ensino primário, se encontrou a mesma estrutura deixada nos anos de 1920, com o Curso Normal oferecido pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus, o secundário oferecido pelo Seminário São José/Externato São Thomaz de Aquino e a Aula avulsa secundária mantida pelo Estado.

A Aula avulsa secundária portuense foi suprimida pela Lei Estadual de nº. 192, de 19 de julho de 1937(TEIXEIRA, cx. 01). O fechamento da escola secundária de Porto Nacional, contudo, coincide com a retirada dos dominicanos desta cidade, os quais foram, por mais de vinte anos, responsáveis por esta escola e, consequentemente, pela formação da juventude masculina do município portuense e dos circunvizinhos. O

último professor, portanto foi o dominicano Fr. Bertrando Maria Olleris, que se retirou daquela cidade no dia 25 de janeiro de 1938.

Percebe-se, no entanto, que esta modalidade de ensino, aulas avulsas, já superada em alguns estado brasileiros com o final do Império, não atendia as normas nacionais de ensino secundário, conforme reforma Francisco Campos, Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931 e depois consolidada pelo Decreto de nº 21.241, do ano seguinte. Tal Reforma estabelecia o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior (ROMANELLI, 2002).

Todavia não se percebe a criação de outra instituição de ensino para suprir a necessidade da instrução secundária pública no norte de Goiás, no período. O que se observa é a transferência do recurso público para a instituição privada uma vez que, por meio da mesma lei que extinguiu a Aula avulsa de Porto Nacional decretou-se que a verba destinada a esta instituição fosse incorporada à subvenção concedida ao Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Em vista desses fatos, embora sem base firme, deduz-se que o Externato São Thomaz de Aquino, também foi fechado no final dos anos de 1930, uma vez que ele, igualmente à Aula secundária de Porto Nacional, era regido pelos freis dominicanos. Conforme biografia do Prof. Florêncio Aires da Silva, em 1939, com 18 anos de idade, ele foi professor de Matemática e Língua Portuguesa nesta instituição[166].

Então, o fato da extinção dessas instituições é demonstrativo de que, na época, se tornou mais restrita a oportunidade dos alunos, desprovidos de recursos financeiros, terem acesso ao ensino secundário. Os pais com poder aquisitivo elevado poderiam matricular seus filhos no curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus ou enviá-los para estudar no sul do estado de Goiás e, até mesmo, em outros estados. Infere-se, portanto, que esse fato justifica o registro de cinco alunos do sexo masculino realizando o exame do 2º ano do Curso Normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus, no ano de 1937[167] e no ano seguinte, encontra-se dados sobre cinco alunos a realizarem exame do 4º ano, sendo que quatro deles eram do sexo masculino[168].

---

[166] Informações bibliográficas do Prof. Florêncio Aires da Silva, elaborada pelo Prof. Oidê Carvalho de Moura, 2005.
[167]Ver maiores informações em Colégio Sagrado Coração de Jesus, 1922-1950.
[168]Ver maiores informações em Colégio Sagrado Coração de Jesus, 1923-1949.

Este panorama do ensino secundário em Porto Nacional é revelador da política de Pedro Ludovico Teixeira, quando aponta que o Estado deveria oferecer o ensino secundário somente aos "mais competentes", se eximindo de proporcioná-lo a todos:

> Há eminentes pedagogos partidários da doutrina moderníssima de que o Estado deve proporcionar a educação a todos mas em correspondência com as aptidões de cada um. Se o educando revela capacidade excepcional de assimilação, possui predicados reais de memória e de inteligência, deve o Estado determinar-lhe o ramo científico em que será mais seguro e profundo o seu desenvolvimento e dar-lhe assistência permanente, até o mais alto curso superior. Se o aluno é, porém, desatento ou subnormal, apresenta baixo quociente intelectual, deve o Estado restringir-lhe, por inúteis, as oportunidades de ingresso ao secundário, tentando encaminhá-lo para o tipo de aprendizagem mais adequado aos seus pendores e condições personalíssimas (CORREIO OFICIAL n. 2550 *apud* CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 78).

Diante desse quadro, só em meados dos anos de 1940 abre-se uma nova possibilidade de estudos secundários para a juventude do norte de Goiás, especificamente de Porto Nacional, e ainda numa perspectiva privada. Assim, no dia 04 do mês de março de 1945, foi reaberto, em Porto Nacional, o Externato São Thomaz de Aquino, uma instituição de cunho particular que fora reorganizada conforme a Lei Orgânica do Ensino Secundário nº. 4.244, de 9 de abril de 1942. Esta legislação compunha a Reforma Ministerial de Gustavo Capanema (1942-1946). Por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário, foi instituído, nesse nível de ensino, um ciclo de quatro anos de duração, denominado Ginasial, e um ciclo de três anos, denominado Colegial, com a opção entre o Colegial Clássico e o Científico.

Conforme discurso do diretor e professores, na solenidade de reabertura do Externato São Thomaz de Aquino, expõe-se que esta instituição educacional estava pautada nos princípios da Igreja Católica, e, que, portanto, tinha como missão formar consciências e o caráter da juventude dentro desses fundamentos, dispondo, para tanto, de uma "pedagogia sã, altamente moralizadora e educativa" (EXTERNATO SÃO TOMAZ DE AQUINO, 1945).

A importância da reabertura desta instituição para Porto Nacional pode ser percebida pelo discurso do prefeito do município de Porto Nacional, Antônio José de Oliveira (1944-1945), proferido na sessão solene do Externato:

> É possuído de verdadeira satisfação que me congratulo com Porto Nacional pelo grandioso acontecimento, demonstração viva do progresso cultural, moral e, porque não dizê-lo, e também material, que nesta hora, realiza em

> seu seio, com a fundação e solene instalação deste Estabelecimento de Ensino (EXTERNATO SÃO TOMAZ DE AQUINO, 1945).

Assim, em seu discurso, o prefeito ainda destacou a importância e os relevantes serviços prestados àquele município pela pequena Escola São Thomaz de Aquino que, por alguns decênios, ali existiu. Enfatizando, portanto, a capacidade de realização que teria o Externato diante de uma nova organização. Nessa ocasião, aquele prefeito pediu permissão para cognominá-lo de "Ginásio Diocesano Portuense".

Vale destacar, ainda a visão futurista do prefeito Antônio José de Oliveira, quando expressou que: " achamo-nos colocado num centro para onde convergirá certa e fatalmente a atenção de quantos jovens inibidos de desenvolver sua instrução e educação por faltar-lhes meio, o recurso par fazê-lo" (EXTERNATO SÃO TOMAZ DE AQUINO, 1945). Portanto, naquele contexto, já se acreditava que Porto Nacional se tornaria em um centro de educação e cultura, e receberia, portanto, uma demanda de jovens que estavam impossibilitados de desenvolver sua instrução secundária no norte do Estado por falta de instituições que oferecesse esse nível de ensino.

Portanto, observa-se a omissão do poder público no trato da educação secundária para a população do norte do Estado e a continuidade da participação da Igreja nesse processo, uma vez que, como veremos no capítulo que se segue, tomando como base a análise do desenvolvimento do Ginásio Estadual de Porto Nacional (1945-1960), destaca-se que fora uma instituição derivada da tradicional estrutura, física, ideológica e organizacional, que edificou o Externato São Thomaz de Aquino.

# CAPÍTULO IV

## O GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL (1945 - 1960)

**Figura 5.** *Alunos do Ginásio Estadual de Porto Nacional.* Fonte: RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007.

## 4.1 O Ginásio Oficial de Porto Nacional: gênese, institucionalização e instalação física

Ao se tratar da origem do Ginásio Oficial em Porto Nacional, a historiografia compulsada aponta para a solicitação e ação do então bispo da Diocese de Porto Nacional, D. Alano Maria du Noday, junto ao interventor federal no estado de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, pela transformação do Externato São Thomaz de Aquino em Ginásio Estadual. O Externato São Thomaz de Aquino, como foi exposto no capítulo anterior, foi reaberto em março de 1945.

Nessa perspectiva, Godinho (1988)[169], ao discorrer sobre a criação desta instituição de ensino, apresenta um substrato do processo de sua criação:

> Refutando os ponderáveis obstáculos apontados pelo governo pouco inclinado à criação do sonhado ginásio, S. Rvma. fulmina os empeços se propondo, como realmente o fez, despejar-se juntamente com seus seminaristas do seu amplo palácio episcopal para nele devidamente equiparado e mobiliado para fins escolares, às expensas de S. Rvma., se transformar em sede do educandário. Face tão obstinada atitude do devoto bispo, não restou outra alternativa a S. Exa. Interventor [*sic*] (GODINHO, 1988, p. 76-78).

Todavia, a compreensão do desdobramento de tal solicitação requer uma visão mais contextualizada de tal fato, já que as tramitações para a criação do ginásio em Porto Nacional tiveram como palco um cenário de profunda efervescência política e econômica, que também era marcado pelo fim de uma guerra mundial e pela transição de regime político no país[170]. E, também, fora pautada por uma tríplice situação no que diz respeito aos diversos integrantes que deveriam concorrer para sua efetivação, dentre os quais despontavam os governos estadual e municipal e, de modo elementar, a Igreja Católica.

A partir disso, não se pode desconsiderar que a posição de "inércia" do Estado com relação à educação dos habitantes do Tocantins, naquele momento designado como sendo a região norte de Goiás, bem como a alta rotatividade dos governos municipais daquele período, fizeram com que a mola propulsora de implantação do Ginásio

---

[169] Durval da Cunha Godinho foi professor desta instituição em 1949 e em anos posteriores.

[170] Oficialmente, o Estado Novo terminou em 29 de outubro de 1945. Em Goiás, após a deposição de Vargas, no dia 06 de novembro, o interventor Pedro Ludovico Teixeira entregou o governo, o que lhe possibilitou, em 2 dezembro do mesmo ano, realizar o ato de candidatar-se ao senado pela Assembléia Nacional Constituinte, que foi realizada em 1946 (MACHADO, 1990).

Estadual de Porto Nacional partisse de ações da Igreja Católica, representativamente, na figura de D. Alano Maria du Noday[171]. Assim, vale ressaltar que, embora a cidade de Porto Nacional tenha tido representação na Assembléia Estadual durante, praticamente, toda a Primeira República, após este período a mesma ficou desprovida de uma representação direta, pois só vai ter outro deputado de Porto Nacional nesta casa na década de 1950[172]. Assim, quem figurou como representante do então norte do estado de Goiás foi, basicamente, o senhor João D'Abreu[173].

Por conseguinte, é importante destacar que, em agosto de 1945, o interventor federal Pedro Ludovico Teixeira esteve com uma comitiva na antiga região norte de Goiás, atual Tocantins[174]. Conforme matéria do jornal "O Popular" (1945), esta foi a primeira visita feita por um governante goiano ao "Setentrião de Goiás", naqueles últimos cem anos. Inclusive, naquela visita, tal comitiva passou por diversos municípios do norte goiano, sendo que Porto Nacional fez-se a anfitriã, pela pessoa do bispo D. Alano Maria du Noday. Na ocasião o prefeito da cidade, Antônio José de Oliveira, apontando os anseios do povo nortense, destacou dentre outras prioridades, a assistência para o ensino naquela região. Embora por meio de considerações, colocasse a cidade de Porto Nacional como um centro educacional da zona norte, uma vez que era ali que se concentravam os "melhores recursos", nesta área, segundo ele, era necessário que fossem atendidas o grande número de crianças, que a cada dia aumentava mais (O ARAGUATINS n.01, 1946[175]).

Com esta visão, ao regressar à capital, o interventor Pedro Ludovico Teixeira, em declaração à imprensa goiana, destacou que um dos grandes problemas observados,

---

[171] A criação e implantação do Ginásio Oficial deram-se em meio à administração de vários prefeitos interinos, no período de 1945 a 1946. Assumiram o executivo, os seguintes nomes: Antônio José de Oliveira (1944 -1945); Aureliano Francisco de Azevedo (1945), Felicíssimo do Espírito Santo Braga (1945-1946) e Antônio Aires da Silva Primo (1946-1947). Era prefeito no dia da inauguração do Ginásio Estadual, Felicíssimo do Espírito Santo, ex-professor primário da 2º escola para o sexo masculino de Porto Nacional e ex-inspetor escolar regional (Placa dos intendentes e prefeitos de Porto Nacional, exposta na parede da Prefeitura Municipal, 2009, GODINHO, 1988).

[172] Vale observar que no período do Estado Novo, a Assembléia fora fechada e as atividades do legislativo eram colocadas em recesso (CAMPOS; DUARTE, 1996).

[173] Sendo denominado Dr. João D'Abreu, por ser odontólogo e advogado, o mesmo era natural de Taguatinga. Iniciou sua carreira política como intendente de Arraias (1912-1913), sendo constituinte estadual pelo PSR (1935), deputado estadual (1935-1937), constituinte federal (1946), deputado federal por três legislaturas (1946-1951; 1951-1955; 1955-1959), vice-governador do Estado de Goiás (1959-1961), fechando o seu ciclo de atuação novamente como prefeito de Arraias no período de 1968 a 1972 (CAMPOS; DUARTE, 1998).

[174] Faziam parte desta comitiva, dentre outros, o senhor João D'Abreu.

[175] O jornal "O Araguatins", inicialmente, tinha como diretor o desembargador Maximiniano da Matta, diretor da imprensa oficial no período da visita do interventor Pedro Ludovico à região norte goiana (1945). Nesse sentido, nota-se que não era um periódico de oposição a este Governo.

naquela região, era a falta de difusão do ensino primário e secundário. Segundo o interventor, como providência inicial, iria instalar naquele mesmo ano (1945) um ginásio na cidade de Porto Nacional, apostando que este feito seria "uma fonte de irradiação do ensino secundário" na região norte goiana (O POPULAR n. 658, 1945).

Por meio do Decreto-Lei de nº. 124, de 15 de outubro de 1945, o interventor em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, criou três ginásios oficiais com instalação prevista para o ano letivo seguinte: o primeiro estaria localizado em Rio Verde e, os demais, nas zonas norte e sul do estado. Todavia, o Interventou em Goiás, não designou, como havia declarado à imprensa, que o ginásio do norte seria instalado em Porto Nacional. E, é tal fato que possibilitou às solicitações e negociações políticas dos interessados, da região norte e da região sul, no processo de criação de ginásios nos seus respectivos municípios.

Nessa perspectiva e no seio de um contexto sócio-histórico de bastante complexidade, a Igreja Católica, em Porto Nacional, propôs ceder o prédio onde funcionava o Externato São Thomaz de Aquino e doar os materiais estimados em quarenta e um mil e quinhentos cruzeiros (Cr$ 41.500,00) requerendo, para tanto, uma subvenção extraordinária para adaptação do respectivo prédio para a instalação do Ginásio Estadual e a aquisição de laboratório de química e física para uso institucional.

Conforme dados do processo de estudo dessas propostas, encontram-se as exposições de motivos da autoria de João D'Abreu apontando a cidade de Porto Nacional como a mais propícia para a instalação do Ginásio. Assim, com relação à cidade, ele destaca que é "uma das mais populosas e florescentes de toda a região e que, além de estar muito bem situada num ponto central e muito acessível, dispõe de prédio facilmente adaptável para o funcionamento do Ginásio, que será doado por D. Alano du Noday, bispo daquela cidade" (O ARAGUATINS n. 02, 1946, p. 02). O exame do movimento verificado sobre o processo de criação do Ginásio Estadual, observa-se o resultado de uma íntima relação de interesses entre líderes políticos e religiosos regionais.

Em complemento ao exposto no período, sobre o "ginásio destinado ao norte", destaca-se, com o título "Novos Ginásios Estaduais", uma nota da Revista Educação e Saúde (1946):

> Recentemente, o desor. Eládio de Amorim, então Interventor Federal, nomeou uma comissão para estudar uma proposta da cooperativa de Ipameri, ali fundada pela laboriosa colônia síria, que num gesto patriótico,

> doava ao Estado acervo montante em cerca de um milhão de cruzeiro sob a condição de o Governo do Estado chamar a si o ginásio, já sob inspeção e por aquela entidade ali mantido em pleno funcionamento, e *outra do Bispo de Porto Nacional, D. Alano du Noday, se propondo a fazer doação ao Estado do edifício em que funcionava o Externato São Tomas de Aquino, uma vez que ali fosse localizado o ginásio destinado ao norte* [*sic*] (REVISTA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1946, p. 63-64, grifo nosso)

Essa comissão, enfatizada na nota supracitada, era composta pelos desembargadores Joaquim Taveira, Agnelo Arlington Fleury Curado e Maximiniano da Matta Teixeira. E esta comissão, após a realização de uma análise da proposta do Externato São Tomaz de Aquino, de Porto Nacional, emitiu a seguinte opinião:

> Como observa o dr. João D' Abreu, é, realmente, a cidade de Pôrto Nacional a naturalmente indicada para sede de um dos Ginásios de que trata o decreto-lei nº. 124 de 15 de outubro de 1945, por ser, sem dúvida, um centro bastante populoso e que reúne as melhores condições para isso, pelo elemento social mais denso e que se tem entregue ao aperfeiçoamento do ensino em seus vários níveis [*sic*] (O ARAGUATINS n. 02, 1946, p. 02).

Nessa perspectiva, com base no decreto de criação dos três ginásios, em 24 de janeiro de 1946, foi expedido o Decreto nº. 62, que fixou estabelecimento, para o ginásio do norte, na cidade de Porto Nacional, aceitando para tanto a doação do patrimônio do Externato São Thomaz de Aquino. Destaca-se, todavia, que o referido decreto dispõe que,

> O Interventor Federal, neste Estado, na conformidade da proposta da Secretaria de Estado da Educação e Saúde [...] aceita, nas condições propostas, feitas, [...] a doação, a se efetivar por escritura pública, de todo o patrimônio do 'Externato São Thomaz de Aquino', com o encargo de transformar esse estabelecimento de Ensino em Ginásio Oficial de Porto-Nacional (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIAZ n. 5.155, 1946).

É pertinente pensar, diante disso, que igualmente ao ginásio do norte, criou-se no mesmo ano o ginásio do sul, situado em Ipameri. De fato, o Ginásio de Ipameri foi fruto da transformação do Ginásio Municipal de Ipameri em ginásio oficial, de maneira que se aceitou, para tanto, por meio de escritura pública, todo o patrimônio institucional já existente.

Faz-se notório, nesse tocante, que os dois ginásios – o de Porto Nacional, ao norte de Goiás, e o de Ipameri, ao sul - foram criados por meio de doações. Neste enfoque particular, o que se distingue inicialmente ambas as instituições de ensino é que

o Ginásio de Ipameri fora constituído a partir de uma doação da Cooperativa de Ipameri, que também o mantinha e, o Ginásio de Porto Nacional, por sua vez, teve sua gênese atada às ações da Igreja Católica. Portanto, esta instituição pública, nasceu no seio de uma instituição privada e católica: o Externato São Thomaz de Aquino.

Entretanto, esta característica histórica do Ginásio de Porto Nacional é uma ilustração de um dos aspectos da política educacional do governo de Pedro Ludovico Teixeira, ou seja, exemplifica a expansão pela via da privatização, sem onerar os cofres públicos, conforme o próprio Ludovico explicou em relatório enviado ao Exmo. Sr. Presidente da República, em 1933, no qual figura informações sobre a expansão do Curso Normal:

> Entre creá-las a expensas dos cofres públicos, o que acarretaria talvez ônus superiores à sua apoucada capacidade, e estimular a ação da iniciativa particular sempre que esta pretendesse fundar estabelecimentos de ensino normal, optamos pela segunda orientação por ser, infelizmente, a que se coadunava no momento com a penosa situação financeira do Estado [*sic*] (TEIXEIRA, 1928-1951).

Na região norte de Goiás, portanto, como se observou nos capítulos anteriores, presenciou a contínua relação Igreja-Estado no trato da educação pública. Principalmente, no fato do Estado se aliar à Igreja por motivos econômicos – nesse caso, específico, o prédio para instalar o curso ginasial.

Nesta mesma linha de pensamento sobre a gestão de medidas para expansão do atendimento educacional, seguiram os sucessores de Ludovico, já que se passou, via de regra, a tomar como condição para a criação dos ginásios do norte e o do sul, a dependência de atitudes locais associadas à doação de um prédio naquele município que se candidatasse a tal feito[176]. Para evidenciar tal perspectiva, é importante ressaltar que, a Comissão que estudou as propostas de constituição do Ginásio de Ipameri e de Porto Nacional, destacava-se, para a tomada de medidas, em relação à de Porto Nacional, a seguinte visão:

> A proposta em estudo, por seu turno, de muito suavizará o Erário Público, se se considerar o vulto da doação que se quer fazer ao Estado. É de se notar que o prédio, com algumas reformas, se prestará ao fim colimado. E com

[176] Com o fim do Estado Novo, governaram o Estado de Goiás, de 1945 a 1947, os seguintes nomes: Eládio de Amorim (1945-1946); Felipe Antônio Xavier de Barros (1946); Belarmino Cruvinel (1946) e Joaquim Machado de Araújo (1946-1947).

> essa ampliação, o bispo de Porto Nacional se compromete a fazer doação do material, estimado em quarenta e um mil e quinhentos cruzeiros - 41.500,00 (O ARAGUATINS n. 02, 1946, p. 02).

Conforme relatório da Comissão, figurava na proposta do governo a verba de duzentos e quarenta mil cruzeiros (Cr$ 240.000,00), para aquisição do material permanente, de modo que a mesma deveria ser destinada aos três ginásios – Porto Nacional, ao norte, Ipameri, ao sul e Rio Verde, no sudeste goiano. Para o de Porto Nacional seriam destinados oitenta mil cruzeiros (Cr$ 80.000,00), o que a comissão considerava suficiente para a aquisição dos laboratórios destinados à instalação do Ginásio Estadual, bem como para a compra de móveis, dentre outros bens e serviços básicos. Ademais, também segundo esta comissão havia, ainda, o recurso ao crédito suplementar e dotação calculada no transcurso do segundo semestre, assim como a viabilidade de execução de despesas por mais de um exercício orçamentário.

Então, diante de todas as considerações já evidenciadas sobre a criação do Ginásio, tornou-se perceptível a existência de uma estreita relação entre o poder público e a Igreja Católica nessa "empreitada". Isso é notório, com ênfase, na ata da primeira reunião da Congregação de Professores do Ginásio Oficial de Porto Nacional, na qual o diretor, Minorista (Min) Salvador Pena, agradece a todas as autoridades que colaboraram para a criação daquela instituição de ensino secundário, como se pode observar no texto a seguir:

> Moção de gratidão e solidariedade ao Ex. Sr. Dr. Pedro Ludovico Teixeira, ex-Interventor Federal, que no seu governo houve por bem crear o Ginásio, igual preito de homenagem e consideração ao Senhor Desembargador Dr. Eládio de Amorim que localizou o Ginásio Oficial nesta cidade, guardiã de cultura e civilização no setentrião goiano e, especialmente num voto de amizade, gratidão e admiração ao Dr. Colemar Natal e Silva, que muito trabalhou para dotar Porto Nacional de um estabelecimento oficial de ensino secundário, como o atual Ginásio. [...] moção de apoio e consideração ao Dr. Gen. Felipe Antônio Xavier de Barros, atual Interventor do Estado, em cujo ambiente de governo se fez propício clima para instalação do Ginásio nesta futurosa localidade, onde há quase 50 anos os filhos de São Domingos, em obra de catequese e desbravamento, mantiveram a velha e querida Escola "Santo Thomaz de Aquino" alicerce do atual Ginásio Oficial Estadoal de Porto Nacional [*sic*] (GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL, 1946, grifos do autor).

Por outro lado, não se pode perder de vista que, mesmo com bastantes particularidades, houve as premissas das políticas públicas de expansão e a interiorização da educação em Goiás, nas décadas de 1930 e 1940. Para Nepomuceno e

Guimarães (2007, p. 100), tal situação, na verdade, tratava da tomada de medidas pautadas no objetivo sócio-político de "aprofundar as relações de Goiás com o centro-sul do País, servindo, associada às demais políticas implementadas, aos interesses do formato do capitalismo que se configurava nacionalmente"[177].

Com o olhar para o norte do estado de Goiás, principalmente em função do movimento pró-criação do estado do Tocantins[178], o Governo Estadual goiano divulgou, por meio do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP)[179], a sua preocupação com o "desenvolvimento" desta região. Assim, é liberada para publicação, dentre outras, a matéria com o título "Marcha para o Norte". Conforme essa matéria, "no mesmo sentido do brado do presidente Vargas – 'Marcha para Oeste'-, o interventor Pedro Ludovico vem empreendendo agora a Marcha para o Norte".[180]

Conforme as notícias divulgadas, esta região, naquela época, já estava integrada nas diretrizes do governo por meio de um grande plano administrativo que era sintetizado no lema acima. Dentro deste plano, estava incluída a visita do interventor ao norte do Estado de Goiás com o objetivo de conhecer, em pessoa, as necessidades e possibilidades econômicas de toda a bacia do Tocantins. E tal visita, que fora largamente noticiada para ter concretização no mês de agosto de 1944, só veio a acontecer um ano depois, ou seja, em agosto de 1945.

Sob o lema "rodovias em marcha para o norte", o Governo já anunciava, naquele período, que compunha o seu plano gestor algumas ações associadas à construção de rodovias com destaque central para a previsão de três, partindo de Natividade. Dessa maneira, a primeira delas deveria ligar este município ao de Peixe, com o objetivo de estabelecer, no futuro, uma comunicação com a estrada de ferro em Anápolis; a segunda seria de Natividade à Dianópolis, com vistas a colocar este município em contato com Barreiras, na Bahia, que era o entreposto comercial de grande influência na via econômica do norte goiano; e, por fim, a terceira rodovia seria

---

[177] Vale destacar que no projeto de expansão da rede de ensino, do Governo Vargas, integrou-se a Cruzada Nacional de Educação, a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG). Em Goiás esta campanha expandiu-se por volta de 1950. Por meio dessa Campanha foram criadas em Goiás cerca de 60 instituições. Pode-se destacar dentro desse quadro o Ginásio Nestório Ribeiro localizado no município de Jataí (PIRES, 1997). Na região norte do Estado foi criado na modalidade de Educandário Gratuito, o Colégio Tocantins, no município de Miracema, no ano de 1960.

[178] O governador Pedro Ludovico era contrário à criação do Estado do Tocantins. Ver mais sobre o movimento para criação do Estado de Tocantins em Cavalcante (1999).

[179] O DEIP em Goiás era uma variável do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) do governo federal. Sobre o DIP, ver Gomes (2003).

[180] Ver maiores informações sobre a "Marcha para o Norte" no Livro n. 2.198C, 1944-1945.

construída de Natividade à Porto Nacional, por meio da qual seriam permitidas as trocas comerciais com Belém, pelo Tocantins.

Embora tanto o grande plano do governo estadual de Goiás intitulado de "Marcha para o Norte", como o programa federal da "Marcha para o Oeste" não tenham chegado, efetivamente, em Porto Nacional, como confirma Oliveira (2004b), Lysias Rodrigues (1945, p. 110) - defensor da criação do Território Federal do Tocantins na época - assim descreve a situação do município supracitado:

> Colocada em ótima situação, Porto Nacional progride rapidamente, exercendo poderosa influência no progresso da região tocantina, sendo o centro da linha base da marcha para o oeste da civilização. Seu aeroporto, suas estradas carroçáveis para Tocantínia, Barreiras (Bahia), Natividade e Palma, os garimpos de cristal, a mineração do ouro, enfim os mil e um fatores que regem seu progresso, *sobretudo suas escolas*, deixam entrever o desenvolvimento vertiginoso que há de ter em breve [*sic*] (grifos nossos).

Porém, mesmo com esse panorama, o prefeito da cidade, Antônio José de Oliveira, em 1945, destaca as suas preocupações com a falta de "desenvolvimento" da região norte e, consequentemente, de Porto Nacional, em função da falta de transporte acessível, ou seja, de infra-estrutura, do isolamento, ainda presente, realidades de muitos centros considerados "mais desenvolvidos", em relação ao centro sul do Estado de Goiás e outras localidades do Brasil. Em seu discurso, na ocasião da estada do interventor, Pedro Ludovico, em Porto Nacional, este destacou que:

> A pecuária, a mineração e a lavoura formam os fatores predominantes da nossa ocupação e povoamento, porque o gado por si próprio faz-se transportar e o ouro e o diamante, de elevado valor, não pesam nem formam volumes. A agricultura, que representa a base de segurança da economia pública, não constitui aqui, entretanto, uma fonte de prosperidade normal, dada a falta de transporte fácil e barato (O ARAGUATINS n. 01, 1946, p. 03).

Em relação à mineração, o seu discurso veicula uma possível preocupação que recaia, sobretudo, à situação daqueles considerados como "os menos favorecidos":

> O garimpo sempre instável e fantasioso acena ao trabalhador desajudado e pobre, para jogá-lo, o mais das vezes na miséria, sem lar e doente. Um ligeiro desequilíbrio ou desinteresse no comércio de cristal e ficará como resultado a devastação, o empobrecimento, o sacrifício pelo abandono, o nomadismo do garimpeiro em debandada para outras plagas (O ARAGUATINS n. 01, 1946, p. 03).

Este panorama traçado pelo prefeito de Porto Nacional pode ser corroborado com as análises de Cavalcante (1999, p. 22, 81) sobre esta região, naquele efervescente período, pois demonstra que a "concentração de lavouras – com fins comerciais - encontrava-se nas regiões sul e sudoeste e, mais recentemente, no mato grosso goiano". Relevou, também, que, enquanto isso, o norte e o nordeste permaneciam com uma economia completamente assentada na pecuária – de "péssima qualidade" -, e uma agricultura com produção de subsistência. E, por fim, Cavalcante coloca em evidência que "a superioridade da produção do centro sul contava, ainda, ao seu favor, com o melhoramento da infra-estrutura de transporte".

No que se refere à divisão territorial fixada pelo Decreto-Lei nº. 1233, para vigorar no quinquênio de 1939-1943, mostra que o município de Porto Nacional constava de seis distritos: Porto Nacional, Brejinho, Carmo, Pedra de Amolar, Ponte Alta e São Félix. Acrescentando a estes, em 1948, os distritos de Pium e Chapada (Cristalândia). A sua população, em 1940, era de 20.794 habitantes. Dez anos depois, conforme o recenseamento de 1950, o município contava com uma população de 29.529 habitantes (14.904 homens e 14. 625 mulheres). A população urbana estava, assim, dividida considerando o quantitativo de 2.889 habitantes na sede, quatro vilas com mais de 300 habitantes e uma com menos de 120[181]. De acordo com o IBGE (1958), a população urbana da época era ínfima, o que não foge à realidade do estado de Goiás que, no mesmo período, ainda possuía 88,9% da população residindo no campo.

Em relação à alfabetização, no ano de 1950, havia na cidade 1.387 habitantes (605 homens e 782 mulheres), com idade superior a cinco (5) anos - que sabiam ler e escrever - e, com a mesma idade, foram encontradas 1.104 pessoas (461 homens e 643 mulheres) classificadas como analfabetas. Tomando a idade de 10 anos ou mais, só 30% da população contemporânea de 1950, sabiam ler e escrever (IBGE, 1958).

Apesar do desenvolvimento educacional de Porto Nacional, naquele período, ser considerado superior a muitas outras cidades da região norte de Goiás, a cidade, ainda assim, apresentava um índice de analfabetismo muito elevado, o que gerava a demanda de um atendimento específico em todos os níveis de ensino[182]. Diante deste

---

[181]Em 1950, Porto Nacional tinha os seguintes povoados: Landi, Extrema, Ipueiras, Canela, Taquarucuzinho, Lajeado, Porto Real, Malhadinha e Palmeiras (IBGE, 1958).

[182] Conforme estatística do estado de Goiás, dentre os 20 municípios que apresentavam o maior número de alunos matriculados Porto Nacional figurava em 5º lugar, com 3.411 matrículas. Em relação à região norte do Estado, este município ocupava o 1º lugar, uma vez que, além dele o único que aparece nessa estatística é o de Tocantinópolis. Este se apresentava em 16º lugar, com um total de 1.964 alunos

panorama educacional, a implantação de instituições públicas de ensino com qualidade era uma barreira local e regional a ser vencida. Essa situação é visível se tomar como referência o número de alunos matriculados no curso primário no ano de 1957, nas principais cidades da região Norte, demanda em potencial para o curso ginasial, uma região em que no período histórico em tela, só possuía um ginásio estadual.

**Quadro 40.** *Número de instituições escolares primárias e alunos matriculados em municípios da região norte de Goiás – atual estado do Tocantins (1957)*

| Município | N. de instituições escolares | N. de alunos matriculados |
|---|---|---|
| | | |
| Porto Nacional | 54 | 2.799 |
| Tocantinópolis | 24 | 1.801 |
| Taguatinga | 28 | 1.127 |
| Pedro Afonso | 25 | 1.126 |
| Natividade | 29 | 891 |
| Tocantínia | 10 | 620 |
| Dianópolis | 12 | 557 |
| Miracema | 12 | 455 |
| Arraias | 9 | 423 |
| Total | 203 | 9.801 |

**Fonte:** IBGE, 1958 (quadro elaborado pela autora).

Dessa forma, vários elementos foram favoráveis à criação do Ginásio Estadual em Porto Nacional, sendo que dentre eles pode-se destacar a existência de um prédio para a instalação do ginásio, cedido pela Igreja Católica e, sobretudo, a presença, no próprio município, de professores egressos do secundário e do curso normal, vinculados tanto à Escola São Thomaz de Aquino, quanto ao Colégio Sagrado Coração de Jesus. É possível observar, nesta linha, que se tomando como referência o ano de 1941, 11 alunas concluíram o Curso Normal[183].

matriculados (SOUZA, 1959). Embora o total de alunos apresentado na estatística do IBGE (1958) difere dos dados supracitados, os municípios de Porto Nacional e Tocantinópolis continuam apresentando o maior número de alunos matriculados na região norte do Estado.

[183] Embora a Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942) orientasse que os professores deveriam receber formação, através de cursos apropriados (de ensino superior), o já possuir o curso Normal, numa região com escassez de professores habilitados, era um aspecto positivo para a educação portuense e região.

Nesse período histórico, situado em meio à transição de regime político no Brasil e, consequentemente, no estado de Goiás e no município de Porto Nacional, o Ginásio foi inaugurado no dia 14 de março de 1946. Este fato, com notoriedade, foi muito festejado pela população desta e outras cidades do norte goiano, pois a sessão de instalação do Ginásio Oficial contou com a presença de autoridades eclesiásticas, civis e a comunidade em geral, cabendo a D. Alano dar por instalado o mesmo, entregando-o à sociedade portuense que já o ansiava a algum tempo. E esse acontecimento foi destaque na imprensa estadual e regional, conforme é possível observar em nota do jornal "O Araguatins" (1946):

> Acontecimento revolucionário para o nortense foi à instalação do primeiro estabelecimento de ensino secundário, na cidade de Porto Nacional. Uma das velhas aspirações daquela laboriosa gente teve finalmente sua concretização numa ação conjunta. Governo e diocese põem à disposição da juventude os meios necessários à formação humanística (O ARAGUATINS n. 03, 1946, p. 1).

A criação do Ginásio Estadual no norte goiano teve demasiado relevo, na história local em função, principalmente, de aquele ter sido o primeiro ginásio a ser instalado numa região tão extensa e muito distante da capital de Goiás, já que, anteriormente, a população portuense estava desprovida de instituição pública para continuar seus estudos após o término dos estudos primários. Foi em Porto Nacional, portanto, que se criou o primeiro ginásio público da região norte do Estado. E nesta categoria, foi o único até o ano de 1960.

**Quadro 41.** *Data de criação do curso ginasial nos municípios da região norte de Goiás – atual estado do Tocantins (1945-1960)*

| Município | Instituição Escolar | Ano de criação | Vínculo |
|---|---|---|---|
| | | | |
| Porto Nacional | Ginásio Estadual em Porto Nacional | 1945 | Público – Estatal |
| Porto Nacional | Colégio Sagrado Coração de Jesus | 1948 | Privado – Igreja |
| Tocantinópolis | Ginásio do Norte (D. Orione) | 1952 | Privado – Igreja |
| Dianópolis | Ginásio João d' Abreu | 1952 | Privado - Igreja |
| Pedro Afonso | Ginásio Cristo Rei | 1954 | Privado – Igreja |

**Fonte**: CASSIMIRO; BRAZ; VIEIRA (1971) (quadro elaborado pela autora).

No entanto, a criação do Ginásio em Porto Nacional não foge à regra da criação dos outros ginásios que se seguiram nesta região já que, em sua grande maioria, eles foram criados por meio da iniciativa da Igreja Católica, vinculada à diocese de Porto Nacional. Em complemento a isso, o poder público se incumbia de subvencionar estas instituições, pois, naquele contexto, o caráter privado das instituições de ensino nem sempre significava que os alunos pagassem mensalidades. Tomando como exemplo o Ginásio Cristo Rei, localizado na cidade de Pedro Afonso, "teve seus primeiros alicerces lançados, em caráter particular e sob o regime de inteira gratuidade" (PIAGEM, SOUSA, 2000, p. 95).

Sobre esse foco, ao se trabalhar com as categorias "público" e "privado", Buffa (2005, p. 60-61) destaca que - nos debates dos anos de 1930 e depois nas análises dos anos de 1950/60 - o ensino público era aquele mantido com recursos governamentais, enquanto o ensino privado era mantido por particulares, tais como a Igreja, as ordens religiosas ou os proprietários leigos. Assim, esta autora analisa que alguns fatores interligados à passagem da liderança do grupo privatista para as mãos do empresariado do ensino, em detrimento da Igreja, como também a introdução da expressão "escola comunitária" e as transformações ocorridas na sociedade e na escola brasileira, fizeram com que fossem constituídos os conceitos a seguir em perspectivas bem delimitadas: "público (o que é destinado ao conjunto da população), estatal (o que é mantido pelo Estado) e privado (regido pela lógica do lucro e o privado confessional, filantrópico, comunitário)".

Neste período, uma outra expressão, e/ou, ação muito utilizada é a "subvenção". Nesta perspectiva, para se ter uma noção do quadro de subvenção no estado de Goiás, em 1958, pode-se destacar os dados da Divisão do Ensino Secundário da Secretaria de Educação e Cultura:

> O Estado mantém mais de uma centena de estudantes do curso científico no Colégio São Francisco de Anápolis. Subvenciona cento e sete (107) estabelecimentos de ensino e instituições culturais. Mantém vinte e seis (26) acordos e convênios com as escolas normais e ginásios para ministração de ensino em regime de inteira gratuidade mediante subvenção. O pensionato de Moças, anexo ao Instituto de Educação de Goiás, recebeu este ano vinte e quatro jovens estudantes do interior do Estado, onde recebem alimentos, casa e instrução inteiramente gratuitas, com a única condição de, depois de formada, regressarem aos seus municípios onde prestarão serviços educacionais por cinco anos (GOIÁS, 1959, p. 27).

No próprio estado de Goiás, porém, eram ínfimas as instituições de ensino secundário público no período em questão neste estudo. Em 1958, o estado goiano só contava com onze (11) instituições nesta modalidade, dentre as quais a de Porto Nacional figurava como a única da região norte, onde atualmente está localizado o estado do Tocantins.

**Quadro 42.** *Relação das instituições de ensino secundário públicas dos Estados de Goiás e Tocantins (1958)*

| Nº. | Municípios | Estabelecimentos Secundários |
|---|---|---|
| | | |
| 01 | Porto Nacional | Ginásio Estadual de Porto Nacional |
| 02 | Goiânia | Colégio Estadual de Goiânia |
| 03 | Goiânia | Ginásio do Instituto de Educação |
| 04 | Goiânia | Ginásio Estadual de Campinas |
| 05 | Goiás | Colégio Estadual de Goiás |
| 06 | Ipameri | Ginásio Estadual de Ipameri |
| 07 | Rio Verde | Ginásio Estadual Martins Borges |
| 08 | Anápolis | Colégio Estadual José Ludovico de Almeida |
| 09 | Morrinhos | Ginásio Xavier de Almeida |
| 10 | Jataí | Ginásio Estadual de Jataí |
| 11 | Luziânia | Ginásio e Escola Normal Americano do Brasil |

**Fonte**: GOIÁS, 1959 (quadro elaborado pela autora).

Não obstante a orientação do governador José Ludovico de Almeida (1955-1958), para que nenhum pedido de matrícula fosse negado por falta de vagas, e que, se necessário, fossem construídos barracões, ranchos ou abrigos para comportar o número de alunos (GOIÁS, 1959), esta preocupação não figurou, no entanto, em relação à região norte do Estado, uma vez que o ensino secundário público estava centrado na região centro-sul do Estado de Goiás. Somatiza-se a esta situação, o rigoroso processo seletivo para o ingresso nos parcos ginásios existentes naquela região, dificultando, ainda mais, o acesso dos jovens ao ensino secundário.

O Ginásio Oficial em Porto Nacional, no mesmo ano de sua instalação passou a ser denominado "Ginásio Estadual em Porto Nacional", por determinação da Diretoria do Ensino Secundário, conforme ofício nº. 62.533 de 10 de abril. Um mês antes, no dia 18 de março, já tinham sido concedida a inspeção preliminar e, ainda, a instituição fora

equiparada por portaria ministerial de nº. 00485/46 (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIAZ, 1946).

A partir do ano de 1946, no entanto, o Ministério da Educação e Cultura se propôs a criar as Inspetorias Seccionais do Ensino Secundário em todos os estados brasileiros, como uma medida objetiva de descentralização dos serviços da Diretoria deste nível de ensino. Esta descentralização constituiria o imperativo da racionalização do trabalho de orientar e aperfeiçoar o ensino secundário. A Inspetoria Seccional de Goiânia foi instalada pela Portaria Ministerial nº. 599, de 13 de agosto de 1954. Então, cabia às Inspetorias, dentre outras atividades, a fiscalização rotineira e validação dos atos dos estabelecimentos (GOIÁS, 1959).

Dessa maneira, o reconhecimento federal do Ginásio foi motivo de muito regozijo para professores, funcionários e alunos da instituição, o que coube uma sessão magna registrada em ata do dia 23 de setembro de 1946, ato este que contou com a presença do Inspetor Federal, o coletor Pio Ayres da Silva (GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL, 1946).

Entretanto, a criação de uma escola nem sempre implicava na existência de um espaço físico especificamente construído para tal fim. O habitual era recorrer a edifícios e locais "não pensados na sua origem como escola", mas que, por diferentes maneiras, se estruturavam total ou parcialmente ao ensino. Como já foi destacado, o Ginásio Estadual portuense foi decorrente de um caso desta natureza, sendo instalado provisoriamente no Palácio Episcopal de Porto Nacional.

Conforme ata de sessão da Câmara Municipal de Porto Nacional, do dia 20 de maio de 1948, o prefeito enviou para esta casa um requerimento do diretor do Ginásio Estadual, Manoel Lima, solicitando uma área de terreno para a construção do prédio e instalação do Ginásio. Na ocasião, o presidente da câmara nomeou uma comissão para fazer um estudo sobre o terreno solicitado. Na sessão do dia 28 do mesmo mês, foi lido o parecer da Comissão de Legislação e Finanças, aprovando a doação do terreno (CÂMARA MUNICIPAL, 1948-1949). Assim, não se sabe, até o momento, o desfecho dessa doação do terreno à construção do Ginásio: o certo é que o município doou ao estado de Goiás um terreno urbano, com área total de 250.000m2, por meio da Lei Municipal nº. 54, de 21 de julho de 1948, conforme escritura pública de 16 de setembro

de 1949, transcrita no Cartório de 1º Ofício do Termo da Comarca de Porto Nacional, para construção de uma Escola Normal Rural[184].

O acordo para a construção do prédio desta Escola Rural, em Porto Nacional, foi firmado pelo governador do estado, Jerônymo Coimbra Bueno (1947-1950), e o prefeito municipal, Antônio José de Oliveira[185], em 17 de janeiro de 1950. O prédio, por sua vez, deveria ser construído de acordo com as plantas e especificações para a construção das Escolas Normais e Rurais expedidas pelo Ministério da Educação e Saúde (Divisão de obras). Este prédio, conforme o previsto pelo convênio, constituiria um patrimônio do estado de Goiás e, a ele competiria providenciar sua instalação e funcionamento dos cursos, consoante com os objetivos dispostos no acordo fundado entre esta unidade da federação e o Ministério da Educação e Saúde. Ao estado de Goiás, por conseguinte, obrigava-se o fornecimento, à prefeitura em processo, a quantia de hum milhão e quinhentos mil cruzeiros (Cr$ 1.500,000,00) para a construção da escola.

Embora este acordo tenha sido assinado em janeiro de 1950, a Assembleia Legislativa só o aprovou em junho de 1951, por meio do Decreto Legislativo nº. 13. Nesta data, o ex-prefeito de Porto Nacional, que havia assinado o acordo, agora estava na Assembleia Legislativa, como deputado estadual, e por outro lado, no executivo do Estado encontrava-se, novamente, o governador Pedro Ludovico Teixeira (1951-1954). Esse contexto político poderá ter proporcionado a aprovação do acordo anteriormente assinado. Assim, em 01 de agosto de 1953, o Ginásio Estadual foi transferido do Palácio Episcopal para este prédio que foi construído para a instalação de uma Escola Normal Rural no município. Ele, portanto, tornou-se a sede definitiva do Ginásio Estadual[186].

Este prédio era localizado, na época, na periferia da cidade, no local que atualmente compõe o centro da cidade. Neste período, o relato do Prof. Edwardes Barbosa[187] põe em evidencia que só havia um roçado para os alunos passarem, colocando em destaque que foram os alunos que fizeram a estrada com os próprios pés.

---

[184] Ver maiores informações no Diário da Assembleia Legislativa, nº. 318 de 3 de julho de 1951.

[185] Como prefeito eleito desta cidade, Antônio José de Oliveira, assumiu o cargo de 13 de dezembro de 1947 a 02 de fevereiro de 1951, data em que renunciou do cargo para assumir o mandato de deputado estadual pela UDN, de 1951 a 1955 e de 1955 a 1959 (CAMPOS; DUARTE, 2002).

[186] Nesse período o INEP distribuía, anualmente, recursos aos estados mais carentes da federação para incrementarem o Ensino Normal. Com esses recursos, foram construídos prédios destinados às Escolas Normais Rurais de Porto Nacional e Pedro Afonso (BRETAS, 1991).

[187] Edwardes Barbosa da Silva foi aluno do Ginásio Estadual de Porto Nacional (1951-1954), nos anos de 1960, cursou o Normal e o Curso de Contabilidade nesta instituição e, posteriormente exerceu, dentre outras, a função de professor.

Mas, mesmo diante dessa realidade, a instituição já era dotada de auditório, como recorda a Profª. Maria Zélia Farias, a qual foi madrinha da primeira turma que concluiu o ginásio neste prédio. Inclusive, segundo ela, as cortinas para o auditório (salão nobre) vieram de Goiânia, o que mostra que ele já era dotado de espaço para as comemorações cívicas e artísticas (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007).

Com a mudança do Ginásio para o novo prédio, fez-se cumprir a Lei Estadual de nº. 186, de 14 de outubro de 1948, que determinava que o imóvel no qual o mesmo fora instalado, inicialmente, deveria ser revertido ao patrimônio da Igreja, caso o ensino ginasial fosse extinto ou passasse a funcionar em prédio estadual.

## 4.2 Da organização do Ginásio Estadual: princípios e finalidades

Conforme consta na ata da primeira reunião da Congregação de Professores do Ginásio Oficial de Porto Nacional, no dia 09 de março de 1946, dentre outros assuntos, foi aprovado o Estatuto Geral do Ginásio e feita a distribuição das disciplinas, de acordo com o programa da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942. Tal ato explicita que o governo de Goiás não se preocupou em elaborar uma lei referente ao ensino secundário do estado, optando por seguir a Lei Federal.

Tomando por base, o Ginásio Oficial de Goiás, o Governo adotou-se neste estabelecimento, por meio do Decreto nº. 26, de 3 de outubro de 1944, o Regimento interno do Colégio Pedro II até que fosse posto em vigor o regimento próprio dessa instituição, em conformidade com o Art. 85, do Decreto-Lei Federal nº. 4.244/1942 (GOYAZ, 1944). Assim, a organicidade do Ginásio Estadual seguiu as diretrizes da legislação federal, elaborada no período ministerial de Gustavo Capanema[188]. Na exposição de motivos dessa reforma, o ministro defendeu que além da formação da "consciência patriótica", "o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação" (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 210).

[188] As reformas de Gustavo Capanema (1942-1946), visando colocar o sistema educacional a serviço da implantação de política "autoritária", alguns temas predominaram neste contexto, os quais se seguem: a educação como problema nacional, a ligação entre educação e saúde, a ênfase na educação física e moral e a educação profissional.

Portanto o ensino secundário deveria estar impregnado de práticas educativas "que transmitissem aos alunos uma formação moral e ética, consubstanciada na crença em Deus, na religião, na família e na pátria" (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA (2000, p. 209). Esse tripé "Deus, pátria e sociedade" está bem presente nas diretrizes que conduziram o desenvolvimento do Ginásio Estadual, de forma que essa ideia vai obter destaque no Regimento Escolar do Ginásio, em 1971. Complementarmente, o parágrafo único do Art. 2º do referido regimento, dispõe sobre a sua identidade ao expressar que o Ginásio Estadual "é uma instituição educativa de caráter cristã e apolítica", e cuja meta prioritária era "a formação integral à juventude, preparando-a para o perfeito desempenho de seus deveres e atribuições para com Deus, a Pátria e a Sociedade" (COL. EST. DE PORTO NACIONAL, 1971a). E essa era a ideia premente que pressupunha formar uma elite exemplar que guiasse e induzisse, por imitação, o comportamento das massas.

Neste contexto, a função do ensino secundário em Porto Nacional era formar jovens, oferecendo uma sólida cultura geral com base nas humanidades e com o objetivo de preparar os homens que assumiriam maiores responsabilidades dentro da sociedade portuense e da região, os quais seriam os "portadores de concepções", as quais se tornariam infundidas naquela população. E, nesse caso, pode-se notar a forte influência do privado - a Igreja - sobre o público - o Ginásio Estadual.

Conforme as análises de Nepomuceno (1994), a educação secundária, nos moldes que foram propostos pela reforma Francisco Campos (1931) - com currículo enciclopédico associado a um processo rigoroso e seletivo de avaliação, conjugada a uma população nacional, basicamente rural e que não recebia, na sua totalidade, sequer a instrução primária - destinou-se de fato aos setores mais abastados da sociedade brasileira e goiana.

Em Porto Nacional, evidentemente, com a reforma do ministro Gustavo Capanema (1942) que sucedeu a reforma Francisco Campos, também por conta de um rigoroso processo de seleção, destinou o ensino secundário, a princípio, àqueles indivíduos social e economicamente privilegiados naquele município e adjacências. O curso ginasial, baseado no ensino clássico propedêutico, servia com ênfase aos interesses dos que objetivavam o ensino superior e as atividades de administração pública e eclesiástica.

Alguns alunos/trabalhadores, que tiveram acesso ao curso, pleiteavam essencialmente as atividades comerciais. Para o Prof. Domingos Dias[189], muitos dos alunos que concluíram o ginásio em Porto Nacional foram continuar os estudos em outros centros tidos como "mais desenvolvidos" (Anápolis, Goiânia, Belo Horizonte, Salvador e São Paulo). Inclusive, esta realidade faz parte da vivência do próprio supracitado, tendo em vista que ele, ao concluir o ginásio, foi estudar em São Paulo sob o argumento de que sua opção por este estado ocorreu em função da necessidade de estudar e trabalhar, concomitantemente, situação esta que não era favorecida em Goiânia, pela escassez de empregos na época (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007). Assim, o ensino secundário em Porto Nacional é regulamentado conforme essas diretrizes e finalidades para oferta do ensino ginasial, que correspondia ao primeiro ciclo do ensino secundário[190].

É relevante, também, conduzir a evidência para o fato de que, desde o ano de 1950, havia a tentativa de implantação do segundo ciclo ginasial, como pode se perceber por meio da ata da Congregação dos Professores do Ginásio Estadual, de 16 de abril de 1950, na qual consta uma discussão sobre o conteúdo de um telegrama do então prefeito de Porto Nacional sobre a possibilidade dos professores assumirem o segundo ciclo, transformando o educandário em Colégio. Os professores consideraram de fundamental importância a criação do segundo ciclo do Ensino Secundário naquela instituição, porém, não aceitaram a tomada de tal medida e, naquele momento, pautaram sua decisão, principalmente, na discordância de uma proposta de acréscimo da carga horária a ser cumprida pelos professores conjugada a uma remuneração que seria inferior à dos estabelecimentos congêneres da capital de Goiás (GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL, 1950). Este fato, de certa forma, revela a maturidade político-profissional daqueles professores, no período em foco, em que já se colocava

[189]Domingos Dias da Silva foi aluno do Ginásio Estadual de Porto Nacional (1947-1950). Posteriormente, ele atuou como professor, em relevo, de Matemática, desta instituição.

[190] Não se pode perder de vista que a própria legislação do período previa a dicotomia entre ensino secundário e ensino profissional. Conforme a Constituição de 1937, o ensino pré-vocacional e profissional se destinava às classes menos favorecidas. Em Vieira e Freitas (2003, p. 100), lê-se que "as reformas empreendidas nesse período tratam de reafirmar e, principalmente, naturalizar as diferenças sociais ao destinar o ensino secundário às elites e o ensino profissional às massas". Além desses aspectos, data também da era Vargas a criação do Serviço Nacional de Aprendiagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC). Porém em Goiás, em função do pequeno número de escolas, quando se criou a Escola Técnica neste Estado, os filhos da elite também a procuravam.

em pauta a discussão sobre as condições de trabalho (jornada de trabalho–remuneração) da categoria.

### 4.3 Os profissionais do Ginásio Estadual: formação, ingresso e gestão

Em relação aos profissionais do Ginásio Estadual, nota-se que o governo que decretou a criação do Ginásio, montou um quadro mínimo de profissionais para atendê-lo. Assim, para dotar de profissionais os três ginásios criados no estado de Goiás - Porto Nacional, ao norte, Ipameri, ao sul e Rio Verde, no sudeste - em 1945, pelo mesmo Decreto-Lei ficaram estabelecidos vinte e oito (28) cargos de professor, três (3) de chefe de disciplina, três (3) de secretário e três (3) funções gratificadas de diretores (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIAZ n. 5115, 1945). Portanto, uma média de nove cargos de professores para cada instituição de ensino. No entanto, em Porto Nacional, a princípio, só foram nomeados dois professores, ambos provenientes do Externato São Thomaz de Aquino.

Assim, embora a Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942) previsse que o provimento, em caráter efetivo, dos professores dos estabelecimentos do ensino secundário deveria ser realizado por meio de concurso público, os primeiros professores do Ginásio Estadual de Porto Nacional foram nomeados pelo governador do Estado. Portanto essas primeiras nomeações encontram-se no Diário Oficial do Estado de julho de 1946, com revalidação a partir de 15 de março deste mesmo ano. Nele dispõe-se que o Minorista (Min) Salvador Pena Mascarenhas, fora nomeado para exercer a função gratificada de diretor, enquanto Sebastião dos Reis Costa, viria a ser secretário, e João Fernandes da Conceição e Marieta Ignácia de Macedo ocupariam cargos de professor (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIAZ n. 5.240, 1946). No entanto, na primeira reunião da Congregação dos Professores do Ginásio, que se realizou no dia 9 de março deste mesmo ano, também são identificados como professores desta instituição educacional os professores Florêncio Ayres da Silva e Maria Eulina Braga.

No decorrer dos anos, por sua vez, percebe-se um aumento no número de professores em função do aumento da demanda de séries e classes. Conforme a ata da Congregação dos Professores do Ginásio Estadual, no início do ano de 1949 - primeiro ano em que foram oferecidas as quatro séries de ensino -, o Ginásio contava com nove (9) professores, cinco (5) do sexo masculino e quatro (4) do sexo feminino.

Nesse contexto, de acordo com o Prof. Antônio Luiz Maya, o ingresso de professores envolvia a "influência" político-partidária, pois se levava a solicitação de provimento de cargo à Secretaria de Estado da Educação e ela nomeava o profissional. Nestes termos, conforme a Profª. Evilácia Dias, existia na região, a figura do professor efetivo e do professor substituto. Assim, quem não fosse nomeado efetivo, após cinco anos de serviço "tornava-se" efetivo. Segundo ela, muitos dos professores que não foram nomeados efetivos ficavam "nas mãos dos políticos" e, por isso, sujeitos a qualquer momento serem exonerados. Mostrando, assim, as tensões vividas pelos professores diante da ingerência dos políticos locais e regionais. Essa situação se estende a outros cargos na instituição, como pode-se perceber o impasse na escolha do secretário do Ginásio no ano de 1947, uma vez que o Prefeito Municipal de Porto Nacional apresentou um segundo nome para ser contratado e, conforme a ata da Congregação de Professores, "sem prévia combinação ou entendimento". Pode-se ler ainda, que essa situação resultou em "sério embaraço no tocante à vida administrativa do estabelecimento, estando, por isso, em dificuldade a solução do caso" (GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL, 1947). Percebe-se, portanto, que esta ingerência político-partidária afetava diretamente a dinâmica escolar, tanto administrativa quanto pedagógica.

Em Porto Nacional, particularmente, encontra-se, também, no processo de indicação dos professores para serem nomeados, nesse período, a figura da Igreja Católica. A Profª Maria Lola Alencar, por exemplo, foi convidada pelo Bispo D. Alano, inicialmente para assumir o cargo de secretária do Ginásio (1949-1950), e posteriormente, o de professora (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007).

E, em se tratando do perfil do corpo docente do Ginásio, percebe-se que os primeiros professores apresentavam uma formação de ensino secundário, cursado no próprio município. Via de regra, as mulheres cursaram o Normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus, instituição dirigida pelas dominicanas desde 1904. Tomando como exemplo, a primeira professora, Marieta Ignácia de Macêdo, foi aluna do curso Normal dessa instituição nos anos de 1930, e o professor João Fernandes da Conceição foi aluno da Escola Secundária Avulsa de Porto Nacional, no final dos anos de 1920.

Além, da referência à Escola Secundária Avulsa, pode-se destacar que a maioria dos homens que, enquanto professores, assumiam cadeiras no Ginásio Estadual de Porto Nacional, em geral, passaram pelo Seminário São José, criado em 1922, e/ou pelo Externato São Thomaz de Aquino. Um exemplo a ser destacado refere-se à figura

do Prof. Florêncio Aires da Silva, ex-aluno e professor do Externato São Thomaz de Aquino nos anos de 1930, considerado um poliglota-autodidata - estudava e ensinava a Língua Portuguesa, o Latim, Inglês, Francês e Grego. Sua singularidade, sobretudo, seria reconhecida mais tarde, quando viria a dar seu nome ao Centro de Ensino Médio derivado do que contemporaneamente é o antigo Ginásio Estadual de Porto Nacional.

Assim, além da atuação masculina do Prof. Florêncio Aires da Silva, na educação portuense, alguns outros professores, com destaque para o nome do Prof. Durval Godinho, tiveram ênfase na educação de Porto Nacional. No caso específico do Prof. Durval, este singulariza-se, também, por cursar, como um dos pioneiros, o Curso Normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus no final dos anos de 1930, período em que foi extinta a Escola Secundária Avulsa de Porto Nacional. É notório, como afirma o Prof. Domingos Dias, que a maioria dos professores era de Porto Nacional, sendo que poucos deles eram provindos de outras cidades. Nesta linha de pensamento, este professor, por meio das suas memórias, elencou o quadro de professores, dos quais ele foi aluno no Ginásio Estadual: 1) Prof. Florêncio Aires da Silva (Francês e Inglês); 2) Prof. João Fernandes da Conceição (Matemática, Português e Latim); 3) Prof. Manoel Ferreira Lima (Português e Latim); 4) Profª. Maria Eulina da Silva Braga (Geografia e Educação Física); 5) Profª. Maria Nimpha Mascarenhas (Geografia e História; 6) Profª. Marieta Macedo (Desenho) (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007).

Assim, tomando como ponto de partida que, a maioria dos professores, se não a totalidade, eram secundaristas, esses professores tiveram que, no decorrer do exercício do magistério, irem se capacitando para atender as exigências legais. O Prof. Luiz Maya destaca que o profissional, apesar de ser indicado pelos políticos, deveria ter uma determinada formação, mesmo que não fosse pedagógica, como era o caso dos médicos, advogados e outros profissionais liberais que assumiam a função de professor. Ele explica, também, que no seu caso fora convidado e indicado, e assim como muitos, submeteu-se às exigências de qualificação para o magistério secundário[191] (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007).

E, uma das alternativas do governo federal para resolução dessa situação de qualificação dos profissionais do magistério, comum aos vários estados brasileiros em meados dos anos de 1950, foi a criação da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do

[191] A formação inicial do Prof. Antônio Luiz Maya era, efetivamente, eclesiástica.

Ensino Secundário (CADES), pelo Decreto 34.638 de 17/11/1953[192]. Até 1958, todavia, a CADES, juntamente com a Inspetoria Seccional do Ensino Secundário em Goiás[193], já haviam oferecidos vários cursos no estado, tais como o Curso de Secretários, Jornada de Estudos para diretores e os Cursos de orientação para exame de suficiências[194]. No Plano de Atividades para o ano seguinte (1959), Porto Nacional estava contemplada como polo de formação de professores. Para esta cidade estava previsto a realização de um curso de aperfeiçoamento para professores, que se configurava a partir das seguintes informações:

> a) Tipo: curso breve, com a duração de um mês; b) Época: julho de 1959; c) Local: cidade de Porto Nacional sob a coordenação de um representante da CADES; d) Matérias: Didática de Matemática, de Português, de Francês, de Inglês e de Didática Geral; e) Mestres: professores-técnicos, enviados pela CADES (GOIÁS, 1959, p. 68).

Nessa perspectiva de formação de professores, o Prof. Luiz Maya relata, portanto, que este programa nacional era destinado à categoria de profissionais, que por seu turno, não apresentavam formação pedagógica. No caso específico do Ginásio Estadual de Porto Nacional, compreendia a totalidade dos seus professores, uma vez que, mesmo aqueles formados no curso Normal tinham que participar dos cursos da CADES para lecionarem no ensino secundário, tomando como ponto de partida que, o curso Normal era destinado ao nível primário de ensino (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007). E, portanto, no curso proposto pela CADES para ser ministrado em Porto Nacional, contemplava, justamente, as questões da didática, principalmente, referente à matemática e as línguas portuguesa, francesa e inglesa.

Em relação à organização dos professores, percebe-se que se manifestava pela chamada "Congregação dos Professores do Ginásio Estadual". Esta Congregação era composta do corpo docente do respectivo estabelecimento oficial de Ensino secundário

---

[192] A finalidade da CADES era habilitar professores do ensino secundário em expansão, fornecer instalações adequadas para atender a esse crescimento, forçando uma ampliação pelo poder público dos recursos financeiros para tal empreendimento (NUNES, 2000). Segundo Ribeiro (1998), a CADES é mais um dos órgãos que foram criados dentro do princípio de modernização da educação e da defesa de uma política educacional de âmbito nacional. Ver maiores informações sobre esse Programa no capítulo V deste trabalho.

[193] As Inspetorias Seccionais do Ensino Secundário eram instâncias "menores", subordinadas às Secretarias Estaduais de Educação, responsáveis pela administração do ensino secundário nas cidades.

[194] Os exames de suficiência, de acordo com a Lei nº 2.430, de 19 de fevereiro de 1955, conferiam aos aprovados o registro de professor do ensino secundário e o direito de lecionar onde não houvesse disponibilidade de licenciados por faculdade de filosofia.

e era presidida pelo diretor da instituição. Esta organização realizou a sua primeira reunião, antes de iniciar as aulas do Ginásio, no dia 9 de março de 1946. Assim, conforme atas dessa instituição, nesse espaço se discutia assuntos os mais diversos da escola, como questões de cunho pedagógico, relação professor/aluno, relação entre os professores e entre estes e a direção da instituição, tomada de decisões coletivas entre os participantes das reuniões, e ainda era o espaço de divulgação de informações provenientes da Secretaria de Educação do Estado[195] (GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL, 1946-1960).

Aspectos como a remuneração dos professores locais, daquele período, também ganha voga, pois a Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942) dispunha que a remuneração docente seria assegurada, de forma condigna e pontualmente. Todavia, com base nas informações da Profª. Evilácia Dias, esta remuneração era paga, no início, pela coletoria e, depois, passou a ser feita por cheque do antigo Banco do Estado de Goiás (BEG). Mas, como em Porto Nacional não tinha a agência do BEG, os professores precisavam ir à Pedro Afonso, periodicamente, para sacar o dinheiro (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007).

Segundo os professores o salário não era tão ruim, porém demorava muito para que eles recebessem sua remuneração. Reabrindo um diálogo entre passado e presente a Profª. Maria Lola[196], que vivera tal situação, revela a contradição entre a legislação e a prática quando relata que: "o pagamento, a gente não recebia todo mês não, quando entrei passei um ano sem receber, do começo do ano até dezembro, às vezes vinha parcelado, se tivesse sorte recebia todo". Essa professora, ainda acrescenta que, "aqueles mais sabidos iam à Secretaria da Fazenda, conversavam, aí recebiam" (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 100).

Essa lembrança é compartilhada tanto pela Profª. Maria Zélia Farias, quando expressa que "naquele tempo ainda tinha um detalhe, os governadores eram ruins para pagar", quanto pela Profª. Evilácia Dias, quando esta relata que "não recebia todos os meses não, pois às vezes atrasava, passavam seis meses, um ano inteiro". Esta última

---

[195] Embora não se tenha acesso a registros dos professores portuenses associados à determinada organização profissional, em 1948 já existia no estado de Goiás a Associação Goiana de Educadores (AGE). Conforme anteprojeto de estatuto desta instituição, poderiam ser sócios: professores de qualquer ramo de ensino, os inspetores de ensino, técnicos de educação, diretores de estabelecimentos de ensino, museus e bibliotecas públicas, e outros funcionários administrativos da categoria, que militem no setor da educação pública (O POPULAR n. 937, 1948)

[196] Maria Lola Alencar exerceu os cargos de secretária e professora do Ginásio Estadual de Porto Nacional. Ministrava as disciplinas de Ciências Físicas e Biológicas e, também, Trabalhos Manuais.

professora ainda acrescenta que, após sua aposentadoria, trabalhou no Colégio Estadual e não foi paga: "tapearam-me com um contrato que até hoje nunca saiu, trabalhei um ano, de março até dezembro" (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 70-71).

Percebe-se, portanto, que em Porto Nacional, não diferentemente de outras regiões brasileiras, embora fosse próprio da época atribuir prestígio, distinção e respeito a todos aqueles que se dedicavam ao ensino, isto não significava uma justa retribuição pecuniária aos professores. Por vezes, muitos dos professores portuenses passavam por dificuldades financeiras, de modo restrito, por conta dos salários que nem sempre eram suficientes para manter as suas necessidades básicas, com o agravante que a remuneração pelo trabalho ainda chegava a atrasar por vários meses, até mesmo por um ano.

Ao se tratar do processo de administração da instituição escolar, do período, a Legislação em vigor previa que:

> A administração de cada estabelecimento de ensino secundário estará enfaixada na autoridade do diretor, que presidirá ao funcionamento dos serviços escolares, ao trabalho dos professores, às atividades dos alunos e às relações da comunidade escolar com a vida exterior, velando para que regularmente se cumpra, no âmbito de sua ação, a ordem educacional vigente no país (BRASIL, 1942).

Destarte, faz-se nítido que o cargo de diretor do estabelecimento de ensino, nesse contexto histórico e educacional, era um lugar de destaque, antes de mais nada, porque a figura do diretor simbolizava o "representante direto do governo estadual" no âmago da escola e, neste caso, também da Igreja nessa instituição. Então, sobre o diretor recaia todo o poder emanado dos seus superiores, e além da responsabilidade administrativa, ele ainda ministrava aulas aos alunos.

A Profª. Cybele Neiva informa que o Min. Salvador Pena Mascarenhas veio de Minas Gerais para exercer o cargo de diretor do Ginásio Estadual (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007). O seu trabalho começou com a organização da reabertura do Externato São Thomaz de Aquino, assumindo a sua direção. Percebe-se, então, que o seu papel foi o de dar organicidade e encaminhamentos necessários para o funcionamento do Ginásio no município de Porto Nacional, sob a responsabilidade da Igreja.

Por isso, algumas das referências que se tem sobre o Min. Salvador Pena Mascarenhas, trazem como característica básica, a organização, como expressa a Profª. Cybele: "Salvador Pena era muito bem organizado" (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007,

p.40). Realmente, Salvador Pena Mascarenhas ficou no cargo de diretor do Ginásio Estadual durante um ano sendo que, no dia 14 de março de 1947, fora realizada, nesta instituição, sessão solene de sua despedida, na qual houve a transferência do cargo de diretor para o Prof. Manoel Ferreira Lima.

O cargo de diretor do Ginásio Estadual de Porto Nacional foi assumido, prioritariamente, pela figura masculina. Da sua instalação, em 1946, até os anos da década de 1960, dos sete professores que o assumiram como diretores, somente uma era mulher. Essa realidade mostra que, mesmo com a crescente presença de mulheres atuando como professoras, isso não impediu que, por sucessivas décadas, o cargo de direção da instituição escolar fosse ocupado, quase que unicamente, por homens. E isso demonstra que o universo masculino primava pelo espaço de poder da autoridade máxima designado pelo cargo de direção, um elemento para constituir o que era o representante primaz do Estado na instituição.

**Quadro 43.** *Nome dos diretores que administraram o Ginásio Estadual de Porto Nacional (1946 -1960)*

| Nº. | Nome do Diretor(a) | Período |
|---|---|---|
| | | |
| 01 | Salvador Pena Mascarenhas | 1946 |
| 02 | Manoel Ferreira Lima | 1947-1950 |
| 03 | Antônio Balestra Filho | 1950-1952 |
| 04 | Moacir Lopes Sampaio | 1953-1954 |
| 05 | Maria Eulina da Silva Braga | 1954-1955 |
| 06 | Pedro Correa de Sá | 1956-1958 |
| 07 | Antônio Luiz Maia Leite | 1958-1960* |

**Fonte**: CEM PROF. FLORÊNCIO AIRES, 1995.
*Antônio Luiz Maia Leite permaneceu no cargo de diretor do Ginásio até o ano de 1971.

Percebe-se, que os dois professores que mais tempo permaneceram no cargo de diretor, da implantação do Ginásio Estadual aos anos de 1960, tinham uma formação inicial eclesiástica: o Prof. Manoel Ferreira Lima (1947-1950), "preparou-se para ser padre e deixou na última hora", afirma a Profª. Cybele Neiva, e o Prof. Antônio Luiz Maya (1958-1971), após o Curso Científico, foi, segundo ele, "encaminhado para Roma para completar o curso de Filosofia na Universidade Gregoriana de Roma, exatamente, na linha de formação eclesiástica". Além desses, o primeiro diretor, também, seguia a

mesma linha de formação; e, por fim, para além do período delimitado, vale destacar que o Prof. Valdemar Rodrigues, diretor nos anos de 1970, afirma que "[...] a projeção minha seria o sacerdócio, que eu sabia que não tinha vocação". Este último trabalhou 22 anos no Colégio Estadual, desses, 12 anos como diretor (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 40,16-17, 152).

Essa "relação de poder" no âmbito da ocupação institucional é notória, ainda, ao se tratar da função de secretário do colégio. Esta função, também considerada de "confiança" do governo, era, todavia, submissa ao diretor. No Ginásio Estadual de Porto Nacional, ao contrário do quadro humano demonstrado na ocupação da direção, somente um homem assumiu o cargo de secretário, Sebastião Lopes (1946), permanecendo por um ano. Sobressaindo, assim, a figura feminina como: Maria do Socorro Florentino, Maria Lola Alencar e Maria Dionê Alencar.

Vale ressaltar, também, nesse contexto, que a inspeção escolar que deveria ser efetivada sob o ponto de vista administrativo e ainda com o caráter de orientação pedagógica, encontrava-se, no Ginásio Estadual, sob a responsabilidade de pessoas que exerciam o poder, preeminente, político-administrativo no município, em detrimento de conhecimentos educacionais. Tomando como exemplo os dois primeiros inspetores desta instituição, pode-se comprovar essa assertiva. O primeiro inspetor, Pio Ayres da Silva, exercia, também, no período (1946) o cargo de coletor federal desta cidade. O segundo, por seu turno, foi o agrônomo Raimundo Ayres Braga que exercia o cargo de chefe do Posto Agropecuário local. Percebe, no entanto, que estes inspetores permaneceram no exercício deste cargo por um período de tempo curto, uma vez que, em um ano, passaram pelo cargo três inspetores, assim, em dezembro de 1947, encontrava-se o terceiro inspetor desta instituição, Joaquim da Costa Campos e em 1948 Raymundo Ayres Braga.

Ainda se tratando das questões de administração da instituição escolar, percebe-se que o fato de estar localizada na região norte do Estado, a longa distância da Secretaria Estadual de Educação, não possuía grandes barreiras de comunicação. E isso ocorreu, peculiarmente, em função do município de Porto Nacional fazer parte da rota aérea do norte do estado de Goiás, na qual as correspondências oficiais chegavam com

maior rapidez porque vinham de avião, minimizando o isolamento e provendo as escolas das informações e decisões educacionais num tempo mais preciso[197].

Aqui, é bastante propício evidenciar que os primeiros diretores e professores do Ginásio Estadual portuense destacaram-se, no âmbito de sua sociedade, pela "cultura geral" que possuíam. E isso se particulariza, inclusive, pelo domínio de uma língua estrangeira, principalmente o francês, que a maioria possuía.

Esses dados condizem com a memória coletiva portuense, que sinaliza que, desde os primeiros anos, a qualidade do ensino do Ginásio Estadual passou a ser garantida pelos professores, escolhidos entre a "elite intelectual" da cidade (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007).

## 4.4 O currículo escolar: seus desdobramentos no cotidiano do Ginásio Estadual de Porto Nacional

Percebe-se que a estrutura educacional, já presente no município de Porto Nacional, proporcionou, em certa medida, o atendimento do currículo previsto na Lei Orgânica do Ensino Secundário, caracterizado pela predominância do "enciclopedismo", com a valorização da cultura geral e humanista (ROMANELLI, 2002). Se tratando da língua francesa, percebe-se que, desde cedo, as alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus, por exemplo, tinham contato com esta língua, uma vez que, a maioria das freiras era francesa. Já no Seminário/Externato São Thomaz de Aquino, além da língua francesa, os alunos tinham contato com a língua latina e grega como disciplinas básicas ministradas pelos dominicanos. Segundo o Prof. Valdemar Rodrigues, o conhecimento da língua latina era exigência para os seminaristas (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007).

Por meio da Ata nº. 3 da Congregação dos professores do Ginásio Estadual, é possível verificar as disciplinas ministradas e os respectivos professores responsáveis (Cf. Quadro 44, p. 219). Percebe-se, portanto, uma estreita relação com as disciplinas propostas pela legislação em vigor em 1949. Entretanto, além dessas disciplinas, a legislação ainda previa a disciplina de Educação Moral e Cívica que, juntamente com a Educação Física e a Educação Militar (esta última ministrada para os alunos do sexo

[197] Segundo Cavalcante (1999), havia duas rotas na região: a rota do Araguaia e a rota do Tocantins. Porto Nacional estava nessa última, com escalas em Goiânia, Níquelândia, Paraúna, Natividade, Tocantínia, Pedro Afonso, Filadélfia, Tocantinópolis, Itaguatins, num percurso de 2 mil e 610 Km de ida e volta.

masculino), compunham as disciplinas básicas para consolidação do espírito patriótico e nacionalista (ROMANELLI, 2002).

No que tange à Educação Moral e Cívica, esta deveria ser difundida, essencialmente, por meio dos estudos de História e Geografia, e na prática durante as festas e comemorações escolares. Sua finalidade era despertar o povo e os alunos para a educação patriótica. Deste modo, eram comemoradas as datas cívicas nacionais, estaduais e municipais, ocasião em que eram entoados os hinos e cânticos patrióticos e realizados os desfiles cívicos em ruas e praças da cidade.

**Quadro 44**. *Relação dos professores do Ginásio Estadual de Porto Nacional e as respectivas disciplinas e séries às quais iriam ministrar (1949)*

| Professores | Disciplinas | Séries |
|---|---|---|
| Florêncio Aires da Silva | Inglês | 2ª, 3ª e 4ª |
| | Francês | 4ª |
| Said Elias Daher | Matemática | 1ª, 2ª, 3ª e 4ª |
| Generosa Pinto de Castro | Português | 1ª, 2ª e 3ª |
| Milton Aires | História Geral e do Brasil | 1ª e 2ª |
| | História do Brasil | 3ª e 4ª |
| | Ciências Naturais | 3ª e 4ª |
| Maria Ninpha Resende Rocha | Geografia Geral | 1ª e 2ª |
| | Desenho | 1ª e 2ª |
| Durval Godinho | Geografia do Brasil | 3ª e 4ª |
| | Educação Física | Sexo masculino |
| Manoel Ferreira Lima* | Latim | 1ª, 2ª, 3ª e 4ª |
| | Português | 4ª |
| | Francês | 1ª, 2ª e 3ª |
| Maria Eulina da Silva Braga | Desenho | 3ª e 4ª |
| | Economia Doméstica | 3ª e 4ª |
| | Educação Física | Sexo feminino |
| Marieta Ignácio de Macêdo | Canto Orfeônico | 1ª, 2ª, 3ª e 4ª |
| | Trabalhos Manuais | 1ª e 2ª |

**Fonte**: GINÁSO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL, 1949 (Quadro elaborado pela autora).
*Acumulava o cargo de diretor.

Em relação ao "espírito" de civismo, a Profª. Maria Lola deixa expressa sob que condições o mesmo se desenvolvia: "ai do colégio que não participasse do desfile

de 7 de setembro", conforme esta professora "o civismo era muito presente", citando a disciplina Educação Moral e Cívica como um dos instrumentos utilizados dentro deste processo (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 99-100). No mesmo ano de implantação do Ginásio, as comemorações do dia 7 de setembro já foram destaque na Revista Educação e Saúde (1946), na qual são descritas as atividades realizadas pelos alunos, professores e comunidade:

> O dia 7 de Setembro, que se festeja como o dia da Pátria, teve animadíssima celebração, levada a efeito pelo Ginásio Estadual. Às seis e meia horas aos sons do Hino Nacional foi hasteado a pavilhão. Usaram da palavra diversos oradores, professores e alunos, enaltecendo a data histórica de tanta significação política e social. Desfile dos alunos uniformizados, cantando hinos patrióticos. Em frente ao Ginásio houve demonstrações esportivas das ginasianas. No campo de esportes e de educação física os ginasianos agradaram sobremaneira o público local com variados números de ginástica. [...]. Era uma vibração solene de brasilidade o desfile ritmado de jovens e refletindo nos olhos o fogo sagrado do patriotismo. Graças à força de vontade do Diretor e professores e a inteligência e o otimismo dos alunos, causou sucesso o programa das solenidades do Dia da Pátria (REVISTA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1946, p. 80).

As datas cívicas, folclóricas e religiosas eram comemoradas pela comunidade escolar com a participação das famílias dos alunos e, por vezes, pelas autoridades do município. Já a Música, sob a influência de Heitor Villa-Lobos, tinha um papel central neste esforço educativo, pois, basicamente, consistia em desenvolver a educação musical artística através do canto coral popular, ou seja, o Canto Orfeônico[198]. Para o músico, de acordo com Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 108), é de suma importância que "o canto orfeônico, praticado pelas crianças e por elas propagado até os lares, nos dará gerações renovadas por uma bela disciplina da vida social, em benefício do país, cantando e trabalhando, e, ao cantar, devotando-se à pátria".

Nesse horizonte, a professora Ivanilde Chystal[199], descrevendo as metodologias utilizadas no período em estudo, destaca que na disciplina de Língua Portuguesa trabalhava-se, também, com a "análise e interpretação de hinos patrióticos e de canções populares". A professora analisava a letra do "Hino Nacional Brasileiro e

[198]Destacam-se o canto orfeônico do Hino Nacional, do Hino da Independência, do Hino da Proclamação da República e do Hino à Bandeira Nacional. Esses hinos deveriam ser cantados nos estabelecimentos de ensino do país, principalmente, na comemoração do Dia da Pátria.

[199] Ivanilde Aires Chystal foi aluna do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Ingressou oficialmente na educação no dia 16 de outubro de 1957. Exerceu vários cargos no magistério (professora, diretora, supervisora). Foi professora na Escola Estadual Irmã Aspásia, no Grupo Escolar D. Pedro II e no Colégio Estadual.

canções populares bonitas, cantantes e alegres de que os alunos gostavam". Essa metodologia utilizada é o reflexo do processo de formação pelo qual a professora também passou, pois ao destacar alguns conteúdos estudados na disciplina de História, enquanto aluna no Colégio Sagrado Coração de Jesus, ela aponta: "as datas cívicas e comemorações, a História do Descobrimento da América, Descobrimento do Brasil, Inconfidência Mineira, Independência do Brasil, Proclamação da República, sem falar na letra e música de todos os hinos patrióticos." A professora Ivanilde Chystal, acrescenta ainda, que existiam as "aulas de Moral e Cívica e Polidez onde a gente aprendia as boas maneiras, como se portar na sala de aula, na sociedade, na igreja e em qualquer lugar onde você pudesse estar" (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 79; 83).

Com efeito, assim como as demais disciplinas, a formação musical também, compôs o currículo do Ginásio Estadual, uma vez que as normalistas do Colégio Sagrado Coração de Jesus tiveram a oportunidade de cursar a disciplina Ensino de Música, com acesso a instrumentos musicais - piano, harmônio e bandolim, adquiridos na França, como expressa a professora Ivanilde: "Tínhamos também aula de música e Canto Orfeônico com ensaios e apresentações nas festas do Colégio" (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 78).

A Educação Militar, por seu turno, não fora oferecida como disciplina específica no ensino portuense. Mas, por outro lado, o município presenciou a implantação do Tiro de Guerra (294) em 1953[200]. Segundo Godinho (1988) esta instituição foi criada pela portaria ministerial nº. 42, de 11 de fevereiro de 1953, subordinado à 8ª Região Militar do Pará. O primeiro diretor fora o próprio Godinho, acima citado, e ele atribuiu a D. Alano e às Irmãs Dominicanas a solicitação de criação ao Ministério do Exército por meio do portuense Capitão Leopoldo Freire dos Santos[201]. Iniciou-se o Tiro de Guerra com 50 reservistas que se alojavam no convento dos padres e tomavam as refeições no Colégio das freiras. O Prof. Edwardes Barbosa fez parte dessa primeira turma, que começou no dia 22 do mesmo mês de criação.

Ainda sobre o disposto nos currículos, a Constituição de 1937 estabeleceu no Art. 131, que a Educação Física e os Trabalhos Manuais seriam obrigatórios em todos

[200] O primeiro Tiro de Guerra de Porto Nacional foi criado em 1º de novembro de 1916, subordinado à Região Militar de São Paulo. Segundo Godinho (1988), esta instituição na época, não teve vida longa.
[201] Leopoldo Freire dos Santos foi aluno do Ensino Primário do Colégio Sagrado Coração de Jesus e da Aula avulsa de instrução secundária de Porto Nacional, no início dos anos de 1930.

os níveis de ensino, o que coadune com a Lei Orgânica do Ensino Secundário. Então, deveriam participar da Educação Física os alunos com até vinte e um anos de idade.

Em relação ao Ensino Religioso, a Constituição Brasileira de 1937 ordenou que fosse inserido nas escolas públicas, conseguindo, assim, barrar os projetos de neutralidade e laicidade do ensino defendido pelos pioneiros da educação nova. E, sobre a instituição do Ensino Religioso, em matéria do Correio Oficial de 1938, fica nítida a reação governamental ao Movimento Nacional dos Profissionais de Educação:

> Com o ensino cívico e religioso, deixamos os atalhos e encruzilhadas do modernismo, de intenções ocultas, para voltar ao roteiro certo das nossas tradições. Com a educação física e os trabalhos manuais, defendemos os músculos, o sistema nervoso, a atenção e os pendores vocacionais. A valorização do corpo e do espírito, eis o sistema educacional do Estado Novo (CORREIO OFICIAL n. 3.753 *apud* CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 82).

Como se vê, o Ensino Religioso teve, também, o seu espaço assegurado no texto constitucional de 1946, como se depreende do Art. 168: "o Ensino Religioso constitui disciplina dos horários oficiais, e é de matrícula facultativa e será ministrada de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz ou por seu representante legal ou responsável" (BRASIL, 1946). Nesta instância, é curioso que a legislação pertinente deixou para as autoridades eclesiásticas, diga se de passagem, católica, a responsabilidade de fixarem os programas do Ensino Religioso e o seu regime didático. Como diz Vaz (1997, p. 275): "A Constituição Estadual, em consonância com a Federal, foi decretada em nome de Deus".

No contexto posto, sem dúvida, não faltavam professores habilitados para ministrar a disciplina de Ensino Religioso no Ginásio Estadual, uma vez que a formação da maioria dos professores era de cunho religioso, em função do caráter de suas instituições formadoras. Ao destacar as disciplinas trabalhadas no Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus, a Profª. Maria Zélia Farias expressa que o Ensino Religioso era uma das disciplinas em maior relevo, e era dividida em três matérias - o Catecismo, os Evangelhos e a História Sagrada (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007).

Conforme o Prof Antônio Luiz Maya, na época, padre e diretor do Ginásio, e professor da disciplina Ensino Religioso na instituição, ele trabalhava com alunos de todas as denominações religiosas. E segundo esse professor esse fato nunca foi um problema, pois os alunos frequentavam suas aulas, "sem discutir e sem brincar"

(RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007). Para tanto, se considerar a hegemonia da religião católica sobre as demais, naquele período, é bem provável que seus princípios eram predominantes. O que coadune com a análise de Hora (1993), citado por Pires (1997), quando expressa que o Ensino Religioso é a expressão, também, do contexto moralista por que passa o País, naquele período histórico em tela.

O ensino religioso, ao mesmo tempo em que servia de instrumento para a formação moral da juventude, tornava-se também um mecanismo de cooptação da Igreja Católica e uma arma poderosa na luta contra o liberalismo e o comunismo e no processo de inculcação dos valores que constituíam a base de justificação ideológica do pensamento político autoritário (HORA, 1993 *apud* PIRES, 1997, p. 170).

Ao se tratar da metodologia de ensino utilizada pelos professores, a Profª Ivanilde Chystal, destaca que havia uma variedade de métodos, de acordo com cada classe. Segundo ela, enquanto professora da disciplina Língua Portuguesa, destaca que:

> Predominavam: aulas expositivas, registro de conteúdos das aulas, elaboração e apresentação de trabalhos em grupo, trabalhos individuais, criação de textos em prosa e versos, redação prática e criadora. A gente trabalhava com a redação oficial, os alunos aprendiam fazer cartas, ofícios, relatórios e a composição criadora onde a gente dava liberdade para a imaginação do aluno criar (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 82).

Neste aspecto o Prof. Edwardes Barbosa, destaca que, realmente, a metodologia era específica de cada professor, porém, o mesmo recorda que a "síndrome da decoreba" permeava a maioria das aulas, indicando que havia uma valorização da memorização e a postura passiva dos alunos[202] (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007).

Em relação ao número de alunos por classe, a Profª Ivanilde, destaca que as turmas eram formadas, geralmente, por 35 a 40 alunos, porém segundo a professora, houve épocas que em função da procura dos alunos e dos poucos espaços disponíveis, trabalhavam com mais de 50 alunos por turma.

Em relação ao uso do tempo escolar, cabia à escola, antes do início do período letivo, a distribuição da carga horária para cada matéria, observadas as determinações dos programas quanto aos números de aulas semanais de cada disciplina e de sessões semanais de Educação Física. O ano letivo compreendia nove meses. Tinha início em meados do mês de março e terminava em dezembro. Os sete últimos dias do mês de junho seriam de descanso escolar. Além destes, tinham os feriados, que muitas das

[202] Ver sobre a memorização mecânica da educação em Souza (1998).

vezes se tornavam festa na escola. No entanto, conforme a Profª. Maria Lola, que também foi secretária do Ginásio, a montagem do horário escolar era muito laboriosa. O Prof. Edwardes Barbosa recorda que os horários das aulas e de todas as atividades do Ginásio tinham que ser cumpridos rigorosamente (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 99-100). Observa-se que este panorama da rotina escolar estava conjugado ao ideário da Reforma do ensino secundário de 1942, uma vez que, um dos objetivos da obrigatoriedade desse curso era criar o hábito social da passagem pela escola, a obrigatoriedade da frequência.

No que se trata à qualidade do ensino nesta instituição, o Prof. Edwardes Barbosa destaca que "devido ao empenho e ao compromisso da direção, dos professores e toda a equipe envolvida com a educação dos jovens do Norte Goiano, o ensino do Ginásio Estadual de Porto Nacional se tornou o melhor ensino do Norte de Goiás". Compartilhando essa memória, a Profª. Creuza Ayres declara: "realmente tivemos professores audaciosos, professores convictos de que ensinar é levar o aluno a conhecer o que é a gramática, a vida, o léxico" (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 33, 59).

Todavia, o Prof. Antônio Luiz Maya destaca que, de certa forma, esta instituição, no início do seu funcionamento, era vista como inferior ao Colégio Sagrado Coração de Jesus. Esse fato fez com que alguns pais continuassem matriculando os seus filhos numa instituição particular confessional, principalmente no que se referia às mulheres (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007).

Sem dúvida, não se pode questionar a concepção relativa à "qualidade de ensino" daqueles pais, em especial porque sua visão se baseava no estado de confiança em uma instituição com mais de quatro décadas de existência na época, como era o caso do Colégio em questão, e, por outro lado, a coeducação não era orientada pelo governo e nem aceita por determinadas famílias. No entanto, no decorrer do desenvolvimento desta instituição, ainda conforme o Prof. Antônio Luiz Maya, as famílias portuenses foram dando maior valor ao ensino público oferecido pelo Ginásio Estadual.

Assim, da primeira turma matriculada, por exemplo, é possível que sejam destacados alunos que ocuparam os cargos de prefeito, vereador e deputado em anos subsequentes, bem como alunos que chegaram a usufruir de ocupações em cargos públicos considerados dos mais expressivos na sociedade portuense e, ainda, destaca-se também, os que seguiram carreiras liberais, como advogado, farmacêutico, médico, geólogo, contabilista, dentre outras como a carreira do magistério.

## 4.5 Processo de avaliação: o exame de admissão e a avaliação escolar

Para o ingresso no Ginásio Estadual da antiga região norte de Goiás, via de regra, era realizada uma seleção por meio do exame de admissão, como se pode constatar na fala do Prof. Domingos Dias da Silva, quando expressa que "em 1946, houve a primeira seleção para o Ginásio Estadual em Porto Nacional e, nessa primeira seleção, eu não consegui ser aprovado: só fui aprovado no ano seguinte" (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 49).

É um fato marcante que o "exame de admissão" foi, por muitas décadas, a linha divisória decisiva entre a escola primária e a escola secundária. Funcionou como um "rito de passagem", cercado de significados e simbolismo, e carregado de conflitos para os adolescentes que, em sua maioria, eram ainda incapazes de lidar com fracassos de tal dimensão.

Conforme Nunes (2000), a seletividade do ensino secundário era agravada por esse exame, tendo em vista que o fracasso nos exames era praticamente inevitável, o que acarretou a disseminação dos cursos de admissão organizados, principalmente, por particulares, mantidos à custa de altas taxas e dificultando condições à população mais pobre de participar do processo seletivo.

Em Porto Nacional é condizente ilustrar essa situação com a fala do Prof. Edwardes Barbosa, quando este relata uma experiência relacionada ao processo de admissão: "em outubro de 1950 voltei para Porto Nacional para fazer o Curso de Admissão, um curso preparatório para o exame seletivo para poder ingressar na 1ª Série, hoje 5ª Série do Curso Ginasial". Ainda por meio das memórias do professor em relevo, em relação ao resultado do exame de admissão em 1950, ele relata que "foi muito triste ver tantos colegas, uns já quase jubilando, outros que já haviam prestado esse exame umas duas vezes ficarem reprovados" (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 58).

Para Romanelli (2002), o rigor do processo seletivo e a ênfase dada à avaliação eram características básicas da legislação da educação em vigor. Contextualmente, no Ginásio Estadual não se fugia à regra. E a justificativa, segundo o Prof. Antônio Luiz Maya, se fundamentava no número de vagas insuficientes para atender a demanda dos postulantes, que vinham em grande quantidade dos municípios vizinhos, aumentando o contingente dos alunos egressos do curso primário dos diversos estabelecimentos de ensino da própria cidade (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007).

A operacionalização do exame se dava por meio da solicitação formal do candidato à direção do estabelecimento, pagamento de uma taxa, apresentação de documentos pessoais e atestado médico. A prova de admissão era oral e escrita, e se dividia em Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais e Conhecimentos Gerais. Destas retirava-se a média geral e, se aprovado o candidato, este era matriculado para cursar a primeira série do ginasial.

Considerando, tamanha a importância do processo de admissão ao curso Ginasial no contexto desta instituição, embora fundado em legislação posterior, Regimento do Colégio Estadual em Porto Nacional/1971, observa-se que esse Regimento, compunha-se de dez (10) artigos que regulamentavam esse processo. Desses artigos, nove (9) tratavam do exame de seleção, sendo cinco deles (5) em caráter bastante específico:

> **Art. 43** – Os exames de seleção à 1ª série do Curso Ginasial tem por finalidade verificar satisfatória a educação primária; Art. 44 – Os exames de seleção constarão de provas escritas das disciplinas fundamentais do ensino primário, a saber: Português e Matemática, Estudos Sociais e de Conhecimentos Gerais; Parágrafo único – As provas a que faz alusão o presente artigo deverão ter um caráter essencialmente objetivo e serão feitas escritas; Art. 45 – Os programas de cada disciplina para o exame serão elaborados comissões de professores e aprovados pela Diretoria do Estabelecimento; Parágrafo 1º - Os exames de seleção serão feitos perante comissão examinadora, constituída de professores das respectivas disciplinas no Colégio, designados por portaria do Diretor do Estabelecimento; Parágrafo 2º - não poderão fazer parte da comissão examinadora quem houver lecionado a candidatos aos exames; Art. 46 – Serão consideradas disciplinas eliminatórias o Português e a Matemática; Art. 47 – Será nota mínima de promoção 05 (cinco) para Português, Matemática e nota global de conjunto, obtida por média aritmética simples das notas das provas (COL. EST. DE PORTO NACIONAL, 1971a).

Como já se mencionou neste estudo, acrescenta-se, aqui, a existência do processo rigoroso de avaliação escolar. Para a avaliação, eram frequentes as provas orais e escritas dissertativas. No final de cada semestre, era montada uma banca examinadora composta por professores da disciplina e o inspetor escolar. Cada professor, inclusive o inspetor, tinha o direito de fazer perguntas ao aluno e de dar a sua nota. Quem tivesse média para aprovação não fazia as provas finais e, quem não conseguisse média mesmo com o exame final, tinha outra oportunidade nos exames de segunda época, que ocorriam, geralmente, no início do ano letivo seguinte.

A Profª Ivanilde Chystal descreve o processo de avaliação, assim ela relata:

> Eu sou do tempo que ainda usava prova parcial no meio do ano e prova final depois de todo o ano letivo, de todo o conteúdo. A gente fazia o planejamento, e, no final de cada bimestre avaliava o trabalho desenvolvido, ai partia para o replanejamento, considerando a avaliação também para efeito quantitativo, porque a importância da mesma e medir o aluno quantitativa e qualitativamente, porque a tendência nossa é avaliar só a parte que ele rendeu em termos de nota propriamente dita, às vezes, o aluno bom não é aquele que tirou as melhores notas, mas quantas habilidades ele desenvolveu. (...). Os testes eram uma sequência, todos os meses, todos os bimestres e no final do semestre a prova parcial e no final de ano, você fazia a outra prova (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 84).

Após o término de todo o processo de avaliação, os resultados eram afixados no mural do Ginásio Estadual, por ordem de classificação. Todos os alunos de estabelecimento de ensino secundário possuíam uma caderneta na qual era lançado o histórico de sua vida escolar, desde o ingresso, com os exames de admissão, até a conclusão, com a expedição do devido certificado. Sobre o desfecho do processo, o Prof. Edwardes Barbosa elucida que, a cada fim de mês, era entregue a caderneta para que os alunos e os pais tomassem conhecimento do desenvolvimento escolar dele (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007). Conforme a professora Ivanilde Chystal, "o aluno só era promovido para a série seguinte se ele, na verdade, dominasse o conteúdo anterior", assim se o aluno não soubesse o conteúdo, segundo esta professora, ele repetia o ano para aprender (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 86). Observa-se que o processo de promoção do aluno para a série seguinte trazia conjugado, de certa forma, a ideia do binômio repetência-aprendizagem, o que historicamente tornou-se um dos mecanismos de exclusão de alunos.

### 4.6 Dos alunos: matrículas, agremiações e a disciplina escolar

É relevante destacar que embora a Lei Orgânica do Ensino Secundário não orientasse a co-educação dos sexos, o Ginásio Estadual em Porto Nacional atendia alunos dos dois sexos em classes mistas, abrindo novas possibilidades às mulheres que não pretendiam seguir a carreira do magistério ou, por outro lado, não tinham condições financeiras para cursar o Normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Compondo seu passado a Profª. Maria Maia, diz que fez o Ginásio e depois o Científico porque não queria cursar o Normal. O seu objetivo era fazer o vestibular e, para tanto, na época, foi para São Paulo, mas não ingressou na universidade porque

voltou para casar-se. Por outro lado, a Profª. Maria Zélia preferiu cursar o Normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus, enquanto a sua irmã foi para o Ginásio Estadual.

O Ginásio Estadual, porém, iniciou as suas atividades com 37 alunos matriculados, sendo que destes, onze (11) eram mulheres. Mas, deste total, concluíram, em 1949, somente vinte e seis (26) alunos (18 homens e 8 mulheres). Da primeira turma, matriculados em 1946, 40,5% eram naturais de Porto Nacional e 59,5 % de outros municípios do próprio Estado e/ou de outros estados. Depois de Porto Nacional há uma predominância de egressos maranhenses e piauienses (Cf. Quadro 45, p. 229). No ano seguinte (em 1947), mais de 50% dos alunos matriculados, também, não apresentavam naturalidade de Porto Nacional, igualmente com forte presença de maranhenses. Percebe-se, portanto, que a importância desta instituição extrapolava os limites do estado de Goiás[203].

Para tanto, frequentar o ginásio implicava que os alunos possuíssem, pelo menos, onze anos de idade completos ou por completar até o dia 30 de junho do mesmo ano. Por outra vertente, o Art. 91, da Lei Orgânica do Ensino Secundário - permitia aos alunos maiores de dezenove anos a obtenção do certificado de licença ginasial em consequência de estudos realizados particularmente, sem a observância do regime escolar exigido por esta lei -, especificamente, três alunos do Ginásio Estadual, em Porto Nacional (José Altair Gomes de Oliveira, Francisco Mascarenhas e José Freitas), receberam o certificado de conclusão do curso ginasial no mesmo ano de criação desta instituição[204]. Estes alunos, dentre outros matriculados na primeira turma (1946), eram provenientes do Externato São Thomaz de Aquino, como consta no livro de matrículas do Ginásio Estadual de 1946.

No segundo ano de implantação do Ginásio, em 1947, o estabelecimento já atingiu um total de 100 alunos matriculados (52 homens e 48 mulheres) e, assim, gradativamente o número foi se expandindo, chegando ao ano de 1962, quando implantou o segundo ciclo, com uma média de 200 alunos matriculados no primeiro ciclo (GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL, 1962).

---

[203] Os alunos eram naturais de Goiás (Porangatu, Uruaçu, Ceres, Anápolis), Bahia (Barreiras), Maranhão (Carolina, Alto Parnaíba), Pará (Marabá), Piauí (Correntina, Giurbes), dentre outras localidades (GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL, 1947).

[204] Este fato foi noticiado no periódico "Norte de Goiaz" do dia 30 de novembro de 1946.

**Quadro 45**. *Relação dos alunos matriculados na primeira turma do Ginásio Estadual de Porto Nacional (1946)*

| Nº. de Ordem | Nome dos alunos | Naturalidade |
|---|---|---|
| | | |
| 01 | Abel Pereira da Silva | Porto Nacional – GO |
| 02 | Adelmo Rodrigues Maia | Porto Nacional – GO |
| 03 | Aguedo Martins dos Santos | Pedro Afonso –GO |
| 04 | Alberto José Pedreira | Porto Nacional –GO |
| 05 | Alice Matutino de Alencar | PI |
| 06 | Antônia Pinheiro de Lemos | Porto Nacional – GO |
| 07 | Antônio José Gonçalves | Natividade – GO |
| 08 | Aquiles Pereira Mascarenhas | Porto Nacional – GO |
| 09 | Edward Jacome Brito | MA |
| 10 | Euvaldo Tomaz de Souza | Porto Nacional – GO |
| 11 | Fábio H. Freitas | MA |
| 12 | Felismina Aires da Silva | Porto Nacional – GO |
| 13 | Francisca Neusa Xavier de Sá | SP |
| 14 | Francisco Maranhão Japiassú | MA |
| 15 | Gilberto Rezende Rocha | MA |
| 16 | Hosterno Pereira da Silva | PI |
| 17 | Isael F. Braga | Porto Nacional – GO |
| 18 | Izabel Florentino de Farias | MA |
| 19 | Jacinto Carlos Pereira | Tocantínia – GO |
| 20 | Jano Pereira de Macedo | Peixe – GO |
| 21 | João Soares Filho | MA |
| 22 | José da Silva Moraes | Pedro Afonso – GO |
| 23 | José Miguel Luz de Carvalho | Santa M. do Araguaia- GO |
| 24 | José Pereira Coelho | MA |
| 25 | Juarez Santana Araújo | Porto Nacional – GO |
| 26 | Luiz José de Oliveira | Porto Nacional – GO |
| 27 | Luiz Maia Leite | Porto Nacional – GO |
| 28 | Maria Dionê Alencar | PI |
| 29 | Maria Pinheiro de Lemos | Porto nacional – GO |
| 30 | Maria Wila Filgueira e Silva | MA |
| 31 | Moacir Rodrigues Brito | Peixe – GO |
| 32 | Nelson Fernandes Negri | Porto Nacional – GO |
| 33 | Nilo Pereira da Silva | Porto Nacional – GO |
| 34 | Raimunda Aires da Silva | Porto Nacional – GO |
| 35 | Raimundo Marques Pereira | MA |
| 36 | Sulamita Pereira da Silva | PI |
| 37 | Terezinha Fernandes Negri | Peixe – GO |

**Fonte**: GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL, 1946 (Quadro elaborado pela autora).

Contudo, de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Secundário em vigor, os estabelecimentos de ensino não deveriam cobrar nenhuma taxa dos alunos. Porém, existiam as taxas de matrícula - cobrança aprovada pela Congregação de Professores no valor de quarenta e oito cruzeiros (CR$ 48,00), proposta constante do código tributário do estado. Segundo ata da Congregação, essa taxa se converteria em benefício do estabelecimento de ensino, na aquisição de materiais de primeira necessidade (GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL, 1948).

A partir de 1955, em função da criação do Fundo Nacional do Ensino Médio, deveria ser instituída em cada estabelecimento de ensino uma Junta Escolar, de acordo com as orientações do Decreto 37.394, de 14 de junho de 1955, para acompanhar a execução dos convênios entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e os estabelecimentos de ensino. Haveria de constituir a Junta Escolar, o diretor, um representante dos professores e um representante do MEC.

Com essa orientação, a primeira Junta Escolar do Ginásio Estadual de Porto Nacional foi criada no dia 23 de agosto de 1956, formada pelo Prof. Pedro Corrêa de Sá – diretor da instituição -, a Profª. Maria Eulina da Silva Braga – representante dos professores -, e o Prof. Durval da Cunha Godinho – Inspetor, representante do MEC. Esse Fundo Nacional do Ensino Médio correspondia à complementação de contribuições escolares (GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL, 1956).

A agremiação dos estudantes é um dos fatores em destaque no processo educacional e cultural em Porto Nacional. No mesmo ano de instalação do Ginásio, foram criados os grêmios estudantis masculino e feminino. Sob a legenda Lítero-Artístico, o masculino denominou-se Grêmio Santo Tomás de Aquino e o feminino de Grêmio Santa Cecília.

Essas agremiações tinham o papel de desenvolver atividades artísticas como canto, música, teatro, com apresentações nos dias festivos, comemorações em dias pátrios, civis ou religiosos. E, sobre a criação dessas associações, a Revista Educação e Saúde (1946) divulgou a seguinte nota:

> No Ginásio Estadual em Porto Nacional aos 25 dias de agôsto dêste ano, por iniciativa do Sr. Diretor do Ginásio Min. Salvador Pena Mascarenhas, teve lugar a instalação do grêmio Lítero-Artistico deste estabelecimento oficial de ensino secundário para a juventude masculina e feminina (REVISTA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1946, p. 81).

Para traduzir-se o valor atribuído a este espaço estudantil, dentro do contexto de formação dos alunos do Ginásio Estadual, no ano de 1959, foi registrada a presença de cinco grêmios estudantis nesta instituição escolar. Por meio das atas das sessões dessas entidades, percebe-se que cada série ginasial era representada por um grêmio e, para além desses, existia, ainda, o grêmio geral do Ginásio, o Lítero-Artístico Santo Tomaz de Aquino. Fato, também, em destaque é que estes grêmios, criados posteriormente, em detrimento ao nome de mártires da Igreja Católica, são denominados com nomes de representantes da literatura ou da política brasileira. O grêmio da 1ª série ginasial era denominado de D. Pedro I, o da 2ª série recebeu o nome do poeta Castro Alves, o da 3ª série era denominado de Gonçalves Dias e o grêmio da 4ª série era denominado de Lítero-Artístico Ruy Barbosa (GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL, 1959).

As atas das sessões dessas entidades evidenciam que os estudantes da instituição primavam pelas atividades artístico-culturais, sem negligenciar os temas em pauta na agenda daquele momento histórico regional e nacional, como a luta pela criação do estado do Tocantins, a mudança da capital federal para Brasília, o direito ao voto, a copa do mundo. Encontrava-se em pauta, também, questões sociais e econômicas como a seca no nordeste e as riquezas do Brasil, tais como o petróleo e minérios da região norte, especialmente o cristal. Na área da linguagem, além dos discursos proferidos na língua portuguesa, destaca ainda, os diálogos e poesias declamadas em francês e inglês.

Outra ação educativa-cultural, exposta no período, deriva da proposta de criação e instalação da "Casa do Estudante", no norte de Goiás, mais especificamente na cidade de Porto Nacional. Esta proposta foi apresentada pelo diretor do Ginásio Estadual, em reunião da Congregação dos Professores desta instituição, em 05 de agosto de 1947, sendo aprovada com o objetivo de proporcionar aos alunos salões próprios para reuniões, festas cívicas, diversões, estudos, dentre outros (GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL, 1947).

O Prof. Domingos Dias associa o surgimento desta ideia, portanto, ao Prof. Manoel Ferreira Lima. Pois este almejava a possibilidade de congregar os estudantes portuenses em um só lugar. Para o Prof. Domingos era previsto que Porto Nacional se transformaria em um centro de estudantes, de modo que, para lá, se convergiriam estudantes de várias regiões como o sul do Pará e do Maranhão, bem como do Piauí, do oeste da Bahia, do Mato Grosso e do próprio norte do Goiás (RIBEIRO; MUTA;

SILVA, 2007*)*. Para o diretor do Ginásio Estadual, tal proposta seria efetivada recorrendo aos diferentes mecanismos e estratégias de ação como: doações, angariações, proventos de festas escolares, teatrais e esportivas e contribuições por parte de pessoas filantrópicas, sociedades congênere, amigos, voluntários, padrinhos e por todos os meios úteis, dentro da possibilidade do meio e do momento (GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL, 1947).

Infere-se que esta instituição, ou seja, o Centro Estudantil Portuense (CEP), como foi denominada a Casa do Estudante, fora criada neste mesmo ano, uma vez que o livro de registros foi aberto em 24 de novembro de 1947, e assinado pelo seu diretor, Prof. Manoel Ferreira Lima. O estatuto do CEP foi aprovado no dia 26 de junho de 1948, em sessão solene, com a presença do poder executivo, legislativo, judiciário, eclesiástico de Porto Nacional e a comunidade docente e estudantil do Ginásio Estadual e do Colégio Sagrado Coração de Jesus[205]. O seu estatuto foi registrado em cartório no dia 9 de julho do mesmo ano, lavrado em livro pelo oficial de registro, Luiz da Silva Leitão.

Na ocasião, o presidente da instituição e, também, diretor do Ginásio, expôs que: "esta instituição é a concretização da necessidade de uma formação mais sólida, uma educação mais perfeita dos seus sócios". E, acrescentou que uma das finalidades da Casa do Estudante era "formar cavalheiros sãos de corpo e de espírito" (CENTRO ESTUDANTIL PORTUENSE, 1948). Esta expressão coadune com as análises de Canezin e Loureiro (1994, p. 82) quando expõem que "o cultivo do 'corpo e do espírito' deveria constituir-se eixo do projeto educacional" do Estado Novo[206].

O termo de compromisso assinado pela diretoria do CEP, no ato da sua posse, evidencia os alicerces sobre os quais estava fundamentada esta instituição. No termo de compromisso da 3ª diretoria no dia 9 de dezembro de 1950, encontra-se:

> Nós abaixo assinados, membros eleitos da 3ª diretoria do Centro Estudantil Portuense, ou Casa do Estudante do Norte-goiano, tomamos aqui o compromisso firme e sincero de cumprir, da maneira mais perfeita que nos for possível o nosso dever para com o Centro Estudantil Portuense, tendo em vista o cumprimento dos Estatutos, a "educação patriótica e cristã da juventude, para a maior grandeza de nossa terra, honra e glória de nossa

[205] Constituíram paraninfos vitalícios do CEP o Sr. Dr. Jerônimo Coimbra Bueno e sua Exma. Esposa. O citado paraninfo era o atual governador do estado de Goiás (1947-1950).
[206]Segundo Vieira e Freitas (2003, p. 110), o período de democracia representativa que se seguiu ao Estado Novo é um período de contradições no campo educacional, assim, "não é de se estranhar a convivência entre tendências conservadoras e liberais, traço marcante do debate traduzido na Constituição de 1946".

> pátria e glória de Deus" (CENTRO ESTUDANTIL PORTUENSE, 1950, grifo nosso).

Esta idéia não foge à concepção de formação da juventude apregoada pelo Ginásio Estadual - a formação cristã e patriótica dos alunos. Em relação à formação patriótica pode-se perceber por meios das sessões cívico-literárias realizadas pelo CEP em comemoração às datas cívicas, como 7 de Setembro, homenagens a Joaquim Nabuco, Duque de Caxias, dentre outros. Havia, também, uma ênfase na valorização das práticas esportivas e literárias (apresentação de poesias, discursos, teatro).

No que concerne à formação cristã, o próprio estatuto da instituição, previa no seu art. 55º, que o cargo máxima da sua diretoria, a presidência, deveria ser ocupada por uma pessoa de confiança e indicação direta do Bispo Diocesano. Nesse contexto, em 1951, esse cargo, que era até então, assumido pelo seu fundador, o Prof. Manoel Ferreira Lima[207], passa a ser de responsabilidade do Pe. João Magalhães Cavalcante, indicado pelo bispo Dom Alano du Noday.[208]

Em 1948, em reunião da Congregação dos Professores do Ginásio Estadual, o diretor desta instituição comunicou que a campanha em benefício do Centro Estudantil já havia conseguido alguns resultados e aguardava outras aquisições. Solicitou a cooperação dos professores para a realização desse ideal em benefício da mocidade que precisava de uma organização pedagógica que lhe ensejasse oportunidades para o desenvolvimento social e cívico.

Com o objetivo de maior divulgação do CEP, nesse mesmo ano, foi enviado ao poder executivo e à câmara municipal local, um comunicado da sua fundação, agregado ao seu respectivo estatuto, o qual foi lido na sessão da Câmara no dia 20 de agosto. Em setembro deste mesmo ano, entrou na Câmara uma solicitação do Prof. Manoel Lima, requerendo uma doação de terreno para edificação da sede do CEP (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, 1948).

Em 1949, o poder executivo doou área de terreno (3.710m$^2$), destinado à construção da sede do Centro Estudantil Portuense ou Casa do Estudante do Norte Goiano e, o legislativo municipal[209], por sua vez, aprovou em sessão do dia 1º de junho

---

[207] Mesmo após ter entregado o cargo de diretor do Ginásio, em abril de 1950, Manoel Ferreira Lima permaneceu como presidente do CEP até maio de 1951.

[208] Percebe-se que as questões financeiras do CEP ficavam, também, sob a responsabilidade da Igreja. Em 1951 estava sob a direção do Pe. Luso Matos.

[209]Registra-se que o prefeito de Porto Nacional era Antônio José de Oliveira (1947-1951), no entanto, no período de tramitação da solicitação da doação do terreno urbano ao CEP assumia o poder executivo o

deste mesmo ano tal doação.[210] Também em 1949 conseguiu-se, por meio do Senador Alfredo Nasser[211], a aprovação de verba destinada do orçamento da União, como auxílio para a construção da obra da Casa do Estudante do Norte Goiano, em Porto Nacional.

Reconstruindo seu passado o Prof. Domingos Dias, afirma que este Centro Estudantil Portuense[212], nascido em Porto Nacional, mais tarde se transformou na Casa do Estudante do Norte Goiano (Cenog), em Goiânia. Segundo ele, "podem muitos que passaram por aqui, estudaram aqui, terem aliado a ela e fizeram crescer e virem florescer, mais ainda, a idéia de separação do Estado do Norte Goiano do Sul de Goiás para a formação do Estado do Tocantins" (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 51).

Com essa compreensão, infere-se que a Cenog derivou-se de uma proposta que surgiu, ainda, em 1947 com o Prof. Manoel Ferreira Lima, então diretor do Ginásio Estadual de Porto Nacional e, que se tomou corpo, também, no final dos anos de 1950, sob a liderança do Pe. Rui Rodrigues, em Pedro Afonso, fundando-se, assim, em 1960, a Casa do Estudante do Norte Goiano (Cenog) na cidade de Goiânia. Percebe-se, portanto, que sob os mesmos princípios que foi criada a Casa do Estudante ou Centro Estudantil Portuense, em 1947, ou seja, princípios religiosos e civis, foi fundada esta instituição em Goiânia, em 1960, como pode-se ler no Diário Oficial (*apud* SANTOS, 2007, p. 42), "sob a bênção de Deus e inspirada nos mais elevados ideais cívicos, nasceu a Casa do Estudante do Norte Goiano (Cenog)" .

Esses movimentos estudantis tiveram, também, papel relevante no processo de difusão da ideia de "Capital Cultural do norte de Goiás". Tomando como referência um artigo da revista "Estado do Tocantins", veiculado nos anos de 1960, tem-se uma amostra da centralidade da cultura em Porto Nacional, naquele período, principalmente, influenciada pelas ações da CENOG:

---

Dr. Cândido Aires. A Câmara Municipal era composta pelos vereadores Antônio Braga Noleto, Pedro Pereira da Silva, Sebastião Magalhães Fontoura, Joaquim Pereira Sobrinho, Newton Aires da Silva, Luiz Neiva Moreira, Moizés Rodrigues, Lopes Jacome e Laudemiro Gomes da Silva (presidente da Câmara).

[210] Conforme processo de solicitação de isenção permanente do tributo municipal, em favor do terreno, em 1950, este localizava-se entre o cemitério, o prédio da puericultura e uma parte do campo da Aerovia Brasil S.A.

[211] Alfredo Nasser foi senador no Estado de Goiás pela UDN, no período de 1947- 1951.

[212] Nos anos de 1960, precisamente, em 1964, ainda se encontra referência sobre o Centro Estudantil Portuense, ocasião em que doou uma área de 3.710m² de terreno urbano para a seccional da Cenog em Porto Nacional (SANTOS, 2007). Infere-se que este terreno seja o mesmo doado pela prefeitura municipal de Porto Nacional a essa instituição no ano de 1949. Na verdade, essa agremiação estudantil, na sua gênese já era cognominada de Casa do Estudante do Norte Goiano.

> Com a Cenog, a cidade de Porto Nacional se consolidou como capital intelectual dos nortenses entrando os jovens estudantes num nível de discussões bastante elevado, em ambiente cultural onde se ouvia músicas de Beethoven e se lia peças de Gil Vicente (ESTADO DO TOCANTINS *apud* SANTOS, 2007, p. 60).

Assim, no período que margeia este estudo, fica nítido que muitos dos "ideais estudantis portuenses" estavam pautados em objetivos acerca da fundação de uma agremiação dos estudantes que visava não apenas regular os comportamentos, mas também disseminar valores e normas sociais e educacionais a serem vislumbradas como pressupostos orientadores dos "fazeres escolares". Assim, era configurada uma tentativa de responder, também às exigência da sociedade em transformação.

No que concerne à disciplina escolar, por meio da atuação do inspetor federal, do chefe de disciplina e de todo um aparato administrativo e pedagógico propugnado pela legislação, intentou-se regulamentá-la e sistematizar a sua vigilância[213]. Dessa forma, instituíram medidas disciplinares para os alunos, como se pode constatar na ata de n. 03, de 1946, da Congregação dos Professores do Ginásio Estadual:

> Os alunos deverão doravante, entrar em forma para as aulas. Feita a chamada será atribuída nota zero ao aluno que não estiver presente, sem justificativa dos pais, fechando-se a porta ao que chegar atrasado sem motivos justos. O aluno que durante as aulas se mostrar indisciplinado será imediatamente despachado daquela aula, atribuindo-lhe então o professor nota zero (GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL, 1946).

Justifica-se, a grosso modo, que estas medidas foram tomadas com o objetivo de promover maior disciplina entre os alunos. A partir daí, torna-se explícita a identificação de uma convicção de que a utilização dos métodos propostos acarretaria o fim da indisciplina escolar. Nesta via, com a fala da Profª. Ivanilde Aires Chystal fica notória essa assertiva:

> A disciplina era muito rígida, mas havia respeito pela determinação da escola e dos professores. Aquilo que fosse combinado antecipadamente entre professor, diretor e aluno essas decisões eram respeitadas. Havia também respeito às autoridades constituídas dentro e fora da escola. Respeito aos direitos dos alunos e eles eram conscientes de que a cada direito correspondia um dever, acho que isso é importante. No momento em que o aluno esteja conscientizado disso, ai é muito fácil trabalhar. Ele tinha respeito também pelas formas de punição aplicada pelo professor (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 85).

---

[213] O primeiro chefe de disciplina do Ginásio de Porto Nacional foi Manoel Messias Tavares.

Deste mesmo viés, a Profª. Maria Maia expressa que teve alunos excelentes e alunos indisciplinados, porém acredita que a relação de respeito do aluno para com o professor era bem melhor do que o é atualmente. Ela enfatiza a importância da família para o êxito desta relação. Daí, a formação moral dos alunos, que se relacionava ao civismo, aos valores como o respeito à família e a dedicação ao trabalho buscava, de maneira singular, desenvolver o respeito pela Pátria e pelos poderes públicos, cuidando em formar bons cidadãos, saudáveis e trabalhadores.

É notório, portanto, que o Ginásio Estadual de Porto Nacional possuía um regime disciplinar muito rigoroso, já que os alunos eram constantemente monitorados. Mesmo assim, não é passivo de encontrar relatos de indisciplina dos alunos em atas deste Ginásio, como se pode verificar na 2ª ata da Congregação dos professores em 1946. Para punição aos alunos neste período foi aplicado, pelo Diretor, "pena de repressão severa" (GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL, 1946). Assim, percebe-se um misto de respeito pelos professores e, por vezes, receio às punições. Conjugado a isso, encontra-se a obrigatoriedade da frequência à escola secundária, presente na legislação.

O uniforme do Ginásio era um dos elementos que faziam parte do ritual disciplinar, assim Prof. Edwardes Barbosa descreve que o mesmo era composto de calça cáqui, com uma listra vermelha dos lados das pernas, camisa branca de manga comprida, gravata preta e túnica também cáqui, com botões dourados e divisas nos ombros indicando a série que se cursava. O professor acrescenta que não aceitavam nenhum aluno sem uniforme (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007).

Torna-se possível relevar, neste ponto, que essas práticas disciplinares associadas ao Ginásio Estadual, em um contexto histórico que condensava tais ações, fez com que a instituição viesse de encontro com o prescrito no Art. 23 da legislação em vigor na época: "Deverão ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade: o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade" (BRASIL, 1942).

Na verdade, a educação deveria constituir-se em um projeto estratégico de mobilização controlada, portanto, deveriam ser introduzidas, no cotidiano escolar, certas práticas disciplinares para formar no cidadão uma dita consciência cívica. Nesse aspecto, há um lugar de destaque para a pedagogia que deveria ter como alvo primordial a juventude, e como meta a "inculcação" dos princípios de disciplina, obediência,

organização e coesão. Era um laboratório de patriotismo e respeito às instituições constituídas (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

Cabe ressaltar que os alunos matriculados no Ginásio Estadual de Porto Nacional eram filhos, quase que exclusivamente, de famílias abastadas da cidade e da região, especialmente fazendeiros, comerciantes e políticos. Nesta análise, então, pode-se destacar a centralidade que a escola possuía na legitimação da posição social que seus alunos iriam ocupar na sociedade, pois, tal intento, se comprova como já destacado anteriormente, quando dois alunos pertencentes à primeira turma do Ginásio portuense, Hosterno Pereira e Euvaldo Tomaz de Souza, 1º vice-presidente e 1º diretor do CEP, respectivamente, mais tarde tornar-se-iam prefeitos desse Município. Portanto, pode-se concluir que, o ensino médio, assim como no Brasil, particularmente, em Porto Nacional, foi construído sob a marca da seletividade. Seu objetivo central, como foi proclamado pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, trazia a ideia da formação de uma elite condutora, isto é, "homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo" (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

# CAPÍTULO V

# O COLÉGIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL: ENTRE POLÍTICAS DE ESTADO E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO TOCANTINS (REGIÃO NORTE DE GOIÁS)

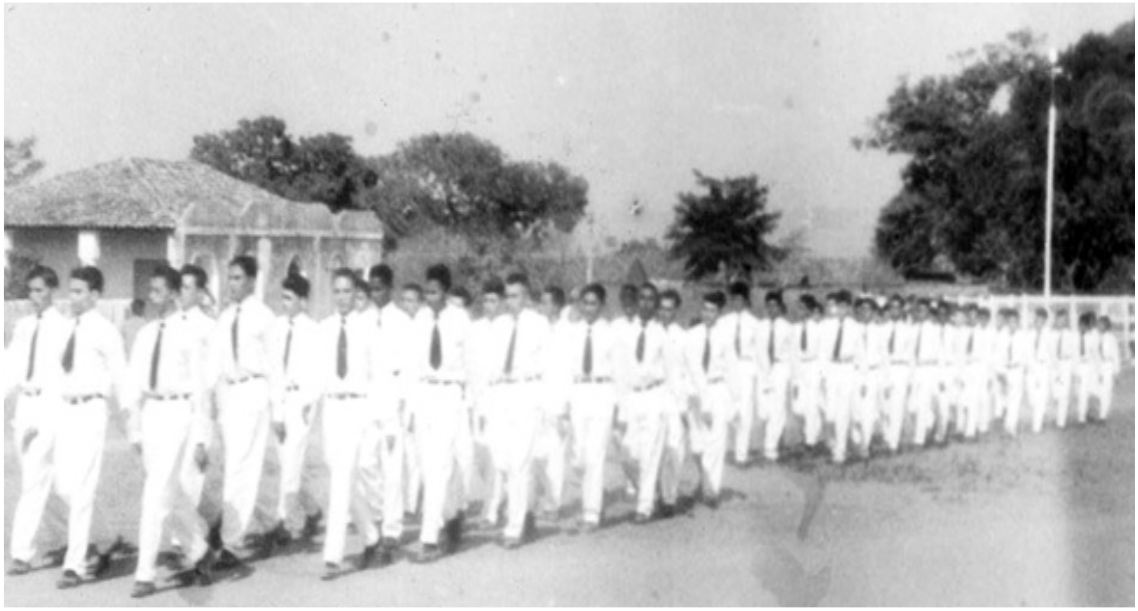


**Figura 6.** *Alunos do Colégio Estadual de Porto Nacional.* Fonte: RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007.

## 5.1 O Ensino Secundário em Porto Nacional: de Ginásio a Colégio Estadual

A ideologia nacional-desenvolvimentista[214], vivida no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960, principalmente com o plano de metas do governo de Juscelino Kubitschek[215], suscitou a elaboração de planos regionais de desenvolvimento. Em Goiás, Mauro Borges Teixeira foi eleito governador em outubro de 1960, pela coligação PSD-PTB, tomando posse em 31 de janeiro de 1961[216]. Na perspectiva desenvolvimentista, este governo elaborou o "Plano de desenvolvimento econômico de Goiás: diretrizes para 1961-1965"[217].

Em relação ao setor de educação e cultura tomava como prioridade o Ensino Primário, tendo em vista a meta de proporcionar ensino a todas as crianças do Estado, em idade escolar. Quanto ao Ensino Secundário e o Curso Normal, o Plano supracitado, identifica, conforme diagnóstico realizado, 135 instituições que ofereciam este nível de ensino, no Estado, nas quais se matricularam, em 1960, 15.388 alunos. Todavia, a rede mantida pelo estado era composta de apenas 18 estabelecimentos, atendendo um total de 6.400 alunos distribuídos na capital e no interior (TEIXEIRA, 1961).

Embora fique evidenciado, pela disposição de dados, que a maioria dos estabelecimentos de educação em Goiás estavam localizados no interior do estado, isso não significa que sua localização era, por exemplo, na região norte (que está em voga neste estudo). Naquela região, entretanto, só existia um ginásio estadual, localizado em Porto Nacional, e um curso Normal Regional, oferecido em Pedro Afonso (Cf. Quadro 46, p. 240).

Mas, para além da falta de estabelecimentos que atendessem à demanda por essas modalidades de ensino no estado, em relação à expansão da rede desse nível de ensino, o plano mostra uma necessidade de investimento em recursos técnicos e

---

[214] A ideologia nacional-desenvolvimentista "fundamentava-se num pacto entre o Estado e a sociedade com o intuito de garantir a coesão necessária ao surgimento de meios que promovessem o crescimento econômico, condição necessária para a superação do atraso econômico do país" (SILVA, 2003, p. 69).

[215] Conforme Hilsdorf (2006), embora o governo Kubitschek tenha sido o primeiro a formular um planejamento global de governo para o País no qual a educação era referida como uma das metas, não se registrou nenhuma medida concreta de ação ou proposta de reforma neste governo.

[216] Em Porto Nacional foi eleito para o mandato de 1961-1965, Hosterno Pereira da Silva. Este prefeito foi aluno da primeira turma do Ginásio Estadual (1946), e, posteriormente, professor desta mesma instituição.

[217] Mauro Borges Teixeira, como administrador público estadual, foi pioneiro na elaboração de um plano estatal em Goiás. O Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás incorporava o mesmo desenvolvimentismo do Plano de Metas do Governo JK. O documento elaborado por técnicos da Fundação Getúlio Vargas procurou colocar o Estado como principal agente na promoção da inserção capitalista em Goiás (LUZ, 2001).

humanos, bem como, a premente necessidade de eliminar a forte tendência de criação de ginásios e colégios, atendendo a objetivos políticos e, não necessariamente, pela preocupação com a qualidade e a expansão do ensino. Considera-se, ao contrário, que esses fatores puderam, em verdade, agravar as condições de eficiência do Estado, não atendendo à política de desenvolvimento de que se necessitava (TEIXEIRA, 1961). Contudo, Luz (2001), conclui que no Setor de administração específica, a Secretaria de Educação e Cultura foi bastante beneficiada tecnicamente, particularmente, em função da criação do Conselho Estadual de Educação[218].

**Quadro 46**. *Rede estadual do ensino secundário e normal no Estado de Goiás (1960)*

| Estabelecimentos | Capital | Interior | Total |
|---|---|---|---|
| | | | |
| Colégio e Ginásio | 2 | 6 | 8 |
| Ginásios | - | 4 | 4 |
| Normais | - | 3 | 3 |
| Normais Regionais | - | 2 | 2 |
| Instituto de Educação | 1 | - | 1 |
| Total | 3 | 15 | 18 |

**Fonte**: TEIXEIRA, 1961, p. 69.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, embora prevista na Constituição Brasileira de 1946 - como um instrumento de reorganização da Educação Nacional e superação das Leis Orgânicas do Estado Novo -, só veio a ser aprovada em dezembro de 1961, sendo a Lei nº. 4.024[219]. Conforme essa legislação, o ensino ficou organizado da seguinte forma: ensino pré-primário, ensino primário, ensino médio e ensino superior. No que diz respeito ao ensino médio, este foi subdividido em dois ciclos: ginasial, de quatro (4) anos, e o colegial, de três (3) anos. Mas, ambos estariam compreendendo o ensino secundário e o ensino técnico - industrial, agrícola, comercial e de formação de professores (ROMANELLI, 2002).

Por sua vez, a Constituição do Estado de Goiás, promulgada no dia 20 de julho de 1947, também postergou a organização do seu Sistema de Ensino para a aprovação

[218] O Conselho Estadual de Educação foi criado pela Lei nº 4.099, de 17 de maio de 1962, com base na Lei Federal nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e, regulamentado pelo Decreto nº 58, de 4 de julho de 1962 (LUZ, 2001).
[219] Ver discussão sobre a aprovação dessa legislação, dentre outros, por Romanelli (2002).

das diretrizes da educação nacional. Assim, a educação de grau médio, preconizado pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) nº. 4.024/61, foi regulamentada em Goiás por meio da Lei 4.240, de 7 de dezembro de 1962, prevista para entrar em vigor a partir de janeiro do ano seguinte.

Tomando como referência as reminiscências de Maya (2003a), no início dos anos de 1960, ele, enquanto diretor do Ginásio Estadual de Porto Nacional, apresentou à Secretaria de Educação do Estado de Goiás o projeto de proposição para implantação dos cursos de 2º grau: o Colegial (Científico e o Normal) e o de Contabilidade. No entanto, para melhor compreensão do processo de transição do Ginásio Estadual de Porto Nacional para Colégio, é oportuno abrir um parêntese para informar que, desde o início do ano de 1961, o portuense Pe. Ruy Rodrigues da Silva exercia a função de diretor da Divisão de Ensino Primário da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Goiás. Neste mesmo ano, no dia 28 de dezembro, ele foi empossado como Secretário Estadual de Educação[220]. Paralelamente, era diretor do Ginásio Estadual em Porto Nacional, o Pe. Antônio Luiz Maya Leite (Prof. Maya)[221]. Percebe-se, portanto, a presença de duas forças intelectuais portuenses, formadas pela Igreja Católica, na condução da educação goiana, sendo um eixo presente no Estado e o outro no Município.

Porém, para ilustrar a ideia de formação desses dois padres supracitados, Ruy Rodrigues da Silva e Antônio Luiz Maya, é mister citar o exemplo da recomendação feita pelo bispo da diocese de Porto Nacional, D. Alano ao Pe. Jacinto Pereira Sardinha, então seminarista do Seminário de Porto Nacional, enviado para estudar na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma[222]: "Estudar se pode em qualquer lugar. Mas você vai para Roma, beber nas fontes genuínas da Teologia para dar o de melhor na formação"[223]. Infere-se, portanto, que esta formação, que aconteceu em meados dos anos de 1950, está vinculada ao objetivo de enviar os melhores alunos para os maiores

---

[220] O Pe. Ruy Rodrigues da Silva (28/10 /1927) cursou Filosofia em Belo Horizonte (MG) e bacharelou em Teologia no Seminário Arquidiocesano no Rio de Janeiro. Dirigiu o Ginásio "Cristo Rei" e a Escola Normal de Pedro Afonso, no norte goiano. Assumiu vários cargos públicos na área da educação em Goiás e Tocantins.

[221] Antônio Luiz Maya Leite (1926-2009) foi para Roma em 1948, estudou no Pontifício Colégio Pio Brasileiro. Foi ordenado presbítero em 08 de março de 1952. Em 1954 assumiu a reitoria do Seminário São José de Porto Nacional e em 1958, assumiu também, a direção do Ginásio Estadual nesta cidade.

[222] O padre Jacinto chegou de Roma, na cidade de Porto Nacional, no dia 14/03/1959.

[223] Ver maiores informações em Seminário São José (2006).

seminários brasileiros ou para Roma (Itália) para complementarem a formação sacerdotal e habilitá-los à direção dos seminários locais como futuros reitores.

Assim, vale dizer que foi, basicamente, esta a formação dos dois padres, o Pe. Ruy Rodrigues, formado no Rio de Janeiro e o Pe. Maya em Roma (Itália). Destarte, na sessão de posse do Pe. Ruy Rodrigues, na cadeira de Secretário da Educação do Estado, ele encerrou o seu discurso dizendo: "nada vale o homem se não estiver devidamente preparado para enfrentar os embates da vida" (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1961, p. 25). Em complemento a estes dois profissionais (educação-igreja) portuenses, encontra-se como diretor de ensino técnico da Secretaria de Educação do Estado, em 1963, Manoel Ferreira Lima, ex-diretor do Ginásio Estadual em Porto Nacional.

É oportuno, destacar, portanto, que no período em questão, continuava como bispo da diocese de Porto Nacional, D. Alano Maria du Noday, a quem, anos depois, o governador de Goiás, Mauro Borges Teixeira, enviou uma correspondência comunicando sobre a cassação dos direitos políticos do Pe. Ruy Rodrigues, pelo Governo Federal, no ano de 1964:

> O doloroso acontecimento teve, como não podia deixar de ser, a mais lamentável repercussão e os efeitos mais danosos: foi atingido, com a medida punitiva, um eminente e virtuoso sacerdote da Igreja Católica e um cidadão a quem o Estado de Goiás deve, como educador elevado à mais alta dignidade do ensino no Estado, grandes, assinalados e imperecíveis serviços (TEIXEIRA, 1964, p. 1).

O relato do Governador sobre o trabalho do Pe. Ruy Rodrigues, frente às pastas da educação no Estado, embora extenso, vale registrá-lo, uma vez que dar um substrato das ações "efetivadas" deste governo, no período compreendido de 1961 a 1964:

> Nestes três anos e pouco de Govêrno, em que pude contar com a eficiente colaboração do Padre Ruy Rodrigues da Silva, primeiramente como Diretor do Ensino Primário e, ao depois, como Secretário da Educação e Cultura, prestou o virtuoso sacerdote e homem público serviços imperecíveis ao ensino e à educação em Goiás: critérios moralizadores foram adotados no preenchimento dos cargos de magistério; foram elevados os padrões de eficiência do professorado primário leigo, através não só de rigorosos testes para nomeação, como ainda mediante cursos intensivos de aperfeiçoamento do pessoal didata pré-existente, triste herança, que recebi como fruto do critério político, até então vigente em Goiás, no provimento dos cargos, sem qualquer pesquisa à capacidade moral e intelectual dos candidatos a docente; foram criados e instalados em diversas regiões do Estado, centros de aperfeiçoamento do professorado primário; expandiu-se a rêde de ensino médio, nos setores profissionais e acadêmicos, através da criação, construção e equipamento de dezenas de novos educandários; mais de um milhar de

> novas salas de aulas primárias foram entregues à infância goiana, em todos os rincões do Estado; implantou-se em caráter definitivo, o ensino e a assistência ao menor abandonado e às crianças excepcionais; foi incentivada, por todos os meios ao alcance do Governo, a iniciativa particular no terreno do ensino; criou-se o Conselho Estadual de Educação, entidade normativa do ensino e da educação no Estado; deu-se nova estrutura à Secretaria da Educação e Cultura, cumprindo ressaltar a instalação de delegacias regionais de ensino, o que permitiu descentralização administrativa dentro da unidade de finas e propósito; voltaram-se para Goiás as vistas compreensivas de órgãos internacionais, como o FISI, o Ponto IV e a Aliança para o Progresso, dos quais o Estado recebeu e tem recebido substancial ajuda financeira e técnica, na solução dos seus graves problemas educacionais. E tudo isso, Excelência Reverendíssimo, é uma realidade consoladora, graças ao dinamismo, pertinácia e espírito público do Padre Ruy Rodrigues da Silva, a quem confiei em boa hora, a execução dos meus planos de Governo, no setor educacional [*sic*] (TEIXEIRA, 1964, p. 3-5).

Esse parêntese nos ajuda a compreender que, mais uma vez, a Igreja Católica em Porto Nacional gozava de estreita relação com o Estado no que diz respeito à educação. A relação do governador do estado de Goiás, Mauro Borges Teixeira, com o município de Porto Nacional, pode ser avaliada por mais um episódio de relevo para esta cidade. No dia 13 de julho de 1961, em comemoração ao centenário do município (elevação a foro de cidade em 1861), o governador transferiu a sede administrativa do Estado para Porto Nacional, tornando-a, momentaneamente, em capital do Estado. Neste mesmo ano, foi criado o segundo ciclo do Ensino Médio, o Colegial (Científico), por meio da Lei Governamental nº. 3585, de 02 de outubro de 1961. E esse ciclo de ensino fez-se instalado em 01 de março de 1962, passando o Ginásio de Porto Nacional para a categoria de Colégio Estadual.

Assim, é pertinente evidenciar que a transição do Ginásio Estadual para Colégio se deu em meio a fortes relações dos poderes políticos e religiosos em Porto Nacional, assinalando, assim, que esses vínculos agregaram poder de decisão para a efetivação de tal evento. Este fato concorre para comprovar que o binômio Estado-Igreja sinonimiza, historicamente, neste município, evolução das instituições escolares.

Portanto, no tocante à mudança de "nível" do Ginásio Estadual, o Prof. Domingos Dias justificou a necessidade de se criar o segundo ciclo, quando expressou que: "Não havia sequência aqui após o Ginásio, o estudante de Porto Nacional ou do Norte Goiano, como era chamado, tinha que sair para outros centros mais desenvolvidos". No caso deste professor, ele próprio teve que prosseguir os seus estudos em São Paulo (RIBEIRO, MUTA, SILVA, 2007, p. 49).

Ainda nesse sentido, Maya (2003a) destaca que o Ginásio Estadual mudou de categoria, alcançando o nível de Colégio, em função de diversos motivos. Sobretudo, foi enfatizado que o seu crescimento, que variou do físico ao pedagógico, fez com que alguns índices realmente tivessem influência no chamado "desenvolvimento após a criação do Científico":

> Sua matrícula inicial para as quatro séries do Curso Ginasial, que era de 120 alunos, subiu, no início do ano escolar de 1971, para cerca de 900 alunos; o corpo docente que era constituído de 20 professores, chegou perto de atingir a casa dos 50 docentes; o Curso Ginasial, que funcionava apenas no período matutino, com 5 séries de 40 alunos, foi expandido para outras tantas séries do período vespertino (MAYA, 2003a, p. 88).

Na verdade, houve um aumento na demanda de alunos devido ao fato de que Porto Nacional, nesse momento, se configurava como a única cidade do norte de Goiás a possuir uma instituição pública com segundo ciclo. Com isso, vieram, para Porto, estudantes de vários municípios circunvizinhos, e até mesmo do sul de Goiás e outros Estados[224]. Em 1962, quando implantou o segundo ciclo, a instituição tinha uma média de 200 alunos matriculados no primeiro ciclo. O segundo ciclo foi instalado com 25 alunos matriculados, o que correspondia à média de alunos concluintes do primeiro ciclo no período. Assim, é importante pontuar que o crescimento do número de alunos no Colégio Estadual de Porto Nacional, de fato, foi significativo, em particular, do ano de 1966 a 1969.

**Quadro 47**. *Números de alunos matriculados no Colégio Estadual de Porto Nacional (1966-1969).*

| Curso | 1966 | | | | | 1967 | | | | | 1968 | | | | | 1969 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Matrícula inicial | | | | Tot. | Matricula inicial | | | | Tot. | Matrícula inicial | | | | Tot | Matrícula inicial | | | | Tot. |
| | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | |
| Ginásio | 85 | 64 | 57 | 45 | 251 | 97 | 88 | 62 | 38 | 285 | 107 | 94 | 83 | 58 | 342 | 163 | 106 | 96 | 84 | 449 |
| Científ. | 24 | 11 | 4 | - | 39 | 24 | 11 | 4 | - | 39 | 27 | 21 | 7 | | 55 | 35 | 13 | 7 | - | 55 |
| Normal | | | | | | | | | | | 24 | - | - | - | 24 | 26 | 22 | - | - | 48 |
| Comer. | | | | | | | | | | | 44 | - | - | - | 44 | 32 | 41 | - | - | 73 |
| Total anual | | | | | 290 | | | | | 324 | | | | | 465 | | | | | 625 |

**Fonte**: CASSIMIRO; BRAZ; VIEIRA (1971) (quadro elaborado pela autora).

[224] Goiás - Porangatu, Uruaçu, Ceres, Anápolis; Bahia-Barreiras; Maranhão-Carolina, Alto Parnaíba; Pará - Marabá; Piauí - Correntina, Giurbes; e outros (COL. EST. DE PORTO NACIONAL, 1962).

Se tratando da finalidade do Ensino Médio, no parágrafo 1º, do Regimento escolar de 1971, desta instituição, ficava expresso como objetivo central, que fosse ministrado o ensino secundário, destinado à formação do adolescente. Em relação aos princípios e finalidades defendidas, o regimento preconiza que a educação é inspirada nos princípios de "liberdade e nos ideais de solidariedade humana", não fugindo aos princípios das leis, federal e estadual (COL. EST. DE PORTO NACIONAL, 1971a).

Conforme o Plano de desenvolvimento econômico do governo Mauro Borges, governador no contexto em recorte, no que se refere ao ensino profissional, era necessário empreender todos os esforços na preparação e formação de mão-de-obra, para atender as realidades regionais. Dentro da política de profissionalização do período, foi construído em 1963/64, anexo ao Colégio, um Pavilhão de Artes Industriais (Cursos práticos de Artes e Ofícios), com equipamento para cursos de marcenaria, eletricidade e mecânica. As inscrições para os cursos eram feitas considerando–se o grau de interesse dos alunos, sendo o objetivo primordial a observação das aptidões vocacionais. Nessa perspectiva, faz-se necessário destacar, também, que na cidade de Porto Nacional foi instalada uma delegacia do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Nesta instituição, de 1967 a 1969, 105 participantes concluíram os cursos de pintor, carpinteiro, leitura de plantas, pedreiro e T.W.I. - Treinamento na Indústria – 1ª fase (BRASIL, 1970).

No Colégio Estadual o curso técnico Comercial (Contabilidade) foi implantado em 1968. Este foi o primeiro curso técnico secundário público a ser implantado na região norte do estado de Goiás. A justificativa para a instalação deste curso encontra-se no histórico do Colégio.

> A pressão da Lei exigindo do comércio sua legalização, bem como regularização de suas prestações de contas, face aos tributos e encargos sociais, exigia também que essas ações fossem processadas por profissionais técnicos especializados. A região não dispunha de especialistas legalmente credenciados, o trabalho era feito pelos guarda-livros práticos (CEM. PROF. FLORÊNCIO AIRES, 1995, p. 5).

Após a efetivação do curso de Contabilidade em Porto Nacional foram implantados cursos, nessa modalidade, em instituições privadas, Colégio Batista de Gurupi (1969) e, no Colégio Dom Orione, em Tocantinópolis. Porém, conforme abordou Jesus Neta (1974), em Goiás o ramo secundário era predominante, em

detrimento dos cursos técnicos, cujo número não chegava a ser significativo. Na sua análise as escolas de nível secundário caracterizavam-se como "seletivas acadêmicas", não preenchendo suas funções de oferecer ao educando uma cultura básica correspondente às exigências do mercado de trabalho e à estreita relação com a vida social. Realizavam o objetivo de mediação de conhecimentos formais, necessários ao ingresso nas escolas de nível ulterior que, no período em questão, era acessível a poucos.

Na região norte do Estado, a partir, principalmente, dos anos de 1960, com a construção da rodovia Belém-Brasília, surgiram várias cidades e povoados, intensificando o processo de urbanização, o que proporcionou aumento na demanda por escolarização[225]. Assim, as principais cidades que emergiram desse processo foram Araguaina, Gurupi, Paraíso, Colinas e Guaraí. De fato, o aumento populacional da região norte de Goiás contribuiu, em larga escala, para o aumento de estabelecimentos de ensino destinados ao ginásio.

Em relação ao nível ginasial, observa-se que houve certa expansão a partir dos anos de 1960, na região norte do estado de Goiás (atual estado do Tocantins). Todavia, essa expansão regional, como a que ocorreu em todo o estado, se deu por meio da iniciativa particular. Especificamente nessa região, em sua maioria, por meio da Igreja Católica e subvencionada pelo Estado. Isso fica demonstrado, por exemplo, pelo fato de que, das vinte (20) instituições que ofereciam o ginásio, somente quatro (4) delas eram de caráter público estadual (Cf. Quadro 48, p. 247).

Portanto, observa-se a singularidade da criação do 2º ciclo do ensino secundário no Colégio Estadual, para Porto Nacional e região norte do Estado, no início dos anos de 1960, uma vez que só no final dessa década, em 1968, o governo criou o segundo curso Científico, nessa região, ou seja, no município de Gurupi. Assim, até o ano de 1969 só existiam duas instituições públicas de ensino secundário que ofereciam o curso Científico na região norte de Goiás (atual estado do Tocantins).

[225] A rodovia Belém-Brasília (BR 153) teve sua construção iniciada no final dos anos de 1950, inaugurada em 1960 e a pavimentação concluída na metade da década de 1970 (AQUINO, 2004).

**Quadro 48.** *Situação do Ensino Médio (ginásio e científico) na região norte de Goiás – atual estado do Tocantins (1969).*

| Município | Nome da Unidade Escolar | Criação/ Inauguração | Entidade Mantenedora | Curso |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |
| Porto Nacional | Col. Est. de Porto Nacional | 1945<br>1962 | Estadual | Ginásio<br>Científico<br>Comercial |
| | Col Sagrado C. de Jesus | 1948 | Privada | Ginásio<br>Científico |
| Araguacema | Ginásio E. Araguacema | 1967 | Estadual | Ginásio |
| Araguaina | Ginásio Santa Cruz | 1965 | Privada | Ginásio |
| Colinas | Colégio João XXIII | 1969 | Privada | Ginásio |
| Cristalândia | Ginásio Estadual de Cristalândia | 1964<br>1969 | Estadual | Ginásio |
| Dianópolis | Ginásio João D'Abreu | 1952 | Privada | Ginásio |
| Filadélfia | Ginásio de Filadélfia | 1964 | Privada | Ginásio |
| Gurupi | Col. Est. de Gurupi | 1964<br>1968 | Estadual | Ginásio<br>Científico |
| | Col Batista de Gurupi | 1969 | Privada | Ginásio |
| Miracema | Colégio Tocantins | 1961/62 | Privada | Ginásio |
| Natividade | Ginásio de Natividade | 1963 | Privada | Ginásio |
| Paraíso | Ginásio São Geraldo | 1968 | Privada | Ginásio |
| Paranã | Ginásio Estevam Neves | 1962 | Privada | Ginásio |
| Pedro Afonso | Ginásio Cristo Rei | 1952 | Privada | Ginásio |
| Peixe | Gin. N. S. da Abadia | | Privada | Ginásio |
| Taguatinga | Ginásio de Taguatinga | 1968 | Privada | Ginásio |
| Tocantínia | Ginásio Batista de Tocantínia | 1960 | Privada | Ginásio |
| Tocantinópolis | Col. Dom Orione | 1954 | Privada | Ginásio |

**Fonte**: CASSIMIRO; BRAZ; VIEIRA, 1971 (quadro elaborado pela autora).

## 5.2 A profissionalização do Ensino de 2º. Grau no Colégio Estadual de Porto Nacional

Com o golpe civil-militar de 1964, evidencia-se o predomínio da preocupação em alinhar o sistema educacional às demandas criadas pelas transformações do sistema político-econômico. Motivado pela necessidade de formar recursos humanos para o "desenvolvimento com segurança" do País. Assim, num quadro de concentração de capital, internacionalização da economia e contenção de salários, a formação técnica assumiu um importante papel no campo das mediações da prática educativa brasileira.

Em 1965, é criada a Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM), no âmbito do Ministério da Educação, destinada a assessorar os Estados na formulação de planos para o Ensino Médio. Era grande a influência norte-americana nesse programa, porque houve o estabelecimento de aliança através dos acordos assinados pelo United States Aid International Development (Usaid) e pelo Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (Contap). A intenção do Brasil, para o período, era ampliar ao máximo as matrículas nos cursos técnicos e promover uma formação de mão-de-obra acelerada, nos moldes exigidos pela divisão internacional do trabalho (RAMOS, 2005).

Nesse contexto social de relações entre a realidade brasileira e as vertentes internacionais, o ponto de maior impacto, em particular, no Ensino Secundário, foi a reforma de 1971, por meio da Lei nº. 5692. Esta lei tornou a profissionalização no Ensino de 2º grau compulsória e com terminalidade. Assim, por meio dessa legislação o governo militar passou a ajustar o sistema educacional aos múltiplos interesses do capitalismo brasileiro, explorando o caráter econômico da educação em sua função reprodutora da força de trabalho (FREITAG, 2005).

Nas disposições transitórias da legislação em apreço, previa-se que a implantação do regime instituído deveria ser feito progressivamente, segundo as peculiaridades, possibilidades e legislação de cada sistema de ensino. Todavia, os estados tinham sessenta (60) dias para elaborar um plano de implantação de tal regime, a partir da vigência dessa Lei (GOIÁS, 1972).

O estado de Goiás, no período governado por Leonino di Ramos Caiado (1971-1975), fez a publicação dessa lei, em janeiro de 1972, a qual foi distribuída às instituições de ensino. Na apresentação dessa publicação, o Secretário de Educação, Hélio Mauro Humbelino Lobo, expressava que a presente publicação exprimia a vontade de dar aos educadores Goianos "conhecimento dos meios que conduzirão a

escola a ser fonte da felicidade humana e o fator de trabalho, paz e prosperidade do País" (GOIÁS, 1972)[226].

Por isso, citando as palavras do então Ministro da Educação, o Secretário de Goiás, Hélio Mauro Humbelino Lobo, expôs que o objetivo da educação era eminentemente inventivo, porque o que se visava era a criação de "novos meios para atender ao desafio da altamente flexível capacidade humana, num mundo em permanente mutação". Assim, esse Secretário completou que a nova lei oferecia a oportunidade para atingir um objetivo inventivo, sobretudo, porque,

> Abre caminho à ação criadora do homem no atendimento de sua capacidade em relacionar a realidade do mundo exterior e as possibilidades de modificação do comportamento, bem como tender para uma melhoria da vida, não só o homem indivíduo, como fundamentalmente o homem grupo, o homem comunidade (GOIÁS, 1972, p. 03).

Esse discurso, entretanto, estava vinculado à política que se implantava naquele contexto no Brasil, e, particularmente, em Goiás, que tinha como prioridade a preparação de recursos humanos para atender o programa de desenvolvimento do País, tomando assim, a educação profissional, como investimento para tal propósito. Nesse sentido, Saviani (1997, p. 40) entende que a profissionalização, naquele período, era entendida como "um adestramento a uma determinada habilidade sem conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo".

Nesse sentido, as diretrizes da Lei nº. 5692, de 1971, impôs uma reformulação de toda a sistemática do ensino goiano de 2º grau, dada a construção de uma política mais contundente de formação de recursos humanos e qualificação acelerada de trabalhadores, reclamadas pela legislação. Na perspectiva de reformulação do ensino de 2º grau em Goiás, encontra-se em nível de objetivos proclamados nas Linhas de ação do Governo (1972-1974), baseados nas diretrizes básicas da política nacional de educação ajustando às características do Estado, dentre outros, de "incentivar o ensino médio de tipo profissionalizante e formar mão-de-obra qualificada de acordo com a demanda estadual". Pretendia, portanto, criar oito (8) Ginásios Polivalentes nas cidades de: Goiânia, Anápolis, Itumbiara, Rubiataba, Iporá, Porangatu, Catalão e no norte do Estado

[226] Esse governo, segundo Germano (2005), está compreendido no período de consolidação e auge do Regime Militar.

estava previsto a criação de uma instituição nessa modalidade em Araguaina (CAIADO, 1971). Para o governo goiano, portanto, a reforma procurava integrar o homem na sociedade, atendendo suas aspirações sociais e suprimindo o mercado de mão-de-obra qualificada.

Nesta perspectiva, a partir de 1974, obrigatoriamente, todos os estabelecimentos oficiais ou conveniados com o estado deveriam adotar a filosofia geral desta Reforma do Ensino (CAIADO, 1971-1975). Na verdade, o estado de Goiás começou sua reforma criando o Complexo Escolar de Goiânia. Este foi integrado por três unidades de ensino da capital, sendo estas o Colégio Estadual de Goiânia (Liceu), o Colégio Estadual Presidente Costa e Silva (COLU) e o Colégio Estadual Rui Barbosa, em convênio com o SENAC e com a Escola Técnica de Goiás (JESUS NETA, 1974).

Segundo Jesus Neta (1974), estava previsto completar a implantação da Reforma, ao nível de 3ª série, em todas as escolas de 2º grau do Estado no ano de 1976. Todavia, conforme esta autora, até o ano de 1974, consta que o Complexo Escolar de Goiânia tinha funcionado precariamente, pois havia falta de pessoal docente qualificado, bem como a inexistência de salas ambientes e laboratórios exigidos pelas respectivas habilitações.

A despeito dos esforços da profissionalização, o Colégio Estadual de Porto Nacional, que oferecia, em 1970, o Curso Ginasial (5ª-8ª série), Técnico de Contabilidade, Normal e o Científico, baseado na Lei nº. 5692, de 1971, introduziu no ano de 1974 a Reforma do Ensino para o 1º Grau, que embora a legislação em vigor unificasse o ensino primário e o ginásio organizando-o em oito anos de duração, o Colégio permaneceu oferecendo só o ginásio, ou seja, de 5ª a 8ª série . E, a partir de 1975, colocou em pauta a Reforma do 2º Grau. Para tanto, teve o seu Regimento Escolar aprovado neste ano, instituindo o ensino semi-profissionalizante, de 5ª a 8ª série, e o profissionalizante, de 1ª a 3ª séries do ensino de 2º Grau.

O Regimento do Colégio portuense previa oferecer as habilitações de Técnico em Contabilidade, Auxiliar de Administração Hospitalar e Magistério de 1ª a 4ª série do 1º grau (COL. EST. DE PORTO NACIONAL, 1971a)[227]. Entretanto, os alunos secundaristas, de Porto Nacional, neste período, só tiveram a opção de cursar o Magistério ou o curso de Contabilidade, uma vez que, o Científico foi extinto e, ainda, o

[227]A Lei nº 5.692/71, ao instituir a profissionalização obrigatória do ensino de 2º grau, descaracterizou o Curso Normal que foi transformado em um entre tantos outros cursos profissionalizantes e recebeu a nomenclatura de "Habilitação Magistério".

Curso Auxiliar de Administração Hospitalar, previsto no Regimento, não foi implantado. Assim como assinala Germano (2005), quando diz que, muitos cursos profissionalizantes, previstos para o período, em todo o Brasil, não foram implantados, ou não tiveram sucesso por falta de estrutura física, recursos materiais e humanos qualificados.

Vale destacar que, segundo o Prof. Valdemar Rodrigues, quando assumiu o cargo de diretor do Colégio (1973), sentiu-se a necessidade de um laboratório para os alunos do curso de Contabilidade, uma vez que não se concebia a dissociação entre teoria e prática. A Secretaria de Educação em Goiânia, por intervenção desse diretor do Colégio, enviou as máquinas para a instalação do escritório modelo. Para o funcionamento deste escritório, foram também enviados dois professores locais à Goiânia, principalmente, para fazerem um curso de aperfeiçoamento. Depois de quatro anos, em 1977, o referido escritório foi implantado. Contudo, o curso de Contabilidade havia sido criado em 1968, dez anos antes da implantação de tal laboratório.

Se tratando da Reforma do ensino de 1971, o Regimento Escolar era um dos pré-requisitos para a autorização condicional e funcionamento dos cursos de 1º e de 2º Graus. Segundo o diretor do Colégio no período, Prof. Valdemar Rodrigues, o Regimento era elaborado pela própria escola, conforme expressa: "Trabalhamos meses na mudança daquele regimento e do próprio currículo, [...], montamos o currículo, fizemos a modificação do regimento, e mandamos para Goiânia" (RIBEIRO, MUTA; SILVA, 2007, p. 157). A seguir, em sua fala, o Prof. Valdemar Rodrigues demonstra expressão de preocupação com o sistema político da época, quando declara que:

> A gente tinha que trabalhar com muito cuidado para não contrariar o Sistema Militar, porque se nós contrariássemos qualquer coisa a própria Secretaria de Educação já barrava aquilo que fosse contrário [...]. Na sala de aula, o professor trabalhava a sua matéria, a sua disciplina, mas sempre atento, ele tinha que ter essa preocupação, porque de qualquer maneira ele estava sendo vigiado por A ou por B (RIBEIRO, MUTA; SILVA, 2007, p. 157)[228].

Percebe-se, por meio do relato supracitado, que as orientações docentes do período em questão se fundamentavam, também, nos fatos que envolviam professores e

[228] No arquivo do CEM Prof. Florêncio Aires, encontra-se a Portaria do Ministério da Educação e Cultura, de 28 de março de 1969, que normatizava a apuração das infrações disciplinares de professores, alunos e funcionários das instituições escolares, com base no Decreto Lei Federal nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.

alunos do Colégio, naquele período, como confirma o ex-diretor do Colégio, o Prof. Antônio Luiz Maya.

> [...]. Procurando subversivos, chegaram a pegar alguns alunos nossos na época, e levar para a cadeia. E professores também, isso é verdade, [...] infelizmente isto foi feito pelos militares. Eles invadiram as escolas querendo pegar nossos alunos [...]. [...] eles vieram, vieram perseguir aqui, os meninos tidos como políticos, com isso levaram presos, foram até o Chile (RIBEIRO, MUTA; SILVA, 2007, p. 26-27).

Para tanto, ele questiona: "Eram meus alunos do Curso Científico, e não podiam discutir problema político? Podiam e deviam"[229] (RIBEIRO, MUTA; SILVA, 2007, p. 27). Então, torna-se claro que as questões políticas margeadas pelo governo militar, no Brasil, também adentraram as "portas" do Colégio Estadual de Porto Nacional, no mesmo momento em que se impunha a Reforma do Ensino de 1º e 2º Grau.

A Profª. Maria Zélia traduz uma memória coletiva sobre esses fatos, quando discorre que D. Alano inconformado com essa situação foi à Brasília e diante das autoridades constituídas, diz-se que ele expressou: "Me ponha no paredão, eu já vivi, mas tira estas crianças daqui, liberte este povo" (RIBEIRO, MUTA; SILVA, 2007, p.119)[230]. Piagem e Sousa (2000, p. 134), colaboram para a compreensão desses fatos quando relata que a professora portuense Dagmar Pereira da Silva foi presa em 1972 por agentes policiais do DOPS, em Porto Nacional, e nessa trajetória foi levada para Brasília, onde ficou ali, presa, por cinco meses tendo seguido mais tarde para o exterior. Assim, os autores relatam conforme a memória dessa professora que o bispo D. Alano disponibilizou todo apoio a ela nesse período, indo à Brasília, e diante do comandante do batalhão, expressou: "[...]. Se quiserem podem mandar-me ao paredão, mas eu preciso falar agora com a Dagmar"[231].

Conforme dossiês dos professores do Colégio Estadual de Porto Nacional, para fins de posse no cargo de professor e de autorização para lecionarem nos anos de 1970,

---

[229]No ano de 1971 o Prof. Luis Maya, por motivos pessoais e a convite do então governador do Estado, Leonino di Ramos Caiado, assumiu a Diretoria do Departamento do Ensino Primário, da Secretaria de Educação do Estado, deixando a direção do Colégio Estadual, e, posteriormente, a vida sacerdotal.

[230] No dia 5 de maio de 1976, em função da idade, o bispo D. Alano Maria Du Noday, renunciou a direção da Diocese de Nossa Senhora das Mercês em Porto Nacional, assumindo esse ministério, o bispo D. Celso Pereira de Almeida. Este Bispo, também vinculado à Ordem Dominicana, doutorou-se em Teologia em Bolônia na Itália.

[231] A Profª Dagmar Pereira da Silva ministrava a disciplina de Matemática, em 1970, no Colégio Estadual de Porto Nacional.

deveriam-se apresentar atestado de antecedentes políticos, ou seja, atestado de ideologia política e social, expedido pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Essa delegacia atestava, principalmente, se este profissional professava ou não ideologia contrária ao regime vigente no país ou se havia participado em movimento de caráter subversivo.[232]

É bem ilustrativo do período o fato de que, também o Pe. Ruy Rodrigues, ex-secretário de educação estadual, foi perseguido, politicamente, pelo mesmo sistema[233]. E nesse fato, percebe-se, novamente, o dístico Igreja-educação, em Porto Nacional, no mesmo embate político.

Em meio a este clima histórico, em 1972, ainda encontrava-se em efetivo o órgão representativo dos alunos do Colégio Estadual, o grêmio Santo Tomás de Aquino. Neste mesmo ano, uma nova diretoria tomou posse e ainda publicou o seu porta-voz, o periódico "O Vanguarda". Por este veículo de comunicação, já se percebe, de forma preliminar, a política de intervenção militar margeando o movimento estudantil em Porto Nacional.

No primeiro número de "O Vanguarda", o Grêmio estudantil Santo Tomás de Aquino esclarece a situação da "Casa do Estudante do Norte Goiano", seccional de Porto Nacional. Informa, portanto, que esta instituição teve a intervenção do poder judiciário na nomeação da diretoria para administrá-la naquele período. Conforme o Grêmio estudantil, este episódio adveio de algumas situações em foco na entidade, no contexto político de época, dentre elas, o fato de que "na liderança de então, apossou-se um MEDO, devido às agitações estudantis, e o esforço do governo em manter a ordem" (O VANGUARDA, 1972, p. 4)[234].

Assim, no decorrer do período de centralização, a organização dos estudantes que se deu em Porto Nacional por meio dos grêmios estudantis, passou paulatinamente a dar lugar ao Centro Cívico Estudantil. Então, além da obrigatoriedade da disciplina Educação Moral e Cívica, era incentivada a criação desta instituição cívica. Em 1973, foi autorizado, paro o Colégio Estadual, pela Coordenação de Educação Moral e Cívica de Goiás, o funcionamento do Centro Cívico Estudantil Dr. Francisco Ayres da Silva, orientado pelo Prof. Pe. Alano Azevedo Soares.

---

[232] Estes documentos podem ser encontrados no arquivo do CEM. Prof. Florêncio Aires.
[233] O Pe. Ruy Rodrigues ficou exilado na França (París), por cerca de 25 anos, a partir de 1964.
[234] A Cenog foi extinta, por decisão judicial, em 17 de maio de 1979 (SANTOS, 2007).

O Regimento do Colégio, aprovado no ano de 1975 pelo Conselho Estadual de Educação, ajuda a melhor compreender a dinâmica do Centro Cívico do Colégio Estadual quando esse apresenta, nos Artigos de 122 a 125, as orientações sobre o Centro Cívico. Este tinha como finalidade a "formação cívica, patriótica, cristã e esportiva-educativa" (COL. EST. DE PORTO NACIONAL, 1975). O que de certa forma difere da proposta no regimento anterior do Colégio, no qual previa a criação de grêmios cuja finalidade era a "formação lítero-artístico-científico-musicais, esportivo e assistencial do educando" (COL. EST. DE PORTO NACIONAL, 1971a). Essa reorganização dos objetivos das entidades estudantis veio atender aos ditames do regime político em voga no país e as diretrizes educacionais por ele editadas.

Para acompanhar as disciplinas cívicas-patrióticas que, eram obrigatórias, incentivar a criação dos centros cívicos e manter o seu controle, a Secretaria de Educação mantinha uma Coordenação Especial, como está expresso o seu objetivo em documento oficial:

> Tem por objetivo a implantação e a manutenção da Educação Moral e Cívica no Estado, estimular e realizar solenidades cívicas, influenciar e convocar órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica. Coordenar os Centros Cívicos Escolares, homologando os seus estatutos [...]; difundir nos estabelecimentos de ensino existentes no estado de Goiás, a moral, o civismo, o amor à justiça e o culto ao patriotismo, à democracia e à religião (COSTA JUNIOR, 1975-1979, p. 67).

Assim, além da "Teoria do Capital Humano" subjacente no currículo de ensino e a pedagogia tecnicista, convertida em pedagogia oficial (SAVIANI, 2008), estava em pauta, também no currículo dos estabelecimentos de ensino as disciplinas que compunham o processo de "desenvolvimento e civismo" com a inclusão obrigatória da Educação Física, Educação Artística, Programa de Saúde e Educação Moral e Cívica - EMC[235] (Lei nº 5.692 Art. 7º). Esta última, no final do grau médio muda a denominação para Organização Social e Política Brasileira - OSPB. Em complementação, era trabalhado com bastante vigor os desfiles cívicos-patrióticos. Estes desfiles ocupavam lugares distintos e específicos na vida escolar dos alunos, professores e da sociedade. Pode-se, destacar também, nesse período, outros instrumentos de identificação e

[235] A Educação Moral e Cívica foi instituída como disciplina e como prática educativa em caráter obrigatório, inicialmente, pela legislação federal, Decreto-Lei nº 869 de 12 de setembro de 1969 (MEDEIROS, 1975, p.10).

uniformização dos alunos. No ano de 1973 foi padronizado pela Secretaria da Educação e Cultura de Goiás, por meio da Portaria nº 1616, de 20 de novembro, o modelo de uniforme a ser usado por todos os alunos da rede pública de ensino, como forma de impor disciplina e moral. De forma geral era composto de blusa/jaqueta/camisa de cor branca, saia/saia calça/calça de cor caqui, sapatos e meias pretas. A partir deste mesmo ano, ou seja, de 1973 os alunos do 1º Grau, matriculados a partir da 5ª série e os de 2º Grau de Ensino, deveriam obrigatoriamente, fazer a sua Identificação Estudantil Padronizada (Cédula de Identidade Estudantil).

Ainda, no processo de controle sócio-educativo dos alunos, incluiu na Legislação em vigor, no período, a orientação vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade. Era obrigatória a instituição da Orientação Educacional nas instituições de ensino. Este serviço, também é previsto nos Regimentos escolares do Colégio Estadual de Porto Nacional.

E para além desse controle disciplinar do corpo estudantil, diga-se de passagem, da sociedade brasileira, em relação a profissionalização, Freitag (2005, p. 182), destaca que a educação não é mais concebida como "um processo de transmissão de cultua geral de humanidades, de saber universal. A educação é instrumentalização para o trabalho".

Todavia, percebe-se que a situação da profissionalização em Goiás e, consequentemente, em Porto Nacional, não atingiu os patamares desejados pela política de educação nacional. Em conferência proferida aos estagiários da Escola de Guerra de Brasília e Campo Grande, em 1976, o governador de Goiás, Irapuam Costa Júnior (1975-1979) destacou que não obstante a pretensão da Lei nº. 5692, de 1971, de se "preparar mão-de-obra e técnicos de nível médio aptos a acompanharem o processo de desenvolvimento nas suas peculiaridades regionais", pouquíssimas escolas, no país, conseguiram, até aquele momento, ministrar com eficiência o 2º grau já reformado.

Aquele governador, sobretudo, destacou que, em Goiás, as dificuldades com a implantação de ações sócio-educativas eram enormes, em função, principalmente, da falta de currículo adequado, a escassez de recursos humanos qualificados, a inadequação e/ou insuficiência dos recursos físicos e didáticos e a falta de um serviço destinado a supervisionar e orientar a implantação da Reforma. Algo discutível, também para ele, era o "realismo na estratégia de ação" pretendida, pois tudo isso estava comprometendo a eficiência dos trabalhos e a obtenção de resultados significativos (COSTA JUNIOR, 1975-1979). Este governador de Goiás mostra, portanto a real

situação da profissionalização no Estado, pauta que consequentemente, encontrava-se no Colégio Estadual de Porto Nacional, com a falta, principalmente, de professores especializados e recursos materiais adequados.

### 5.3 A qualificação dos professores para o magistério do Ensino Secundário do Colégio Estadual: dos cursos da CADES à interiorização do Ensino Superior em Porto Nacional

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira nº 4.024, publicada em 1961, preconiza no seu Art. 59 que a formação de professores para o ensino médio deveria ser realizada nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e a de professores de disciplinas específicas de ensino médio técnico, deveria ser em cursos técnicos especiais de educação técnica.

Seguindo as diretrizes nacionais, a Legislação do Sistema de Ensino de Goiás (nº. 4.240/1962) definiu, na mesma perspectiva, que a formação de professores de Ensino Médio deveria ser promovida nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. No estado goiano, na época, só existiam duas universidades - a Universidade Católica de Goiás (1959) e a Universidade Federal de Goiás (1960). Em vista deste quadro reduzido de instituições de formação superior, esta legislação prevê no seu art. 187 que enquanto não houvesse número suficiente de professores licenciados em faculdades de filosofia, a habilitação ao exercício de magistério deveria ser realizada por meio de exames de suficiência. Esse exame, por sua vez, seria determinado pelo poder público.

Portanto, se tratando dos exames de suficiência, o Ministério da Educação e Cultura expediu a Portaria nº. 49 de 31 de janeiro de 1964, normatizando que o Certificado de suficiência habilitava o candidato ao exercício do magistério na localidade para a qual foi requerido o exame, como nas demais em que se verificava a carência de licenciados. Para tanto eram oferecidos cursos de preparação e orientação para o exame de suficiência. Em Goiás encontram-se esses cursos e exames até os anos de 1970. No dossiê dos professores do Colégio Estadual, é possível identificar professores que participaram do Curso de Suficiência realizado pela Faculdade de Educação da UFG, via convênio assinado entre esta instituição e a Inspetoria Seccional de Ensino Secundário (ISES) de Goiânia, no período de 11 de dezembro de 1970 a 13 de fevereiro de 1971. As disciplinas contempladas neste curso foram: Matemática, Português, Educação Moral e Cívica e Ciências.

Todavia, antes dessas ofertas de formação e de aprimoramento, por um longo período, o curso da CADES – Campanha de Aprimoramento e Difusão do Ensino Secundário, já citado no capítulo que antecede a este, fora um instrumento de capacitação dos professores do Ensino Secundário no Estado, e particular do Colégio Estadual de Porto Nacional. Este curso foi criado por meio do Decreto nº. 34.638 de 17 de novembro de 1953, com o objetivo de difundir e elevar o nível do Ensino Secundário - figurou como uma exigência para os professores que lecionavam no ensino secundário e não possuíam o Curso Superior. Segundo o Prof. Domingos Dias, para a regulamentação do segundo ciclo do Colégio Estadual de Porto Nacional, os professores que não possuíam o curso superior tiveram que fazer os cursos da CADES. Caracterizando este curso, ele informa que era oferecida a orientação pedagógica e a instrução específica da matéria que iriam lecionar. No caso deste professor, ele foi indicado para fazer tanto o curso de matemática, como o de desenho. Mas, ele optou por cursar só o de desenho (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007).

Conforme depoimento de alguns professores que lecionaram no Ginásio de Porto Nacional, percebe-se que muitos deles participaram dos cursos da CADES em Goiânia[236]. O Prof. Domingos Dias coloca em relevo a sua experiência no curso:

> Fui mandado para Goiânia para fazer o Curso de Aperfeiçoamento Secundário, chamava CADES. Era feito pelo Ministério da Educação. Lá a gente tinha toda a orientação pedagógica e a instrução específica da matéria que a gente lecionava. Fizemos esse curso para regularização do que hoje é chamado Centro de Ensino Médio, naquele tempo, Colégio Estadual em Porto Nacional (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p.50).

A partir desse enfoque, pode-se acrescentar que muitos foram os participantes de cursos ofertados pela CADES, a exemplo da Profª. Maria Maia[237], que fez o curso na área de Matemática, enquanto a Profª. Orcina Mascarenhas[238] e a Profª. Rosalina Maria[239] fizeram o curso de Letras. Destaca-se, assim, que o depoimento da Profª. Maria Zélia, tal como o depoimento acima disposto, é igualmente carregado de detalhes relevantes sobre o período de cursos da CADES: "[...] eram aulas direto, o dia inteiro,

---

[236] Ver depoimentos em Ribeiro, Muta e Silva, 2007.
[237] Maria Maia foi professora de Matemática no Ginásio Estadual por mais de 30 anos, a partir de 1959.
[238] Orcina Gomes Mascarenhas atuou no Colégio Estadual de Porto Nacional, como professora de Língua Portuguesa, durante uma média de 15 anos.
[239] Rosalina Maria Coelho atuou como professora e coordenadora pedagógica no Colégio Estadual de Porto Nacional. Dentre as disciplinas ministradas, destaca-se a de Língua Portuguesa.

em Goiânia. O Prof. Egídio era o professor de Didática Geral, o Prof. Bretas, de Didática Especial de Matemática, que era o meu curso. O Prof. Nion Albernaz era um dos professores, uma sumidade" (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007, p. 116).

Essas memórias em seu conjunto dão uma margem de compreensão de como ocorreu a prática desse programa. Todos os professores que fizeram referência aos cursos da CADES teceram considerações positivas, tanto em relação à qualidade, quanto em relação à influência no salário. Sabe-se, no entanto, que esses professores não tiveram acesso ao Ensino Superior, antes desses cursos. Por isso, com relevo, a CADES ofereceu cursos que representaram uma oportunidade significativa para parcela dos docentes atendidos. Ademais, por meio de documentos compulsados no arquivo do CEM Pof. Florêncio Aires, até o início dos anos de 1970, ainda se encontravam referências dessa modalidade de curso oferecido em convênio com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG), para professores da rede pública de ensino do Estado de Goiás.

Tomando como exemplo os professores do Colégio Estadual de Porto Nacional, é possível encontrar participantes do Curso de Preparação intensiva de Professores (Curso da CADES) oferecido pela UFG em convênio com a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, no período de 3 de novembro de 1970 a 13 de março de 1971, destinado a professores que estivessem exercendo funções de magistério de nível Ginasial em estabelecimentos de ensino do Estado e não possuíssem o registro de professores de Matemática, Desenho, Ciências Naturais e Moral e Cívica[240].

Portanto, dos meados da década de 1950 até o início dos anos de 1970, a CADES prestou serviços à educação brasileira gerenciando a realização de cursos de treinamento para professores do ensino secundário, jornadas de diretores, simpósios de orientação educacional, encontros de inspetores do ensino secundário e cursos para secretários de instituições de ensino.

Retomando o Plano de desenvolvimento econômico do governo de Mauro Borges (1961-1965) em relação à formação do professor em nível superior, previa-se que seriam criadas Faculdades Estaduais para atender ao interesse da comunidade goiana. De fato, no período de 1961 a 64 foram criadas as Faculdades de Filosofia de

[240] Participaram dos cursos as professoras: Dagmar Pereira da Silva (Matemática), Celina Fernandes de Sousa (E.M.C), Maria Diramar Mota e Silva (Ciências Naturais), Eva da Costa Parrião e Maria do B. Pereira Nunes Castro (Desenho).

Rio Verde (1961), Porto Nacional (1963), Ceres (1963) e Jataí (1964), no entanto houve um descompasso entre a criação e a implantação, até o ano de 1968 nem uma das instituições citadas tinham sido implantadas (BALDINO, 1991). Portanto, na região norte do Estado, embora tenha sido criada a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (FAFING), em 1963, ocorre também que a mesma só foi instalada em Porto Nacional, no ano de 1985, cerca de 20 anos depois. Portanto, aquelas famílias que tinham condições financeiras, enviavam seus filhos para Goiânia ou para outros centros, com fins de cursar o ensino superior. Tratava-se, na sua maioria, de jovens (homens) que almejavam outras profissões consideradas "mais bem remuneradas" ou com maior "prestígio" do que o exercício da carreira do magistério via curso Normal.

De certa forma, como se pode apreender pela análise circunstancial, somente a partir de 1968, quando o Colégio Estadual passou a oferecer mais dois cursos de ensino médio, o curso de Contabilidade e o Normal, apresentou um crescimento no número de professores licenciados.

**Quadro 49.** *Número de professores em exercício em Porto Nacional, licenciados por Faculdades de Filosofia (1966-1969).*

| 1966 | | | 1967 | | | 1968 | | | 1969 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | |
| Tot | Lic | Não Lic. | Tot | Lic. | Não Lic. | Tot. | Lic. | Não Lic. | Tot. | Lic. | Não Lic. |
| 33 | 1 | 32 | 41 | - | 41 | 51 | 6 | 45 | 68 | 7 | 61 |

**Fonte**: CASSIMIRO; BRAZ; VIEIRA, 1971 (quadro elaborado pela autora).

A situação da região norte de Goiás, de fato, era proporcional ao quadro apresentado por Porto Nacional, especialmente, no que diz respeito à formação dos professores do magistério, atuantes no Ensino Médio. Tomando o ano de 1969, dentre os 237 professores que atuavam no ensino médio nos municípios da região norte de Goiás, no período em voga, somente 18 eram licenciados (Cf. Quadro 50, p. 260). Todavia, o município de Porto Nacional apresentava um número maior de professores licenciados, como já foi salientado, em função, principalmente, de poder ofertar o ginásio e três cursos do segundo ciclo secundário, ou seja, o curso Científico, Normal e Contabilidade, neste mesmo ano.

Por outro lado, estes dados mostram o grande índice de professores não licenciados atuando no ensino secundário na região norte do Estado, neste período, o que justificava a premente necessidade de implantação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras criadas no início da década de 1960, pelo governo do Estado de Goiás.

**Quadro 50.** *Número de professores em exercício no Ensino Médio em municípios do Tocantins (antigo norte goiano), com discriminação dos licenciados por Faculdade de Filosofia (1969).*

| Município | Total de Professores | Licenciados | Não Licenciados |
|---|---|---|---|
| | | | |
| Porto Nacional | 68 | 7 | 61 |
| Gurupi | 41 | - | 41 |
| Miracema | 40 | 2 | 38 |
| Arraias | 25 | 1 | 24 |
| Dianópolis | 12 | 2 | 10 |
| Paranã | 10 | 2 | 8 |
| Cristalândia | 10 | 1 | 9 |
| Paraíso | 8 | 3 | 5 |
| Natividade | 8 | - | 8 |
| Peixe | 8 | - | 8 |
| Taguatinga | 7 | - | 7 |
| Total | 237 | 18 | 219 |

**Fonte**: CASSIMIRO; BRAZ; VIEIRA, 1971 (quadro elaborado pela autora).

É pertinente salientar que o regime militar implantou, em 1971, a reforma do ensino de 1º e 2º graus. Por meio da Lei nº 5.692/1971, no capítulo V, definiu-se que a formação dos professores e especialistas em educação para o ensino de 1º e 2º graus seria feita em níveis que se elevassem progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do País e com orientação que atendesse aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos (art. 29). Ainda de acordo com essa lei, a formação mínima para o exercício no magistério do ensino de 1º grau de 5ª à 8ª séries seria exigida habilitação específica de grau superior, em curso de graduação, representada em licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração. A atuação no ensino de 5ª à 8ª séries do 1º grau e em todas as séries do 2º grau seria permitida aos

docentes com habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente à licenciatura plena. Em relação à formação dos administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas da educação, a lei definia que a mesma seria feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação (art. 33) (GOIÁS, 1972).

A legislação supracitada detalha o que já estava previsto na reforma do ensino superior de 1968. Especificamente, em relação à preparação desse profissional, a Lei nº 5.540/1968 definiu que a formação de professores para o ensino de segundo grau, de disciplinas gerais ou técnicas, bem como de preparo de especialistas destinados ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação de escolas e sistemas de ensino deveriam ser realizados em nível de terceiro grau (art. 30). (BRASIL, 1968).

A concepção de ensino superior preconizada pelos militares, especialmente a partir dessa reforma, aponta para o entendimento da educação enquanto parte intrínseca de um projeto de país/nação. Baldino (1991), enfatiza que seguindo a lógica da política para a educação, proposta pelos militares, através da política de expansão e interiorização, o ensino superior foi compreendido sob uma ótica meramente utilitarista. Esse nível de ensino teria a função de formar os quadros técnicos para a sociedade moderna e inculcar os valores marcados pela ideologia de segurança e desenvolvimento, determinados pelas elites dominantes.

Assim, as universidades passaram a ser prestadoras de serviços através da implantação de projetos de extensão e estágios com a proposta de levar assistência médica e social às populações carentes do interior. Por meio desses projetos, entretanto, várias universidades brasileiras encaminhavam alunos estagiários ao interior do país e, inclusive, instalavam-se *campi* avançados em determinados municípios. Em Goiás, a UFG também criou órgãos, coordenações e informativos para cristalização e institucionalização desse "novo" projeto de universidade. O significado da Extensão, nesse período, é evidenciado por duas linhas de ação definidas como expansão física e acadêmica da instituição e a atuação filantrópica e assistencialista reconhecida como uma missão da universidade (ALMEIDA, 1991).

Essa é a linha de argumentação que irá justificar a criação, nas décadas de 1970 e 1980 de diversos projetos de expansão e interiorização das ações da Universidade Federal de Goiás (UFG), dentre eles a criação de *campi* avançados em várias regiões desse Estado. Ações que traziam implícitas o objetivo de estender serviços à sociedade,

dentro de uma visão claramente filantrópica, mas reconhecida como uma atividade atrelada à função acadêmica de produzir e transmitir conhecimentos.

Então, foi no contexto de acirrados debates nacionais e à luz da concepção da política de expansão e interiorização da UFG, que se instalou um Campus Avançado em Porto Nacional. Embora as informações quanto a data de criação desse campus apresentem distorções[241], ele foi criado com o objetivo de constituir como base física e apoio administrativo para estágios e programas de ação comunitária, principalmente, na área da saúde (bioquímica, medicina, nutrição, odontologia e serviço social), saneamento e agropecuária. Embora não tenha oferecido cursos de graduação no Campus Avançado em Porto Nacional, essa iniciativa teve grande relevo no desenvolvimento social e cultural daquele município, única cidade da região norte de Goiás com essa inserção da UFG, no período agora em foco.

Por outro lado, a implantação de um Campus Avançado da UFG em Porto Nacional, pode estar vinculada a um dos objetivos precípuos da política de extensão universitária do período - conter os movimentos estudantis - considerando que ali se encontrava um dos focos desse movimento no norte goiano, por meio da Cenog e dos grêmios estudantis dos Colégios do município. Essa assertiva pode ser comprovada pelo fato de que o prédio onde foi instalada esta instituição, em Porto Nacional, pertenceu à Cenog. Este imóvel foi incorporado ao patrimônio da UFG por força de decisão judicial proferida nos autos nº. 832/1976 – 1ª Vara Federal da seção Judicial no Estado de Goiás[242]. Em adição a este fato, vale destacar, como já se referiu anteriormente, que a Cenog foi extinta, também, por decisão judicial, no ano de 1979.

Dentre os projetos de interiorização do ensino superior, e formação de professores, para atender a legislação em vigor (Lei nº. 5.692/1971), foram firmados convênios entre a Faculdade de Educação da UFG, a Secretaria da Educação e Cultura de Goiás e o Programa de Expansão e Melhoria da Educação Nacional - PREMEN (acordo MEC/USAID). Conforme Almeida (1991), sob a coordenação dessa Faculdade foram ministrados cursos (parcelados, de férias ou integral, intensivo) na modalidade de licenciatura curta (Língua Portuguesa, Matemática, Ciência e Estudos Sociais) e complementação pedagógica (supervisão Escolar e Orientação Educacional), tanto no

[241] Essas distorções perpassam o período compreendido de 1975 a 1985.
[242] Com a criação da Universidade Federal do Tocantins o imóvel do Campus avançado da UFG passou a fazer parte do patrimônio desta instituição.

interior como na capital do Estado para profissionais de 1º e 2º graus das redes estadual e municipal.

Especificamente, na área de Ciências e Matemática, o governo de Goiás justifica a necessidade desses cursos em função da "existência nas escolas estaduais, de grande quantitativo de professores leigos em exercício" e o objetivo de qualificar, em curto prazo, a "fim de melhorar a qualidade do ensino e contribuir para reduzir o número de docentes leigos". Em relação ao atendimento às necessidades de professores nessa área no Norte do Estado, apresenta como meta a "formação de 34 professores leigos, nas áreas de Ciências e Matemática, em exercício em escolas do Norte do Estado" (GOIÁS, 1975, p. 1).

Portanto, sob a coordenação da Faculdade de Educação da UFG foram ministrados cursos, em Porto Nacional, na modalidade de licenciatura curta e regime parcelado nas áreas de Ciências Humanas e Letras (Língua Portuguesa, Estudos Sociais), Ciências (Ciências e Matemática) e em regime intensivo os curso de Artes Práticas (Educação para o Lar e Técnicas Comerciais). Esses cursos foram realizados no período de 1975 a 1977[243].

Por meio dos dossiês dos profissionais que trabalharam no Colégio Estadual de Porto Nacional, no período em estudo, é possível identificar professores que cursaram a Licenciatura Curta por meio desse projeto[244] (Cf. Quadro 51, p. 264). Percebe-se, pelos registros de memória de professores portuense[245], que esses cursos foram significativos para o professorado do município, uma vez que não tinham condições para realizar um curso superior nas universidades em Goiânia ou em outros centros. No entanto, sabe-se que neste período, já se oferecia no Colégio Estadual, cursos de 2º grau e as habilitações por área de conhecimento, na modalidade de licenciatura curta era destinada aos professores do ensino de 1º grau (5ª a 8ª séries), portanto foi uma medida paliativa, não atendendo às reais necessidades de formação de professores para esse nível de ensino.

---

[243] Os cursos tiveram os seguintes períodos de realização: Ciências e Matemática (07/07/1975 a 28/02/1977), Língua Portuguesa e Estudos Sociais (03/01/1976 a 23/07/1977), Técnicas Comerciais (03/11/1976 a 25/08/1977).

[244] Esses cursos não ficaram restritos aos professores que já exerciam o magistério no nível de 2º Grau, como é o caso das professoras Creusa Aires e Messias Lopes que tiveram suas trajetórias profissionais voltadas para o ensino de 1º grau.

[245] Ver em Ribeiro, Muta e Silva (2007).

**Quadro 51**. *Professores do Colégio Estadual que cursaram a Licenciatura Curta (1975-1977)*

| N. | Professores | Curso |
|---|---|---|
| | | |
| 01 | Alice Próspero dos Santos | Técnicas Comerciais |
| 02 | Carmelina Aires dos Santos | Estudos Sociais |
| 03 | Carmencita Matos Maia | |
| 04 | Maria Francisca G. Barros | |
| 05 | João Pereira de Macêdo | |
| 06 | Elza de Jesus P. de Carvalho | |
| 07 | Maria do Bonfim Pereira Nunes Castro | |
| 08 | Temes Aires do Santos | |
| 09 | Vânia Maria Guimarães Cantuária | |
| 10 | Ivanilde Aires Chrystal | Língua Portuguesa |
| 11 | Marineide Brito | |
| 12 | Luzinete Coelho Lira | |
| 13 | Virginia Tavares dos Santos | |
| 14 | Nauzira Barbosa Aires | |
| 15 | Joana Bernadete G. F. Porto | Ciências e Matemática |
| 16 | Raymundo Aires Filho | |
| 17 | Maria Cristã T. M. E. Martins | Educação para o Lar |

**Fonte**: COL EST. DE PORTO NACIONAL, 1978 (quadro elaborado pela autora).

Ainda, para a melhor compreensão da formação exigida para o exercício do magistério de ensino de 2º grau, nos anos de 1980, vale destacar o artigo 82 da Lei do Sistema Estadual de Educação do Estado de Goiás, nº 8.780 de 23/01/1980, no qual encontram-se as diretrizes sobre a formação dos professores e especialistas para este nível de ensino (Cf. Quadro 52, p. 265). Conforme se observa nos dossiês dos professores do Colégio Estadual de Porto Nacional, no ano de 1980, há uma migração de professores que concluíram os cursos de licenciatura oferecidos neste município pela UFG/PREMEN, das escolas de 1º grau (1ª a 4ª série) para este Colégio. Acredita-se que essas iniciativas estejam conjugadas, também, a essas orientações da Secretaria Estadual de Educação do Estado. Nesse sentido, como era inexistente Faculdades de Filosofia no norte de Goiás, o que dificultava o acesso de professores dessa região a curso de Licenciatura Plena, o quadro de professores do ensino de 2º grau desta instituição era composto, principalmente, por professores que haviam concluído a Licenciatura de

Curta Duração e professores que realizaram exames de suficiência, formação que equivalia a atendimento em caráter implementar e a título precário.

**Quadro 52**. *Habilitação exigida pela Lei nº 8.780 de 23/01/1980 para o exercício do magistério de ensino de 2º grau*

| Habilitação | Séries | Área/observações |
|---|---|---|
| | | |
| Licenciatura Plena | Todas | Especialização específica |
| Nível superior e estudos complementares de formação pedagógica | Todas | Especialização específica |
| Licenciatura de Curta Duração mediante estudos adicionais | 1ª e 2ª | Especialização específica |
| Licenciatura de Curta Duração c/ habilitação específica | Todas | Caráter implementar e a título precário |
| Exames de suficiência | Todas | Caráter implementar e a título precário |

**Fonte:** Goiás, 1980 (quadro elaborado pela autora).

Conforme Machado (1985), por meio do Perfil sócio-econômico do estado de Goiás, em meados dos anos de 1980, no interior deste Estado só existiam faculdades nas cidades de Rio Verde, Anápolis, Goiás, Jataí e Ceres. E campus avançado da Universidade Federal de Goiás, instalados somente nas cidades de Firminópolis, Porto Nacional e Jataí. Apontando, portanto, a situação da região norte do Estado em total desamparo no que diz respeito a instituições de ensino superior. Portanto, constituía como problema, ainda por volta dos anos de 1980 a carência de recursos humanos qualificados para o ensino de 2º grau.

Assim, com o propósito de prover a extrema necessidade de qualificar professores para as escolas de 1º e de 2º graus de ensino público e particular do extremo norte do Estado, e, acompanhando o processo de expansão do ensino superior, via interiorização do ensino, Porto Nacional, que já tinha sido contemplada, legalmente - Lei estadual nº. 4.505, de 12 de agosto de 1963, com a criação da Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (FAFING), viu-se por esta política, no governo de Iris Rezende Machado (1983-1987), a sua efetivação após cerca de 20 anos de espera por este nível de ensino nessa região. Esta faculdade foi transformada em autarquia estadual

por meio da Lei nº 9.449, de 30 de maio de 1984, tendo por sede e foro a cidade de Porto Nacional. Todavia, só em 1º de março de 1985 que ela foi instalada, tendo a sua autorização de funcionamento concedida pelo Conselho Estadual de Educação em 14 de julho deste mesmo ano, em conformidade com a Resolução nº. 49, de 14 de março de 1985[246] (MAYA, 2008).

Na mesma perspectiva da FAFING, foi criada por meio do Decreto nº. 2.413, de 2 de outubro de 1984, na cidade de Araguaina, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras (FACILA). Esta Faculdade foi autorizada pela Resolução nº. 30, de 21 de fevereiro de 1985, do Conselho Estadual de Educação. Esta autorização foi concedida pelo Decreto nº. 91.507, de 05 de outubro de 1985. Posteriormente, de cunho privado, constituiu-se como a terceira instituição de ensino superior que foi criada no norte do Estado, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi (FAFICH). Esta instituição, mantida pela Fundação Educacional de Gurupi, entidade municipal, tomou como base o Decreto nº. 94.787 de agosto de 1987.

A FAFING, por sua vez, oferecia os cursos de Licenciatura em Letras, História e Geografia e de Licenciatura Curta em Ciências[247]. Já a FACILA, que iniciou as suas atividades com os mesmos cursos oferecidos pela FAFING, acrescentou aos mesmos a Licenciatura curta em Estudos Sociais[248]. A FAFICH, por fim, oferecia os cursos de Direito, Pedagogia, Letras e Licenciatura curta em Ciências.

Assim, percebe-se que, embora tardiamente, Porto Nacional figurou como uma das primeiras cidades do norte goiano a oferecer curso de licenciatura para a formação de professores em nível regional[249]. Nesse sentido, vale destacar que a partir de 1985 com a efetivação dos primeiros cursos da Faculdade de Filosofia do Norte Goiano, localizada em Porto Nacional, encontram-se professores do Colégio Estadual cursando os diversos cursos oferecidos por esta Faculdade, com a possibilidade de aproveitamento de estudos para aqueles que já haviam cursado licenciatura curta. Os alunos das primeiras turmas concluíram o curso de licenciatura plena em 1988. Pode-se

---

[246] O primeiro vestibular da FAFING foi realizado nos dias 01 e 02 de abril de 1985.

[247] No ato da criação desta instituição, em 1963, previa-se a criação dos cursos de Línguas Modernas, Vernáculas, Pedagogia, Matemática, Física, Geografia e História.

[248] A UNITINS foi criada e instalada por determinação do Governo Estadual - Siqueira Campos, em 1989. A esta instituição foram agregadas, oficialmente, as faculdades instaladas em Porto Nacional e Araguaina. Por seu turno a Universidade Federal do Tocantins (UFT) se edificou por meio da UNITINS.

[249] Vale destacar, mais uma vez, a relação Igreja-Estado, aja visto que esta instituição foi efetivada no espaço físico do Colégio Sagrado Coração de Jesus, e teve como primeira diretora uma freira, Sebastiana Rosa da Silva.

destacar nesse caso, alguns professores do Colégio, como: Ilnah Aires Fernandes, Marlene Rodrigues Guimarães, Maria José da Costa, Manoel de Souza Filho, Joana Bernadete Galvão F. Porto e Maria Marli Machado de Souza (COL. EST. PROF. FLORÊNCIO AIRES DA SILVA, 1988b)

No que se trata à administração dos estabelecimentos de ensino de 2º grau a Lei nº. 8.780 de 23/01/1980 orientava que essa função deveria ser ocupada por especialistas de ensino, formados em curso próprio de nível superior e em caso de carência de especialistas habilitados, esta função poderia ser exercida por docentes de comprovada experiência de pelo menos três anos, na área do magistério.

No Colégio Estadual de Porto Nacional figuraram seis diretores no período de 1971 a 1988. Percebe-se, portanto, que destes, quatro já possuíam curso superior, o Prof. Valdemar Rodrigues Lima era graduado em Licenciatura Plena em Letras Modernas, a Profª. Maria Pereira da Silva, Licenciatura Plena em Estudos Sociais, o Prof. Fidêncio Bogo formado em Licenciatura Plena em Filosofia e o Prof. Geovannine Soares com bacharelado em Direito. Portanto, somente dois professores não tinham formação superior, no entanto, eram provenientes do quadro de professores do Colégio, tomando como exemplo o Prof. Florêncio Aires da Silva, compunha o quadro de professor desta instituição desde o ano de 1946, correspondendo a uma média de 25 anos de magistério na própria instituição, quando assumiu a direção.

**Quadro 53.** *Nome dos diretores que administraram o Colégio Estadual de Porto Nacional com a respectiva formação e período de atuação (1971 -1988)*

| Nº. | Nome do Diretor(a) | Período | Formação |
|---|---|---|---|
| | | | |
| 01 | Florêncio Aires da Silva | 1971-1972 | Secundário |
| 02 | Valdemar Rodrigues de Lima | 1973-1978 | Superior |
| 03 | Maria Pereira da Silva | 1979 | Superior |
| 04 | Fidêncio Bogo | 1980 | Superior |
| 05 | Odir Ribeiro Monteiro | 1980-1983 | Secundário |
| 06 | Geovannine Soares | 1983-1988 | Superior |

**Fonte**: CEM PROF. FLORÊNCIO AIRES DA SILVA, 1995 (quadro elaborado pela autora)

## 5.4 O Colégio Estadual, a Delegacia Regional de Ensino e a formação do professor primário.

Tomando por base o "Plano de desenvolvimento econômico de Goiás: diretrizes para 1961-1965", Canezin e Loureiro (1994), destacam como uma das vertentes deste Plano, no setor educacional, a racionalização do funcionamento da Secretaria de Educação e Cultura, com ênfase no aspecto da formação e recrutamento de professores. Uma das tentativas de descentralização e de racionalização do ensino em Goiás, tomada pela Secretaria de Educação do Estado, com o propósito de melhorar a assistência e fiscalização das instituições escolares, foi a criação de Delegacias Regionais de Ensino (DREs), por meio do Decreto n°. 145, de 09 de dezembro de 1961. Estas delegacias tiveram sua estruturação definidas pelo Decreto nº. 160 de 6 de dezembro de 1963, atingindo neste ano um número de 20 sedes.

Com a implantação da Lei 5.692/1971, estas Delegacias são reestruturadas, estendendo-se o campo de atuação para todo o ensino de 1º e 2º graus. Pelo Decreto nº. 281/1972 as Delegacias passam a ser denominadas de Superintendências Regionais de Educação e Cultura (SUPREC). Conforme a Portaria Estadual de nº. 1003 de 3 de abril de 1972, as SUPREC, como órgão descentralizador da Secretaria de Educação e Cultura, deveriam executar em sua órbita de atividades, a supervisão e controle de todas as tarefas inerentes a área pedagógica, administrativa, patrimônio e transporte[250].

Contudo, em 1976, as SUPRECs, foram extintas e implantadas em seu lugar as Agências e Sub-agências de Educação e Cultura, conforme Decreto nº. 861 de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a reestruturação da Secretaria de Educação e Cultura. Em 1979, nova mudança na nomenclatura dessa instituição aconteceu por meio da Lei nº. 8.654, os cargos de Agentes Regionais de Educação foram transformados em cargos de Delegados Regionais de Educação (BALDINO, 1991).

O município de Porto Nacional, que nos anos de 1920 e 1930 já fora sede de inspetorias de ensino, foi contemplado com a sede da 18ª Delegacia de Ensino, implantada em 1962, com atuação circunscrita, inicialmente, ao ensino primário. Considerando as diretrizes do Decreto nº. 160 de 6 de dezembro de 1963, o qual orientava que as delegadas de ensino deveriam ser obrigatoriamente professoras normalistas, já pertencentes ao quadro da Secretaria de Educação, a Delegacia de Porto

[250] Documentação avulsa encontrada no Arquivo do CEM Prof. Florêncio Aires.

Nacional teve como primeira delegada a professora Aldenora Alves Correia, natural da cidade de Tocantinópolis, ex-normalista do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Com a reestruturação das DREs, transformando-as em SUPRECs, estendendo-se o seu campo de atuação para o ensino de 2º grau, encontrava-se como superintendente o Prof. Durval da Cunha Godinho, este permanecendo até o ano de 1975. Neste período essa SUPREC compreendia os municípios de: Brejinho de Nazaré, Monte do Carmo, Natividade, Pindorama e Ponte Alta do Norte. Paulatinamente esses municípios foram se desdobrando em outros municípios e, assim, aumentando o número de cidades pertencentes a esta Regional. Já no ano de 1988, com a nomenclatura de Delegacia Regional de Educação e Cultura de Porto Nacional, dirigida pela Profª. Nympha Rocha Mascarenhas, era composta de 14 municípios e um total de 32 escolas, sendo 10 no município de Porto Nacional e 22 escolas localizadas nos outros municípios pertencentes a esta Regional de Ensino (Cf. Quadro 54, p. 270).

Baldino (1991) destaca, baseado em Monteiro (1980), variados problemas que impediram a efetivação da pretendida descentralização, naquele período. Dentre as dificuldades encontram-se a falta de espaço físico para a instalação das DREs, a inexistência de pessoal técnico qualificado e os critérios de escolha dos delegados de ensino, que via de regra, segundo o autor, eram indicados pela política partidária. Sem dúvida, esse panorama, condiz com a realidade de Porto Nacional, no período em pauta, podendo ser ilustrada com o depoimento da Profª. Evilácia Dias, que foi nomeada para o cargo de delegada de ensino no dia 22 de março de 1965. Diz ela que: "Na verdade, essa nomeação de Delegada eles me deram sem consultar, foi a cúpula política quem decidiu. Com um ano e meio eles mesmos me tiraram e colocaram outra no meu lugar, como estão acostumados a fazerem" (RIBEIRO, MUTA, SILVA, 2007, p. 70). Percebe-se, portanto, a ingerência política na nomeação desse cargo, e, no que se refere à DRE de Porto Nacional, esse quadro se torna bastante evidente, considerando que em quatro anos foram nomeadas três delegadas de educação[251].

No que se trata à efetivação do trabalho da DRE de Porto Nacional, nos anos de 1960, a Profª. Evilácia Dias destaca que não era fácil, uma vez que, o único meio de transporte que tinham era um jipe, que ela o adjetiva de "velho", e que em boa parte do tempo ficava sem funcionar por falta de combustível, o qual deveria ser fornecido pela

[251] Após a Profª Aldenora Alves Correia, exerceram a função de delegadas, nos primeiros anos de criação da DRE, a Profª Maria Amélia Farias e a Prof ª Evilácia Dias Moura (1965/66).

prefeitura. Embora com essa dificuldade de transporte, ela visitou a maioria dos municípios jurisdicionados a esta regional (RIBEIRO, MUTA, SILVA, 2007).

**Quadro 54.** *Municípios e instituições escolares públicas que compunha o quadro da Delegacia Regional de Ensino de Porto Nacional (1988).*

| Município | Instituições Escolares | Lei de criação |
|---|---|---|
| | | |
| Brejinho de Nazaré | Colégio Padrão | Lei nº 8.408/1978 |
| Fátima | Colégio de Nova Fátima | Lei nº 8.408/1978 |
| | Escola Conceição Brito | Lei nº 10.577/1988 |
| Lagoa | Salmom do Amaral Brito | |
| Mateiros | Escola Estefâneo Teles | Lei nº 9.977/1986 |
| Monte do Carmo | Colégio Estadual Padre Gama | Lei nº 8.408/1978 |
| Natividade | Colégio Dr. Quintiliano | Decreto nº 4.042/1934 |
| | Colégio Nossa Senhora de Fátima | Lei nº 8.408/1978 |
| | Colégio Agropecuário de Natividade | Res. nº 339/1985 |
| Novo Acordo | Escola Pedro Macêdo | Lei nº 9.977/1986 |
| Pindorama | Escola José Alves de Assis | Lei nº 9.977/1986 |
| Ponte Alta | Colégio Odolfo Soares | Lei nº 8.408/1978 |
| | Escola Joana Medeiros | |
| | Escola Alcides Rufo | Lei nº 10.111/1986 |
| | Escola Rural Palmeiras | Ano 1915 |
| Porto Nacional | Escola Estadual D. Pedro II | Lei nº 175/1935 |
| | Escola Estadual Imã Aspásia | Lei nº 8408/1978 |
| | Escola Estadual Marechal Artur da Costa e Silva | |
| | Escola Estadual D. Domingos Carrerot | Lei nº 8586/1979 |
| | Escola Estadual Alfredo Nasser | Lei nº 8878/1980 |
| | Escola Estadual Brasil | Lei nº 966 /1984 |
| | Escola Estadual Custódia da Silva Pedreira | Lei nº 9985/1986 |
| | Escola Estadual Frei José Maria Audrin | |
| | Escola Estadual Prof. Raimundo Gabriel de Oliveira | |
| | Colégio Estadual Prof. Florêncio Aires da Silva | Lei nº 124/1945 |
| Santa Rita | Escola Boa Nova | Lei nº 9.977/1986 |
| Santa Rosa | Escola Fulgêncio Nunes | Lei nº 9.977/1986 |
| | Escola Zacharias Nunes da Silveira | Lei nº 9.977/1986 |
| Santa Tereza | Escola Manoel Silvério Dourado | Lei nº 9.977/1986 |
| São Félix | Escola Sagrado Coração de Jesus | |
| Silvanópolis | Colégio João da Silva Guimarães | Lei nº 590/1970 |
| | Escola João Pires Querido | Port. nº 352/1986 |

**Fonte**: DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO DE PORTO NACIONAL TO, 2009 (quadro elaborado pela autora).

Na visão da Profª. Ivanilde Aires Chystal, esse processo de descentralização, embora apresentando dificuldades, proporcionou, de certa forma, agilidade em algumas tomadas de decisões nas escolas dessa regional, uma vez que, era muito distante da capital. Com isso, conforme a professora, demorava muito, por exemplo, a nomeação de um professor. Segundo ela, em muitos casos os professores precisavam constituir procurador em Goiânia. Nessa perspectiva, a Profª. Ivanilde Chystal relata que,

> Agora, depois da Delegacia de Ensino, a partir do momento que foi descentralizando, a Secretaria de Educação delegava a essa pessoa que assumiu a Delegacia de Ensino esse poder de maior autonomia nas escolas. Com as Delegacias algumas decisões eram tomadas pelas mesmas, e a Delegada de Ensino era muito valorizada, muito respeitada, por serem elementos bem capazes (RIBEIRO, MUTA, SILVA, 2007, p. 86).

Por outro lado, em relação ao histórico das DREs em Goiás, Baldino (1991, p. 197) conclui que "as modificações implantadas não passaram de alterações na denominação dos órgãos e muito na sua localização". Para esse autor, o que se observa, no entanto, é uma pseudodescentralização, onde "as execuções são encaminhadas para instâncias inferiores da administração, enquanto, as decisões, por serem políticas, são enfaixadas nas mãos dos que detêm o poder, no caso, o executivo estadual".

Não se pode perder de vista, no entanto, que a criação das Delegacias de Ensino está inserida dentro de um contexto histórico ligado a acontecimentos internacionais, oriundos da "guerra fria" e da disputa de poder entre os blocos capitalista e socialista. Neste tocante, os Estados Unidos firmaram diversos acordos de "cooperação técnica" com os países latinos. No campo da educação, tais acordos deram origem, entre outras ações, à criação da Supervisão Educacional no Brasil, com o objetivo de controlar e fiscalizar o sistema de ensino. Esta ação surgiu, assim, através do Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar (PABAEE)[252].

Então, por meio do acordo de assistência técnica, firmado no governo de Juscelino Kubitschek, em junho de 1956, entre o MEC (Governo de Minas Gerais) e o diretor da United States Operation Mission to Brazil, as ações do Programa tiveram como centro-piloto de organização a cidade de Belo Horizonte-MG, sendo, posteriormente, implantados centros nos demais estados brasileiros. Esta proposta, dentro de uma perspectiva tecnicista, enfatizava a formação docente com base no estudo

[252] O PABAEE foi uma das ações do Programa Ponto IV. Este foi a primeira proposta de assistência técnica bilateral dos EUA para países subdesenvolvidos.

de métodos e técnicas para o ensino primário. Como ilustração desse processo, em Porto Nacional, é possível colocar em evidência que a Profª. Ivanilde Ayres Chystal fez o curso de Supervisão Educacional pelo PABAEE, em Belo Horizonte, em 1962. Ao retornar à cidade de Porto, exerceu a função de Supervisora na Delegacia Regional de Ensino, recém-criada (RIBEIRO, MUTA, SILVA, 2007).

Dentro deste contexto sócio-histórico educacional dos anos de 1960, quando o governo - tomando por base que os Cursos Normais do Estado não supriam as necessidades de formação de pessoal qualificado para o ensino primário[253] -, fez-se pauta um discurso com ênfase na formação técnica e competência como parâmetros fundamentais para acelerar o processo de desenvolvimento pela educação. Em função disso, criou-se os Centros de Treinamento de Professores Primários. Estes Centros de treinamento, assim, eram considerados a fórmula adequada para o treinamento do déficit de professores, ou seja, na época, há uma demanda reprimida de profissionais de educação qualificados no Estado. Portanto, o papel dos Centros era "formar professores em curto espaço de tempo em condições de dedicação plena ao magistério" (CANEZIN, LOURERO, 1994, p.121).

Naquele momento, o intuito de solucionar questões educacionais por meio dos Centros de treinamento representou a forma desejada pelos organismos internacionais de investimento político-financeiro nos países da América Latina. Assim, os Centros foram efetivados por meio de convênios entre MEC-INEP/UNESCO/UNICEF, na lógica do desenvolvimento liberal tecnicista, assentada nas relações de dependência da América Latina com os Estados Unidos.

Em Goiás, inicialmente foi criado na cidade de Inhumas (1963-1970), um Centro de Treinamento do Magistério (CTM) com o objetivo de formar supervisores ou orientadores pedagógicos, ou seja, compor um quadro técnico para atuação no curso primário. Posteriormente, foram criados os "Centros de Formação de Professores Primários" (CFPP). Em 1966, por meio da Lei nº. 6.341, o Estado criou os Centros de Morrinhos e Catalão. Em 11 de novembro de 1971, entretanto, foi criado o Centro de Formação de Tocantinópolis, pela Lei nº. 7407, o qual se tornou o único da região norte do estado de Goiás (atual estado do Tocantins)[254].

---

[253] Em 1960 a proporção de professores leigos era de 77,1% no estado de Goiás (CANEZIN, LOUREIRO, 1994).

[254] Embora esta política de formação de professores tenha sido implantada inicialmente, anterior à instauração do Regime militar, estes Centros foram incorporando a política do pós 1964.

Algumas professoras do município de Porto Nacional, todavia, participaram desses processos de formação, em determinados momentos, como cursistas e, em outros, exercendo os cargos de professoras, orientadoras e mesmo diretoras de Centros de Formação. Por exemplo, a trajetória da Profª. Zilda Pereira[255], de Porto Nacional, constitui um panorama do processo de efetivação dos cursos realizados nesses centros. Segundo ela, fez parte da primeira turma de formação para supervisores, em Inhumas. O curso, em regime de internato e intensivo, aconteceu no período de agosto de 1963 a fevereiro de 1964. Ao terminar este curso, ela assumiu a supervisão escolar da Delegacia de Ensino de Porto Nacional. Em 1966, portanto, foi convocada para fazer o curso de aperfeiçoamento do Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar (PABAEE). Este curso foi realizado em Belo Horizonte (MG), do mês de abril a dezembro daquele ano. Após o término deste curso, a Profª. Zilda Pereira foi convidada para trabalhar no Centro de Formação de Professores de Catalão, onde exerceu o cargo de professora e orientadora, nos anos de 1967 e 1968 (RIBEIRO, MUTA; SILVA, 2007).

Em complemento, no período de 1969 a 1970, a Profª. Zilda e a Profª. Rosalina Maria Coelho voltaram à cidade de Belo Horizonte para participar do curso de "Metodologias", no Centro de Formação de Professores João Pinheiro. No ano seguinte, as duas professoras em relevo, foram implantar o Centro de Formação de Professores em Tocantinópolis. Lá, a primeira profissional em questão exerceu o cargo de professora, orientadora e diretora do Centro (RIBEIRO, MUTA; SILVA, 2007). È notório que para se cumprir os objetivos do programa muitas cursistas retornavam aos seus respectivos estados, municípios ou mesmo eram enviadas a outras localidades, como multiplicadoras no processo de difundir a orientação do PABAEE.

Apesar de se destinar a atender somente a determinadas superintendências (Delagacias de Ensino), consideradas mais carentes de pessoal habilitado e, por isso mesmo, prioritárias, tais cursos estenderam-se a todo o Estado. Foram recebidos alunos bolsistas dos mais diferentes e distantes municípios de Goiás. Afinal, os cursos visavam preparar o professor primário em um ano, em regime intensivo, após o qual o "novo professor" receberia um certificado de conclusão da "1ª etapa", podendo ingressar, imediatamente, no magistério primário. Após dois anos de experiência didática, estágios

[255] Zilda Pereira foi aluna do Grupo Escolar D. Pedro II. Dentre outras funções exerceu o magistério primário nesta mesma instituição.

e trabalhos complementares, esse aluno-professor recebia o seu diploma de normalista equivalente ao curso Normal regular.

Com respeito a esses Centros, frequentaram até o ano 1972, cerca de 1.785 alunos (JESUS NETA, 1974). Compreende-se, assim, que trata de um projeto que visava atender a um fluxo cada vez maior de professor, que demandavam atuar na Escola Primária, no menor espaço de tempo possível. Portanto, enquanto o Estado esperaria por três anos para formar uma turma de professores, formaria, no mesmo espaço de tempo em tais centros, três turmas, o que viria atenuar o percentual de professores leigos, em regência de classe (CASSIMIRO; BRAZ; VIEIRA, 1971).

Hilsdorf (2006, p. 124), em suas análises sobre a educação nesse período, destaca que as soluções apresentadas nesses programas envolviam tanto aspectos quantitativos, quanto qualitativos. Na sua visão os aspectos quantitativos do sistema escolar buscavam "obter mais rentabilidade com maior economia" e em relação aos aspectos qualitativos, estão relacionados à promoção do "treinamento de pessoal, uso de aparelhagem e reorganização curricular para formar pessoal para as empresas em expansão". Portanto, para além da economia de tempo, ou seja, agilidade na formação de professores para atender uma demanda real, é oportuno reiterar que há também embutida nesta proposta, a economia de recursos por parte do poder público, uma vez que, o programa previa atendimento a professores das mais variadas regiões do Estado, "isentando" o governo da criação de Curso Normal nos municípios carente de tal formação. Em par desse processo, denota, também, a instrumentalização desses cursos para a veiculação de uma concepção de educação e formação de professores primários na política de educação do período.

No tocante ao Centro de formação de professores localizado em Tocantinópolis, na região norte do Estado (atual estado do Tocantins), Pandovan (2005, p. 47), destaca que:

> A implantação do Centro de Formação em Tocantinópolis, no ano 1971, cidade situada no extremo Norte do Estado de Goiás representou um marco histórico para a região, uma vez que a expressiva distância entre o extremo Norte e a capital do Estado dificultava o acesso às reformas educacionais, sobretudo na conhecida região do Bico do Papagaio, marcada historicamente pelos elevados índices de analfabetismo e carência nas estruturas sociais básicas, as quais mantém a região atualmente como um dos locais que apresenta um alto índice de pobreza social, favorecendo com que a educação ainda seja um dos setores expressivos de investimento.

Conforme Pandovan (2005, p. 48), o período de funcionamento do Centro se estendeu de 1971 a 1991, atendendo aproximadamente, 1.378 alunos-professores. Estes cursistas eram provenientes do próprio Estado e de outros estados do norte e nordeste. Dentre os cursos distinguia-se: a Habilitação do Magistério, em nível de 2º grau, para professores leigos; a capacitação para estudos de 1º grau, para os professores que não possuíam o ensino fundamental e os estudos adicionais realizados de forma parcelada que funcionavam como extensão e aperfeiçoamento do magistério. Todavia, a autora considera que o número de professores atendidos pelo Centro não foi suficiente para atender a demanda do quadro educacional da época. Isso se justifica, segundo ela, pela "multiplicidade de propostas e programas vinculados a outros projetos na área de políticas públicas voltadas para formação de professores" naquela região em anos subsequentes[256].

Vale destacar, porém, que em Porto Nacional não foi implantado centro de formação de professores, uma vez que neste município, a partir do final dos anos de 1960 existiam duas instituições que ofereciam o Curso Normal (o Colégio Estadual e o Colégio Sagrado Coração de Jesus) neste município.

Por outro lado, percebe-se que foi neste município que se recrutou os profissionais que se tornaram os técnicos responsáveis pela proliferação dessas políticas de formação de professores na região norte de Goiás. E, por outro lado, pode-se destacar que, em 1971, por meio da circular nº. 7 do mês de março, a Secretaria da Educação e Cultura do estado de Goiás, dirigida ao diretor do Colégio Estadual de Porto Nacional, convocou profissionais desta instituição para participarem dos cursos de Aperfeiçoamento de professores de Escolas Normais e Centros de Treinamento do Magistério e Curso de aperfeiçoamento para equipes docente. Estes cursos seriam realizados no Centro Regional de Pesquisas Educacionais "João Pinheiro", em Belo Horizonte (MG) (COL. EST. DE PORTO NACIONAL, 1971b).

Se tratando dos cursos regulares, devido, ainda, ao grande número de professores leigos em atividade, o governador (interventor) de Goiás, Otávio Lage de Siqueira (1966-1971), decidiu transformar em Colégio diversos Ginásios do interior. O que se propunha era permitir o funcionamento, ainda no ano de 1967, de cursos normais do 2º ciclo em vários estabelecimentos de ensino cujo currículo até então não contava

[256] A parir de 1991 o Centro de Formação foi cedendo espaço para a instalação do Campus Universitária da Universidade do Tocantins (UNITINS) em Tocantinópolis.

com a oferta de tal nível de formação. Assim, dentro de uma política de ampliação da rede de ensino médio, houve um empenho governamental no sentido de propiciar a formação de técnicos e/ou professores para atuarem no magistério do ensino primário, via curso Normal.

Na região norte de Goiás, no ano de 1969, havia nove (9) instituições de ensino que ofereciam o Curso Normal. Destas, cinco (5) eram privadas e quatro (4) públicas. O Colégio Sagrado Coração de Jesus, instituição privada, localizada em Porto Nacional, teve a primazia de ficar por cerca de 30 anos como sendo a única instituição na região norte do Estado a oferecer esta modalidade de ensino. Mas, por outro lado, a primeira instituição a oferecer o curso normal público, naquela região, foi a Escola Normal de Pedro Afonso, em 1950. Depois desta, paulatinamente, foram surgindo outras instituições a partir de 1960, principalmente, por meio da iniciativa privada. No entanto, de 1967 a 1969, só foram criados cursos Normais, na região norte do Estado (atual Estado do Tocantins), em duas (2) instituições estaduais, uma no município de Porto Nacional e a outra em Cristalândia.

**Quadro 55.** *Municípios do estado do Tocantins (antigo norte goiana) que oferecia Curso Normal em 1969.*

| Município | Nome da unidade escolar | Entidade Mantenedora | Ano de criação |
|---|---|---|---|
| | | | |
| Araguaina | Ginásio Santa Cruz | Estadual | 1962 |
| Arraias* | Inst. N. S. de Lourdes | Particular | 1965 |
| Cristalândia | Ginásio E. de Cristalândia | Estadual | 1969 |
| Dianópolis | Esc. N. Madre Mª Tereza | Particular | 1967 |
| Miracema | Colégio Tocantins | Particular | 1965 |
| Pedro Afonso | Esc. Normal Estadual | Estadual | 1950 |
| Porto Nacional | Col. Est. de Porto Nacional | Estadual | 1968 |
| | Col Sagrado C. de Jesus | Particular | 1920 |
| Tocantinópolis | Esc. Normal N. S. de Fátima do Col D. Orione | Particular | - |

**Fonte**: CANEZIN E LOUREIRO, 1994 (quadro elaborado pela autora).
*O 1º ciclo do curso Normal foi criado em 1958.

Tomando-se, por exemplo, a situação da formação dos professores primários das escolas estaduais de Porto Nacional, embora com uma tradição de curso Normal na cidade, oferecido pelo Sagrado Coração de Jesus, ainda encontravam-se, em 1969, mais da metade dos professores sem formação adequada para o magistério.

**Quadro 56.** *A formação dos professores primários das instituições estaduais em Porto Nacional (1969) **

| Número de Escolas | Tipo de escola | Mantenedora | Professores c/ Normal | Professores s/ Normal | Número de alunos |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | |
| 05 | Grupo Escolar | Estadual | 30 | 27 | 1988 |
| 02 | Escola Reunida ** | Estadual | - | 9 | 245 |
| 03 | Escola Isolada | Estadual | 1 | 2 | 89 |
| Total | | | 31 | 38 | 2.322 |

**Fonte**: BRASIL, 1970 (quadro elaborado pela autora).
* Não foram incluídas as escolas dos distritos de Fátima, Canela e Ipueiras.
** As escolas reunidas contavam com mais de um professor e as isoladas só dispunham de um professor.

Portanto, embora esses dados da formação de professores primários das escolas estaduais de Porto Nacional, sejam de um ano após a implantação do curso Normal no Colégio Estadual, mostra um extrato da necessidade da criação de um curso para formar o profissional dessa área, assim, foi na perspectiva de atender a essa demanda, que o Colégio Estadual de Porto Nacional, que já oferecia o Científico, passou a oferecer, a partir de 1º de março de 1968, o curso Colegial Normal, ou seja, Curso Pedagógico de Formação de Professores Primários. Este curso foi regulamentado pela Resolução do Conselho Estadual de Educação nº. 608, de 18 de junho de 1971[257]. O Regimento da instituição foi aprovado neste mesmo ano, por meio da Resolução nº. 609 (DIÁRIO OFICIAL, 1971). A elaboração do Regimento ou estatuto era uma prerrogativa da Lei nº. 4.240/62, pois nesse documento deveriam constar as normas sobre organização, constituição dos cursos e o regime administrativo, disciplinar e didático através do qual seriam regidas as ações escolares.

Assim, conforme o Histórico do Cinquentenário do Colégio Estadual, a criação do curso Normal se deu em função da necessidade de atender à proliferação de escolas

[257] Embora o Regimento interno do Colégio tenha sido aprovado em 1971, ainda contemplava as diretrizes da Lei nº 4.024 /61.

primárias e a expansão do nível ginasial pelos demais municípios do norte de Goiás. E isso coadune ao exposto pelo Governo, Otávio Lage de Siqueira, na sua mensagem à Assembleia Legislativa, em 1968, sobre a proposta de ampliação da rede de escolas normais transformando em Colégios diversos ginásios que apresentavam condições ambientais para tal.

Assim, conforme o Regimento Escolar de 1971, o Colégio Estadual de Porto Nacional se propôs a oferecer o curso Normal de 2º ciclo para a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares, para atuação no ensino primário. Portanto, o Plano curricular do Curso Normal, naquele período, era constituído por disciplinas básicas como Português, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Estudos Sociais e moral e Cívica, e também disciplinas complementares tais como História da Educação, Sociologia Educacional, Filosofia da Educação, Administração Escolar, Psicologia, Didática Geral e Didática Especializada, Práticas Educativas, Artes e Recreação e, ainda, Educação Física. No ano de 1973 encontravam-se matriculados no curso Normal desta instituição 115 alunos.

Ainda, diante da realidade da formação do professor primário no Estado, e, que retrata, também, a situação do professorado do norte de Goiás e Porto Nacional, a Secretaria de Educação, sob a coordenação da Unidade de Ensino Supletivo, implantou, por meio da Resolução do Conselho de Educação e Cultura de Goiás nº. 1147 de 7 de dezembro de 1973, o "Projeto LUMEM", que se estendeu até os anos de 1980. Este curso em apreço, que era identificado como uma das primeiras experiências de educação a distância em Goiás adquiriu a conotação de formação de professores da educação básica, ou seja, era destinado à conclusão do ensino de 2º grau dos docentes leigos, permitindo-lhes habilitar-se para o magistério. Nos certificados dos professores do Colégio Estadual Prof. Florêncio Aires, que concluíram este curso encontra-se registrado: "Ensino Supletivo – Projeto Lumen – obtido habilitação específica para o exercício do Magistério". Assim, o LUMEM, foi mais uma experiência efetivada por professores primários em Porto Nacional, e por vezes para professores do 2º grau que não tinha habilitação em magistério, como exemplo, o Prof. Oni Brom, o qual concluiu este curso no ano de 1986 (COL. EST. PROF. FLORÊNCIO AIRES DA SILVA, 1986).

Considera-se, portanto, que embora na década de 1980, tenha sido implantado o curso Normal em seis escolas estaduais da Regional de Ensino de Porto Nacional, vale destacar que até o ano de 1980 somente o Colégio Estadual Prof. Florêncio Aires, neste

município, oferecia o curso Normal regular público. As datas que inauguraram a criação do curso Normal das escolas, em diferentes municípios da Regional de Ensino, ainda que de forma incompleta, mostra essa realidade.

**Quadro 57.** *Municípios e instituições escolares públicas que ofereciam o Curso Normal na Regional de Ensino de Porto Nacional (1988).*

| Município | Instituições Escolares | Lei de criação |
|---|---|---|
| | | |
| Brejinho de Nazaré | Colégio Padrão | Port. nº 130/1982 |
| Fátima | Colégio de Nova Fátima | Port. nº 10/1988 |
| Monte do Carmo | Colégio Estadual Padre Gama | - |
| Natividade | Colégio Dr. Quintiliano | - |
| Ponte Alta | Colégio Odolfo Soares | Res. nº 038/1985 |
| | Escola Joana Medeiros | Port. nº 1.394/1981 |
| Porto Nacional | Colégio Prof. Florêncio Aires | Res. nº 608/1971 |

**Fonte**: DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO DE PORTO NACIONAL/TO, 2009 (quadro elaborado pela autora).

Portanto, o Colégio Estadual Prof. Florêncio Aires da Silva foi referência, em escola pública, até o ano de 1980, como instituição formadora de professores para as séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª série do 1º grau) na Regional de Ensino de Porto Nacional.

## 5.5 O Colégio Estadual, cultura e educação em Porto Nacional

Com o processo de redemocratização do país, a educação do estado de Goiás passou a ser regida por uma nova legislação - Lei nº 8.780 de 23/01/1980, lei que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação do Estado de Goiás. No ano seguinte, em 1981, a Secretaria de Estado da Educação implantou um regimento único para toda a rede pública estadual com a finalidade de uniformizar a normativa da Rede Oficial de Ensino. Com isso foram revogados todos os regimentos das instituições escolares estaduais vigentes naquele período. Em Porto Nacional, por meio da Lei nº. 9.325, de junho de 1983, o Colégio Estadual, passou a ser denominado de Colégio Estadual Prof. Florêncio Aires da Silva (DIÁRIO OFICIAL, 1983).

Assim, no contexto do fracasso da profissionalização compulsória e a edição da Lei federal nº. 7044, de 18 de outubro de 1982 que tornava facultativa a profissionalização desse grau de ensino (GERMANO, 2005), foi autorizada, ao Colégio Estadual Prof. Florêncio Aires, por meio da Portaria nº. 447, de 1984, com efeito retroativo a partir de 1983, a implantação do 2º Grau "Não-Profissionalizante", ou seja, o curso Científico. Igualmente foi criado no Colégio, pela Portaria nº. 029, de 1984, duas (2) classes da Pré-Escola e, pela Portaria nº. 444, do mesmo ano, estava previsto para o início no ano seguinte (1985), de forma gradativa, o funcionamento, também das primeiras séries (1ª e a 4ª) do Curso de 1º Grau. Embora a reforma da educação – Lei nº. 5.692 – propusesse a extensão do ensino obrigatório, gratuito para toda a população em idade escolar até a 8ª série, no caso específico do período em análise, o que se percebe nesta instituição, para além dessa prerrogativa, é a preocupação básica em trazer o Pré-Escolar e as primeiras séries do 1º Grau para o espaço físico do Colégio para dar cumprimento à carga horária do Estágio Supervisionado, do curso de Magistério, exigida até então.

Portanto, no ano de 1987, o Colégio Estadual Prof. Florêncio Aires era uma instituição de ensino que oferecia todos os níveis de ensino, da composição de modelo de Educação Básica, ou seja, Educação Infantil (pré-escola), Ensino Fundamental (1º grau) e Médio (2º grau). Na Educação Infantil foram matriculados 50 alunos distribuídos em duas (2) turmas; no Ensino Fundamental, 635 alunos distribuídos em 16 turmas e o Ensino Médio com uma média de 868 alunos em 28 turmas. Apresentando um total de 1553 alunos matriculados na instituição. Nesse período o Colégio oferecia os cursos em três turnos, matutino, vespertino e noturno, distribuídos em 17 salas de aulas (COL. EST. PROF. FLORÊNCIO AIRES DA SILVA, 1987).

E, nesse Colégio, é possível perceber, por meio de dados compulsados, do ano de 1988, que a maior procura foi pelo curso Técnico de Contabilidade, secundado pelo curso de Habilitação Magistério, ambos almejados, principalmente, para o turno noturno, o que pode tornar possível inferir que, nesse período, a maioria dos alunos matriculados nestes dois cursos eram, também, trabalhadores e, portanto, de certa forma, enfaixados no processo de terminalidade do ensino profissionalizante (Cf. Quadro 58, p. 281).

**Quadro 58.** *Total de alunos matriculados no ensino médio do Col.Est. Prof. Florêncio Aires da Silva (1988).*

| Curso | Série | Turno | Nº. de Alunos | Total |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |
| Magistério | 1ª | Matutino | 24 | 131 |
| | | Vespertino | 18 | |
| | | Noturno | 89 | |
| | 2ª | Matutino | 23 | 79 |
| | | Vespertino | 10 | |
| | | Noturno | 46 | |
| | 3ª | Matutino | 25 | 48 |
| | | Noturno | 23 | |
| Total | | | | 258 |
| Técnico de Contabilidade | 1ª | Matutino | 44 | 256 |
| | | Vespertino | 21 | |
| | | Noturno | 191 | |
| | 2ª | Matutino | 29 | 135 |
| | | Vespertino | 13 | |
| | | Noturno | 93 | |
| | 3ª | Matutino | 23 | 52 |
| | | Noturno | 29 | |
| Total | | | | 443 |
| Científico | 1ª | Matutino | 27 | 72 |
| | | Noturno | 45 | |
| | 2ª | Matutino | 29 | 74 |
| | | Noturno | 45 | |
| | 3ª | Matutino | 23 | 36 |
| | | Noturno | 13 | |
| Total | | | | 112 |
| Total geral | | | | 813 |

**Fonte**: COL. EST. PROF. FLORÊNCIO AIRES DA SILVA, 1988a (quadro elaborado pela autora).

Por outro lado, acredita-se que o curso Científico, não-profissionalizante, criado no ano de 1983, era procurado, principalmente, por alunos que objetivavam prosseguir os estudos, preparando-se para o exame vestibular e realizar um curso superior. Percebe-se, no entanto, que o objetivo de se cursar o ensino superior era efetivado por uma minoria dos alunos matriculados no curso científico em Porto

Nacional, uma vez que só a partir de 1988 que esse nível de ensino foi oferecido à população desta cidade, configurando como o primeiro na região norte do Estado. Vale ressaltar, também, que a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano, instalada em Porto Nacional, só oferecia cursos de licenciatura, portanto, o aluno que objetivasse outra formação deveria buscar em outros centros educativos. Assim, a distância dos grandes centros de formação, dentre outros fatores, tornavam-se, para muitos alunos do norte de Goiás, um aspecto no processo de seletividade ao ensino superior.

Na instituição, registra-se, um total de 813 alunos matriculados no Ensino Médio, distribuídos nos cursos de Habilitação em Magistério, Técnico de Contabilidade e Científico, oferecidos nos turnos matutino, vespertino e noturno (Cf. Quadro 58, p. 281). Em se tratando de oferta pública do Ensino Médio, o antigo Ginásio Oficial, ou seja, o Colégio Prof. Florêncio Aires da Silva, instalado em 1946, permaneceu mais de 40 anos como único do gênero em Porto Nacional. Em 1988 se posicionava ainda enquanto referência regional, como sinônimo de solidez, mesmo situado, agora, em um contexto no qual se apresentava uma expansão do ensino médio na região norte do estado de Goiás.

Considerando que, em 1988, a região norte do estado de Goiás passou a compor o território de um novo estado brasileiro - o Tocantins -, expõe-se que a população de Porto Nacional, assim como os demais habitantes nortenses, passaram a vivenciar uma nova experiência sócio-estrutural e educativa em sua constituição. Portanto, conforme o primeiro censo demográfico, após a criação do estado do Tocantins (1990), ficou demonstrado que esse estado apresentava uma população residente de 918.406 habitantes e um total de 14.766 alunos matriculados no Ensino Médio.

No censo populacional de 1990, o município de Porto Nacional passou a figurar em terceiro lugar dentre os mais populosos municípios do estado do Tocantins em relação ao número de matrículas no ensino médio, estando atrás dos índices de Araguaína e Gurupi (Cf. Quadro 59, p. 283). Observa-se que para além desses fatos, a criação da capital do Estado, Palmas, que distante somente 60 Km da cidade de Porto Nacional, também colaborou para a diminuição do número expressivo de alunos de muitas cidades do Tocantins, especialmente desse município. A criação da Capital derivou um processo de migração de uma vasta gama de habitantes ansiosos por outras perspectivas de trabalho no Estado. Por isso, no ano em referência da edificação de

Palmas, esta cidade apresentou uma população residente de 24.335 habitantes, com mais de 293 alunos matriculados no Ensino Médio.

**Quadro 59.** *Municípios mais populosos do Estado do Tocantins e o número de matrículas no Ensino Médio (1990)*

| Município | População Residente | Número de Matrículas no Ensino Médio |
|---|---|---|
| | | |
| Araguaina | 103.315 | 2.373 |
| Gurupi | 56.752 | 1.857 |
| Porto Nacional | 43.223 | 1.003 |
| Tocantinópolis | 30.775 | 507 |
| Paraíso do Tocantins | 28.827 | 850 |

**Fonte**: IBGE, 1991 (quadro elaborado pela autora).

De certa maneira, a criação do Estado do Tocantins também influenciou no imaginário portuense no que diz respeito à educação e cultura em Porto Nacional. Embora com certo saudosismo, nostalgia e romantismo, muitos ex-professores portuenses, expressam, por meio de suas memórias, que havia um elo um tanto forte entre educação e cultura na sociedade portuense. Conforme assinala o Prof. Maya, Porto era o centro de cultura e de educação, uma vez que os estados vizinhos sabiam que este município tinha estrutura para dar educação gratuita, ou paga, para os seus filhos (RIBEIRO, MUTA; SILVA, 2007).

Neste enfoque, a Profª. Maria Zélia Farias, destaca que o cognome, "Capital da cultura do norte de Goiás", está alicerçado, também, no fato de que os alunos que se formavam nos colégios portuenses, e iam estudar em outras cidades goianas, ou outros estados, na sua maioria, foram bem sucedidos. Não se pode perder de vista, no entanto, quem eram esses alunos e como essa prática era reproduzida na sociedade portuense.

Para dar relevo a essa ideia encontra-se no executivo de Porto Nacional nos anos de 1980 um médico. Evidencia-se, então, que o médico Euvaldo Thomaz de Sousa, ex-aluno da primeira turma do Ginásio Estadual (1946), bisneto do primeiro intendente de Porto Nacional, Joaquim Ayres da Silva (1891-1895) e neto do primeiro representante de Porto Nacional e da região norte de Goiás, na Câmara Federal, o médico Francisco Ayres da Silva (1914-1930), assumiu a prefeitura desse município no

período de 1983 a 1987. Portanto, considerando, todavia, que mesmo se tratando de contextos objetivos diferenciados, a formação acadêmica (medicina) e o exercício do poder político não se divergiram nesse caso.

Ao descrever algumas das ações do prefeito Euvaldo Thomaz de Sousa, Godinho (1988, p. 140) evidencia que: "Confirmando o conceito de que Porto é reconhecido como polo cultural, o prefeito empenhou-se pela implantação do Campus Avançado da UFG e funcionamento da Faculdade de Filosofia". Essa administração municipal foi marcada, também, pela reativação da Escola de Enfermagem no município. Essas considerações de Godinho, apontam, portanto, a relação intrínseca do título de polo cultural com a educação escolarizada. E neste caso, vislumbrando ali, outros patamares como o ensino superior.

Por seu turno, a Profª. Creusa Ayres, uma das defensoras do título de "Capital cultural", para Porto Nacional, reabrindo um diálogo entre o passado e o presente, considera que, no atual estágio, esse título está só no discurso, afinal, segundo ela, o município está perdendo todas as suas características de cidade cultural, principalmente, por não valorizar e respeitar o civismo e o patrimônio cultural (RIBEIRO, MUTA; SILVA, 2007).

Nessa linha de pensamento, o Prof. Domingos Dias expressa que, se impressiona quando as pessoas falam de cultura e não conservam as tradições do lugar. Acrescenta que: "Quando se fala em cultura aqui, eu fico meio ressabiado porque eu meço que a cultura não se desenvolveu como deveria desenvolver-se de acordo com os ensinamentos que foram dados nas escolas" (RIBEIRO, MUTA; SILVA, 2007, p. 51-52). Essa lembrança é compartilhada com a Profª. Rosalina, quando diz: "Naquela época, se preocupava com a cultura, com o desenvolvimento integral, corpo e mente, e a educação dava o sustentáculo, então hoje acabou, é aquele conhecimento péssimo que o aluno não quer nada". Essa professora acrescenta que a sua fala está baseada na vivência diária, uma vez que, no contexto atual da sua família, encontram-se alunos do pré-escolar ao ensino superior (RIBEIRO, MUTA; SILVA, 2007, p. 144).

Nesse aspecto, a Profª. Cleusa Ayres acredita que se a educação estivesse nos moldes em que se apresentava, nas décadas passadas, o desenvolvimento dos alunos seria efetivamente melhor:

> Se tivéssemos continuado dessa forma, hoje nas faculdades, nos vestibulares não estariam sendo bombardeados nossos alunos, porque não sabem redação, porque tem medo. Se ele tem medo de escrever ele não sabe falar, se ele tem

> medo de falar é porque realmente não está embasado, não está seguro (RIBEIRO, MUTA, SILVA, 2007, p. 34).

Essa fala expressa, portanto, que, dentre outros níveis de ensino, o secundário, ou seja, o ensino médio, em Porto Nacional, de certa forma, não está qualificado para a sua função de preparação dos alunos para os estudos posteriores, nos dias atuais. Muitos ex-professores e ex-professoras portuenses preferem não traçar comentários sobre a educação na atualidade, porém deixam transparecer, nas suas representações, que embora as escolas estejam equipadas com novas tecnologias e professores, na sua maioria, diplomados em curso superior, a educação em décadas passadas era "melhor" do que a atual (RIBEIRO, MUTA; SILVA, 2007).

Outro sentimento de descontentamento, que se percebe, diz respeito ao se considerarem que as Universidades instaladas no estado do Tocantins e o poder público, não valorizaram a cultura local, ou, sobretudo, foram tímidos em projetos e ações que envolvessem estudo, preservação e divulgação dessa cultura. Por outro lado, percebe-se que algumas iniciativas, mesmo que tardias, vem acontecendo neste campo, uma vez que, parte da cidade de Porto Nacional, ou seja, o centro histórico da cidade teve o seu tombamento como "Patrimônio cultural brasileiro", pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, no dia 27 de novembro de 2008, no Rio de Janeiro[258]. Acredita-se que este ato, é fruto de movimentos sociais, educacionais e do poder público, na tentativa de preservar o patrimônio portuense que, em alguns aspectos, só existe na memória daqueles que o conheceram. Assim, já se pode destacar, entre o conjunto de bens culturais memoráveis, o "coreto municipal", o qual foi destruído no período em que transformaram o rio Tocantins em um grande lago, em função da construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães.

Vale ressaltar, também, que um dos instrumentos usados pelo poder público municipal, para estar rememorando esta cultura, é a chamada "Semana da Cultura de Porto Nacional", que se realizam na cidade desde os anos de 1980, por força da Lei municipal nº. 862[259]. Nesta perspectiva, a ideia de cidade cultural está se efetivando,

---

[258] Porto Nacional é a segunda cidade do Estado do Tocantins a ser declarada Patrimônio Cultural Nacional. A primeira foi a cidade de Natividade, em outubro de 1997.

[259] A Semana da Cultura de Porto Nacional, que aconteceu no período de 18 a 24 de junho de 2009, no circuito cultural na Beira Rio e no Centro Histórico da cidade tinha como programação: Entrega de comendas à portuenses ilustres; Shows de músicas e danças com artistas regionais; Festiva nacional da

também, no meio da "elite política" do Tocantins. Por meio da Lei Estadual nº 2.174 do dia 09 de novembro do ano de 2009, declara-se o município de Porto Nacional como "Capital Tocantinense da Cultura".

Para além destes dados, via transição de norte goiano para Estado de Tocantins, vale destacar que o antigo Ginásio Oficial, ou seja, o Colégio Prof. Florêncio Aires da Silva, criado em 1945, permaneceu por mais de 40 anos como a única instituição educativa a ofertar o Ensino Secundário público em Porto Nacional, portanto, figurando, também, como um dos mecanismos a influenciar, de certa maneira, o processo de desenvolvimento cultural dessa sociedade.

No final dos anos de 1980, embora situado em um contexto no qual se apresentava certa expansão, do Ensino Secundário na região norte do estado de Goiás (estado do Tocantins), o Colégio Estadual Prof. Florêncio Aires da Silva se posicionava ainda enquanto uma das referências regionais. Nesse sentido, mesmo que Porto Nacional tenha perdido a supremacia de cidade *lócus* desse nível de ensino, observa-se que essa instituição de fato não deixou de compor uma paisagem educativa de evidência estadual, uma vez que em 1994, com a reorganização do ensino médio no estado do Tocantins ela foi transformada em Centro de Ensino Médio (CEM) Prof. Florêncio Aires da Silva, passando a oferecer somente este nível de ensino[260].

---

canção; Festival do riso; Festival de Quadrilhas Juninas; Concurso Pedro Tierra de Poesia; Palestras; Minicursos; Lançamento de livros; Exposição de fotografias históricas da cidade e artes plásticas; além de barracas com comidas típicas da região e artesanatos.

[260] Por meio da Lei nº 644, de 06 de janeiro de 1994 o Colégio passou a ser denominado de Centro de Ensino Médio Prof. Florêncio Aires.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, fica evidenciado que, até o início dos anos de 1940, na região norte do estado de Goiás (atual Tocantins) e, consequentemente, em Porto Nacional, existia uma herança histórica de insuficiência da estrutura escolar estatal e gratuita para atender à população. O modelo de escola isolada era predominante na maioria das instituições primárias existentes, uma vez que até 1939 só existiam nessa região cinco grupos escolares, enquanto o Estado já possuía 44 nesse formato. Assim, ao se tratar do ensino secundário, as poucas instituições que existiram nessa região eram pautadas na modalidade de aula avulsa.

Observa-se, entretanto, que em pleno isolamento geográfico em relação ao centro-sul do estado de Goiás, as instituições educacionais portuenses foram consolidando, dentro das suas condições objetivas, uma identidade de certa forma diferenciada da educação das demais cidades goianas da região norte. Tal identidade foi marcada pela configuração de uma prática educacional com base na cultura religiosa e intelectual provinda, principalmente, da Ordem Dominicana (francesa) e da sua relação comercial com o mercado da cidade de Belém do Pará, por meio do rio Tocantins.

Fica notório que um dos fatores que muito contribuíram para colocar a cidade de Porto Nacional nesse patamar educacional foi a visão futurista ou "continuísta" das famílias portuenses (oligarquias) que, desde os seus primórdios, demandaram a escolarização para os seus filhos, com o intento de torná-los homens de escol e detentores do poder político e econômico do município e, até mesmo, da região norte do Estado. Uma ilustração reveladora dessa determinação das famílias de Porto Nacional, em relação à educação, pode ser expressa pelo foco na formação de dois médicos portuenses, ainda no século XIX, sendo que um deles inclusive foi instruído formalmente em Paris, e um outro, na cidade do Rio de Janeiro.

Para fazer valer os objetivos de formação e expansão de ações educativas, a oligarquia portuense, a qual detinha o poder político, econômico e educacional no município, contou, principalmente a partir da Primeira República, com uma aliada – a Igreja Católica. Esta instituição, em certa medida, sob a tutela estatal, influenciou a educação primária e secundária do município, sobretudo, no que se refere à formação oferecida às classes dominantes daquela região.

Para ilustrar tais fatos, diz-se que os representantes da Ordem Dominicana que chegaram neste município, no final do Período Imperial, em 1886, criaram na cidade inicialmente o Convento Santa Rosa de Lima. Posteriormente, os dominicanos fundaram o Seminário São José/Escola São Thomaz de Aquino. Conjugado a essas ações, foi fundado o Colégio Sagrado Coração de Jesus, no ano de 1904, sob a responsabilidade das freiras da mesma Ordem.

E ainda, agregada às ações da Igreja, encontrava-se o ensino público secundário (Aula avulsa secundária de Porto Nacional) que, por cerca de 30 anos, desde o início da Primeira República, esteve sob a direção dos frades dominicanos. Esta instituição formou boa parte dos jovens neste período que, depois de adultos, assumiram cargos públicos, dentre estes, os do poder executivo no município de Porto Nacional.

Com efeito, dentre as ações educativas que fazem parte dessa lógica portuense, releva-se que, nos anos de 1940, houve a criação do Ginásio Estadual, exatamente no ano de 1945. Mais tarde, este Ginásio viria a se tornar o Colégio Estadual, denominação da estrutura educativa que depois se tornou o atual Centro de Ensino Médio (CEM) Prof. Florêncio Aires.

O Ginásio Estadual, então, por sua gênese associada à Igreja Católica (Externato São Thomaz de Aquino), foi fortemente influenciado nos seus princípios e finalidades. Sua organização e fundamentação, que teve ocorrência com base na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, era de cunho humanista, que visava uma formação intelectual, moral e cívica, concomitante a uma educação religiosa e de cultura geral, voltada principalmente à formação do jovem, visto como um "futuro dirigente" imbuído desses mesmos valores. Houve, portanto, uma busca pela formação do cidadão ilustre e competente, destinado a compor os quadros de liderança da região, como de fato ocorreu com ex-alunos que, a posteriori, passaram a fazer parte de uma chamada elite política e cultural da cidade.

No processo de desenvolvimento dessa instituição educativa – o Ginásio Estadual -, ficou nítido que a sua organização foi sendo adaptada para atender tanto às demandas sociais, quanto às políticas. Pode-se destacar, nessa perspectiva, a criação do segundo ciclo do ensino secundário, fato que elevou a instituição à categoria de Colégio ao oferecer a partir da década de 1960 o curso Científico e, posteriormente, os cursos de Contabilidade e Normal. Em complemento, o Colégio também atendia às reformas de educação de âmbito nacional e estadual, como a Reforma do ensino de 1º e 2º graus, por meio da Lei 5.692 de 1971. Por meio desta legislação, a princípio, os cursos oferecidos

nesta instituição tiveram caráter profissionalizante, para atender a um sistema político-econômico instaurado no País a partir de 1964.

Já nos anos de 1980, por este estudo ficou visível que na instituição existiu uma nova configuração organizacional ao oferecer a educação básica, ou seja, educação infantil (pré-escola), ensino fundamental (1º grau) e médio (2º grau). No entanto, percebe-se que esta reorganização para se oferecer a educação pré-escolar e as primeiras séries do 1º grau, não figurou na perspectiva de ampliação da oferta do ensino uma expansão que alcançasse às classes menos favorecidas economicamente, uma vez que, o empenho estava voltado, principalmente, para atender ao estágio curricular do curso de Magistério.

Faz-se explícito que, embora de forma tardia, o Ginásio Estadual colaborou decisivamente com a institucionalização do ensino secundário público, na região do norte goiano (atual estado do Tocantins). Assim, em meio às suas peculiaridades, ele traz a marca de uma nova forma de organicidade do ensino secundário oficial, em particular, ao superar as aulas avulsas secundárias que, por décadas, estiveram presentes naquela região.

É de destaque, porém, que a criação do Ginásio Estadual no norte goiano teve, em si, demasiado relevo na história local. Dentre muitos fatores, vale considerar que, em função de ter sido o primeiro ginásio público a ser instalado numa região tão extensa e muito distante da capital de Goiás, foi possível gerar a convergência de alunos das mais variadas localidades para Porto Nacional, que passou a figurar no período como centro de referência educacional e cultural da chamada "região goiana do atraso".

Somado a isso ocorreu também a criação, em Porto Nacional, do segundo ciclo do ensino secundário, pois, até o ano de 1967, este município se configurava como o único do norte de Goiás a possuir uma instituição pública que oferecia o curso Científico (o Colégio Estadual em Porto Nacional). E vale expor ainda que o Colégio permaneceu, até o ano de 1980, como a única instituição pública formadora de profissionais para o magistério primário na Regional de Ensino de Porto Nacional.

Por outro lado, não se pode negar que o ensino secundário em Porto Nacional foi construído sob a marca da seletividade, presente historicamente no ensino secundário brasileiro, funcionando como um filtro econômico entre a escola primária e a superior. E , agregado a esse fator, esse nível de ensino ainda trazia como legado a presença do exame de admissão, que se caracterizou por décadas como um "rito de

passagem" do primário para o ginásio, tornando mais agudo o grau de divórcio entre as classes menos favorecidas e o ensino secundário. Tal divórcio pode ser percebido com maior ênfase no final dos anos de 1980, entre os cursos técnicos e o científico, uma vez que a maior procura pelos cursos de Contabilidade e Magistério era para o turno noturno e o não profissionalizante, o Científico, por sua vez, tinha maior número de matrícula no turno diurno porque era procurado, com maior frequência, por alunos que objetivavam prosseguir os estudos, preparando-se para o exame vestibular e enfrentar um curso superior, na maioria das vezes em outros centros educativos.

Essa seletividade também pode ser explicada pelo baixo investimento do poder público na educação da antiga região norte de Goiás, especialmente no que se refere ao ensino secundário. Portanto, a seletividade se dava inclusive pela falta de instituições educativas que oferecessem esse nível de ensino no norte goiano. Mas, esse fato pode ser qualificado como um dos fatores que proporcionou a contínua relação Igreja-Estado no trato da educação pública e privada no que atualmente se faz estado do Tocantins. Particularmente em Porto Nacional, a Igreja inúmeras vezes assumiu espaços negligenciados pelo poder público para usufruto próprio.

Em relação ao binômio educação-cultura em Porto Nacional, pode-se dizer que a construção do discurso que, por uma outra via, oposta à ideia do "atraso", cognominou este município como "Capital cultural do norte de Goiás", em parte, se explica pela conjugação de fatores que, dentre outros, incluem a localização geográfica à margem do rio Tocantins. Fica explícito que tal fato a tirou, parcialmente, do isolamento de maneira que viesse a se tornar um dos principais centros comerciais do estado de Goiás, essencialmente no período entre a transição Império/República.

Entende-se que a versão de "capital cultural" também se deve à presença histórica, na educação daquele município, de forte influência da cultura francesa e religiosa, por conta dos representantes da ordem dominicana que chegaram em Porto Nacional no final do período Imperial. Um outro dado importante, associado à revisão do estigma do atraso da região norte goiana, é interligado à confirmação de que a cidade portuense pode ainda contar, durante décadas, com a centralidade dos meios de comunicação (os periódicos) regionais e locais na veiculação de informações. Ao mesmo tempo, é de demasiada importância política e cultural a singular relevância de grêmios/movimentos estudantis na formação da juventude portuense.

Todavia, expõe-se que grande parte dos fatores supracitados, agregados à versão da Porto Nacional que se tornou sinônimo de referência sócio-cultural e

educativa, está enredado à existência de uma educação escolarizada do município, que ganha destaque, principalmente, a partir dos anos de 1940, após a criação do Ginásio Estadual.

Portanto, é de destaque que a versão de uma Porto Nacional, como potência política e intelectual de uma região, perpassou gerações e foi apropriada após a criação da unidade federativa do Tocantins (1988). Um dado que pode ilustra esta colocação é o fato de que a cidade portuense foi denominada de "Capital Tocantinense da Cultural", por força de lei estadual no ano de 2009.

Em vista disso, todo esse panorama histórico, cultural e educacional, não invalida a premente necessidade de se lançar o olhar para as assimetrias municipais dentro do estado do Tocantins. Uma vez que ao avançar este estudo para além da órbita social portuense, dos que tiveram acesso a tal educação e cultura é possível compor a representação de uma educação do Tocantins por outras versões. Assim acredita-se, que este estudo é passível de outras análises e, também, pode vir possibilitar a abertura para novos horizontes de pesquisas, pois nosso objeto de investigação foi delimitado sem a pretensão de esgotar toda a realidade estudada.

# REFERÊNCIAS


ABREU, Sandra Elaine Aires de. *A instrução primária na Província de Goiás no século XIX*. São Paulo: 2006. (mimeo) (tese de doutorado).

AIRES NETO, Abílio Wolney. *Memórias de João Rodrigues Leal*. Goiânia: Edição na oficina AW, 2006.

ALMANACH DA PROVÍNCIA DE GOYAZ, 1886. Goiânia, GO: Ed. UFG, *Coleção Documentos Goianos 1*.1978.

ALMEIDA, Maria Zeneide C. M. *Extensão Universitária*: uma terceira função - Dissertação de Mestrado – Unicamp, 1991.

ALVES, Míriam Fábia. *Política e escolarização em Goiás* – Morrinhos na Primeira República. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, MG, 2007. (mimeo) (tese de doutorado).

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Escravidão negra no Tocantins*: vivências escravistas em Arraias (1739-1800). Goiânia: Kelps, 2000.

AQUINO, Napoleão Araújo. A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair (Org.). *A (Trans) formação histórica do Tocantins*. 2. ed. Goiânia: UFG, 2004.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org). *Grupos escolares*: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

_____. As instituições escolares na Primeira República: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (Orgs). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.* Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DE IMPRENSA (ATI). *Aqui é Brasil*: opúsculo monográfico sobre a ATI. Porto Nacional: SIATI, 1979.

AUDRIN, José Maria. *Entre sertanejos e índios do norte*: o bispo missionário Dom Domingos Carrerot. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1947.

AZZI, Riolando. *Os Salesianos no Brasil:* à luz da história. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1982.

BALDINO, José Maria. *Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia*: a desordem aparente a ordem ocorrida na década de 80. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1991.

BEZERRA, Cleusa Souza Benevides. *Paranatinga*. Palmas: Gráfica Pollo, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas:* sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1997.

_____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A & CATANI, A (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis, Vozes, 1998.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

_____. Prefácio. In: LLECH, Germano. *A ordem Dominicana em Goiás*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, outubro, ano 4, n. 5, p. 187-1226, Goiânia, Goiás, 1976.

BUFFA, Esther. O público e o privado na educação brasileira do século XX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CAIADO, Leonino Di Ramos. Linhas de Ação 1972-1974. Goiânia, GO, 1971.

CAIADO, Leonino Di Ramos. *Goiás*: integração e desenvolvimento. Administração 1971-1975. Goiânia, GO.

CAMPOS Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *O legislativo em Goiás*. História e legislatura, v. I. Goiânia: Assembléia Legislativa de Goiás, 1996.

_____. *Perfil parlamentar I (1891-1937).* Goiânia: Assembléia Legislativa de Goiás, 1998.

_____. *Perfil parlamentar II (1947-2003).* Goiânia: Assembléia Legislativa de Goiás, 2002.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Vieira, 2003.

CAMPOS, Kátia de Oliveira. *A língua francesa em Goiás*. Universidade Federal de Goiás - Goiânia, 1999. (mimeo) (dissertação de Mestrado).

CANEZIN, Maria Tereza; LOUREIRO, Walderez Nunes. *A Escola Normal em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

CASSIMIRO, Maria Rosário; BRAZ, Manoel; VIEIRA, Goiás do Araguaia Leite. *Análise Preliminar para uma diagnose do Estado de Goiás.* Goiânia, GO: Ed. Gráfica Oriente, 1971.

CASSIMIRO, Maria Rosário. *Uma universidade para o Tocantins*. Goiânia: Kelps, 1996.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Tocantins*: o movimento separatista do norte de Goiás (1821-1988). São Paulo: A. Garibaldi, Editora da UCG; 1999.

_____. O discurso autonomista do Tocantins: primeiras manifestações. In: GIRALDIN, Odair (Org.). *A (Trans)formação histórica do Tocantins*. 2. ed. Goiânia: UFG, 2004.

CONCEIÇÃO, João Fernandes da. Vozes do Tocantins. In: *Norte de Goyaz* n. 930. Porto Nacional, 01 de junho de 1983.

COSTA, Magda Suely Pereira. *Educação e cultura de Arraias*. Palmas, TO: SECOM, 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira*. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1986.

_____. *Cidadania republicana e educação*: governo provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolicização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral*: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classes. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano – sociedade e política (1930-1964)*. Tomo III, 3º volume, São Paulo: DIFEL, 1983.

ESTEVAM, Luís. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: Ed. do Autor, 1998.

EUZÉBIO, Antônio. A instrução em Goyaz. In: A *Informação Goyana*, v. 1 n. 11, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1918, p. 138.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira et al. (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. VAGO, Tarcísio Mauro. Entre relógios e tradições: elementos para uma história do processo de escolarização em minas Gerais. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Brasil 500 anos*: tópicos em História da Educação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FOUCAUL, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FREITAG, Barbara. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo: Centauro, 2005.
GERMANO, José Willigton. *Estado militar e educação no Brasil: 1964 – 1985*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GIRALDIN, Odair. Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins. In: GIRALDIN, Odair (Org.). *A (Trans)formação histórica do Tocantins*. 2. ed. Goiânia: UFG, 2004.

_____. Pontal e Porto Real: dois arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerente nos século XVIII e XIX. *Revista Amazonense de História*, v. 1. n.1 jan/dez/2002, p. 131-146 .

GODINHO, Durval. *História de Porto Nacional.* Porto Nacional, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTE, Marcel, ROLLAND, Denis (Orgs). *Intelectuais*: sociedade e política, Brasil-França. São Paulo: Cortez, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira*. São Paulo: Thomson Learning Edições, 2006.

JESUS NETA. Beatriz Maria de. *Levantamento analítico do Sistema educacional de Goiás.* Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1974.

LEITE, Domingos Maia. Alegria e esperança: salve Norte de Goyaz In: *Norte de Goyaz,* n. 930. Porto Nacional, 01 de junho de 1983.

LLECH, Germano. A ordem Dominicana em Goiás. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, outubro, ano 4, n. 5, p. 187-1226, Goiânia, Goiás, 1976.

LOPES, Ivone Goulart. Asilo Santa Rita de Cuibá: releitura da práxis educativa feminina católica (1890-1930). In: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira e REIS, Rosinete Maria dos. *Instantes & memória na história da educação*. Brasília-DF: INEP; Cuiabá-MT: Ed. UFMT, 2006.

LUZ, Gil Mendes. *Planejamento e intervencionismo estatal em Goiás*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

MACÊDO FILHA, Maurides Batista de. Pioneiros: compondo o passado In: LIMA FILHO, Manuel Fereira; MACHADO, Laís Aparecida (Orgs.). *Formas e tempo da cidade. Goiânia*: Editora da Universidade Católica de Goiás; Editora Canone, 2007, p. 150-192.

MACHADO, Iris Rezende. *Perfil sócio-econômico do Estado de Goiás*. Goiânia, outubro de 1985.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico*: um tempo, um carisma, uma história. Goiânia, Cegraf/UFG, 1990.

MACHADO, Antônio Filho da Silva. Poder público *versus* poder privado: coronelismo na primeira metade do século XX no Tocantins. In: GIRALDIN, Odair (Org.). *A (Trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: UFG, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JUNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs). *História da Educação em perspectiva*: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

_____. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUZA, C. & CATANI, D. (Orgs). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente. Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2*. São Paulo: Escrituras, 1998.

_____. Breve apontamento para a história das instituições educativas. SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs). *História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional.* São Paulo: Autores Associados: HISTEDBR, 1999.

MARTINELLI, Maria Cavalcante. *João d'Abreu*: sua vida, sua obra. Goiânia, Unigraf, 1983.

MARTINS, Mário Ribeiro. *Berço Cultural*: Natividade ou Porto Nacional? Disponível em: *Overmundo.com.br.* Acesso em: 20/02/2009.

MAYA, Antônio Luiz. *Reminiscências sociais portuenses.* Goiânia, GO: GEV, 2003a.

_____. *Reminiscências ocasionais.* Goiânia, GO: GEV, 2003b.

_____. *Reminiscências universitárias institucionais* – UNITINS. Goiânia: E.V., 2008.

MEDEIROS, Umberto Augusto de. *Educação Moral e Cívica*. Goiânia: PD Araújo-Livraria e Editora Cultura Goiana, 1975.

MENEZES, Áurea Cordeiro. *Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás*. Goiânia, GO: Unigraf, 1981.

_____. *Ana Braga*: a têmpora da mulher tocantinense. 1991.

MIRANDA, Anna Brito. Ensino Primário na Região Norte de Goiás. In: *Revista de Educação*, n. 43, marc/abr /mai, 1960, Goiânia: GO, p. 39-40.

MOURA, Oidê Carvalho. *Biografia do Prof. Florêncio Aires da Silva*. Porto Nacional, TO, 2005.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: E.P.U/MEC, 1976.

NASCIMENTO, Júnio Batista do. *Conhecendo o Tocantins*: História e Geografia. Goiânia: Asa Editora, 2007.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *A ilusão pedagógica, 1930-1945:* estado, sociedade e educação em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo; GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin. Políticas públicas de interiorização da educação em Goiás nas décadas de 1930 e 1940. In: *Revista brasileira de história da educação*. n. 13, jan/abr., 2007, p. 51-70.

NEVES, Dimas Santana Souza. Poder e cultura escolar na primeira República em Mato Grosso. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 13, jan/abr., 2007.

NORONHA, Olinda Maria. Historiografia das instituições escolares: contribuição ao debate metodológico. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (Orgs). *Instituições*

*escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.* Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

NUNES, Clarice. O "velho" e "bom" ensino secundário: momentos decisivos. In: *Revista Brasileira de Educação*. n. 14, mai./jun., 2000, p. 35-60.

_____. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira et al. (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

O ARAGUATINS n. 01. *Reminiscências da visita do ex-Interventor Pedro Ludovico Teixeira ao Setentrião Goiano*. Goiânia, Goiaz, 07 de fevereiro de 1946, p. 03.

O ARAGUATINS n. 02. *O norte de Goiaz já tem o seu Ginásio Oficial*. Goiânia, Goiaz, 15 de março de 1946, p. 02.

O ARAGUATINS n. 03. *Instalação do Ginásio de Porto Nacional*. Goiânia, Goiaz, 30 de abril de 1946, p. 01.

O DEMOCRATA n.290. *Acontecimentos*. Goiânia, Goiaz, 19 de janeiro de 1923.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. Um Porto no sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional – 1880 a 1910. In: GIRALDIN, Odair. (Org.). *A (Trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: UFG, 2004a.

_____. Cotidiano da Navegação no Tocantins na virada do Século XIX para o XX. In: *Anais da Associação Nacional de História*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2004b.

O POPULAR n. 658. *As grandes e inexploradas riquezas do Norte de Goiaz*. Goiânia, Goiaz, 02 de setembro de 1945.

O POPULAR n. 937. *AGE – Anteprojeto de Estatuto*. Goiânia, Goiaz, 15 de julho de 1948.

O VANGUARDA nº 01. *CENOG, ainda é "a Casa do Estudante"*. Porto Nacional, TO, maio de 1972.

_____. *Editorial*. Porto Nacional, TO, maio de 1972.

PAIVA, Vanilda Pereira. *História da educação popular no Brasil*: educação popular e educação de adultos. Loyola, 2003.

PALACIN, Luis. *O século do ouro em Goiás*. Goiânia: Oriente, 1979.

_____. Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

PALACIN, Luis, MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de Goiás (1722-1972)*. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1981.

PANDOVAN, Regina Célia. Memória e formação docente: indícios e registros da identidade educacional na região do Bico do Papagaio. In: *Revista HISTEDBR On-line,* Campinas, n.20, dez. 2005, p. 45-51.

PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos históricos do Estado do Tocantins Colonial.* Goiânia: Ed. da UFG, 2007.

PASSOS, Mauro. Entre a fé e a lei: o pensamento educacional católico no período republicano (1889-1930). In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães et al. (Orgs.). *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

PEDREIRA NETA, Antônia Custódia. *Sítio arqueológico e histórico de Pontal*: educação patrimonial e perspectiva de valorização do patrimônio cultural de Porto Nacional – TO. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2005.

PIAGEM, Pedro Pereira; SOUSA, Cícero José de. *Dom Alano*: o missionário do Tocantins. Goiânia: Ed. Dos Autores, 2000.

PIRES, Jacy Sampaio. Quando teremos progresso no norte? In: *O Araguatins*, n. 3, 30 de abril de 1946, Goiânia, GO.

PIRES, Luciene Lima de Assis. *O ensino secundário em Jataí nas décadas de 40 e 50*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Goiás, 1997.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 31, 1989, p. 3-15.

_____, Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RAMOS, Cornélio. Barões e coronéis. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, julho, ano 16, n. 12, p. 61-63, Goiânia, Goiás, 1989.

RAMOS, Marise Nogueira. O ensino médio ao longo do século XX: um projeto inacabado. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

RAMOS, Victor de Carvalho. Um mundo desconhecido. In: *A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, n.1, agost. 1917a.

_____. O ensino em Goyaz. In: *A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, n.3, out., 1917b.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. Livros e leitura na escola brasileira do século XX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

REVISTA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Número de crianças de 7 a 11, matriculadas no ensino fundamental, nos municípios*. Secretaria de Educação e Saúde de Goiás. Goiânia, GO. n 29-30, agost./set, 1946.

REVISTA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Sete de setembro em Porto Nacional. Secretaria de Educação e Saúde de Goiás. Goiânia, GO, 1946, n. 29-30, ago./set., p. 80.

REVISTA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Novos ginásios estaduais. Secretaria de Educação e Cultura de Goiás, n. 23-24, fev./mar. 1946, Goiânia, GO.

REVISTA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Vinte e cinco de agosto em Porto Nacional*. Secretaria de Educação e Cultura de Goiás, Goiânia, GO, 1946, n. 29-30, ago./set., p. 81.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. *Padre Ruy Rodrigues da Silva na Secretaria da Educação e Cultura*. Secretaria de Educação e Cultura de Goiás, Goiânia, GO, n. 50, out./nov./dez., 1961.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira*: a organização escolar. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

RIBEIRO, Benvinda Barros Dourado; MUTA, Ana Pereira Negry; SILVA, Edwardes Barbosa. *Memórias de Professores Portuenses (1940-1980)*. Porto Nacional: Pote, 2007.

RODRIGUES, Lysias Augusto. *O rio dos tocantins*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico IBGE, 1945.

RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945).* Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005.

RODRIGUES, Edivaldo de Souza. *Terra de Coronéis*. Porto Nacional: Alternativa Gráfica e Editora, 2006.

_____. *Pedras de fogo*. Porto Nacional: Alternativa Gráfica e Editora, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil 1930/1973*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SÁ, Nicanor Palhares. A profissão docente: do servidor público ao proletário. In: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira e REIS, Rosinete Maria dos. *Instantes & memória na história da educação*. Brasília-DF: INEP; Cuiabá-MT: Ed. UFMT, 2006.

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Co-educação, gênero e direitos civis. In: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira e REIS, Rosinete Maria dos. *Instantes & memória na história da educação*. Brasília-DF: INEP; Cuiabá-MT: Ed. UFMT, 2006.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Saúde e doenças em Goiás – 1826-1930. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. (Org.). *Saúde e doenças em Goiás*: a medicina possível: uma contribuição para a história da medicina em Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (Orgs). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.* Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SANTOS, Edvaldo Antônio. *Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930)*: fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás- Goiânia, 1996.

SANTOS, Jocyléia Santana dos. *O sonho de uma geração*: o movimento estudantil Goiás e Tocantins. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil*: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. São Paulo: Autores Associados, 1996.

_____. *A nova lei da educação*: LDB –Trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

_____. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (Orgs). *Instituições escolares no Brasil:* conceito e reconstrução histórica*.* Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

_____. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, Francisco Ayres. *Caminhos de outrora*. Porto Nacional, Tocantins: Gráfica Nacional, 1999.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. *Tradição e renovação educacional em Goiás.* Goiânia: Oriente, 1975.

_____. Contribuição ao estudo das aulas régias em Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. n. 7, junho, 1978, Goiânia, GO.

_____. Educação e saúde em Goiás: promessas e mudanças. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. (Org.) *Saúde e doenças em Goiás*: a medicina possível: uma contribuição para a história da medicina em Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

SILVA, Otávio Barros. *Breve história do Tocantins e de sua gente*: uma luta secular. Araguaina: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins. Brasília: Solo Editores, 1996.

SILVA, Adailton Lopes Torres da. *Estado, planejamento e gestão pública em Goiás*: os governos Mauro Borges e Marconi Perilo. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2003.

SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de trinta em Goiás*. Goiânia: Cânone Editorial, 2005.

SOUZA, Maria Félix de. O convênio de 1931 e a estatística do ensino primário em Goiás. In: *Revista de Educação*. Secretaria de Educação e Cultura de Goiás, Goiânia, GO, n. 41, out./Nov./dez. 1959, p. 29-33.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Decorar, lembrar e repetir. In: SOUSA, Cynthia Pereira. *História da educação*: processos, práticas e saberes. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

TEIXEIRA, Amália Hermano. Problemas do Ensino no Norte do Estado In: *Revista de Educação e Saúde*. Secretaria de Educação e Cultura de Goiás, Goiânia: GO, 1946, n. 23-24, p. 20-24.

TEIXEIRA, Mauro Borges. *Plano de Desenvolvimento de Goiás*: diretrizes para 1961-1965. Goiânia, GO, 1961.

TELES, José Mendonça. *A Coluna Prestes em Goiás*. Goiânia: Kelps, 2008.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAZ, Ronaldo Ferreira. *Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)*. Universidade Federal de Goiás- Goiânia, 1997. (mimeo) (dissertação de Mestrado).

VIDAL, Diana Gonçalves (Org). *Grupos escolares*: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

VIEIRA, Sofia Lerche; FREITAS, Isabel Maria Sabino de. *Política educacional no Brasil*: introdução histórica. Brasília: Plano Editora, 2003.

## Fontes

ALVES. Rodrigues. Mensagem enviada ao Congresso do Estado de Goiás. In: *Memórias Goianas*, nº. 16. Goiânia: Editora UCG, 2003, p. 23.

ARAGUACEMA cx. 02. Documentação avulsa, 1908-1929. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

ARAGUATINS cx. única. Documentação avulsa, 1881-1956. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

ARRAIAS cx. 01. Documentação avulsa, 1921-1950. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. cx. 07. Documentação avulsa, 1921-1950. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. cx. 08. Documentação avulsa, 1921-1950. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

AURORA DO NORTE cx. única. Documentação avulsa, 1891-1930. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

BRASIL. *Lei Orgânica do Ensino Secundário* – Lei n. 4.244, de 09 de abril de 1942.

_____. Constituição Federal do Brasil (1946). In: *Revista de Educação*. Secretaria de Educação e Cultura de Goiás, Goiânia, GO, n. 37, jan./fev. 1959.

BRASIL. *Relatório preliminar de desenvolvimento integrado:* Porto Nacional. Brasília: Ministério do Interior, 1970.

_____, Reforma do Ensino Superior – Lei nº 5.540. Brasília, 1968.

BRASIL. *Informações Educacionais*: Estado do Tocantins. Brasília: MEC/INEP, 1999.

CASTRO, José Alves de. Relatório apresentado ao Presidente do Estado, 21 de abril de 1905. In: *Memórias Goianas*, nº. 16. Goiânia: Editora UCG, 2003.

_____. *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, 13 de maio de 1921*.. Disponível em: http://www.crl.edu/contente/brazil/goi.htm. Acesso em maio de 2009.

CEM. PROF. FLORÊNCIO AIRES. *Histórico do cinqüentenário do CEM*, 7 de setembro de 1995. Porto Nacional, TO, 1995.

CENTRO ESTUDANTIL PORTUENSE. *Ata n. 1*, 26 de junho de 1948. Porto Nacional, TO, 1948.

COL. EST. DE PORTO NACIONAL. *Livro de matrículas*. Porto Nacional, TO, 1962.

_____. *Regimento Escolar*. Porto Nacional, TO, 1971a.

_____. *Documentação avulsa*. Porto Nacional, TO, 1971b.

_____. *Regimento Escolar*. Porto Nacional, TO, 1975.

_____. *Regimento Escolar*. Porto Nacional, TO, 1979.

COL. EST. PROF. FLORÊNCIO AIRES DA SILVA. *Documentação avulsa*. Porto Nacional, TO, 1986.

_____. *Livro de matrículas 02, 03, 04*. Porto Nacional, TO, 1988a.

_____. *Documentação avulsa*. Porto Nacional, TO, 1988b.

COL. EST. IRMÃ ASPÁSIA. *Histórico do Colégio Irmã Aspásia*. Porto Nacional, TO, 2006.

COL. SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. *Livro de inscrição e exames do 2º ano do curso Normal*. Porto Nacional, TO, 1922-1950.

_____. *Livro de inscrição e exames do 4º ano do curso Normal*. Porto Nacional, TO, 1923-1949.

_____. *Histórico do Colégio Sagrado Coração de Jesus*. Porto Nacional, TO, 2004.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL. *Livro de registros*. Porto Nacional, TO, 1948-1949.

_____. Ata n.26, 20 de agosto de 1948. In: *Livro de registros (1948-1949*). Porto Nacional, TO, 1948.

_____. Ata n.34, 2 de setembro de 1948. In: *Livro de registros (1948-1949).* Porto Nacional, TO, 1948.

CONCEIÇÃO DO NORTE cx. 01. Documentação avulsa, 1836-1877. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. cx. 06. Documentação avulsa, 1926-1937. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

CORREIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIAZ n. 2.484. Atos do Governo do Estado, 29 de maio de 1933. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

CORREIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIAZ n. 3.130. Atos do Governo do Estado, 17 de novembro de 1935. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

CORREIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIAZ n. 3.148. Atos do Governo do Estado, 15 de dezembro de 1935. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

CORREIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIAZ n. 3.151. Atos do Governo do Estado, 19 de dezembro de 1935. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

CORREIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIAZ n. 3.152. Atos do Governo do Estado, 20 de dezembro de 1935. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

CORREIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIAZ n. 3.191, Atos do Governo do Estado, 13 de fevereiro de 1936. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

CORREIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIAZ n. 3.201, Atos do Governo do Estado, 29 de fevereiro de 1936. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

CORREIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIAZ n. 3.436. Atos do Governo do Estado, 21 de maio de 1937. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

CORREIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIAZ n. 3.443. Atos do Governo do Estado, 01 de junho de 1937. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

CORREIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIAZ n. 3.455. Atos do Governo do Estado, de 1937. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

COSTA JUNIOR, Irapuam. *Educação*: programa setorial n. 13, 1975-1979. Estado de Goiás, Goiânia, GO.

_____.Governo de Goiás cx. n. 03, 1975-1979. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

COUTO MAGALHÃES cx. 03. Documentação avulsa, 1924-1935. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

CRISTALÂNDIA cx. única. Documentação avulsa, 1873-1955. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

DIANÓPOLIS cx. 04. Documentação avulsa, 1886-1893. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. cx. 07. Documentação avulsa, 1921-1945. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

DIÁRIO OFICIAL ESTADO DE GOIAZ n. 318. Assembléia Legislativa, 3 de julho de 1951. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG*, Goiânia, GO.

DIÁRIO OFICIAL ESTADO DE GOIAZ n. 5.115, Atos do Governo do Estado, 25 de outubro de 1945. In: *Arquivo do CEM Prof. Florêncio Aires*. Porto Nacional, TO.

DIÁRIO OFICIAL ESTADO DE GOIAZ n. 5.155. Atos do Governo do Estado, 29 de janeiro de 1946. In: *Arquivo do CEM Prof. Florêncio Aires*. Porto Nacional, TO.

DIÁRIO OFICIAL ESTADO DE GOIAZ n. 5.240. Atos do Governo do Estado, 02 de julho de 1946. In: *Arquivo do CEM Prof. Florêncio Aires*. Porto Nacional, TO.

DIÁRIO OFICIAL ESTADO DE GOIAZ s/n. Atos do Governo do Estado, 18 de outubro de 1971. In: *Arquivo do CEM Prof. Florêncio Aires*. Porto Nacional, TO.

DIÁRIO OFICIAL ESTADO DE GOIAZ s/n. Atos do Governo do Estado, 1983. In: *Arquivo do CEM Prof. Florêncio Aires*. Porto Nacional, TO.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, s/n. República dos Estados Unidos do Brasil, 24 de setembro de 1946. In: *Arquivo do CEM Prof. Florêncio Aires*. Porto Nacional, TO.

DIOCESE DE PORTO NACIONAL cx. 05. *Documentação avulsa*. Porto Nacional, TO.

DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO. *Documentação avulsa*. Porto Nacional, TO. 2009.

DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA Livro nº. 1881. Registro de Decretos da Secretaria de Governo. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA AVULSA cx. 178. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA AVULSA cx. 188. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA AVULSA cx. 681. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA Livro nº. 1973 – Registro de Decretos da Secretaria de Governo. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA Livro nº. 1979 – Registro de Decretos diversos da Secretaria de Governo, 1935-1937. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA Livro nº. 1944. Instrução: documentos diversos, 1934-1939. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

EXTERNATO SÃO TOMAZ DE AQUINO. *Ata de sessão solene de reabertura do Externato S. Tomás de Aquino, 4 de março de 1945*. Porto Nacional, TO, 1945.

FILADÉLFIA cx. única. Documentação avulsa, 1890-1945. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás.* Goiânia, GO.

GINÁSIO ESTADUAL DE PORTO NACIONAL. Ata n.1, 9 de março de 1946. *Livro de registros (1945-1960).* Porto Nacional, TO, 1946.

_____. Ata n. 2, 23 se setembro de 1946. In: *Livro de registro (1945-1960).* Porto Nacional, TO, 1946.

_____. Ata n.3, 4 de agosto de 1946. In: *Livro de registro (1945-1960).* Porto Nacional, TO, 1946.

_____. Ata n.5, 5 de agosto de 1947. In*: Livro de registros (1945-1960).* Porto Nacional, TO, 1947.

_____. Ata n.13, 14 de março de 1949. In: Livro de registros (1945-1960). Porto Nacional, TO, 1949.

_____. Ata n.14, 16 de abril de 1950. In: *Livro de registros (1945-1960)*. Porto Nacional, TO, 1950.

_____. *Livro de matrículas*. Porto Nacional, TO, 1946.

_____. *Livro de matrículas*. Porto Nacional, TO, 1947.

_____. *Livro de registros*. Porto Nacional, TO, 1950.

GOYAZ. Lei nº 13, de 23 de julho de 1835. In: BRETAS, Genesco Ferreira. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

_____. Resolução nº 4, de 25 de agosto de 1835. Província de Goyaz: Typographia Provincial. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. Regulamentos cx. única. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. Regulamento n. 3.397- Acto de 09 de abril de 1884. Goyaz, 1884. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. Acto de 2 de abril de 1886, reformando a Instrução Pública da Província. Goyaz, 1886. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. Decreto nº 26 de 23 de dezembro de 1893. Da Regulamento a Lei n.º 38 de 31 de Julho de 1893 quanto a instrução primária. Goyaz, 1893. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. *Decreto n.1.285*. Regulamento das aulas avulsas de instrucção secundária, custeadas pelo Estado em diversos municípios de Goyaz, 20 de junho de 1904. Goyaz: Typographia Perseverança, 1904. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. *Decreto n.5.980*. Regulamentando as aulas avulsas de instrucção secundária, 12 de dezembro de 1918, Goyaz: Typographia do Correio Official, 1918. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. Decreto nº 10.640, de 10 de fevereiro de 1930. Regulamento do Ensino Primário. Goyaz, 1930. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. Decreto nº 3.261, de 21 de abril de 1933. Goyaz, 1933. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. *Coletânea de decretos-lei*. Goiânia, GO, 1944. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. *Coletânea de decretos-lei*. Goiânia, GO, 1945. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. Decreto-Lei nº 67, de 30 de julho de 1945. Goyaz, 1945.

GOIÁS. Constituição do Estado de Goiás (1947). In: *Revista de Educação*. Secretaria de Educação e Cultura de Goiás, Goiânia, GO, n. 37, jan./fev. 1959,

_____. O ensino não primário no Estado de Goiás no atual período governamental. In: *Revista de Educação*. Secretaria de Educação e Cultura de Goiás, Goiânia, GO, n. 37, jan./fev., 1959, p. 27.

_____. Inspetoria seccional de Goiânia. In: *Revista de Educação*, Secretaria de Educação e Cultura de Goiás, Goiânia, GO, 1959, n. 37, jan./fev., p. 68.

_____. *Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus – Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Goiânia, GO: Secretaria de Educação e Cultura, 1972.

_____. *Catálogo de informações sócio-econômicas dos municípios*. Goiânia, GO: SEPLAN, 1987

_____. *Sistema Estadual de Educação. Lei nº 8.780 de 23 de janeiro de 1980.* Goiânia, GO: Secretaria de Educação e Cultura, 1980.

_____. Resolução n. 609. Diário Oficial, 18 de outubro de 1971. In: Arquivo *do CEM Prof. Florêncio Aires*. Porto Nacional, TO.

GOUVEIA, Urbano Coelho de. Mensagem enviada ao Congresso do Estado de Goiás, 13 de maio de 1899. In: *Memórias Goianas*, n. 15. Goiânia: Editora UCG, 2003, p.260.

_____. Mensagem enviada ao Congresso do Estado de Goiás, 13 de maio de 1901. In: *Memórias Goianas*, nº. 16. Goiânia: Editora UCG, 2003, p. 24.

GRUPO ESCOLAR DE NATIVIDADE. Ata n.1, 30 de novembro de 1934. In *Arquivo do Colégio Estadual Dr. Quintiliano da Silva*.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Vol. XXXVI. Rio de Janeiro, 1958.

IBGE. *Censo demográfico*: características gerais da população e instrução – Tocantins n. 08. Brasília, 1991.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Relatório do tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional*. IPHAN, Porto Nacional, 2007.

JARDIM. Francisco Leopoldo Rodrigues. Mensagem enviada a Câmara dos deputados, 24 de maio de 1897. In: *Memórias Goianas*, nº. 15. Goiânia: Editora UCG, 2003.

JUBÉ, Joaquim Rufino Ramos. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goiás, 1917. In: *Memórias Goianas*, nº. 17. Goiânia: Editora UCG, 2003.

LEGISLAÇÃO cx. única. Documentação impressa. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

LIVRO DE REGISTROS. *Ofícios e ordens expedidas pelo Governo Provincial a diversos (1835-1839).* In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

LIVRO n. 2.198C. Notícias Liberadas (1944-1945) do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) de Goiás. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG*. Goiânia, GO.

MONTE DO CARMO cx. única. Documentação avulsa (1838-1938). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

NATIVIDADE cx. 01. Documentação avulsa (1830-1870). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. cx. 03. Documentação avulsa (1882-1889). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.
_____. cx. 07. Documentação avulsa (1920-1929). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

PAIXÃO, Rodolpho Gustavo da. Mensagem enviada ao Congresso do Estado de Goiás, em 05 de dezembro de 1891. In: *Memórias Goianas*, nº. 15. Goiânia: Editora UCG, 2003.

PARANÃ cx. 01. Documentação avulsa, (1832-1869). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. cx. 07. Documentação avulsa, (1924-1979). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

PEDRO AFONSO cx. 03. Documentação avulsa, (1920-1931). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

PONTE ALTA DO NORTE cx. Única. Documentação avulsa (1908-1933). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

PORTO NACIONAL cx 01. Documentação avulsa (1831-1870). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. cx 02. Documentação avulsa (1871-1877). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG. Goiânia, GO.*

_____. cx 03. Documentação avulsa (1878-1883). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG. Goiânia, GO.*

_____. cx 04. Documentação avulsa (1884-1889). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG. Goiânia, GO.*

_____. cx 05. Documentação avulsa (1890-1895). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG. Goiânia, GO.*

_____. cx 06. Documentação avulsa (1896-1899). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG. Goiânia, GO.*

_____. cx 07. Documentação avulsa (1900-1914). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG. Goiânia, GO.*

_____. cx 08. Documentação avulsa (1915-1919). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG. Goiânia, GO.*

_____. cx 09. Documentação avulsa (1920-1929). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG. Goiânia, GO.*

_____. cx 10. Documentação avulsa (1930-1933). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG. Goiânia, GO.*

_____. cx 11. Documentação avulsa (1934-1980). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG. Goiânia, GO.*

SEMINÁRIO SÃO JOSÉ. *Estatuto, Regimento e Guia Acadêmico*. Porto Nacional - TO, 2006.

SIQUEIRA, Otávio Lage de. Mensagem governamental à Assembléia Legislativa, 1968. Cx. 1966-1971. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG* . Goiânia, GO.

TAGUATINGA cx. 09. Documentação avulsa, 1927-1929. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

TEIXEIRA, Mauro Borges. Documentação avulsa, cx.03. In: *Arquivo da Diocese de Porto Nacional*. Porto Nacional, TO, 1964.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. Relatório (1928-1951). In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. Governo do Estado de Goiás, cx. 01, 1930-1939. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

_____. Relatório ao Presidente da República, 1936. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

TOCANTINÓPOLIS cx. 06. Documentação avulsa, 1921-1934. In: *Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG.* Goiânia, GO.

UNIÃO DOS MOÇOS CATÓLICOS DE PORTO NACIONAL. Ata n.104, 04 de novembro de 1923. In: *Livro de registros (1923-1926)*. Porto Nacional, TO, 1923.

_____. Ata n.118, 10 de fevereiro de 1924. In: *Livro de registros (1923-1926)*. Porto Nacional, TO, 1924.